

**Mírian Regini Nuti**

## **INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA NA AMÉRICA DO SUL:**

### **escalas, planejamento e conflitos**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Prof. Titular Doutor Carlos B. Vainer,  
Doutor em Desenvolvimento Econômico e  
Social - Universidade de Paris I

Rio de Janeiro  
2006

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

N976i

Nuti, Mírian Regini.

Integração energética na América do Sul:  
escalas, planejamento e conflitos / Mírian Regini  
Nutti. – 2006.

304 f. ; 30 cm.

Tese (doutorado)–Universidade Federal do Rio de  
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

Bibliografia: f. 230-244.

1. Planejamento da expansão. 2. Integração  
energética. 3. Desenvolvimento sustentável. I.  
Título.

CDD 333.7915

**Mírian Regini Nuti**

**Integração energética na América do Sul: escalas, planejamento e conflitos**

Tese submetida ao corpo docente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor.

Aprovado por:

---

Prof. Carlos B. Vainer - Orientador  
(Doutor em Desenvolvimento Econômico e Social - Universidade de Paris I)

---

Prof. Frederico Guilherme B. de Araújo  
(Doutor em Engenharia de Produção - Coppe - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

---

Prof. Mauricio Tiomno Tolmasquim  
(Doutor em Socioeconomia do Desenvolvimento/EHSS)

---

Doutora Nair Barbosa Palhano  
(Doutora em Planejamento Urbano e Regional - Ippur - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

---

Engenheiro Altino Ventura Filho  
(Especialista em Planejamento Energético)

*Este trabalho é dedicado aos meus pais - Estélvio Simão Nuti  
(in memorian) e Irene Anita Regini Nuti - que semearam a  
curiosidade diante do conhecimento e ensinaram a conviver  
com as incertezas do existir.*

## AGRADECIMENTOS

Ao IPPUR/UFRJ, pela oportunidade de realização do curso de doutorado, ao seu corpo docente pelo compartilhamento do ambiente de reflexão e excelência acadêmica, à equipe de apoio administrativo pela orientação na condução dos assuntos burocráticos.

Ao professor Carlos B. Vainer pelo acolhimento do tema, pelo entusiasmo, apoio e amizade e por sua orientação dedicada, sempre com rigor, competência e brilhantismo.

Aos professores Frederico G. B. Araújo, Henri Acselrad e Ana Clara T. Ribeiro pela atenção às inquietações formuladas durante o curso.

À Nair Palhano pela interlocução competente, pela generosidade e disposição para debater idéias.

À Eletrobrás, empresa onde aprendi o planejamento do setor elétrico, pela liberação para o desenvolvimento do curso e em especial à Diretoria de Planejamento pela concessão da licença parcial para elaboração da tese.

À EPE, vínculo profissional mais recente, pela acolhida na fase final do trabalho. Aos colegas com os quais convivi e convivo nessas empresas, pela compreensão e incentivo.

Aos profissionais do setor elétrico que colaboraram na localização e fornecimento das informações, especialmente a José Henrique Machado Fernandez, Brandali Barbato, Sidney do Lago, Marcio Zimmermann, Helena Cantizano e Carlos Hoffmann.

À Cecília Vance e à equipe da Biblioteca da Eletrobrás, pela orientação e apoio na obtenção e organização das informações.

A Michel Dimitriou, pelo apoio na organização de dados, quadros e material de fontes primárias.

A Pedro Fonseca Leal, pela colaboração na organização das mensagens e notícias.

Aos Pemón, pelos ensinamentos sobre a perseverança, e o modo de viver.

À equipe do Programa São Marcos, pelos ensinamentos sobre a realidade da gestão ambiental e o fornecimento de fotos e informações.

A José Porfírio Fontenele de Carvalho, pela lição de vida e dedicação à causa indígena, pela longa amizade e orientação nos caminhos do indigenismo.

À Daniella V. Martins, por sua atitude positiva diante da vida, paciente e risonha, aplicada à realidade de Roraima.

À Daniella F. Soares e Luiz Antonio Medeiros da Silva, companheiros nos debates no IPPUR e no setor elétrico, pela disposição para colaborar, debater idéias e compartilhar desafios e desencantos.

A Paulo Peiter, por compartilhar a ansiedade da elaboração da tese e pelas orientações no campo da Geografia.

A Marcio Cupti Madeira, pelo apoio na elaboração dos mapas e Jorge Pires Coelho na edição de fotos.

À Aurelia Carvalho, pela atenção e profissionalismo na revisão nesse longo texto.

À Rosemere Conrado da Conceição, pelo apoio na edição e programação final do trabalho.

Às minhas irmãs Marilza, Marília, a minha mãe Irene e a toda a família, pelo incentivo, carinho e apoio.

Às amigas Flavia, Marcia, Silvia Helena, Carmen, extensivo a tantos outros amigos, pelo estímulo para concluir a tese.

A todos aqueles que após o incêndio que consumiu o material de pesquisa me incentivaram a continuar e retomar o trabalho.

Ao Fabio, agradecimentos especiais, pelo companheirismo incondicional, pelo carinho e compreensão em todos os momentos, pela dedicação e pela renúncia de nossos momentos de lazer durante esses anos de pesquisa e estudo.

*...Hesíodo...- poeta-pastor – “apascentava suas ovelhas ao pé do Heliconte divino.” Importante ressaltar: o desvelamento da verdade (alétheia) sobre a gênese de todas as coisas ocorre em meio às atividades cotidianas, sem que o poeta-pastor abdique de sua condição corriqueira de vida e trabalho, sem que abandone a dimensão humana. Por isso, é no sopé da montanha, não em seu cume, que a verdade sobre a origem de tudo lhe é desvelada. Mas essa desocultação da verdade contém uma advertência prévia, que pairará sobre todos os empreendimentos cognitivos, ao longo do tempo, freqüentemente repostas por filósofos. É que, logo em suas primeiras palavras, as Musas previnem: “Sabemos contar mentiras inteiramente semelhantes a realidades; mas sabemos também, quando queremos, proclamar verdades.”*

Motta Pessanha, J.A. - *O Sono e a Vigília*, in: *Tempo e História* (1992, p.34)

## RESUMO

Este estudo tem como tema o processo de planejamento e implantação da integração energética na América do Sul. Seu objetivo geral é estudar a integração energética como fenômeno social e discutir a complexidade das relações sociais e os conflitos de escalas e representações observados no processo de formulação e implantação de políticas públicas. Os capítulos iniciais desse trabalho introduzem ao tema e ao tratamento teórico-analítico da pesquisa que é apresentada em duas partes complementares. A Parte I enfoca a integração energética na escala continental, privilegiando o histórico da integração, os principais atores institucionais no processo e a proposta de política energética para o continente, analisando sua proposta de sustentabilidade. Apresenta ainda as interligações elétricas, as usinas e os gasodutos existentes bem como as projeções espaciais para um continente integrado energeticamente. A Parte II apresenta o processo de decisão, do planejamento até a operação, do projeto de Interligação Elétrica Venezuela-Brasil realizando um estudo de caso sobre o processo de participação e resistência das comunidades indígenas Pemón. O conceito da transescalaridade mostrou-se de grande eficácia e riqueza para a análise da integração energética na América do Sul. Acredita-se que a observação da articulação de estratégias transescalares na ação política subsidia a análise de forma a não fixar as estratégias e ações dos atores em uma ou em outra instância, por exemplo, na local ou na continental. O enfoque da transescalaridade, ou a dialética interescalar, permitiria ainda não excluir as demais escalas na análise e nos estudos de planejamento.

## **ABSTRACT**

This main subject of this study is the planning process and the implementation of South America energy integration. The broad objective is to analyze the energy integration as a social phenomenon and discuss the complexity of social relations and conflicts of scales and spatial representation observed during the process of development and implementation of public policies. The initial chapters present an introduction to the subject and the theoretical and analytical research treatment, which is presented in two complementary parts. Part I addresses the energy integration at a continental scale, with emphasis on the historical aspects of the integration, the main institutional actors involved in the process, as well as on a proposal for an energy policy for the continent. The sustainability aspects of this proposal are also analyzed. Additionally, Part I presents the electric interconnections, the existing power plants and natural gas pipelines as well as the spatial projections for a continent energetically integrated. Part II presents the decision making process, from the planning phase until operation, of the Venezuela-Brazil Electric Interconnection Transmission Line, used to conduct a case study of the participation process and of the resistance of the Pemón indigenous communities. The concept of transcalarity was observed to be profitable and effective for the analysis of the South America energy integration. It is considered that the observation of a transcalar articulation of strategies within political action provides tools for the analysis in a way that do not link strategies and actions of actors to a specific scale, e.g., local or continental. The approach of transcalarity or interscalar dialect allows the inclusion of different levels of scales on analysis and planning studies.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Quadro 1 – Organizações Latino-Americanas relacionadas à Integração Energética

Mapa 1 – Países Membros e Associados da Cier – 2004

Mapa 2 – Países Membros da Olade – 2005

Mapa 3 – Países Membros da IIRSA – 2005

Figura 1 – Organograma da IIRSA

Quadro 2 – Interligações em Operação ou em Construção – PDE 2001-2010

Figura 2 – Possibilidades de Intercâmbio na Exploração de Recursos Energéticos – Plano 2015

Figura 3 – Super-Rede Sul-Americana de Integração – Cier – 1996

Figura 4 – Escalas de Planejamento Territorial – IIRSA

Figura 5 – Eixos de Integração IIRSA

Quadro 3 – Investimentos Previstos em Projetos Específicos – IIRSA – 2004

Quadro 4 – Aproveitamentos Hidrelétricos Compartilhados na América do Sul – 1997 (em projeto)

Quadro 5 – Projetos de Geração e Transmissão da IIRSA – 2004

Quadro 6 – Grandes Interconexões Existentes na América do Sul – 2003

Figura 6 – Usinas Hidrelétricas e Interligações Internacionais – Planejadas e Existentes na América do Sul – 2004

Quadro 7 – Pequenas Interligações Existentes na América do Sul – 2003

Quadro 8 – Centrais Hidrelétricas Binacionais Existentes na América do Sul – 2003

Quadro 9 – Gasodutos Existentes e Planejados na América do Sul – 2004

Figura 7 – Gasodutos Existentes e Planejados na América do Sul – 2004

Quadro 10 – Produção de Energia e População (Região Cier – 2002)

Figura 8 – Potência Instalada (Região Cier – 2004)

Figura 9 – Energia Gerada (Região Cier – 2004)

Figura 10 – Potência Instalada e Energia Gerada (Região Cier – 1970 – 2003)

Quadro 11 – Potência Instalada e Energia Gerada (Região Cier – 1970-2002)

Tabela 1 – Participação Hidrelétrica na Capacidade Instalada e Potencial Hidrelétrico Aproveitado na América do Sul – 2002

Tabela 2 – Países Membros da Cier: Capacidade Instalada (MW) em 2002

Quadro 12 – Exportações e Importações de Energia na América do Sul – 2004

Quadro 13 – Níveis de Eletrificação nos Países da Região Cier – 2004

Figura 11 – Energia Consumida por Habitante (Região Cier – 1995–2003)

Quadro 14 – Consumo de Energia Elétrica no Mundo – 2004

Figura 12 – Consumo de Energia Elétrica por Habitante (OECD – 2004)

Tabela 3 – Consumo e Intensidade Energética na América do Sul – 2002

Figura 12 – Sistema de Transmissão do Sudeste da Venezuela – 2000

Figura 13 – Relevo do Sudeste da Venezuela

Mapa 4 – Grupos étnicos no Sul da Venezuela e Norte do Brasil –2001

Figura 14 - Localização de Grupos Étnicos na Venezuela

Quadro 15 – Evolução da População do Estado de Roraima – 1900-2000

Quadro 16 – População Indígena no Norte do Estado de Roraima – Ano 2000

Figura 15 – Fotos da Expansão da Cidade de Pacaraima em Zona Florestada da TI São Marcos.

Mapa 5 – Territórios Indígenas e Unidades de Conservação Venezuela-Brasil – 2001

Figura 16 – Cartão Postal da Gran Sabana

Figura 17 – Fotos de Divulgação Turística da Gran Sabana

Figuras 18 – Alternativas de Suprimento Energético na Amazônia – 1995

Figura 19 – Possibilidades de Localização da Interligação Venezuela-Brasil. Trecho Brasil

Figura 20 – Localização da Interligação Venezuela-Brasil. Trecho Venezuela

Figura 21 – Comunidades Indígenas e Sistema Elétrico Existente no Sul da Venezuela – 2001

Figura 22 – Foto dos moradores da aldeia Bala tomando posse de antiga invasão

Figura 23 – Foto do Protesto Pemón em Caracas, na Frente da Embaixada do Brasil

Figura 24 – Foto da Militarização da Gran Sabana

Figura 25 – Foto de Torre Tubular Derrubada

Figura 26 – Foto da Inauguração da Interligação Venezuela-Brasil

Figura 27 – Foto da Presença da LT em Território Pemón

Figura 28 – Projetos de Infra-Estrutura na Amazônia – Amazon Watch – 1999

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AC – Acre (Estado do)

Acir – Associação das Comunidades Indígenas de Roraima

AES (Empresa norte-americana de atuação global, geradora e distribuidora de energia elétrica em 26 países)

Aladi – Associação Latino-Americana de Integração

Alalc – Associação Latino-Americana de Livre Comércio

Alca – Área de Livre Comércio das Américas

AM – Amazonas (Estado do)

Ande – Administración Nacional de Electricidad (Paraguai)

AHE – Aproveitamento Hidrelétrico

Apir – Associação dos Povos Indígenas de Roraima

Arpel – Associação Regional de Empresas de Petróleo e Gás Natural da América Latina e Caribe

AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa

ATWM – Associação Taurepang, Wapixana e Macuxi

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

Bird – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – Banco Mundial

Bracier – Comitê Nacional Brasileiro da Cier

Cadafe – Compañía Anónima de Administración y Fomento Eléctrico (Venezuela)

Caba – Coordenação dos Atingidos pelas Barragens da Amazônia

CAF – Corporação Andina de Fomento

Cammesa – Compañía Administradora del Mercado Mayorista Eléctrico (Argentina)

CAN – Comunidade Andina (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela)

Caricom – Comunidade Caribenha

CCT/IIRSA – Comitê de Coordenação Técnica

CEP/Olade – Comitê de Estratégia e Programação

Cepal – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

Cepel – Centro de Pesquisas de Energia Elétrica

CER – Companhia Energética de Roraima S/A

Cerj – Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro

Cien – Companhia de Interconexão Energética

Cier – Comissão de Integração Energética Regional

CIR – Conselho Indígena de Roraima

CMDL – Comissão Mista Demarcadora de Limites Brasil-Venezuela

Cnaee – Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica

CNPE – Conselho Nacional de Política Energética

Comase – Comitê Coordenador das Atividades do Meio Ambiente do Setor Elétrico

Conama – Conselho Nacional de Meio Ambiente

Copel – Companhia Paranaense de Energia

CPI-SP – Comissão Pró-Índio de São Paulo

CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

CVG – Corporación Venezolana de Guayana

Dnaee – Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica

DOU – Diário Oficial da União

Edelca – CVG Electrificación del Caroní C.A (Venezuela)

EDF – Electricité de France

EDP – Eletricidade de Portugal

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S/A

Eletronorte – Centrais Elétricas do Norte do Brasil

Endesa S/A (Empresa espanhola de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia)

Enersul – Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S/A

ENRON (Empresa norte-americana de energia elétrica e gás natural)

EPE – Empresa de Pesquisa Energética

Ettern/Ippur – Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza

Fase – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FB – Fundação Bariloche

FIB – Fondo financiero para el desarrollo de la Cuenca del Plata

Fonplata – Fundo de Desenvolvimento para a Bacia do Prata

Funai – Fundação Nacional do Índio

GCPS – Grupo Coordenador do Planejamento dos Sistemas Elétricos

GTE/IIRSA – Grupos Técnicos Executivos

GTZ – Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit GmbH – Sociedade Alemã de Cooperação Técnica

GWh – GigaWatt(s)-hora

hz – hertz

Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEE/FB – Instituto de Economia Energética

IEA – Agência Internacional de Energia

IEE-USP – Instituto de Eletrotécnica e Energia

IIRSA – Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional da América do Sul

Inparques – Instituto Nacional de Parques

Intal-BID – Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe

Ippur/UFRJ – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional

ISA – Instituto Socioambiental

ISA – Interconexión Eléctrica S.A. (Colômbia)

kV – quilovolt(s)

kWh/hab – quilowatt(s)-hora por habitante

LI – Licença de Instalação

LO – Licença de Operação

LP – Licença Prévia

LT – Linha de Transmissão

MARN – Ministerio del Medio Ambiente y de los Recursos Naturales (Venezuela)

ME – Centro da Memória da Eletricidade no Brasil

Mercosul – Mercado Comum Sul Americano

MME – Ministério de Minas e Energia (Brasil)

MPOG – Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão

MVA – megavolt(s) ampère

MW – megawatt(s)

MWh – megawatt(s)-hora

OEA – Organização dos Estados Americanos

OECD – Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento

OIT – Organização Internacional do Trabalho

Olade – Organização Latino-Americana de Energia

ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico

PACS – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul

PBA – Projeto Básico Ambiental

PBSD – Projeto Brasil Sustentável e Democrático

PCH – Pequena Central Hidrelétrica

PDE – Plano Decenal de Expansão

Petrobrás – Petróleo Brasileiro S/A

Pnud – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Prodeem – Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios

Proinfa – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica

PSI /IIRSA – Processos Setoriais de Integração

RCA – Relatório de Controle Ambiental

Redeh – Rede de Desenvolvimento Humano

RELIANT (Empresa norte-americana de ampla participação na distribuição de energia elétrica no mercado interno dos Estados Unidos)

RCA – Relatório de Controle Ambiental

RR – Roraima (Estado de)

Sema-RR – Secretaria de Meio Ambiente de Roraima

TCA – Tratado de Cooperação Amazônica

TI – Terra Indígena

TIE – Transações Internacionais de Energia

TWh/hab – terawatt(s)-hora por habitante

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UHE – Usina Hidrelétrica

UnB – Universidade de Brasília

Unesa – Asociación Española de la Industria Eléctrica

USP – Universidade de São Paulo

UTE – Usina Termelétrica

UTE – Usinas Eléctricas y Teléfonos del Estado (Uruguai)

## SUMÁRIO

<b>I INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
I.1 A CONSTRUÇÃO DO OBJETO	1
I.2 ENFOQUE METODOLÓGICO	4
<b>II OS DESAFIOS DO PLANEJAMENTO NA ERA GLOBAL – CONSTRUINDO A PROBLEMÁTICA</b>	<b>10</b>
II.1 CARACTERÍSTICAS DA SOCIEDADE GLOBAL E RELAÇÕES INTERESCALARES	10
II.2 PLANEJAMENTO COMO CAMPO DE DISPUTAS E CONFLITO DE ESCALAS	12
<b>PARTE I</b>	<b>17</b>
<b>1 ANTECEDENTES E ESTABELECIMENTO DO “CAMPO DA INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA”</b>	<b>18</b>
<b>2 ATORES INSTITUCIONAIS NA INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA</b>	<b>28</b>
2.1 OS PRINCIPAIS ATORES NO PERÍODO PESQUISADO	28
2.2 A COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA REGIONAL – CIER	34
2.3 A ORGANIZAÇÃO LATINO-AMERICANA DE ENERGIA – OLADE	39
2.4 A INICIATIVA PARA A INTEGRAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA REGIONAL DA AMÉRICA DO SUL – IIRSA	46
<b>3 A INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA NO PLANEJAMENTO DA EXPANSÃO</b>	<b>53</b>
3.1 A INTEGRAÇÃO NOS PLANOS DE LONGO PRAZO	54
3.2 OS PLANOS DECENAIS DE EXPANSÃO	60
<b>4 A CONFIGURAÇÃO DO “PROJETO” DE INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL</b>	<b>66</b>
4.1 AS REPRESENTAÇÕES DA AMÉRICA DO SUL ENERGETICAMENTE INTEGRADA	67
4.2 AS PROJEÇÕES PARA A INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA	79
4.3 AS INTERLIGAÇÕES E USINAS EXISTENTES	83
4.4 INFORMAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO ENERGÉTICA NA AMÉRICA DO SUL	91
<b>5 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA DA AMÉRICA DO SUL</b>	<b>101</b>
5.1 DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE	102
5.2 A PROPOSTA OLADE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	104
5.3 POLÍTICA ENERGÉTICA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	110
<b>Parte II</b>	<b>115</b>
<b>1 A ETNOGRAFIA DA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO</b>	<b>116</b>

<b>2</b>	<b>O MAPEAMENTO DA REGIÃO DO PROJETO: TERRITÓRIO INDÍGENA E ESPAÇO TRANSFRONTEIRIÇO</b>	<b>118</b>
2.1	O TERRITÓRIO INDÍGENA	122
2.2	ZONA LÍMITROFE OU ESPAÇO SOCIAL TRANSFRONTEIRIÇO	135
<b>3</b>	<b>DA FORMULAÇÃO DA ALTERNATIVA À OFICIALIZAÇÃO DO PROJETO DE INTERLIGAÇÃO VENEZUELA- BRASIL</b>	<b>142</b>
3.1	A FORMULAÇÃO DA ALTERNATIVA DE INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA	142
3.2	AS ALTERNATIVAS DE SUPRIMENTO: NO DEBATE CONTRA A UHE COTINGO A INTERLIGAÇÃO GANHA FORMATO DE PROJETO	145
3.3	A OFICIALIZAÇÃO DA INTERLIGAÇÃO VENEZUELA-BRASIL	157
3.4	OS ESTUDOS E AS AUTORIZAÇÕES	163
<b>4</b>	<b>NEGOCIAÇÃO E GESTÃO INTERCULTURAL: O PROGRAMA SÃO MARCOS</b>	<b>176</b>
4.1	DOS ESTUDOS TOPOGRÁFICOS AO TERMO DE COMPROMISSO	178
4.2	O PROGRAMA SÃO MARCOS	189
4.3	A RETOMADA DAS TERRAS PELAS COMUNIDADES DA TI SÃO MARCOS	192
5.1	O PROCESSO DE RESISTÊNCIA	198
5.2	OS ARGUMENTOS PRINCIPAIS	208
	<b>CONCLUSÕES</b>	<b>218</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>230</b>
	<b>ANEXOS</b>	<b>245</b>

## I INTRODUÇÃO

### I.1 A CONSTRUÇÃO DO OBJETO

No contexto das reformas neoliberais dos países latino-americanos, nos últimos quinze anos, a privatização dos serviços de infra-estrutura e a reestruturação desses setores tornou-se condição, ao mesmo tempo em que resultado, da efetivação das mudanças pretendidas. A integração energética na América Latina foi proposta e apresentada como imperativo para melhorar as condições energéticas e econômicas dos países da região.

O processo de globalização promove uma série de processos sociais, tanto em termos de propostas de rearranjo das atividades macroeconômicas, tradicionalmente reservadas aos Estados Nacionais (política monetária, planejamento e implantação da infra-estrutura, por exemplo), como também das relações sociais concretas. Dessa forma, podem ser observados, em diferentes esferas e escalas, conflitos de representação espacial, cultural e outros, como também processos de resistência aos atores hegemônicos.

A integração física entre sistemas de produção e transmissão de energia visa, a princípio, à otimização da utilização dos recursos energéticos. A implantação de projetos de interligação, entretanto, aciona processos bem mais abrangentes e os conflitos, antes observados entre as comunidades locais e o Estado, agora envolvem outros atores sociais e concepções espaciais, em diferentes escalas de ação até então não reconhecidas.

Este estudo tem como tema o processo de planejamento e implantação da integração energética na América do Sul. Seu objetivo geral é estudar a integração energética como fenômeno social e discutir a complexidade das relações sociais e os conflitos de escalas e representações observados no processo de formulação e implantação de políticas públicas.

O tema da integração energética reveste-se de um caráter de síntese para preocupações que foram sendo tecidas e articuladas na construção do objeto de pesquisa.

Em primeiro lugar, o período histórico recente propiciou a observação da relevância que empreendimentos internacionais vinham adquirindo nos últimos 15

anos, paralelamente aos movimentos das mudanças ocorridas no setor de energia elétrica, em nível nacional e internacional, e à intensificação das relações econômicas e diplomáticas entre os países vizinhos com o Brasil. Tais movimentos permitiram objetivar noções sobre a globalização e as características da sociedade contemporânea.

O segundo ponto de partida tem origem na vivência do tratamento dos aspectos socioambientais, no planejamento do setor de energia elétrica, de um lado, e no acompanhamento da implantação de grandes projetos de infra-estrutura, de outro. No primeiro eixo observa-se a coexistência e os confrontos da intersecção de dois campos - o energético e o ambiental - participando diretamente da busca pela ressignificação de conteúdos que pudessem incorporar as dimensões social e ambiental e alterar o modo de fazer o planejamento setorial, ampliando seus objetivos na participação dos grupos sociais atingidos.

A segunda perspectiva dessa vivência coloca em cheque a posição do formulador de políticas na escala 1:1 de implantação dos projetos. Ali, é muito tênue a presença das diretrizes para a implantação de um determinado projeto (objeto dos embates da primeira vertente) frente à correlação de forças que se estabelece no poder de pressão do “projeto”, com toda a complexidade de posições que este encerra. A inquietação com relação à possibilidade de articular as duas percepções levou à busca de um fato social que contemplasse todas as etapas do processo decisório.

O terceiro ponto de partida para a tecitura do objeto vem do contato acadêmico no âmbito do ETTERN - Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza, do IPPUR, onde as inquietações vivenciadas no cotidiano profissional encontraram as reflexões sobre a presença do Estado na configuração territorial do país, os diferentes significados para as “questões ambientais” e a configuração dos problemas transescalares, apoiando a formulação das questões para o desenvolvimento deste trabalho. Desenvolver o olhar que articula adequadamente as repercussões nas dimensões local, regional, nacional e internacional passou a ser uma meta a ser alcançada nos estudos de planejamento.

Por um lado, a formação em ciências sociais, especialmente em Antropologia, contribuiu para a construção e o recorte do objeto à medida que buscou o entendimento das especificidades culturais e dos modos de vida distintos na construção social do espaço, bem como a demonstração da complexidade social

por meio da análise dos processos de dominação, da articulação dos interesses envolvidos e da objetivação das forças num determinado campo da ação política.

Por outro lado, esta é uma proposta multidisciplinar de estudo que se acredita não ser a junção por somatório de autores e temas, mas a possibilidade de uma análise que promova a visualização de um fenômeno social sob um olhar múltiplo. Existe nesta proposição uma crença de que o entendimento dos processos sociais se dá no entrelaçamento do particular e do geral, não sobrevivendo o estudo que permanecer somente em um ou em outro nível de tratamento analítico.

A inspiração para o desenvolvimento do tema é a etnografia. Não apenas a descrição de um determinado grupo étnico mas a entrada na análise social a partir da descrição de atores e processos considerados fundamentais para sua explicação. Neste trabalho existe uma enorme base descritiva já que a crença antes mencionada levou a construir uma “descrição densa” (GEERTZ, 1978) da formulação de uma política e de um projeto.<sup>1</sup>

Acredita-se que analisar a integração energética com esse olhar, ou seja, fazer a etnografia dos conflitos e buscar os elos entre as escalas de atuação desses universos, possa se constituir numa proposta de análise múltipla que enfoque as relações de dominação a grupos sociais específicos, (a resistência à usurpação de um território e as formas de luta política nem sempre reconhecidas) como também formulações ideológicas nas políticas públicas. Nesta opção encontra-se também ancorada a construção do texto de forma que o cenário e os bastidores das decisões apareçam por trás dos documentos oficiais que anunciam a inexorabilidade dos grandes projetos, decisões que mesmo alteradas, muitas vezes em consequência da luta e para o aparente benefício dos grupos que resistem, afetam outros grupos tão dominados quanto os primeiros, mas talvez ainda sem a expressão política suficiente para se tornarem eficazes.

Finalmente a formulação das bases de desenvolvimento do trabalho de pesquisa se completa com a convicção de que todos esses fatores traduzem uma proposta de análise sociológica (constituem um olhar sociológico no sentido

---

<sup>1</sup> O autor define: “A etnografia é uma descrição densa. O que o etnógrafo enfrenta, de fato (...) é uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas destas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e inexplícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro aprender e depois apresentar.” (GEERTZ, 1978, p. 20) Segundo Geertz, à interpretação etnográfica são atribuídas quatro características: “ela é interpretativa; o que ela interpreta é o fluxo do discurso social; a interpretação envolvida consiste em tentar salva o ‘dito’ num tal discurso da possibilidade de extinguir-se e fixá-lo em formas pesquisáveis.(...) Há ainda uma quarta característica de tal descrição, pelo menos como eu a pratico: ela é microscópica”. (GEERTZ, 1978, p.31)

relacional de Bourdieu) do fenômeno da integração energética e pode lançar luz sobre as contradições encontradas nesses processos desvelando a luta de grupos sociais específicos.

A integração da infra-estrutura física da América do Sul é reconhecida como um dos pilares da integração mais geral pretendida por governos e agentes econômicos globais. Sua atualidade e importância podem ser observadas, dentre outros aspectos, desde a relevância cotidiana dada pela grande imprensa, pelo montante de investimentos previstos no continente, pela frequência das reuniões dos presidentes e quantidade de acordos bilaterais celebrados. A compatibilização dos interesses nacionais, com desenvolvimento sustentável, no processo de integração continental, parece ser um grande desafio a ser enfrentado para o qual se acredita que a reflexão realizada nesta pesquisa poderá contribuir.

Se o planejamento energético remete à estratégia continental de governos e empresas, a implantação dos projetos que concretizam a integração energética acontece em escalas locais e regionais. A articulação destas escalas reveste-se de importância para o entendimento do processo de integração, tanto do ponto de vista operacional dos planejadores, quanto para a reflexão acadêmica dos fenômenos sócio-espaciais contemporâneos.

Parece ser, portanto, de fundamental relevância compreender os processos sociais atuais e as contradições interescares que transcendem os espaços administrativos-políticos usuais, os países e suas fronteiras, como também o acionar político dos agentes e os interesses em jogo, seja por motivações de ordem de resistência e defesa do controle de um território e dos recursos naturais, seja pela projeção dos interesses da expansão do mercado energético.

## 1.2 ENFOQUE METODOLÓGICO

A proposição metodológica para a pesquisa, cujos resultados são apresentados neste trabalho, considerou e buscou articular seus objetivos ao enfoque analítico pretendido. As dimensões acionadas para o desenvolvimento da pesquisa estiveram referidas aos níveis político-ideológico e social-cultural (englobando aqui o ambiental).

As dimensões política e ideológica estiveram presentes na análise da formulação da política de integração energética. Procurou-se focar as

representações e projeções sobre a integração a partir da construção de um discurso sobre o fenômeno integração, com elementos conformadores de uma realidade a ser atingida, à medida que tal discurso representa um planejamento de ações futuras.

A dimensão política iluminou, por um lado, a análise do jogo de interesses e forças presentes nessa projeção e, por outro, a consideração do Estado como presença constante na elaboração da política energética. No discurso da integração, há uma referência constante aos Estados Nacionais, seja como um momento de transição (de uma presença anterior forte a um agente regulador) ou como referência indireta no debate da globalização.

As dimensões social e cultural aportaram o referencial para a análise da implementação dos projetos, onde os conflitos foram analisados considerando as reivindicações e a atuação de grupos sociais específicos. No nível cultural, o tratamento referiu-se aos significados distintos atribuídos por comunidades locais e povos indígenas aos seus territórios e aos recursos afetados pela implantação dos projetos. O conteúdo ambiental esteve presente na análise dos preceitos do desenvolvimento sustentável da política energética, e no “lugar” destinado aos grupos sociais, características culturais, conflitos locais e “impactos ambientais” na temática da integração.

Finalmente, pretendeu-se focar as repercussões espaciais dessas dimensões, em todos os passos mencionados, analisando a construção de um espaço da integração, a partir das projeções que a política de integração energética engendra, resultando num mapa diferenciado das fronteiras tradicionais entre os países, com a indicação dos territórios reconhecidos pelos grupos locais e delineados pelos conflitos da implementação do projeto de infra-estrutura.

Uma das hipóteses desenvolvidas para a metodologia da pesquisa foi a possibilidade de retirar da análise dos documentos setoriais de planejamento a visão das questões predominantes à época de sua produção, materializando tais concepções nas propostas concretas de expansão do sistema elétrico. Da mesma forma, tentou-se encontrar, nos documentos de formulação dos planos e políticas do setor, as concepções que subjazem nas propostas de integração de energia elétrica, incluindo-se a literatura produzida em instituições diretamente relacionadas a esta integração. Foram considerados também os documentos das agências multilaterais de financiamento, partindo-se da hipótese de que a ação destas agências as

caracterizam como atores no cenário pesquisado.

O estudo de caso foi incorporado visando à análise de situações concretas dos projetos atualmente desenvolvidos. Considerou-se também que no cenário de implantação do projeto seria possível a reconstrução dos conflitos de representação e da resistência dos grupos locais, contribuindo para uma etnografia da implantação do projeto e dos próprios conflitos. Através de entrevistas e observações, o levantamento de informações abrangeu documentos produzidos no âmbito das empresas, como, por exemplo, os estudos de impacto ambiental, bem como o levantamento de dados primários em campo. Foram pesquisados ainda os jornais de circulação nacional e regional/local em períodos específicos.

A área a ser analisada no estudo de caso abrange a região de delimitação administrativa da fronteira entre o Brasil e a Venezuela, compreendendo parte do estado de Roraima (Brasil) e do estado Bolívar (Venezuela), a Gran Sabana - região dos campos de savana e parques nacionais - e os territórios indígenas nos dois países (Pemón na Venezuela e Macuxi, Taurepang e Wapixana, no Brasil). O projeto foco do estudo de caso é a Interligação Elétrica Venezuela-Brasil, linha de transmissão construída no período entre 1997 e 2001, conectando a usina hidrelétrica de Macagua, na Venezuela, à cidade de Boa Vista, no Brasil.

Do lado brasileiro, a implantação do projeto contou com a observação direta da pesquisadora desde a fase de negociação com as comunidades indígenas até o final da retirada dos ocupantes de suas terras, no período de 1997 a 2002.<sup>2</sup> A atividade de acompanhamento do projeto - com maior destaque para a temática indígena - possibilitou a observação de reuniões e assembléias que discutiram as propostas da empresa, avaliaram as atividades do programa de compensação ou encaminharam reivindicações a outras entidades como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Ministério Público (MP). Nesse período foram tomados alguns depoimentos e visitadas quatro aldeias distintas da Terra Indígena São Marcos.

Em 1998, foi realizado um reconhecimento, por sobrevôo, de Santa Elena de Uairén até a localidade de Las Claritas e, por rodovia, foram visitadas duas comunidades e o município de Santa Elena de Uairén, quando se registrou a importante presença Pemón na região. Em 2001, via rede de ambientalistas, foi

---

<sup>2</sup> Tal acompanhamento foi decorrente do vínculo profissional da pesquisadora com a Eletrobrás - entidade de repasse do empréstimo da Corporação Andina de Fomento (CAF) para a Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte).

localizado e entrevistado um dos divulgadores/alimentadores da informação durante o período mais forte da resistência Pemón ao projeto.<sup>3</sup> A partir desses reconhecimentos de campo, pôde-se conhecer o posicionamento das comunidades em relação à rodovia, ao traçado da Linha de Transmissão – LT e às atividades turísticas na região.

Inicialmente buscou-se construir uma base de informações de importância analítica equivalente para o que era encontrado separadamente nas fontes do projeto: os “trechos” brasileiro e venezuelano. A formulação dessa unidade de tratamento nem sempre foi possível devido à falta de equivalência de informações, em disponibilidade, natureza e controle das fontes. Em que pese ter sido realizado reconhecimento em território venezuelano com coleta de material de fontes secundárias, o conhecimento sobre a situação da implantação do projeto no trecho brasileiro é diferenciado tanto pela disponibilidade das informações em termos de acesso e conhecimento das fontes, como também pela oportunidade da observação do processo de implantação do projeto e do contato direto com as comunidades locais. No caso venezuelano, as informações coletadas, via Internet, durante o período de maior resistência Pemón, constituíram-se em material fecundo para a análise.<sup>4</sup>

O desenvolvimento da pesquisa mostrou não ser possível a construção de uma unidade espacial homogênea para a apresentação dos resultados englobando os trechos venezuelano e brasileiro. Assim, optou-se por um tratamento temático na organização dos capítulos referentes ao estudo de caso, sendo um deles totalmente dedicado à apresentação dos territórios analisados.

Com o intuito de tecer o universo relacional teoria/construção do objeto, os procedimentos metodológicos associaram o levantamento bibliográfico e de dados secundários; a pesquisa de campo contemplando a realização de entrevistas, observações e coleta de material no local da pesquisa; a elaboração de mapas; e, finalmente, a elaboração dos capítulos que compõem as duas partes principais do trabalho.

---

<sup>3</sup> Desse período estão registradas e arquivadas cerca de 220 notícias difundidas por intermédio de rede ambientalista venezuelana, bem como mensagens de apoio divulgadas por redes brasileiras e por outras de diferentes países.

<sup>4</sup> A utilização da Internet, como uma de suas formas de luta, é em si, uma questão para a pesquisa, tanto como aspecto metodológico na potencialidade de uma fonte de informação, como também na relação de conformação do próprio objeto de pesquisa, já que a ação, via Internet, pode ser considerada como ferramenta para a ação transescalar.

A síntese do desenvolvimento do trabalho apresentada a seguir, pretende explicitar ao leitor o caminho percorrido em sua construção.

Os capítulos iniciais introduzem ao tema e ao tratamento teórico-analítico da pesquisa (capítulos I e II) que é apresentada em duas partes complementares. A Parte I enfoca a integração energética na escala continental, privilegiando os aspectos de planejamento. A Parte II desenvolve o processo de decisão do planejamento até a operação do projeto de Interligação Elétrica Venezuela-Brasil.

Na Parte I a configuração da integração energética começa a ser apresentada retomando o caminho da construção histórica da integração energética (Capítulo 1) e passa à caracterização dos principais atores institucionais da integração em sua evolução até o momento atual (Capítulo 2).

A localização do tema da integração no planejamento setorial é focada na análise do desenvolvimento do planejamento do setor de energia elétrica no Brasil, buscando demonstrar o lugar dedicado e o significado atribuído aos aspectos da integração energética (Capítulo 3).

O projeto de uma política energética para a América do Sul e a visualização da projeção da integração, configurando o espaço continental, bem como as informações sobre as possíveis interligações existentes e futuras nos diversos países, são tratadas de maneira a completar o quadro projetado pelas instituições analisadas (Capítulo 4).

E, finalmente, uma vez que o desenvolvimento energético proposto está associado a um desenvolvimento energético sustentável, o último capítulo desta primeira parte do trabalho analisa as bases da sustentabilidade da política energética proposta para a América do Sul (Capítulo 5).

A Parte II do trabalho é direcionada ao tratamento do planejamento da expansão e da integração energética à gestão específica da implantação de um projeto. Se, na primeira parte a referência espacial é o continente, na segunda desenvolve-se uma trajetória que parte da escala continental até a decisão pelo projeto, revelando os caminhos para a tomada de decisões, as alternativas construídas durante o processo e de que modo a integração se apresenta aos grupos sociais locais.

Assim, revela-se em primeiro lugar a região de implantação do projeto com as especificidades fundamentais para a caracterização de suas territorialidades (Capítulo 2).

Em seguida, evidencia-se a passagem do planejamento para a decisão do projeto até a configuração oficial da Interligação Venezuela-Brasil e os estudos realizados para sua implementação (Capítulo 3). Se até esse momento a ênfase principal da análise havia sido o planejamento e os atores institucionais, o Capítulo 4 introduz a questão da negociação com as comunidades locais, descrevendo o processo do lado brasileiro. Outra forma de negociação levou ao conflito e à resistência direta ao projeto e é com a apresentação das principais características desse enfrentamento, entre a empresa, o Estado venezuelano e as comunidades diretamente atingidas que se finaliza a etnografia do planejamento e implantação de um projeto de integração energética.

As conclusões pretendem sintetizar algumas reflexões desenvolvidas ao longo do texto e deixar registradas as inquietações suscitadas pela pesquisa.

## II OS DESAFIOS DO PLANEJAMENTO NA ERA GLOBAL – CONSTRUINDO A PROBLEMÁTICA

### II.1 CARACTERÍSTICAS DA SOCIEDADE GLOBAL E RELAÇÕES INTERESCALARES

O primeiro nível da problemática refere-se às concepções de globalização e integração como esferas inclusivas e determinantes. Quais os elementos básicos tratados nessa complexidade? Encontrando-se diante de uma sociedade global (IANNI,1999), ou de um sistema mundial (SANTOS,1995), pretende-se discutir a complexidade e a importância das relações sociais e territoriais nas relações concretas estabelecidas nos processos de integração entre os Estados. Das diferentes perspectivas, buscaram-se aquelas relações e categorias de interpretação que permitissem caracterizar o processo nas vertentes social, cultural e espacial.

Assim, procurou-se localizar o debate enfatizando o papel do Estado, os limites do território e uma possível homogeneização cultural. Dependendo da elaboração teórica tais noções podem supervalorizar as estratégias globais e simplificar, sobremaneira, os espaços locais, regionais e nacionais, ou ainda as estratégias dos atores locais.<sup>5</sup>

Ianni (1999) identifica várias características do processo de globalização, tais como a articulação, a desterritorialização, a generalização da não contemporaneidade, entre outras.

*As sociedades contemporâneas, a despeito de suas diversidades e tensões externas e internas, estão articuladas numa sociedade global (...). Neste contexto as formas regionais e nacionais continuam a subsistir e atuar. Os nacionalismos e regionalismos sociais, econômicos, políticos, culturais, étnicos, lingüísticos e outros, podem até ressurgir, recrudescer. (IANNI, 1999, p.39)*

*A globalização não apaga nem as desigualdades nem as contradições que constituem uma parte importante do tecido da vida social nacional e mundial (...) Acontece que o mundo se forma como um vasto e complexo caleidoscópio de nações, nacionalidades,*

---

<sup>5</sup> Cabe ressaltar que a integração energética em pauta é a integração física dos sistemas elétricos ou a integração do mercado energético entre as empresas que controlam a produção e transmissão de energia ou parcelas do mercado dos serviços de infra-estrutura. Nesse sentido, a busca pela “entrada” no sistema mundial por intermédio da integração (que é como o tema da globalização surge no material empírico), anunciada como a justificativa para a otimização do padrão de planejamento nacional e da intervenção estatal para a integração energética continental, representa um objetivo que não seria alcançado nas bases propostas. Tais afirmativas caberiam num arcabouço de justificativas de senso comum (ou do discurso dominante) onde a globalização aparece como o “declínio” do Estado, a “queda” das fronteiras e limites entre os países e a “convivência” cultural generalizada.

*etnias, minorias, grupos e classes. Aí se reproduzem diversidades e desigualdades sociais, econômica, políticas e culturais em distintas gradações e múltiplos arranjos. Se há algo que se reproduz e acentua em escala mundial, é o desenvolvimento desigual e combinado das relações e produções materiais e culturais. A não contemporaneidade, que já é um fato no âmbito da nação, generaliza-se e aprofunda-se na sociedade global. São vários os universos materiais e culturais, reais e imaginários, que se entrecruzam e superpõem, completam e divorciam, integram e antagonizam. (IANNI, 1999, p. 127)*

Além de Ianni e Giddens (1991), outros autores tratam da caracterização da sociedade global e contribuem de maneira particular para os objetivos da pesquisa. Fiori (1997) trabalha internamente as dimensões política e econômica, demonstrando que as respostas econômicas não são fenômenos naturais do processo de internacionalização financeira, mas representam opções dos Estados pelas políticas neoliberais que levaram às crises atuais nos países latino-americanos.

Bourdieu (1998) estabelece os pressupostos ideológicos e de mitificação do fenômeno. Milton Santos (1996) enfatiza o espaço como nível analítico a ser considerado também na escala global e, finalmente, Boaventura Souza Santos sugere que as características histórico-culturais de determinada sociedade podem se constituir em alternativas de resposta ou reorganização frente aos processos de dominação oriundos da globalização.

Segundo Souza Santos, o processo de desterritorialização das relações sociais, ocasionado pela multiplicação dos direitos às opções, é também, em aparente contradição, um processo de reterritorialização, onde *“estão a emergir novas identidades locais e regionais construídas na base de novos e velhos direitos a raízes”* (1995, p. 59, grifo do autor). Assim, outro aspecto para a reflexão das características do sistema mundial, seria a observação dos elementos que, em determinada situação, favorecem o fortalecimento das identidades e de sua expressão territorializada.

Finalmente, a hipótese que permite associar essas abordagens ao objeto de pesquisa, acredita-se encontrar na proposta de Swingedouw (1997), retomada por Vainer (2000), que amplia e faz interagir os círculos de ação, ressignificando a noção de escala e afirmando a transescalaridade como característica constitutiva do processo de globalização.

*(...) o processo de globalização é também, necessariamente, um processo em que se disputam concepções do que sejam a cidade e o território, as múltiplas escalas e as relações interescares, os sujeitos sociais e políticos em suas relações com o território e o ambiente. Neste sentido, cabe lembrar que, em diferentes lugares, cidades, regiões, escalas, sujeitos coletivos elaboram e experimentam práticas e dinâmicas que se insurgem contra a homogeneização e produtivização competitiva do território e da cidade, mesmo que sua capacidade de vocalizar – isto é, produzir a retórica destas práticas – e de difundi-las é, na conjuntura atual, infinitamente menor que a dos atores hegemônicos. (VAINER, 2000, p. 11)*

O que poderia parecer incidir apenas em determinadas esferas ou escalas locais/regionais, na verdade transcende ou invade as escalas nacionais ou ainda a escala global. Swingedouw denomina o “trânsito transescalar” de “*jumping scales*”, afirmando que o global e o local são mutuamente constituídos e que a contínua reorganização das escalas espaciais é parte integrante das estratégias e lutas sociais (SWINGEDOUW, 1997, p. 140-142). Este autor e tema serão retomados quando da análise da implantação da Interligação Venezuela-Brasil. Consolida-se, porém, desde já, a idéia de que a transescalaridade (ou pluriescalaridade) seja um dos temas centrais da globalização.

## II.2 PLANEJAMENTO COMO CAMPO DE DISPUTAS E CONFLITO DE ESCALAS

Analisar a proposta de integração energética significa analisar uma política de criação ou estruturação de um novo território. A ampliação da escala nacional para a internacional pode atualizar ou criar alianças e conteúdos em temas que anteriormente eram pautados nas escalas local, regional e nacional.

A elaboração da política e do planejamento energético para o continente acontece num determinado campo de influências, interesses econômicos e forças sociais, expressos na própria produção dos conteúdos e temas. A análise deste “campo” de produção da política e do planejamento da integração energética permite examinar a disputa, o encontro e o confronto das concepções acionadas pelos múltiplos sujeitos e contextualizar o produto (a política e o planejamento energético da integração) como resultante deste embate de forças. Os conteúdos da política/planejamento tentam articular tanto os argumentos necessários à

participação de agentes econômicos no espaço anteriormente liderado por empresas estatais e governos, quanto os argumentos considerados inovadores, como o desenvolvimento humano e a consideração dos aspectos ambientais, idéias que também se constroem em seu campo de disputa política, muito mais que conceitos explicativos ou transformadores da realidade. (ASCELRAD, 1997)

Nesse caso, a hegemonia de uma determinada concepção aconteceria simultaneamente à interação de campos ou temas que não se apresentavam articulados anteriormente nas propostas setoriais, como, por exemplo, a exploração energética ou o desenvolvimento humano e sustentável.

Apesar de temas como o ambiental e o étnico serem considerados como emergentes ou característicos da sociedade global (IANNI, 1999), faz-se necessário pensar como se justificam tais conteúdos, na gestão de um território, não somente identificado com os seus tradicionais gestores - os Estados Nacionais. A articulação desses aspectos subsidia a análise do mapa projetado por essa política.

Segundo Bourdieu, o ato de estabelecer uma região, desde a etimologia da palavra *régio* (reger, dirigir), conduz ao princípio de *di-visão*, de definir fronteiras e de separações, e representa vestígios da autoridade de estabelecer um território, de impor a definição legítima de fronteiras, o princípio de divisão do mundo social. Trabalha-se com “regiões” delimitadas em função de diferentes critérios (língua, habitat, tamanho da terra etc.) que não coincidem perfeitamente e são classificações relacionadas a uma realidade social e produto de lutas por uma delimitação legítima. (BOURDIEU, 1989, p. 114-116)

Por outro lado, além das questões relacionadas ao campo de produção e aos atores sociais envolvidos, a constituição de uma política energética para o continente abrange também a reflexão sobre sua escala de formulação. Quando tomada a região construída para a integração energética (onde se alcançaria a otimização dos sistemas elétricos e o desenvolvimento sustentável), percebe-se um problema ditado pela opção por um determinado nível de análise e uma escala espacial de representação desse mundo projetado: “*a realidade aparece diferente segundo os níveis de análise*”. (LACOSTE, 2002, p. 77)

Lacoste também adverte que, no plano da ação urbanística ou militar, é preciso privilegiar níveis de análise que correspondam aos espaços operacionais em decorrência das estratégias e táticas utilizadas, o que não se faz sem um esforço sistemático de diferenciação e de articulação, uma vez que cada fenômeno está

associado a uma escala e é apreendido em diferentes níveis de análise espacial. Segundo o autor, a intersecção de vários conjuntos espaciais e de vários níveis de análise espacial não se consolida apenas na conceituação dos espaços e possui características específicas.

Se o planejamento da integração parece remeter às estratégias continentais - de governos e empresas -, a implantação desses projetos investe em escalas locais e regionais, ocultas ou invisíveis ao nível do debate e do planejamento estratégico da integração. Desvelar essas contradições permite trazer à cena grupos sociais invisíveis no debate continental: visibilizá-los e nomeá-los pode ajudar a desvendar facetas pouco consideradas na retórica da sustentabilidade e nas propostas de planejamento.

As definições de escala em geografia variam mas, mesmo sendo relativizadas por diferentes reflexões sobre as formas de apreensão da realidade, convergem em pelo menos alguns aspectos: (1) a escala dá visibilidade ao espaço objetivado de um determinado fenômeno, mediante sua representação, e (2) este fenômeno existe e torna-se visível somente em uma determinada escala ou nível escalar. Sem se perder na discussão sobre a escala em si (representação, observação, concepção, análise etc. CASTRO, 1995, p. 117-139), o que interessa neste momento é a relação entre a escala e o fenômeno. Em geral, o fenômeno (sua representação, sua expressão visível) e sua escala estão associados ao lugar, à região, à nação, ao mundo, conferindo a estes uma dimensão apenas, mesmo que ele seja apreendido com a articulação de diferentes níveis de percepção, mapas em diferentes escalas etc.<sup>6</sup>

Pensar a expressão dos movimentos ou lutas em estratégias transescalares é pensar a representação de determinado espaço em múltiplas escalas – associadas a narrativas escalares também múltiplas. Não se trata de utilizar a noção de escala como medida, como espaço social único onde a ação acontece e pertence. A noção de escala para Swingedouw (1997) se apresenta como arena e momento, tanto ao nível discursivo quanto material, nos quais as relações sócio-espaciais são contestadas e os compromissos negociados e regulamentados. Segundo o autor, não se deve tomar a escala como ponto de

---

<sup>6</sup> Vainer, (2005) analisa as várias contribuições sobre o conceito de escala, localizando as vertentes: a) Escala Cartográfica e Escala com Perspectiva, representada entre outros pelos geógrafos citados; b) As Escalas do capital; e c) Narrativas Escalares.

partida, e sim, dar relevância ao entendimento do seu processo de produção, que é não hierárquico. Para Swingedouw, não existe o local versus o global, estas instâncias são mutuamente constitutivas.

*A multiplicidade de níveis de escala sugere que a escala não é ontologicamente dada e definida a priori como território geográfico, nem politicamente neutra enquanto estratégia discursiva na construção de narrativas (...) A escala é tanto o resultado como o efeito das lutas sociais pelo poder e controle (...) a posição relativa do poder social depende de quem controla o que e em que escala. (SWINGEDOUW, 1997, p. 140)*

Talvez o problema não seja a realidade aparecer diferente de acordo com as escalas dos mapas, de acordo com os níveis de análise (LACOSTE, *in*: CASTRO, 1995, p. 121), mas o fato dela ser construída e de se anunciar diferentemente de acordo com as relações de poder presentes na disputa em questão. A proposta de narrativas transescalares permite pensar a escala como a projeção dos conflitos na medida da intenção de sua força ou do objetivo da conquista de determinada posição em um determinado campo de lutas.

Outra diferença nas análises de Lacoste e Swingedouw refere-se a quem maneja ou manipula as escalas. As narrativas escalares para Swingedouw têm um sujeito que pretende algo em disputa, conformando as escalas como arenas de lutas. Para Lacoste, a opção por determinada escala é prerrogativa do analista (estrategista ou geógrafo).

Adotando a primeira perspectiva para focalizar os casos concretos, são os sujeitos sociais, os atores em luta que acionam ou constroem através de suas narrativas, de ações simbólicas ou concretas, as relações escalares, fazendo com que esses níveis passem a fazer parte da disputa. Tal concepção traz a análise para a dinâmica dos processos políticos e sociais, tornando possíveis as delimitações entre as escalas mais fluidas e objeto de constante disputa.<sup>7</sup>

*Não se trata de sugerir que estamos diante da indeterminação total e absoluta, tão a gosto dos pós-modernos, impedimento de qualquer teoria abrangente. Certamente, há bases históricas e materiais, generalidades e dinâmicas que estruturam os processos contraditórios, conflituosos, determinados ou condicionados igualmente por embates em torno da legitimação e imposição (simbólica, política, econômica, cultural) de escalas dominantes. As escalas não são apenas socialmente construídas ou engendradas,*

---

<sup>7</sup> Na segunda visão, a de Lacoste, o analista como detentor das escalas, ainda que articule os mapas das operações e diferencie geograficamente os níveis das possíveis ações, estará lidando em um plano de suas próprias estratégias, intercalando mapas “frios” com filtros nas leituras interescares.

*como também, e sobretudo, estão permanentemente em questão, campo e objeto de disputas e confrontos entre diferentes agentes que propõem diferentes escalas e em diferentes escalas se dispõem - seja para conservar, seja para transformar o mundo e as escalas que o organizam. (Vainer, 2005, p . 13)*

**PARTE I**

## 1 ANTECEDENTES E ESTABELECIMENTO DO “CAMPO DA INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA”

A noção de “campo” de Bourdieu - espaço social onde se constituem relações de concorrência e disputa de poder entre atores nele situados - foi adotada neste trabalho como recurso para se entender a constituição e a dinâmica do fenômeno da integração energética desde os primeiros registros alcançados na pesquisa. A noção de “campo” é compreendida a partir de uma perspectiva relacional do mundo social - indivíduos ou grupos ocupam posições relativas num espaço de relações e travam embates, cada qual com distintas possibilidades, sobre o mundo material e simbólico. Tais possibilidades se tornam diferenciadas por se referirem ao poder conferido às diversas posições ocupadas naquele espaço.

Logo, o “campo” se constitui num espaço social de diferenciações onde são travadas lutas de poder e lutas simbólicas no bojo das quais os agentes se esforçam para manter ou para transformar a estrutura das relações ali existentes. É um recurso para a análise sociológica de situações ou fenômenos sociais de naturezas distintas.<sup>1</sup>

Neste capítulo, utiliza-se a noção de “campo” (a princípio emprestada da física, mas com o modo de nominar da economia) para analisar a constituição do que ao longo do trabalho será chamado de campo da integração energética (derivado de um provável campo da energia). Evidencia-se como este campo aparece e se configura como fenômeno em relação ao qual se articulam atores e esforços institucionais, instaurando a integração energética como tema no cenário de desenvolvimento do setor de energia elétrica.<sup>2</sup>

A integração energética entendida como possibilidade de intercâmbio ou de importação de energia elétrica de países vizinhos, torna-se mais visível a partir de 1990. Praticamente toda a evolução do tema - no que diz respeito à integração física por meio de projetos de geração e transmissão de energia elétrica e para intercâmbio de energia - desenvolve-se na década de 1990, com alguns

---

<sup>1</sup> Bourdieu desenvolveu o que posteriormente passou a chamar de “teoria geral dos campos” para orientar as opções práticas de pesquisa. A noção de campo é explicitada em várias de suas obras, como campo jurídico, intelectual, político, entre outros. Neste trabalho estamos referenciando mais diretamente o **Poder Simbólico**, livro com uma coletânea de trabalhos sobre sistemas simbólicos, identidade e representações, conceito de campo etc., publicado em português em 1989. Observa-se que a noção de campo foi também utilizada para a análise do “campo ambiental” em pesquisa para a tese de doutoramento por Sônia Oliveira (OLIVEIRA, 2001), a qual também tomamos como referência para esta reflexão.

<sup>2</sup> O recurso à idéia de campo de integração energética tem início neste capítulo mas perpassa todo o trabalho pois se tenta manter o “pensar relacional” e a noção de espaço social no seu desenvolvimento.

acontecimentos anteriores, ainda na década de 1980. No entanto, a formulação dos objetivos de integração entre as empresas de serviços de suprimento de energia ou entre os países sul-americanos tem início cerca de 20 anos antes, porém com objetivos e significados distintos do entendimento atual.

Em meados da década de 1960, tem início a articulação para criação de uma entidade que promovesse a integração energética nos países da América Latina. Em 1965, foi oficialmente instituída a Comissão de Integração Elétrica Regional – Cier, como organismo internacional, com o objetivo de *“promover em caráter permanente o intercâmbio de informações, experiências e trabalhos técnicos entre empresas de energia elétrica da América do Sul”* (ELETROBRÁS, 2004, p. 16). A Cier viria a se afirmar como a instituição de referência nessa área.

A importância da cooperação técnica e o intercâmbio de conhecimento, com o objetivo de dissolver o “isolamento” entre as empresas responsáveis por serviços públicos de eletricidade na América do Sul<sup>3</sup>, são as principais justificativas para a constituição de um espaço institucionalizado, dando início à organização de um fórum de articulação para a quase totalidade dos países deste continente.

Em recente coletânea de depoimentos sobre *Energia Elétrica e Integração na América do Sul*, o Centro da Memória da Eletricidade no Brasil (ME) reuniu 17 entrevistas com personagens diretamente ligadas ao tema desde 1965 (ELETROBRÁS, 2004). Nesses depoimentos, a maioria dos engenheiros oriundos das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) e participantes da Cier afirma que, antes do processo de privatização do setor, o foco principal dos fóruns de integração energética era a cooperação técnica e o intercâmbio de informações entre as empresas de energia elétrica. De acordo com os entrevistados, tal relacionamento, iniciado na década de 1960, facilitou o desenvolvimento de trabalhos posteriores sobre a viabilização de projetos binacionais como o da usina hidrelétrica de Itaipu e dos estudos para a hidrelétrica de Garabi (rio Uruguai, na fronteira Argentina-Brasil). Segundo esta visão, os relacionamentos pessoais em torno do intercâmbio de informações técnicas e a experiência pessoal de alguns técnicos brasileiros em instituições internacionais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), criaram uma rede de articulação que se constituiu na base para a concretização das ações futuras de integração e a

---

<sup>3</sup> Esta Comissão será tratada especificamente em outra parte do trabalho como um dos atores institucionais de destaque no desenvolvimento da integração energética nos últimos 40 anos.

materialização de projetos. De fato, os depoimentos sobre estes projetos mencionam técnicos e representantes governamentais, notadamente do Paraguai e Argentina, como aqueles presentes na Cier, desde os seus primórdios.

*evidentemente que antes dessa década (1990), as empresas todas eram governamentais, a CIER foi uma criação do Ernesto Roesler, a quem se deve prestar toda homenagem, naquele momento se discutia um intercâmbio de informações, não era uma integração física, e sim uma integração de gerenciamento, de informações, de formação de pessoal.*<sup>4</sup> (ELETROBRÁS, 2004, p. 533)

Também é interessante resgatar a visão sobre Itaipu do ministro das Minas e Energia do Governo Castello Branco, Mauro Thibau, sobre a época em que foi criada a Cier:

*Naquele tempo você tinha que usar vários sistemas brasileiros para chegar a absorver a energia de Itaipu. **Mas o espírito das integrações regionais era de ação limitada, de pequena expressão energética, mas de grande interesse político, porque elas representavam laços políticos de ação. Havia pois muito interesse das diplomacias em fazer montagens para as quais a energia era um elo físico de materialização das ações diplomáticas.** Isso é importante para situar, no tempo e no espaço, para esclarecer o cenário dessa época, dos anos 1960, e o que se objetivava naquele tempo. (...) devemos lembrar que, em março de 1964, aconteceu a Revolução no Brasil, com a instalação do primeiro governo militar, do presidente Humberto de Alencar Castello Branco, que tinha toda a intenção de terminar o período anterior, do presidente João Goulart, e promover a eleição de um presidente civil.(...) Não foi possível fazê-lo, no entanto, porque as forças armadas não queriam um período tão curto de erradicação do processo de esquerdização do Brasil. Assim, veio primeiro o Ato 2 e depois a sucessão, também militar, do presidente Artur da Costa e Silva. Naquela época, justamente março, estávamos em plena montagem do novo governo, numa situação pós-revolucionária de instalação, de institucionalização de um governo, o que significava colocar pessoas nos postos de administração, estabelecer regras, fazer a verificação do que havia de infiltração de elementos comunistas nos diferentes escalões do governo; os procedimentos eram todos asfíxiantes, obsessivos. **Um assunto como a integração energética não tinha oportunidade de ser considerado com a sua justa seriedade.***

*...(e continuando)...**Mas o grande interesse, volto a dizer, era diplomático, porque era a maneira de se estabelecer o que hoje vem a ser o Mercosul: uma integração não energética apenas, mas econômica para o benefício comum. Era, pois, uma***

---

<sup>4</sup> Nelson da Franca Ribeiro dos Anjos, trabalhou na OEA, Eletrobrás e foi secretário executivo da Cier. “Ernesto A. Roesler foi um dos quadros mais importantes da área de relações internacionais da Eletrobrás, membro da delegação brasileira no Primeiro Congresso de Integração Elétrica Regional (...) participou ativamente dos entendimentos e negociações sobre projetos de cooperação no campo de energia elétrica entre Brasil e os países da América do Sul até o final dos anos 80.” (ELETROBRÁS, 2004, p.14)

***materialização da atividade geopolítica***". (ELETROBRÁS, 2004, p. 101 e 103, grifos nossos)

A intenção de uma integração energética que materializasse os objetivos políticos, diplomáticos e com orientação geopolítica, apresentada naquele depoimento, expressando a orientação da coordenação ministerial da época, não apareceu em outras fontes pesquisadas.<sup>5</sup>

Ao longo dos depoimentos dos primeiros atores da integração, referindo-se às duas primeiras décadas de existência da Cier, o tema é monopolizado em torno da viabilização do então projeto de aproveitamento hidrelétrico do Salto de Sete Quedas, posteriormente Itaipu e, mais tarde, da UHE Garabi. Nota-se a conformação de um campo de ação onde representantes governamentais, empresas de consultoria e empresas estatais trabalharam - em contratos de longa duração, com reuniões periódicas - até a consolidação do Tratado de Itaipu (e, posteriormente, até a década de 1990, por ocasião da desmobilização do contrato dos estudos da UHE Garabi). Pode-se dizer que nesse período começou a se estabelecer o conhecimento e o relacionamento entre os atores. Dessa forma, efetivou-se uma rede de contatos e foram determinados critérios técnicos, antecedentes diplomáticos e contratuais que possibilitaram a realização tanto dos projetos acima citados como de acordos, no campo da energia, entre os países latino-americanos.

Além das posições "técnicas" ou "político-diplomáticas" quanto à institucionalização da integração energética, merecem ser registradas, ainda, outras afirmações e constatações que se referem ao posicionamento dos atores no cenário da integração, no período de 1965 a 1990. A concepção preponderante dizia respeito ao aspecto da integração como relação bilateral entre países, objetivando viabilizar interesses comuns. As possibilidades de exploração ou recebimento de energia eram focadas em projetos específicos de geração de energia, localizados próximos ou além das fronteiras nacionais. Notadamente durante a década de 1970 e início da década de 1980 tal tendência teria marcado a atuação e a expressão da

---

<sup>5</sup> A literatura sobre as relações diplomáticas, no período, aponta como fator importante a construção da UHE Itaipu mas não relaciona este fato com os objetivos da integração do continente, à época promovidos no âmbito da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc).

Eletrobrás e do Ministério de Minas e Energia (MME) que procuraram oportunidades de exploração energética nos rios e territórios de fronteira<sup>6</sup>.

No depoimento de José Luiz Alquéres<sup>7</sup>, as diferenças aparecem sob outro prisma:

*ao longo do meu depoimento não limitarei as referências aos projetos de cooperação apenas aos países da América do Sul. Há outros exemplos internacionais que pretendo citar. O suprimento de energia elétrica é freqüentemente associado aos limites territoriais de um país, de uma região ou de um estado. Tendo sua distribuição ligada a um grid, essa integração física dá um caráter muito nacionalista ou regionalista ao seu desenvolvimento. Embora essa visão paroquial de auto-suficiência fosse a tendência dominante, sempre houve, entre as pessoas que trabalhavam no setor de energia elétrica, uma corrente internacionalista ou de integração entre regiões e, portanto, entre as áreas de concessão. (...) Há ainda que considerar que falar de energia elétrica é falar do setor elétrico. E o setor elétrico inclui toda a cadeia produtiva, da fabricação de equipamentos ao fluxo de capitais, que sempre tiveram um caráter muito internacional. Na Eletrobrás onde trabalhei desde 1972, e no BNDES, onde entrei em 1964...pude distinguir dois tipos de abordagem para a solução dos desafios setoriais: os engenheiros e os tomadores de decisão que não ficam limitados a fronteiras abstratas, sejam elas políticas, ideológicas ou de áreas de concessão, comparados com os outros que as respeitam ferozmente e se dedicam a solucionar seus problemas voltados para seu interior, buscando a auto-suficiência. (ELETROBRÁS 2004, p. 228)*

A segunda parte da citação - sobre a postura internacionalista em contraposição à paroquial - remete a posturas diferenciadas do equacionamento das demandas energéticas e da organização do setor de energia elétrica nos limites do território nacional, em contraposição a estruturas mais abertas e a soluções que extrapolassem tais limites. O aspecto da possibilidade das interconexões internacionais sofrerem descontinuidade em consequência de problemas políticos entre os países, perdurou até a década de 1990 e pode ser observada, ainda hoje, em alguns posicionamentos.

---

<sup>6</sup> Segundo Ferreira, a visão das relações internacionais como possibilidade de aumentar o saldo da balança comercial do país e a busca por acordos bilaterais foram as tônicas da diplomacia brasileira no Governo Geisel. Enfatiza o autor que, a partir daquele governo, foi quebrada a política isolacionista do Brasil frente aos demais países latino-americanos e que a questão energética foi fator fundamental para maior aproximação com a região. Registra, porém, que em grande medida, a quebra do isolacionismo ainda era posição restrita ao gabinete presidencial. (FERREIRA, 1993, p. 78 e 123-125)

<sup>7</sup> Engenheiro civil, secretário-executivo do Grupo Coordenador do Planejamento dos Sistemas Elétricos (GCPS), presidente da Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro (Cerj), Diretor de Planejamento e Engenharia da Eletrobrás, Secretário Nacional de Energia e presidente da Eletrobrás. (ELETROBRÁS, 2004, p. 226)

Dessa forma, ainda que as soluções tecnológicas já estivessem disponíveis, outras diretrizes teriam de ser consideradas para a prevalência da posição da auto-suficiência técnica, da segurança de abastecimento e do balanço macroeconômico do país.<sup>8</sup> O ex-ministro Mauro Thibau, em mensagem final de seu depoimento observa:

*A título de despedida, eu faria um lembrete, a propósito dessa menção que fiz ao fato de sermos hoje grandes importadores de energia sobre as mais diferentes formas. É que a sustentabilidade desse processo é bastante preocupante. Se formos cada vez mais ficando numa dependência de energia importada, seja ela sob a forma de gás, de óleo, de carvão, de derivados, de eletricidade, nós vamos ter um ônus muito grave na nossa balança de pagamentos com as contas externas.(...) Dizer que a integração energética deve ser feita sem nenhuma cogitação de equilíbrio não é bem correto, porque ela deve ser bidirecional.(...) Importamos de toda a fronteira brasileira, desde a Venezuela no norte, da Bolívia, estamos falando em importar gás de Camisea, no Peru, somos importadores de Itaipu, importadores diretos do sistema argentino e em grande escala. Quer dizer, quantas usinas de 2.400 megawatts nós temos? Umas três, iguais ou maiores. É uma grande usina, a interligação com a Argentina é uma das nossas grandes usinas. Isso é preocupante e nos faz lembrar de discutir, aí sim, política energética com a inclusão dessa variável de comércio exterior, interface entre a política energética e a política de comércio exterior. Temos que encontrar meios e modos de não exagerar na dependência (...) Temos, pois, que dar uma atenção futura aos energéticos, possuídos totalmente em meio territorial e econômico do país, porque caminhar para, a longo prazo, sermos dependentes totais de importação é cercear nossa segurança. Essa é a mensagem final, em termos de integração energética, observe-se bem o princípio da dependência, não ultrapassando os limites que a prudência aconselha. (ELETROBRÁS, 2004, p. 121-125)*

Outro posicionamento associa as características territoriais com objetivos de suficiência energética nacional às próprias características de evolução do sistema elétrico e à exploração dos recursos hídricos. Há correntes que defendem que o Brasil, por já ter realizado um grande processo de integração de sistemas no território nacional, estaria apto a contribuir positivamente para futuras ações no sentido da integração continental. Ventura (CONGRESSO INTERNACIONAL CIER,

---

<sup>8</sup> Ferreira afirma que ao final dos anos 1970 e início dos 1980 “A fase de grande desenvolvimento econômico do Brasil já não se mantinha, o que enfraquecia a posição dos que defendiam a idéia de uma política externa voltada, prioritariamente, para os países desenvolvidos. Passou-se a defender dentro do governo, uma visão desenvolvimentista não mais isolada, mas dentro de um contexto prioritariamente latino-americano”. Dentro dessa perspectiva o Brasil desenvolve uma política externa mais ativa na região, tanto em nível ministerial quanto presidencial. “Como exemplo, João Figueiredo foi o primeiro presidente brasileiro a visitar Bogotá, Lima e Caracas, e o primeiro a visitar Buenos Aires em 45 anos”. (FERREIRA, 1993, p.111)

2004) explica que este fato se deve à característica predominantemente hidrelétrica do sistema elétrico brasileiro, dentre outros fatores que permitiram germinar as condições necessárias a um processo de integração elétrica ou energética, seja entre países ou em sistemas isolados no território nacional.

*O sistema elétrico brasileiro se interligou porque existe a hidroeletricidade que faz com que esta linha de transmissão chamada Norte-Sul, que ligou o sistema norte-nordeste ao sistema sul-sudeste-centro-oeste, onde no primeiro existe cerca de 20% da carga do país e no segundo cerca de 80% da carga do país, uma linha com 1000 km de extensão foi construída. Ela não tem a finalidade de levar energia das usinas para os mercados, mas ela tem como objetivo aumentar a geração hidroelétrica do sistema conjunto (...) com essa operação, o sistema gerador hidroelétrico brasileiro produz aproximadamente 25% a mais de energia aproveitando a complementaridade hidrológica entre as bacias do sistema que tem distâncias da ordem de 2 a 3 mil km (...) A hidroeletricidade é condição necessária mas não suficiente. É preciso que o modelo institucional que o país adote para a energia elétrica, as regras, as leis, os incentivos e os sinais econômicos existam para que esta integração ocorra. O Brasil, além de ter o desenvolvimento hidroelétrico estabeleceu o modelo institucional. (...) Estabeleceu um operador nacional que faz a operação integrada, estabeleceu um órgão regulador forte, estabeleceu um mercado atacadista de energia, estabeleceu regras para que a transmissão fosse feita onde o investidor, através de um processo de competição, tenha a sua receita garantida.(...) Outro aspecto que eu gostaria de chamar atenção é que os 30 anos que levamos para fazer a integração, foram devidos às distâncias e ao porte do mercado. Há cerca de 25 anos atrás o Brasil estudou interligar a região nordeste com a região sudeste, naquela ocasião, a geração localizada nos dois sistemas, o porte do mercado, não justificavam uma linha de transmissão entre os dois, devido às distâncias, o nível de tensão e o investimento. Foi necessário que os mercados e as gerações localizadas nesses dois grandes sistemas tivessem um porte tal, que permitisse trocas de energia na faixa de 2000 MW, para fazer uma integração energética. (CONGRESSO INTERNACIONAL CIER, 2004)*

Aqui, estão diferenciadas as soluções técnicas ou tecnológicas da evolução do sistema elétrico como um todo, uma vez que esta última se refere ao conjunto dos elementos do sistema, incluindo a demanda (ou o mercado) para a energia, a capacidade de construção, as soluções técnicas e as características físicas e institucionais do sistema.

As primeiras interligações de energia elétrica com países fronteiriços ao Brasil começaram em julho de 1965, ligando Livramento, no Rio Grande do Sul, a Rivera no Uruguai. Segundo as fontes pesquisadas, esta é a primeira interligação

transfronteiriça no continente (ELETROBRÁS, 2004, p. 22). Em dezembro de 1973 foi estabelecida com o Paraguai a Interligação Ande-Copel, trazendo energia de duas máquinas da usina hidrelétrica Acaray, operando em 60 Hz e atendendo à COPEL em tensão de 132 kV, até 1981. A segunda interligação com o Paraguai, a Interligação Ande-Enersul, data de abril de 1980 e opera até hoje, em Ponta Porã – MS, com dois conversores rotativos em 23 kV e potência de 3,5 MVA. Essas interligações envolveram pequenas localidades situadas nas regiões de fronteira com o Paraguai.

*A maioria dessas localidades ainda não era atendida pelos grandes sistemas interligados nacionais desses países sendo supridas por grupos diesel-elétricos de pequeno porte, apresentando grandes dificuldades operacionais, principalmente no que concerne à provisão de combustível e peças de reposição. A interligação dessas localidades permitiu assim estabelecer o intercâmbio de energia elétrica para casos de emergência como também a possibilidade de suprimento contratual, face à eventual deficiência da capacidade geradora de uma das partes. (ELETROBRÁS, PLANO 2015, 1994, v. III, p. 1)*

Após estas duas iniciativas, a construção da usina hidrelétrica Itaipu passou a ser o maior empreendimento entre o Brasil e outro país da América do Sul.

*O processo de integração elétrica do Brasil com os países limítrofes iniciou-se na realidade com a implantação de projetos hidrelétricos binacionais, que constituem por assim dizer um elo natural de interconexão elétrica internacional. As interligações elétricas internacionais são reconhecidamente uma das formas mais importantes e concretas de impulsionar a integração energética entre os países. (ELETROBRÁS, PLANO 2015, 1994, v. III, p. 1)*

Os embates técnicos e diplomáticos acerca do aproveitamento energético das águas do rio Iguaçu influenciaram o desenvolvimento de novos projetos binacionais e do próprio processo de integração energética no continente, não somente com relação à constituição de uma rede de articulação técnica (conforme já mencionado neste capítulo), mas também à opção pelo desenvolvimento de outros projetos binacionais. O projeto da UHE Garabi é um bom exemplo dos reflexos dos embates a respeito de Itaipu e, principalmente, das exigências da Argentina para o aproveitamento compartilhado do trecho internacional do rio Uruguai. Garabi foi concebida “em duplicata”, como se no rio existisse uma linha divisória imaginária, demarcando os limites político-administrativos entre os países. Foram projetadas duas casas de força e dois elevadores para peixes, entre outras características

técnicas. O arranjo geral do projeto demonstra a concepção cautelosa visando à futura exploração hidrenergética do local. Os estudos foram desenvolvidos por equipes técnicas separadas, em cada país, com coordenação geral compartilhada.<sup>9</sup>

Ao elencar as visões sobre os primórdios da integração, buscaram-se evidenciar os elementos conformadores da concepção da integração energética a partir dos atores que fundam e desenvolvem a temática no setor elétrico.<sup>10</sup>

Em que pese a discussão sobre o conceito energético de integração e interligação<sup>11</sup>, não é possível afirmar a existência de um significado único para a noção de integração que sobrevivesse até o momento. Os documentos e as fontes pesquisadas permitem verificar variações na formulação de objetivos e aplicações dessa noção de acordo com o propósito (planejamento, projeto etc.) e com a conjuntura de produção da fonte, podendo até mesmo concluir, preliminarmente, pela variação de seu significado, associando-os aos debates e aos temas preponderantes na arena da expansão do setor de energia elétrica. Diferente de outros fenômenos que se instauram a partir do debate conceitual, a integração vai se consolidando institucionalmente sem um caráter programático. Até o final da década de 1980, não foi possível registrar nos documentos pesquisados uma proposta em escala continental para a interligação ou integração energética, e sim estudos de possibilidades e projetos a serem explorados bilateralmente.<sup>12</sup>

Ainda assim, apoiado por iniciativas governamentais e internas às empresas estatais de energia, o tema integração e desenvolvimento energético se institucionaliza no continente e no Brasil, criando bases de articulação e promoção

---

<sup>9</sup> Já existiram várias iniciativas para a retomada dos estudos para a usina hidrelétrica de Garabi sem soluções de continuidade. Em 2005, o MME tomou a si a tarefa de coordenar institucionalmente uma nova tentativa para a retomada dos estudos visando a sua adaptação à conjuntura atual (revisão do projeto em termos de estruturas, cota, etc.). A concepção dos anos 1990 atingia cerca de dez mil pessoas somente do lado brasileiro.

<sup>10</sup> A reconstrução da trajetória profissional desses atores não foi realizada no âmbito desta pesquisa mas considera-se que seu desenvolvimento poderia trazer contribuições significativas para o entendimento do progresso do planejamento do setor de energia elétrica no período de 1970 a 2000, aproximadamente.

<sup>11</sup> Visando melhor identificar as variações de significado mais importantes, cabe esclarecer alguns conteúdos considerados instrumentais ou técnico-conceituais. É possível encontrar palavras usadas como sinônimos, como é o caso de interligações e interconexões, que se referem à interligação por meio de linhas de transmissão entre sistemas elétricos. Já a integração elétrica se refere, em geral, à agregação de um montante de energia ao sistema existente, como, por exemplo, a energia de uma nova usina ao sistema elétrico nacional. Dessa maneira, empreendimentos binacionais de geração não seriam considerados de interligação. Para a finalidade dos estudos de integração foram considerados, genericamente, os empreendimentos “internacionais” como de integração entre os países. O termo integração também é usado, mais recentemente, referindo-se à integração de mercados de energia elétrica ou ainda, ampliando seu escopo à integração energética, mesclando diferentes fontes e recursos e associando interligações de sistemas elétricos com exploração de fontes distintas de energia. Tentaremos contextualizar tais variações quando elas nos direcionarem a significados distintos.

<sup>12</sup> Ao tentar recuperar a constituição do tema integração energética no setor de energia elétrica brasileiro, percebe-se que os objetivos mais gerais da integração latino-americana dos anos 1960 foram redirecionados para ações de desenvolvimento de projetos internacionais específicos, no período de posicionamento diplomático isolacionista, durante os governos militares no Brasil.

de quadros técnicos que, de certa forma, favoreceram o intercâmbio pretendido na criação das organizações e a concretização de acordos e projetos específicos para a geração de energia elétrica.

## 2 ATORES INSTITUCIONAIS NA INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA

### 2.1 OS PRINCIPAIS ATORES NO PERÍODO PESQUISADO

No contexto mais geral do movimento de integração latino-americana, principalmente na vertente comercial, e a partir da criação do Mercado Comum Sul Americano (Mercosul), pode ser observado um maior impulso na integração energética continental.<sup>13</sup> Mais recentemente, em agosto de 2000, a Reunião de Cúpula realizada no Rio de Janeiro, consagrou a integração da América do Sul como prioridade no âmbito das relações internacionais do Brasil. Desde então, os discursos presidenciais citam a integração da infra-estrutura e a energética como prioridades de ação do Brasil em relação aos demais países.

Historicamente, os principais proponentes do movimento de cooperação entre os países são os atores governamentais dedicados às relações internacionais, sob a hegemonia dos corpos diplomáticos, estes os principais responsáveis pela elaboração do discurso da integração.

A partir dos anos 1990, analistas da política das relações internacionais reconhecem que os temas econômicos, de direitos humanos, de minorias étnicas e de meio ambiente adquiriram tal relevância no cenário internacional que os representantes governamentais afetos a essas áreas ganharam representatividade e autonomia frente à esfera diplomática.<sup>14</sup>

Na arena energética, além dos atores que historicamente têm se dedicado à integração energética, principalmente a Organização Latino-Americana de Desenvolvimento Energético (Olade) e a Cier, mais recentemente aparece neste cenário a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA).<sup>15</sup>

---

<sup>13</sup> Criado em 1991, o Mercosul contou com um grupo de trabalho específico para o estudo dos aspectos energéticos, enfatizando a legislação e os marcos regulatórios vigentes nos diversos países.

<sup>14</sup> Segundo Soares (1997), um aspecto inovador na diplomacia é a invasão da política internacional em terrenos da atuação das autoridades internas dos países, destacando-se a questão do desarmamento, dos direitos humanos e da proteção nacional e internacional do meio ambiente. A proteção ambiental, neste contexto, refere-se a fenômenos para os quais as fronteiras político-administrativas não existem, com rebatimento em diversos países (poluição transfronteiriça, utilização internacional de recursos hídricos, rotas migratórias), como também a questões consideradas locais que atualmente podem estar inseridas em contextos internacionais através de financiamento multilateral e ação das organizações não governamentais, interligadas em rede e atuando internacionalmente. As questões culturais e dos direitos das minorias étnicas e populações tradicionais compõem o aspecto da invasão da política internacional em assuntos nacionais, sendo interpretadas ora como ambientais, ora no campo dos direitos humanos.

<sup>15</sup> A análise deste capítulo está focada basicamente nestes três atores institucionais. Mas inicialmente é apresentado um quadro mais geral de outros atores para os quais a análise não se desenvolveu com o mesmo nível de detalhamento.

Este capítulo apresenta uma caracterização das principais instituições para a integração energética, procurando montar o seu “perfil sociológico” e, quando possível, indicar a participação do Brasil em cada uma delas. Pretende-se com esta caracterização, contribuir para a compreensão da rede de relacionamentos entre os organismos e as posições assumidas por eles no campo da integração energética.

Em termos de produção de informação, a Cier atua diretamente com as empresas associadas, através de consultores independentes, enquanto a Olade trabalha principalmente com institutos de pesquisa e universidades, contratados diretamente ou por meio da colaboração dos governos locais. Também os corpos técnicos das empresas estatais de energia dos países membros contribuem para a produção de conhecimento. A difusão das informações faz-se por intermédio dos governos e das empresas em cada país.<sup>16</sup>

No circuito das agências multilaterais, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Corporação Andina de Fomento (CAF) são os bancos mais claramente vinculados à temática da integração, atuando no financiamento de projetos para produção e transmissão de energia e no incentivo à produção de informações sobre a “região” (nesse caso a América Latina e o Caribe).

Na vertente de críticas à integração, desde a criação do Mercosul, foram constituídas algumas organizações não governamentais voltadas para o debate dos aspectos econômicos, sociais e ambientais. Em algumas universidades, principalmente do Chile e da Argentina, grupos temáticos têm se dedicado ao exame da integração, sem, contudo, haver um direcionamento específico para as questões de integração energética.

Mais recentemente, a proposta de criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) reacendeu as discussões e passou a integrar a pauta de organizações e protestos antiglobalização (Fórum Social Mundial, Gritos dos Excluídos, entre outros). No Brasil, o Projeto Brasil Sustentável e Democrático<sup>17</sup> produziu significativo material de análise sobre a sustentabilidade energética no país

---

<sup>16</sup>Por exemplo, no caso específico do projeto Energia e Desenvolvimento Sustentável (a ser analisado em detalhe no Capítulo 7), os trabalhos foram elaborados diretamente com apoio de recursos humanos e financeiros da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) e da GTZ – entidade alemã de apoio técnico. No Brasil, houve a participação do Instituto de Economia da UFRJ, que culminou na realização de um seminário para apresentação dos resultados preliminares do relatório de pesquisa - Desenvolvimento Energético Sustentável, em 1998.

<sup>17</sup> Este projeto teve o patrocínio institucional do Fórum Brasileiro de ONGs, a participação de cinco organizações não governamentais (Fase, Ibase, PACS, Redeh, AS-PTA) e, no caso da pesquisa sobre energia, dois centros universitários (IEE - USP, Ippur/UFRJ) e parceria da Fundação Heinrich Boll, Fundação Ford e articulações para discussão com Amigos da Terra (Europa), Instituto Wuppertal (Alemanha), New Economic Foundation (Inglaterra) e Redefining Progress (EUA). A gestão do projeto estava a cargo da Fase.

e participa do debate das questões relacionadas aos problemas ambientais e à “importação” de concepções e padrões de desenvolvimento sustentável.

Outros atores - cuja importância tem crescido nos debates - e ações relativas à energia no continente, são os grupos econômicos estrangeiros. Com a privatização das empresas de energia em diversos países sul-americanos, grandes grupos econômicos têm assumido o controle de diferentes segmentos setoriais - distribuição, geração térmica e hidrelétrica e linhas de transmissão em alta tensão.

*Percebe-se em toda a América Latina um boom de investimentos de empresas energéticas dos países desenvolvidos, com ênfase na aquisição de ativos de empresas que estão sendo privatizadas e, em particular, na construção de infra-estrutura de integração energética interpaíses (gasodutos, oleodutos, linhas de transmissão em regiões fronteiriças, usinas hidrelétricas binacionais, etc.)... Particularmente, no caso do Brasil, esta integração joga um papel decisivo para a viabilização de condições à entrada do produtor independente de energia, de empresários privados na construção de usinas termelétricas e para a estratégia dos produtores internacionais de equipamentos, que apostam na modificação do perfil da matriz energética brasileira, hoje predominantemente hidrelétrica. (TOLMASQUIM, 2002, p. 37)*

Atuando com estratégias globais de formação de redes de negócios diversificados e em vastos territórios, esses “agentes de mercado” combinam nichos de consumo com visão geopolítica. Segundo Oliveira e Tolmasquim (2000), esses grupos, que atuam globalmente, procuram direcionar seu negócio para a infraestrutura (água-esgoto, lixo, telecomunicações, gás e energia elétrica)<sup>18</sup>. No Brasil, eles participam tanto do segmento da geração como da distribuição de energia e, na maior parte das vezes, estão presentes nos dois segmentos da cadeia. São empresas estadunidenses e européias que já representavam em 1998, 6,51% e 4,87%, respectivamente.

Na geração, destaca-se a Tractebel (Bélgica) e a Duke Energy (Estados Unidos). Na distribuição de energia, em 2000, mais de 50% do mercado já era controlado por empresas privadas e as mais representativas eram, por ordem de participação: AES e Enron (USA), Eletricidade de Portugal (EDP), Endesa (Espanha), Reliant (USA) e Électricité de France (EDF). Com relação à participação dessas empresas em projetos específicos de integração energética, destaca-se a interligação Argentina-Brasil, com duas linhas de 500 kV com capacidade de

---

<sup>18</sup> Os autores fazem um levantamento dos grupos atuantes no Brasil e os localizam na América do Sul e em seus países de origem.

transporte de 1000 MW cada, implantadas e operadas pela empresa Companhia de Interconexão Energética (Cien), de capital da empresa espanhola Endesa.

O conhecimento de algumas características das principais instituições que atuam no “campo da integração energética” contribui para delinear um quadro de referência para o desenvolvimento do tema, bem como para esclarecer posições e ações dos atores nessa arena, aqui restritos às entidades classificadas como “atores institucionais”. Parte-se de uma conceituação inicial onde atores institucionais são sujeitos de ação política, com representação de interesses governamentais ou representantes de organismos governamentais, de instituições que se autodefinem como técnicas, entidades atuantes no suporte ao negócio da energia elétrica sem, no entanto, representarem diretamente grupos sociais.

O quadro a seguir relaciona as instituições que atuam com o objetivo expresso da integração entre os países latino-americanos. Buscou-se apresentar uma caracterização sintética para localizar, histórica e geograficamente, as principais entidades mencionadas em documentos e na bibliografia sobre o tema integração.

**Quadro 1 – Organizações Latino-Americanas relacionadas à Integração Energética**

Nome/Sigla	Objetivos	Abrangência (países)	Data de criação	Ato formal	Local da sede
<b>Associação Latino-Americana de Comércio - ALALC</b> <sup>(1)</sup>	Eliminar as restrições comerciais existentes entre os países membros.	Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.	1960	Tratado de Montevideú	Montevideú - Uruguai
<b>Associação Latino-Americana de Integração - ALADI</b>	Promover a criação de uma área de preferências econômicas na região, objetivando um mercado comum latino-americano.	Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.	12 de agosto de 1980	Tratado de Montevideú	Montevideú - Uruguai
<b>Banco Inter-Americano de Desenvolvimento - BID</b>	Promover a redução da pobreza e a equidade social, além do crescimento ecologicamente sustentável.	Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai, Venezuela.	1959	Convênio Constitutivo	Washington - EUA
<b>Instituto para a Integração da América Latina e Caribe - INTAL</b> <sup>(2)</sup>	Desenvolver tarefas de pesquisa, cooperação técnica a governos e instituições nos âmbitos acadêmico e empresarial e capacitação em apoio aos processos de integração e cooperação regionais.		1964	Acordo subscrito entre o BID e o Governo da República Argentina	Buenos Aires - Argentina
<b>Comunidade Andina - CAN</b>	Promover um desenvolvimento equilibrado e harmônico dos países membros e	Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela.	26 de maio de 1969	Acordo de Cartagena	Lima - Peru

	em condições de equidade; acelerar o crescimento via integração econômica e social; impulsionar este processo de integração regional com vistas à formação de um mercado comum latino-americano; e buscar a melhoria de vida de seus habitantes.				
<b>Corporação Andina de Fomento - CAF</b>	Promover o desenvolvimento sustentável e a integração regional por meio de mobilização eficiente dos recursos.	Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Espanha, Jamaica, México, Panamá, Paraguai, Peru, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.	1966	Declaração de Bogotá	Caracas - Venezuela
<b>Comunidade do Caribe - CARICOM</b>	Fornecer liderança e serviços dinâmicos, em parceria com as instituições e os grupos da comunidade, para viabilizar uma comunidade internacional competitiva e sustentável, com melhor qualidade de vida para todos.	Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Monte Serrá, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago. <u>Membros associados:</u> Anguilla, Bermuda, Ilhas Cayman, Ilhas Virgens Britânicas e Ilhas Turks e Caicos	4 de julho de 1973	Tratado de Chaguaramas	Georgetown - Guiana
<b>Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - CEPAL</b>	Contribuir para o desenvolvimento econômico da América Latina, coordenando as ações nessa direção; e reforçar as relações dos países membros entre si e com as demais nações do mundo.	Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, Equador, El Salvador, Espanha, Estados Unidos da América, França, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Itália, Jamaica, México, Nicarágua, Países Baixos, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, República Dominicana, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela. <u>Membros associados:</u> Anguilla, Antilhas Holandesas, Aruba, Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Virgens dos Estados Unidos, Monte Serrá e Porto Rico.	25 de fevereiro de 1948	Resolução 106 (VI) do Conselho Econômico e Social	Santiago do Chile - Chile
<b>Comissão de Integração Energética e Regional - CIER</b>	Promover e incentivar a integração dos setores elétricos regionais.	Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. <u>Membros associados:</u> Canadá, Espanha, França, México e Portugal	10 de julho de 1964	Aprovada no Primeiro Congresso de Integração Elétrica Regional.	Montevideu - Uruguai
<b>Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA</b>	Apoiar técnica e financeiramente as iniciativas de desenvolvimento harmônico e de integração no âmbito dos países membros da bacia do Rio da Prata.	Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai.	23 de abril de 1969	Tratado da Bacia do rio da Prata	Santa Cruz - Bolívia

<b>Mercado Comum do Sul - MERCOSUL</b>	Integrar os quatro Estados Partes, por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, do estabelecimento de uma tarifa e da adoção de uma política comercial comuns, da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais e da harmonização de legislações nas áreas pertinentes, para alcançar o fortalecimento do processo de integração.	Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Membros Associados: Bolívia e Chile.	26 de março de 1991	Tratado de Assunção	Montevidéu - Uruguai
<b>Organização dos Estados Americanos - OEA</b>	Fortalecer a cooperação e desenvolver interesses comuns dos países membros. A OEA tem como ponto central de sua missão o compromisso inquestionável com a democracia.	Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba <sup>(3)</sup> , República Dominicana, Equador, El Salvador, Estados Unidos, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, São Cristóvão e Névis, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.	1948	Carta de Bogotá	Washington DC - EUA
<b>Organização Latino-Americana de Energia - OLADE</b>	Incentivar a cooperação e integração, sobretudo a energética, entre os países membros.	Argentina, Barbados, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.	2 de novembro de 1973	Convênio de Lima	Quito - Equador

Notas: (1) Vencido o prazo estimado, esta foi secundada pela Associação Latino-Americana de Integração (Aladi).

(2) O Intal é parte do Departamento de Integração e Programas Regionais do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

(3) Cuba é membro integrante, porém o governo atual de Cuba é excluído da participação na Organização dos Estados Americanos (OEA).

Interessante notar a distribuição das sedes das instituições internacionais em diferentes países, com certa concentração no Uruguai. Entre as entidades descritas acima, nenhuma tem sede no Brasil ou na Colômbia, apesar desses dois países marcarem forte presença nas áreas técnicas desses organismos.

## 2.2 A COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA REGIONAL – CIER

Organização internacional, sem fins lucrativos, com sede em Montevideu - cidade que também era sede da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc) e da Associação Regional de Empresas de Petróleo e Gás Natural da América Latina e Caribe (Arpel), fundada em 1965, a Cier foi fundada no mês de julho de 1964, durante a realização do Congresso de Integração Elétrica Regional.<sup>19</sup> No evento, organizado pela Usinas Eléctricas y Teléfonos del Estado (UTE), do Uruguai, estavam presentes representantes da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai e de vários organismos internacionais, como o Bird, a Cepal e a Alalc.

A Cier foi inicialmente dirigida por um comitê central, integrado pelos comitês nacionais dos países membros. Contava ainda com uma mesa diretora, composta por um presidente e dois vice-presidentes, e uma secretaria-executiva. Segundo as determinações de Viña Del Mar, o financiamento das atividades seria realizado mediante a contribuição de uma quota fixa por país, acrescida de uma parcela variável em função da produção de energia elétrica. (ELETROBRÁS, 2004, p. 18-20)

Os cargos de presidentes dos comitês nacionais foram ocupados, em geral, pelos presidentes das maiores empresas nacionais de energia. No Brasil, foi criado o Comitê Brasileiro (Bracier), com estatuto homologado em 1967, pelo então Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (Cnaee) e, desde então, sua presidência vem sendo exercida pelos presidentes da Eletrobrás. Durante as primeiras duas décadas, a Cier funcionou com uma estrutura técnica organizada por subcomitês que cobriam diversas áreas de atuação, como a elaboração de estudos especializados e intercâmbio de informações. Dessa forma, foram constituídos o Subcomitê Industrial, o de Sistemas Elétricos, o de Operação e Manutenção de Sistemas Elétricos, o de Gestão Empresarial, o de Planejamento de Sistemas Elétricos, o Econômico-Financeiro e o de Recursos Energéticos.

Os subcomitês eram dirigidos por uma coordenadoria técnica internacional, composta por representantes dos países membros, que realizavam reuniões plenárias bienais para discussão dos informes técnicos especializados. O

---

<sup>19</sup> Foi oficialmente constituída em fevereiro de 1965, em reunião que elaborou e aprovou os documentos formais de sua criação, na cidade de Viña Del Mar, Chile.

Simpósio de Assuntos Jurídicos de Eletricidade e as Reuniões de Altos Executivos, debatendo temas agendados pela mesa diretora, tinham a mesma periodicidade.

O Brasil manteve presença constante na mesa diretora da Cier, exercendo sete mandatos de presidente ou vice-presidente, da mesma forma que esteve continuamente presente na coordenação dos subcomitês técnicos.

A estrutura da Cier começa a mudar a partir de 1985, quando passam a ser admitidas, como membros associados, empresas de países não localizados no continente, tais como a EDF, a Endesa e a Hydro-Quebec. As alterações mais significativas se verificaram na década de 1990, durante a adaptação às mudanças sofridas pelos setores elétricos dos países membros.

Em 1994, uma reorganização nos subcomitês agrupou-os nas áreas de Geração e Transmissão (com os subcomitês Operação e Movimento de Energia; Planejamento e Meio Ambiente; Projetos, Obras e Manutenção); de Distribuição e Comercialização (subcomitês de Distribuição e de Comercialização) e de Administração Empresarial (subcomitês de Economia, Finanças e Negócios e o de Assuntos Legais e Regulatórios). Em 1997, os subcomitês técnicos foram extintos e, em seu lugar, surgiram as áreas de negócio.

*Desde então a CIER passou a contar com três áreas de negócios dirigidas por profissionais contratados pela sua secretaria-executiva (...) Cada área conta com um coordenador internacional e funciona com base no desenvolvimento de projetos. (...) No tocante à organização administrativa, a secretaria da CIER passou a contar com um diretor executivo remunerado, nomeado pelo comitê central, com mandato de quatro anos de duração. (ELETROBRÁS, 2004, p. 24)*

Os tempos da iniciativa privada, com seus modelos de reengenharia empresarial, chegavam a Cier. E, assim, através de sucessivas alterações em sua estrutura e organização, ela passava a refletir e tentar se enquadrar nas mudanças neoliberais em curso em vários países do continente. Tais mudanças não atingiam apenas os conteúdos técnicos desenvolvidos na Comissão, mas também redefiniam sua estrutura e seu modo de atuação. Os cargos de secretário e de coordenadores passaram a ser remunerados e, por vezes, ocupados por profissionais que durante

anos haviam colaborado com a Cier, como representantes das estatais nacionais.<sup>20</sup>

Os projetos desenvolvidos pelas áreas de negócios passaram a contar, a partir de então, com financiamentos do Banco Mundial, da Comunidade Européia e da Corporação Andina de Fomento e a ser realizados por consultores, considerados pela instituição de renome mundial, muitas vezes associados a empresas consultoras e egressos da participação da própria Cier.

Os três principais projetos desenvolvidos atenderam às necessidades conjunturais do período: Complementaridades Hidrológicas na América do Sul, Mercados Atacadistas de Energia e Interconexões na América do Sul (ainda inconcluso).

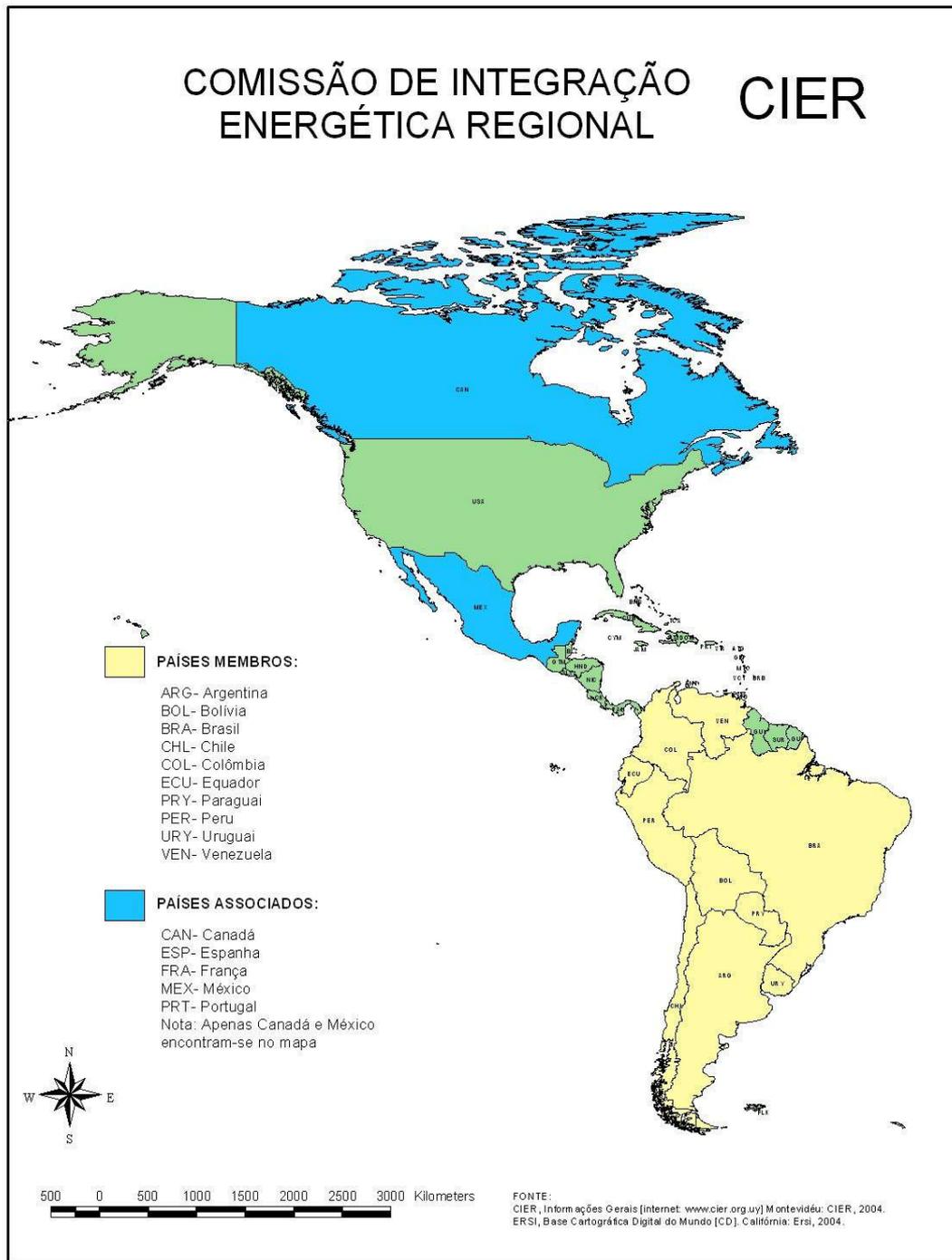
*De acordo com a última revisão estatutária aprovada pelo Comitê Central da CIER em dezembro de 2001, a organização mudou sua denominação para Comissão de Integração Energética Regional, conservando sua tradicional sigla. No final de 2003, além de três membros associados (EDF, UNESA e Trans Énergie)<sup>21</sup>, a CIER congregava cerca de 220 empresas e entidades de energia elétrica sul-americanas. O Comitê Brasileiro reunia 39 empresas e entidades do setor de energia elétrica brasileiro, incluindo o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (CEPEL), a Eletrobrás e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). (ELETROBRÁS, 2004, p. 26)*

Conforme apresentado no Mapa 1, a Cier conta atualmente com dez países membros da América do Sul e cinco países associados. Não há registros da associação de qualquer empresa energética do Suriname, Guiana e Guiana Francesa.

---

<sup>20</sup> Conforme já indicado na nota 17, um estudo sobre a trajetória e a mobilidade dos técnicos do setor elétrico no processo de privatização ainda está por ser realizado e, certamente, em muito contribuiria para se entender os caminhos pelos quais passou a reestruturação e a privatização setoriais. Esse movimento de migração de profissionais ocorreu também entre as empresas multinacionais recém-chegadas nos países sul-americanos, que absorveram parte dos profissionais da área energética, fossem estes aposentados das empresas estatais ou apenas recrutados no mercado de trabalho.

<sup>21</sup> França, Espanha e Canadá, respectivamente.



**Mapa 1 – Países Membros e Associados da Cier – 2004**

O Congresso Internacional CIER, realizado em 2004, na cidade do Rio de Janeiro, comemorou os 40 anos de existência da entidade com vivas à integração e uma reflexão sobre o ritmo com que esta acontece. Prestigiado por presidentes de

empresas de vários países latino-americanos<sup>22</sup>, pela então ministra de Minas e Energia do Brasil e por cerca de 200 participantes, o evento contou com palestras realizadas por ex-coordenadores dos subcomitês<sup>23</sup> e convidados espanhóis, noruegueses e outros, apresentando experiências exitosas tanto da iniciativa privada como de empresas estatais.

Os debates expressaram o estágio das discussões sobre integração, com unanimidade em relação às vantagens que a integração elétrica traria para os países e sobre a morosidade da implementação do processo de integração. Os oradores, aparentemente consensados em termos da importância e da necessidade da “integração”, demonstravam diferenças perceptíveis no que tange à concepção de integração dos mercados de energia e à integração energética por interligação de sistemas elétricos. A primeira concepção visava à lucratividade empresarial e ganhos financeiros e a segunda à otimização da produção e à ampla distribuição de energia como prioridade para os sistemas elétricos dos países e do continente.<sup>24</sup>

O presidente da Cier apresentou a posição da instituição na busca da integração de mercados e afirmou que a integração, não sendo mais uma utopia, não se constituía ainda numa realidade consolidada. Após indicar como objetivos a serem alcançados a sustentabilidade (econômica, ambiental, política e social), os padrões mínimos de consumo, a compatibilidade de regras para uma convergência normativa, as associações público-privadas, o despacho integrado de energia e o incremento das interconexões internacionais, ele conclui com a dúvida sobre quando serão atingidos os objetivos reais de um mercado comum transparente e competitivo com a conseqüente melhoria da qualidade de vida de todos os habitantes. (CONGRESSO INTERNACIONAL CIER, 2004)

Entre os partidários da integração de sistemas se encontravam alguns oradores brasileiros e o representante da estatal colombiana que demonstrou como a integração entre os sistemas de alguns países e, no longo prazo do continente, pode ser, no caso latino-americano, tão ou mais vantajosa, em termos de

---

<sup>22</sup> Inclusive estatais atualmente internacionalizadas, como a Interconexión Eléctrica S.A. (ISA), da Colômbia que já se instalou em três países do continente.

<sup>23</sup> Por exemplo, o ex-presidente do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) no Brasil, Mario Fernando de Melo Santos e o ex-diretor da Itaipu Binacional e ex-presidente da Eletrobrás, Altino Ventura Filho.

<sup>24</sup> As divergências sobre essas duas concepções estiveram presentes durante a apresentação do modelo europeu de integração de mercados, considerado implementado apenas nos países nórdicos (em implementação entre Espanha e Portugal). Na América do Sul, houve uma experiência no Equador e, na América Central, existe a perspectiva de consolidação de um mercado único, quando as interligações elétricas entre seus países estiverem terminadas.

investimentos e lucratividade, do que somente a integração de mercado, concluindo pela urgência de medidas para implantá-la.

Esse evento propiciou a oportunidade de verificar concretamente as mudanças que estão ocorrendo no cenário da integração, expressas nas alterações internas da própria Cier (vista como organização emblemática da integração energética), na produção de conhecimento a respeito das novas problemáticas e no posicionamento dos atores dessa arena.<sup>25</sup>

A implementação da integração energética, via operação conjunta de mercados, não é ainda um fato concreto no mapa energético sul-americano, mas essa concepção expressa uma mudança profunda durante o processo de existência da Cier.

### 2.3 A ORGANIZAÇÃO LATINO-AMERICANA DE ENERGIA – OLADE

A Olade, criada em novembro de 1973, com sede em Quito, é uma entidade pública internacional, governamental e integrada pela representação ministerial de 26 países da América Latina.

---

<sup>25</sup> Duas falas na abertura do Congresso sinalizaram o direcionamento da instituição e o posicionamento do Brasil. A ministra de Minas e Energia afirmou a necessidade de existir uma infra-estrutura suficiente para viabilizar uma economia comum e declara: *“o desafio é viabilizar que não haja barreiras para a integração e construir uma infra-estrutura que possibilite isso. Infra-estrutura não é tudo, mas é básico para a integração. Na Comunidade Européia a integração foi precedida pela integração da infra-estrutura ... o planejamento energético regional é fundamental, as fronteiras podem não ser limites”*. (CONGRESSO INTERNACIONAL CIER, 2004)



**Mapa 2 – Países Membros da Olade – 2005**

A criação da Olade atendeu aos objetivos de “*cooperação, coordenação e assessoria, com o propósito fundamental de promover a integração, desenvolvimento, conservação e uso racional e comercialização dos recursos energéticos da região*” e foi pensada como...

*...mecanismo de cooperação entre os países da região para desenvolver seus recursos energéticos e atender conjuntamente os aspectos relativos ao aproveitamento eficiente e racional a fim de contribuir com o desenvolvimento econômico e social da região. (disponível em <www.olade.org.ec>)*

A estrutura organizacional da Olade, desde sua criação, teve a Reunião de Ministros como nível decisório máximo, foro este integrado pelos ministros ou secretários de Estado das áreas de energia dos países membros. A Reunião de Ministros tem ainda a responsabilidade de formular a política geral da instituição e reúne-se ordinariamente uma vez ao ano. A Secretaria Executiva foi criada em caráter permanente e funciona como órgão executor da organização.

No final dos anos 1980 e na década de 1990, a Olade produziu instrumentos de planejamento energético, de política para o desenvolvimento de projetos de integração e de planejamento conjunto para a América Latina. Profissionais de países como o Brasil, Argentina e Colômbia, entre outros, participaram da elaboração de modelos e documentos de política, aprovados pelas instâncias superiores da organização e, oficialmente, pelos países membros, como política comum de desenvolvimento energético.<sup>26</sup> A década de 1990 foi o auge da sua produção, com a publicação dos trabalhos desenvolvidos até então.<sup>27</sup>

A Olade começou a discutir sua reestruturação no início dos anos 2000. A privatização setorial em muitos países membros - concluída ou em andamento - afetou diretamente a organização, inclusive em seu suporte financeiro. Pautada na contribuição de cotas por países, o não pagamento da contribuição anual por 30% dos países membros, nos anos de 1999 a 2002, comprometeu a manutenção da própria Secretaria Permanente e de outras atividades que ela coordenava (Informe del Comité de Estrategia y Programación, CEP/OLADE, 2003). Até final de 2002, 16 países registravam débito com a Organização, em diferentes cifras, variando desde US\$ 5,000.00 (cinco mil dólares) o menor valor e o maior, da Argentina, de cerca de US\$ 1,200,000.00 (um milhão e duzentos mil dólares).<sup>28</sup>

Além disso, os próprios objetivos da organização passaram a ser questionados veladamente com relação a possíveis ações integradoras para os mercados de energia que, pelo ideário dominante à época, deveriam funcionar por meio da competição entre empresas privadas, num livre mercado minimamente regulado. Os projetos para o desenvolvimento de políticas e instrumentos de planejamento diminuíram ou foram interrompidos e suas atividades mais visíveis foram os cursos específicos para o desenvolvimento da capacitação profissional dos países, na área energética e na de meio ambiente. A atividade de sistematização de

---

<sup>26</sup> Exemplos claros são o SUPEROLADE, modelo de planejamento energético proposto para ser adotado no planejamento de todos os países (a partir de módulos de execução hidro, térmica e de meio ambiente) e na política energética de desenvolvimento sustentável (1997), bem como a publicação "Integración Energética en América Latina y Caribe" (1996), documento que propõe a base de uma política de integração entre os países.

<sup>27</sup> Foram publicados 28 títulos na década de 1990, para 11 na década de 1980 (levantamento realizado na lista de publicações da Olade).

<sup>28</sup> Também segundo informações de entrevista realizada no MME, a inadimplência da Argentina, desde 1989, foi um fator importante na relação dos quatro principais cotistas: Venezuela, México Argentina e Brasil.

informações e estatísticas foi mantida, bem como aqueles projetos que receberam financiamento de outras fontes.<sup>29</sup>

Durante o ano de 2002 foi discutida a sua reestruturação e, em outubro de 2003, aprovada a nova estrutura e o novo regulamento, sempre reafirmando os objetivos do Tratado de Lima que deu origem à Olade. Os objetivos e funções atualmente definidos são:

*La Organización Latinoamericana de Energía es un organismo de cooperación, coordinación y asesoría, con personería jurídica propia de derecho internacional público, que tiene como propósito fundamental la integración, protección, conservación, racional aprovechamiento, comercialización y defensa de los recursos energéticos de la Región. Olade tiene como misión promover acuerdos entre sus Estados Miembros y realizar acciones para satisfacer sus necesidades energéticas, mediante el desarrollo sustentable de las diferentes fuentes de energía. (OLADE, 2003)*

Além dos objetivos de cooperação, assistência técnica e informação, enunciados anteriormente, são ressaltadas as atividades a seguir relacionadas, no que diz respeito aos aspectos de posicionamento internacional, mercado e desenvolvimento sustentável:

- a) Adoptar decisiones políticas para fomentar que la actividad energética en los Estados Miembros propicie la integración regional y el desarrollo sustentable en materia de energía, para elevar el nivel de vida de la población;*
- b) Fomentar el desarrollo de políticas energéticas afines como factor de integración regional;*
- c) Promover acciones destinadas al desarrollo de nuevas fuentes de energía, a la protección y conservación de los recursos energéticos de la región, impulsando el desarrollo, uso y comercialización de tecnologías limpias;*
- d) Contribuir al fortalecimiento de la capacidad de negociación internacional de los Estados Miembros en el sector energético;*
- e) Promover la creación y desarrollo de mercados para bienes y servicios energéticos (Reglamento general - Capítulo II, Naturaleza, Objetivos y Funciones de la Organización). (OLADE, 2003)<sup>30</sup>*

Com relação à nova estrutura, o artigo 6 do regulamento aponta três níveis hierárquicos: a *Junta de Expertos*; o *Comité de Estrategia y Programación* e a

<sup>29</sup> Em 2002 havia 16 projetos em andamento, organizados em três áreas de atuação: integração energética, estudos e projetos energéticos e informação energética. A primeira linha abrange um mestrado em Meio Ambiente, realizado em colaboração com a Universidade de Calgary, no Canadá.

<sup>30</sup> Observam-se também, como pontos de interesse no novo regulamento, as restrições de participação aos países que não contribuirão com as cotas de financiamento, conforme consta do Capítulo III do Regulamento Geral da organização, aprovado em 2003.

*Secretaría Permanente* (OLADE, 2003).<sup>31</sup> A reestruturação “enxugou” a estrutura anteriormente em vigor em três diretorias e, expressivamente, em termos de pessoal. A orientação orçamentária estabeleceu a proporção de 30% de gastos com pessoal e 70% com projetos.

Em termos de presença e participação do Brasil na Olade, dois mandatos da Secretaria Executiva foram exercidos por brasileiros. Já após 2003, na nova estrutura, o Brasil esteve representado no Comitê de Estratégia e na Junta de Especialistas.

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso, o enfoque dado à integração energética foi direcionado à criação de um espaço sul-americano de integração onde as questões energéticas apareceram relacionadas à ênfase na institucionalização do Mercosul e à negociação e implantação de infra-estrutura física do continente, culminando com a criação da IIRSA.

No início do governo Lula, a participação do setor de energia, tanto na IIRSA quanto na Olade passou por uma série de questionamentos. Em 2003, o Brasil atrasou o pagamento da cota de colaboração na Olade, mas após a sua reestruturação interna, o MME passou a reconhecer nela um papel “mais estratégico”.<sup>32</sup> Embora constatando que a entidade se encontra “institucionalmente fraca”, a partir de sua reestruturação ela passaria a desfrutar de maior relevância, com uma complexa articulação política visando à consolidação do seu papel e dos seus objetivos.

*Quando no início de 2003 começou-se a discutir a questão da OLADE, era um questionamento assim: por que pagar a cota? Por que não fazer como a Argentina? (...) Agora, com a reconstrução da OLADE, os países começaram a questionar a participação de outros países nas atividades da OLADE<sup>33</sup>. É um processo confuso e complexo, num caldeirão de posições políticas dos diversos países. Cuba participa da OLADE, o México também, a Venezuela, o Chile. Está se tentando buscar uma visão que contemple todas essas distintas visões.*

---

<sup>31</sup> Os dois níveis criados nesta última reformulação, têm por objetivos dar suporte à Reunião de Ministros (Junta de Expertos) e acompanhar de perto o desenvolvimento das atividades, visando dar agilidade e verificar o cumprimento do Programa de Trabalho. A *Junta de Expertos* tem seu papel mais direcionado à preparação das Reuniões de Ministros enquanto o Comitê atua diretamente com a Secretaria Executiva, elaborando o Programa de Trabalho Trienal, o orçamento anual, os regulamentos e as normas. Além disso, é este Comitê que está encarregado de apresentar um Informe Anual com “*propostas de programação energética, projetos, orçamentos e aspectos administrativos da Organização*”. Tanto a *Junta de Expertos*, quanto o *Comitê de Estratégia* são integrados por delegados dos países membros. No caso do Comitê, há um presidente e seis representantes “*com base em uma distribuição geográfica equilibrada da Região*” que, a cada ano, tem substituídos, pelo menos, dois de seus membros.

<sup>32</sup> Entrevista com o assessor da Secretaria Executiva do MME responsável pela representação do ministério brasileiro no Comitê de Estratégia da Olade.

<sup>33</sup> Basicamente os acordos com o Canadá e na Argélia.

*Existe uma diferença política muito grande nos países. A Argentina do Menem é bem diferente da Argentina do Kirchner, como o Brasil do Lula é bem diferente do Brasil de Fernando Henrique. Políticas de longo prazo e o pensar o longo prazo totalmente diferentes e isso reflete no posicionamento de cada delegação presente a esses encontros, que são para estabelecer, digamos assim, ou buscar consenso de atuação de todos os países. (assessor da Secretaria Executiva do MME. Entrevista realizada em 13.12.2004)*

Além disso, ainda segundo as informações da entrevista supracitada, é necessário “*conviver, articular ou ultrapassar os enfoques bilaterais e de interesses específicos*”, mesmo que se subentenda, após todas as tentativas de mudanças, que os países pretendam alcançar ou construir um mercado comum para produtos energéticos. Diferente da compatibilização dos marcos regulatórios entre países, tentada tanto pela Olade quanto pela Cier, tal posição advoga que o tratamento a ser dado deve vir da observação de casos concretos com o estabelecimento de diretrizes que orientem a negociação dos produtos fora das fronteiras nacionais.

A ênfase dessa posição dirige-se aos critérios comuns de transação comercial de energia ou à implementação de projetos, sem interferência na estruturação interna dos modelos energéticos de cada país. Essa visão abarca uma participação maior das políticas de integração para a legitimação de critérios comuns, afastando-se da posição de estabelecimento de um marco regulatório padrão para o continente.

Por outro lado, segundo o mesmo assessor, seria importante que a Olade pudesse desempenhar outros papéis relevantes dentro dessa visão “mais estratégica”. Em primeiro lugar, estaria a efetivação dos acordos, convênios e outras ações institucionais entre os países - apoiando-se nas empresas, nos bancos de desenvolvimento e nas agências multilaterais -, para a consecução de contratos e projetos específicos. O segundo aspecto seria relacionado à articulação e representação institucionais, visando equacionar alguns temas que necessitam do fator escala econômica para se desenvolver.

Finalmente, nessa nova concepção, haveria um papel para a Olade de mediadora de conflitos nas relações bilaterais ou, ainda, de intermediadora entre as partes, seja entre países, ou seja, mesmo entre empresas e governo de um mesmo país. Tal papel não está contemplado nos novos regulamentos e missões da organização, mas consta da pauta de reflexões dos assessores que acompanham e

dão suporte à representação internacional do governo brasileiro na área de energia. Dentro dessa visão, o papel de mediação de conflitos teria o sentido de revitalizar a Olade e, no caso do governo brasileiro, fazer despertar a importância da instituição para os objetivos da integração.

*Tem alguns papéis que o Estado não pode fazer e que o mercado demanda, e são importantes para a integração como a solução de controvérsias, um poder arbitral supranacional. Eu acho que isso ela (Olade) teria que desenvolver capacidade para fazer isso.*

*Pergunta - Que tipo de papel ela poderia ter?*

*O que tem as Comissões Interministeriais a nível de Brasil, por exemplo. Todos os projetos que querem solicitar crédito de carbono passam por uma comissão interministerial. Eu acho que à Olade caberia esse papel de fazer a análise e dar um parecer a todos os projetos na área de energia da América Latina. (Assessor da Secretaria Executiva do MME. Entrevista concedida em 13.12.2004)*

Segundo a assessoria do MME a “integração no sentido mais amplo” adquiriu relevância política no Governo Lula e significa hoje um dos elementos norteadores das ações na área específica da energia. Não foi possível detectar a materialização da relevância política dessa diretriz na atuação da representação nacional na Olade. Houve participação do MME, inclusive da então ministra, nas reuniões realizadas pela organização mas não se constata a presença das eventuais diretrizes da entidade na política energética brasileira para a consecução de uma visão continental. Também, no sentido inverso, as sugestões de novos papéis para a organização não foram oficialmente propostas. Com base na participação brasileira e nos documentos oficiais pesquisados, até o momento não se pode perceber um direcionamento claro nas atividades da Olade com relação à manutenção e implementação da Política de Integração publicada na década de 1990 ou a possíveis adaptações ocasionadas pelas mudanças políticas ocorridas nos países membros.

## 2.4 A INICIATIVA PARA A INTEGRAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA REGIONAL DA AMÉRICA DO SUL – IIRSA

A Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional da América do Sul teve início com a primeira Reunião dos Presidentes dos Países da América do Sul, realizada em setembro de 2000, na cidade de Brasília, a convite do então presidente Fernando Henrique Cardoso.

Na declaração final da reunião, os presidentes presentes manifestaram seu apoio ao processo de expansão e aprofundamento da integração econômica do Hemisfério e

*reafirmaram o entendimento de que o processo de formação de um espaço econômico na região se dará de acordo com os princípios do 'regionalismo aberto' e reforçará a posição dos países da América do Sul em negociações importantes, como as de uma área de livre comércio das Américas, as que envolvam a busca de maior articulação com a União Européia, ou no âmbito da Organização Mundial do Comércio, entre outras. Analisaram a expectativa de que estas negociações comerciais extra-regionais devam contribuir para o desenvolvimento econômico e para a plena integração dos países sul-americanos na economia internacional. (Comunicado de Brasília – Reunião de Presidentes da América do Sul, setembro de 2000)*

A IIRSA não foi concebida e criada como um programa diplomático, convênio internacional ou outro instrumento estabelecido entre seus 12 países membros (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela).<sup>34</sup> Constituiu-se em um projeto que, apesar de contar com a chancela dos presidentes dos países, trabalha “informalmente”. Segundo seu coordenador no Brasil, embora a IIRSA não seja um acordo quadro internacional, representa uma oportunidade histórica de desenvolvimento de projetos de infra-estrutura e superação de obstáculos existentes para os países da região.<sup>35</sup>

*Durante esses quatro anos eu diria que os resultados são positivos em todos os sentidos. O projeto tinha três grandes vertentes. Uma, a construção de uma visão estratégica da América do Sul, um quadro básico de referência digamos, projetado para a América do Sul para os próximos 20 anos, de tal modo que a integração se olhasse e se visse inserida em um projeto de construção de um subcontinente*

---

<sup>34</sup> O projeto de integração da infra-estrutura para a América do Sul está em andamento. Para a visualização dos eixos de integração física, vide sítio da Internet ([www.iirsa.org](http://www.iirsa.org)). Observa-se que a Guiana Francesa também não participa desta iniciativa.

<sup>35</sup> Entrevista realizada com o Sr. Ariel Cecílio Garces Pares, coordenador da IIRSA no Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

*integrado economicamente e socialmente e, ao mesmo tempo, fisicamente. O segundo item importante da IIRSA era a constituição de um portfólio, de uma carteira de projetos de infra-estrutura que integrasse a América do Sul nas três grandes infra-estruturas: energia, transportes e comunicações. E um terceiro tipo de agenda era a formação de grupos setoriais que pudessem discutir os temas regulatórios que permitissem que a integração física não fosse só física mas fosse também regulatória, de tal modo que os serviços que decorrem da integração física tivessem harmonização. Então havia visão estratégica, carteira de projetos de infra-estrutura e digamos assim, a busca de consensos em torno de marcos regulatórios comuns ou convergentes de tal maneira que a infra-estrutura não tivesse o percalço de ser uma integração física sem capacidade de operar serviços de maneira comum e convergente. (Entrevista realizada com o coordenador da IIRSA, em 14.12.2004)*

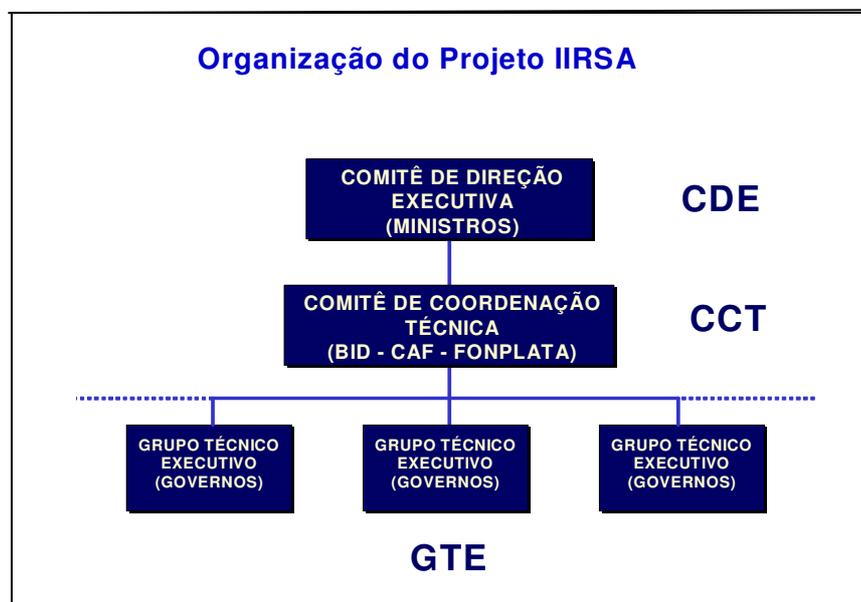


**Mapa 3 – Países Membros da IIRSA – 2005**

Mesmo sendo um organismo não oficializado, a IIRSA dispõe de estrutura organizacional e suporte fixo de recursos humanos e financeiros. Sua estrutura é composta por um Comitê de Direção Executiva (CDE), Grupos Técnicos Executivos (GTEs) e também por um Comitê de Coordenação Técnica (CCT).

O Comitê de Direção Executiva conta com representantes indicados pelos governos dos países e provenientes de órgãos por eles considerados pertinentes. Nele, o Brasil é representado pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão e pelos demais Ministérios afins (Relações Exteriores, Minas e Energia, Transportes e Comunicações).

O CDE tem uma presidência e dois vice-presidentes, com mandatos de um ano. Durante o ano de 2005, a presidência do CDE esteve a cargo do governo do Paraguai e as duas vice-presidências ocupadas pelos governos do Peru e do Equador. Já a sua Secretaria é exercida pelo Comitê de Coordenação Técnica, formado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pela Corporação Andina de Fomento (CAF) e pelo Fundo de Desenvolvimento da Bacia do Rio da Prata (Fonplata).



**Figura 1 – Organograma da IIRSA**

O CDE possui como objetivos básicos o desenvolvimento e a aprovação de uma visão unificada, a recomendação de diretrizes destinadas às estruturas competentes dos governos e a formulação de propostas que possam aprimorar o processo de implementação. Com base nesses objetivos, o comitê pode sugerir orientações de políticas, planos de ação, marcos regulatórios e financiamentos, mediante a análise de propostas técnicas oriundas dos Grupos Técnicos Executivos e sugeridas pelo Comitê de Coordenação Técnica.

Os Grupos Técnicos Executivos são formados por funcionários e especialistas que, a exemplo do que ocorre no CDE, são também indicados pelos respectivos governos. Os GTEs se constituíram para cada eixo de integração e desenvolvimento e para cada um dos Processos Setoriais de Integração (PSI) aprovados pelo CDE. Eles analisam temas específicos para cada eixo, tais como harmonização e/ou compatibilização de marcos normativos, métodos para identificação e evolução integrada de projetos, análises de aspectos ambientais e sociais, ações que impulsionem o desenvolvimento de zonas econômicas na área de influência do respectivo eixo, definição de mecanismos institucionais para atender as ações requeridas, entre muitos outros.

Por último, a estrutura prevê o Comitê de Coordenação Técnica (CCT), constituído por representantes do BID, CAF e do Fonplata. O CCT coordena o apoio técnico prestado pelas entidades que o compõem, nas áreas de ação estabelecidas pelo Comitê de Direção Executiva e pelos Grupos Técnicos Executivos.

Apesar de trazer em seu nome a intenção da integração física, a IIRSA, segundo seu coordenador brasileiro, não pode ser simplesmente vista como um projeto de integração de infra-estruturas. Ela buscaria ir além, uma vez que a infraestrutura entraria *“como uma alavanca para a valorização e geração de prosperidade nos territórios”*. (Entrevista com o coordenador brasileiro da IIRSA) A partir desse tipo de orientação, no ano de 2001, o CDE instruiu as instituições do CCT a elaborarem um documento - denominado Visão Estratégica para a Integração Sul-Americana (Vesa) - que seria uma proposta para os próximos 20 anos. O documento se constituiria em projeto de construção de um subcontinente integrado econômica, social e fisicamente. Com o objetivo de consolidar a visão estratégica, as instituições do CCT elaboraram um outro instrumento, apresentado na quarta reunião do CDE, realizada em Caracas, em julho de 2003, intitulado “Herramienta de

Trabajo para el Diseño de una Visión Estratégica Suramericana”<sup>36</sup> e que foi analisado no interior dos governos e tem sido periodicamente debatido nas Reuniões dos Coordenadores Nacionais.

No Brasil foi instalada, em 17 de setembro de 2001, uma Comissão Interministerial para a Integração da Infra-estrutura Regional da América do Sul, com a finalidade de articular as ações de governo no Projeto IIRSA. Respondem pela presidência e vice-presidência da comissão, respectivamente, os representantes do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão e do Ministério das Relações Exteriores. O MPOG exerce também a função de Secretaria Executiva e de apoio técnico-administrativo aos trabalhos do colegiado. Os representantes dos Ministérios dos Transportes, Comunicações e Minas e Energia estão também presentes nessa comissão.<sup>37</sup>

Entre as competências da Comissão supra, está prevista, além da ação coordenada entre os ministérios e junto aos organismos da IIRSA, a articulação com entidades representativas da sociedade, solicitando, quando necessário, a colaboração de órgãos públicos e privados.<sup>38</sup>

No rastro da primeira reunião de presidentes, nos dois primeiros anos de funcionamento, a IIRSA contou com apoio integral do governo federal, principalmente através do MPOG que, juntamente com os organismos financiadores, formulou proposta de “Plano de Ação para a Integração da Infra-Estrutura Regional da América do Sul”, com um horizonte de dez anos, aprovada na primeira Reunião de Presidentes.<sup>39</sup> O “projeto” para a América do Sul integrada, em termos de obras de infra-estrutura física, desenvolvidas ou apoiadas pela iniciativa privada, tomou forma e ganhou espaço político nos discursos presidenciais, sempre com grande ênfase nos benefícios da integração de infra-estrutura.

---

<sup>36</sup> Em suas considerações finais, o documento chama a atenção para a importância de se construir um consenso sul-americano em torno de uma visão estratégica de desenvolvimento regional, para a qual o documento elaborado pelo Comitê de Coordenação Técnica seria apenas um insumo, uma ferramenta para o trabalho dos governos.

<sup>37</sup> Decreto publicado no DOU de 18 de setembro de 2001 e assinado pelo então presidente da república Fernando Henrique Cardoso e pelos ministros Celso Lafer, Eliseu Padilha, José Jorge, Martus Tavares e Pimenta da Veiga.

<sup>38</sup> Não foram encontrados comentários sobre essa prática na análise dos registros das reuniões. A participação e consulta a entidades parece ter sido pouco significativa. No Seminário CIER realizado em 2004, o coordenador da IIRSA referiu-se a uma possível colaboração entre IIRSA, Olade e Cier, a ser efetivada em 2005. Registra-se, porém, a realização de audiência pública, na sede do BNDES, em novembro de 2005. Na ocasião, houve críticas por parte das entidades da sociedade civil presentes, pelo fato de que somente após 4 anos depois de lançada a IIRSA, a sociedade civil havia sido convidada a se pronunciar. Foi criticada também a falta de informações e de transparência. Na mesma oportunidade um representante de uma agência multilateral, ao contrário, elogiou o Brasil, por ser o país em que o processo participativo era mais amplo e diversificado.

<sup>39</sup> Reunión de Presidentes de América del Sur, “*Plan de Acción para la Integración de la Infraestructura Regional en América del Sur: Una Propuesta*”. (BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO, 1 de septiembre de 2000)

No âmbito do planejamento energético, em 2001, o Plano Decenal de Expansão dedicou um capítulo à Integração, totalmente conforme aos preceitos da IIRSA e à programação dos eixos. Porém, na estrutura organizacional do MME, não há qualquer instância específica para os assuntos de integração internacional ou da América do Sul, em especial. Desde o segundo mandato do presidente Fernando Henrique, contudo, um assessor para assuntos internacionais respondia pelo acompanhamento de tais temas no Ministério e representava o país no GTE/IIRSA.<sup>40</sup> Segundo entrevista com a suplente da representação do MME na Comissão Interministerial para a IIRSA, na ausência de uma formulação específica do tema integração, prevaleceria um discurso pouco valorizado na prática, principalmente no governo atual. Ainda segundo informações dessa entrevista e das demais entrevistas realizadas no MME, a carteira de projetos constante da relação da IIRSA não foi elaborada nem discutida na área de planejamento do setor de energia elétrica, carecendo, em consequência, de legitimidade no interior do ministério e do setor elétrico nacional.

Desde o lançamento da IIRSA até dezembro de 2004 foram realizadas três reuniões presidenciais. Na terceira, realizada na cidade de Cuzco, Peru, foi aprovada a “Agenda de Implementação Consensada”, com uma lista de 31 projetos prioritários constantes de uma carteira indicativa que apresentava 335 projetos para os 12 países integrantes.

A caracterização dos atores institucionais na integração energética realizada neste capítulo mostra uma tentativa de mudança, no funcionamento das organizações e de suas posições e composições na arena energética. Desde a segunda metade dos anos 1990, registra-se um esforço de adaptação dos propositores da integração energética aos novos ventos desestatizantes, para sobreviver num cenário com preponderância das grandes empresas, num ambiente anteriormente só estatal.

Alterações nas estruturas, nos produtos oferecidos, na composição da Cier e da Olade demonstram esse esforço, também direcionado para a revisão dos objetivos da própria integração. Esta, que tem início com a cooperação técnica e a constituição de uma rede de articulação entre atores de diversos países, no cenário

---

<sup>40</sup> Esta responsabilidade não consta da estrutura organizacional e, durante as entrevistas não conseguimos obter informações de como eram geridos os temas internacionais. No entanto, sempre há um assessor internacional, em geral embaixador, no MME.

das mudanças setoriais do final do século XX, passa por uma indefinição relativa à adoção *in totum* da integração de mercados, a defesa da integração da infraestrutura física, ou diferentes combinações das posições dinâmicas vivenciadas no campo da integração energética.

Gravitando em torno das estruturas governamentais (ou dentro delas), mas sem direcionamento específico destas ou articulação política interna com estes organismos<sup>41</sup>, os atores institucionais da integração energética e da infra-estrutura física não lograram obter a parceria de grandes empresas transnacionais para a consolidação de seus objetivos mais gerais. Por outro lado, estas últimas continuam atuando com suas estratégias globais e pressionam novos posicionamentos na revisão de acordos, objetivos e projetos, visando ao estabelecimento de um planejamento com a presença do Estado, onde este se faz necessário para a consecução de seus objetivos.

---

<sup>41</sup> Essa situação fica clara no caso da representação brasileira na Olade, caso em que mesmo com a posição brasileira publicamente favorável ao relacionamento com os demais países da América do Sul, não se concretizam diretrizes estratégicas para atuação na área energética. Destaca-se que, ainda assim, acordos bilaterais foram firmados para o equacionamento de questões específicas e não de propostas mais abrangentes dos atores institucionais ou dos governos.

### 3 A INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA NO PLANEJAMENTO DA EXPANSÃO

O tratamento do tema integração energética no planejamento setorial foi desenvolvido neste trabalho dada a relevância que os estudos prospectivos adquiriram ao longo da história do setor de energia elétrica no Brasil. Concebidos como orientação para a configuração da expansão dos sistemas elétricos do país, os documentos de planejamento consolidaram a indicação de alternativas de suprimento e projetos a serem implantados. Nas esferas governamentais, os planos de expansão já tiveram caráter determinativo para as decisões da expansão do sistema elétrico nacional, sendo hoje considerados como indicativos para as decisões sobre a implementação dos projetos.

Com a análise dos planos de expansão, pretendeu-se abordar a relevância e a forma de tratamento dada à integração energética do continente, no planejamento nacional de longo prazo e no planejamento considerado de curto prazo - os planos decenais de expansão.<sup>42</sup> Segundo a definição dos documentos, o arcabouço de planejamento previa a interação de três horizontes temporais numa visão prospectiva de aproximadamente 30 anos, contidos em três estudos distintos abrangendo 30, 15 e 10 anos respectivamente. Os planos de longo prazo deveriam propor as diretrizes gerais para a expansão no que diz respeito aos aspectos estratégicos do desenvolvimento da matriz energética nacional, em termos de desenvolvimento tecnológico e industrial, da confiabilidade e da segurança do sistema. Os planos de médio prazo trariam a primeira aproximação das diretrizes gerais para a composição de possíveis carteiras de projetos visando ao atendimento das previsões de mercado. Já o planejamento de curto prazo adequaria estas composições e as diretrizes gerais a um determinado cenário de expansão. Tal cenário seria tomado como referência para a programação de projetos específicos nas áreas de geração e transmissão, com critérios de custo-benefício, considerando, a partir da internalização de algumas variáveis, outros objetivos, como, por exemplo, o atendimento de demandas para desenvolvimento de regiões

---

<sup>42</sup> Para a elaboração deste capítulo foram analisados os Planos de Longo Prazo (1990, 2000, 2010 e 2015) e todos os Planos Decenais existentes de 1991 até 2003. Estes Planos têm características distintas em termos institucionais, de abrangência territorial, temporal e metodológica. O Plano 90 - *Plano de Atendimento dos requisitos de energia elétrica até 1990 das regiões Sudeste e Sul* -, ainda de abrangência regional, o Plano 95 - *Plano de atendimento aos requisitos de energia elétrica até 1995* -, com abrangência espacial maior, ambos realizados pela Eletrobrás com a colaboração de várias empresas e dos grupos coordenadores regionais (da Amazônia e do Nordeste) é considerado o primeiro plano nacional de energia elétrica. Já o Plano 2000 foi elaborado na época de constituição do GCPS com participação ampliada das concessionárias. Os arranjos institucionais e metodológicos desenvolvidos nos anos 1980 estão consagrados nos Planos 2010 e 2015.

específicas, a otimização de possíveis interligações elétricas e a minimização dos impactos ambientais.<sup>43</sup> Esse arcabouço foi proposto para ser atualizado em intervalos de cinco anos para os planos de longo prazo e de um ano para os demais.

44

### 3.1 A INTEGRAÇÃO NOS PLANOS DE LONGO PRAZO

Em termos da abrangência do tratamento territorial, os planos referiam-se às bacias hidrográficas em estudo em território nacional. Nos Planos 90, 95, 2000 e 2010, o planejamento setorial considerou os empreendimentos hidrelétricos em rios

ou bacias de fronteira, como é o caso da bacia do rio Uruguai e do rio Madeira, por exemplo, mas não extrapolou as fronteiras nacionais. Tal fato se deveu, entre outras razões, ao estágio de desenvolvimento do sistema elétrico nacional e do próprio planejamento setorial. Explicado nos termos do setor elétrico, tratava-se, inicialmente, de inventariar os potenciais energéticos existentes e conceber um sistema elétrico otimizado em termos de exploração dos recursos, custos e atendimento à demanda de energia elétrica.

No Plano 2000, foram considerados empreendimentos internacionais, como a hidrelétrica de Itaipu (naquele documento, com entrada em operação prevista para 1983) e a de Garabi. Os demais empreendimentos binacionais

---

<sup>43</sup> “Segundo a Eletrobrás, o conhecimento, avaliação e dimensionamento das fontes de recursos energéticos disponíveis para a geração de energia passou a exigir a execução de estudos com até 30 anos de antecedência da entrada em operação das usinas. Tais estudos deveriam identificar rotas de desenvolvimento dos sistemas elétricos, fixando metas para o médio prazo em função da composição esperada da geração, dos troncos de transmissão e do desenvolvimento tecnológico e industrial do país. Os insumos básicos desses estudos eram as projeções de mercado, os inventários de fontes de geração e a análise de novos processos tecnológicos e industriais. Os estudos de médio prazo, como o Plano 90 e o Plano 95, estabeleceram o programa de expansão dos sistemas elétricos do país no prazo de até 15 anos. Também eram realizados com grande antecedência, levando em conta os longos períodos de construção no Brasil das usinas geradoras (média de oito anos) e linhas de transmissão (média de cinco anos). Os estudos de curto prazo, com horizonte de dez anos, buscaram ajustar o programa de expansão dos sistemas, frente a variações conjunturais, como mudanças das previsões de mercado, atrasos nos cronogramas e restrições nos recursos financeiros. Tais estudos vinham sendo realizados com periodicidade anual pela Eletrobrás, abrangendo diferentes regiões e áreas determinadas do país”. (ELETROBRÁS, Metodologia para o Planejamento da expansão do Sistema Elétrico brasileiro, sem data, citado em História do GCPS Memória da Eletricidade, 2002, p. 170) Em geral, em cada Plano há um capítulo destinado à apresentação das premissas e critérios adotados para a elaboração dos estudos daquele ciclo de planejamento.

<sup>44</sup> É possível pesquisar os planos de longo prazo e os decenais, porém os planos de médio prazo não foram produzidos com a constância prevista. Foram consolidados mais como estudos internos da Eletrobrás do que como publicações e não se encontram disponíveis para consulta. O Anexo 1 apresenta a cronologia de produção dos documentos de planejamento.

previstos nos Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia do Rio Uruguai não são citados.<sup>45</sup>

O Grupo Coordenador do Planejamento Setorial (GCPS), constituído em novembro de 1980<sup>46</sup>, desenvolveu durante aquela década, através de seus grupos de trabalho e comitês técnicos, modelos de simulação e planejamento que chegaram a contemplar as primeiras opções “vantajosas” de interligação continental. Na época, o planejamento estatal era centralizado, com diretrizes emanadas pelo governo federal e a concepção que instruía a participação dos técnicos das empresas do setor era a de exploração e ocupação do território, consonante à consolidação da segurança nacional, base ideológica da política governamental.

*Na década de 80 a DPE (Eletrobrás) coordenou a elaboração do Plano 2000 e 2010. A filosofia que existia nesses planos de expansão do sistema elétrico brasileiro era priorizar uma certa autonomia energética nacional. A prioridade era desenvolver o sistema com projetos nacionais e, de preferência, com energia renovável, como a hidreletricidade. Esses dois planos propunham essa diretriz, que foi abandonada no Plano 2015, de conotação totalmente diferente e com o qual passou-se a adotar a importação de energia como uma opção que deveria ser cotejada com soluções tipicamente nacionais. (...) Eu quero frisar que, **antes do Plano 2015, havia uma diretriz, um consenso, de que o Brasil deveria utilizar suas fontes de geração, no caso da energia elétrica. Não se cogitava a hipótese de integração com os países vizinhos, de importação de energia.** Existiam, é claro, alguns projetos binacionais, como Itaipu, e algumas interligações de pequeno porte.<sup>47</sup> (ELETROBRÁS, 2004, p. 307-308, grifo nosso)*

Ainda que em termos de abrangência territorial a expansão devesse ser considerada dentro das fronteiras nacionais, levando a estudar e propor, no máximo, projetos binacionais, no Plano 2010<sup>48</sup>, uma possível integração com os demais países da América do Sul aparece como possibilidade de cooperação e afirmação da competência técnica brasileira junto aos países vizinhos. Publicado em 1987, o

<sup>45</sup> O Plano demonstra, ainda, uma decisão pela UHE Garabi e indica que, se a construção desta usina tivesse início até 1985, ela poderia entrar em operação em 1991 “*neste caso, essa usina deslocaria as datas dos aproveitamentos programados a partir de 1991*”. (ELETROBRÁS. Plano 2000, p. 32)

<sup>46</sup> O GCPS foi criado em agosto de 1980, por Resolução de Diretoria da Eletrobrás e dois anos depois oficializado pela Portaria Ministerial nº 1617 como organismo responsável pelo planejamento da expansão dos sistemas elétricos brasileiros, “*assegurando a compatibilidade dos programas de expansão das diversas empresas com as diretrizes da Eletrobrás, em particular com o plano de geração por ela fixado, e minimizando investimentos com respeito ao nível de desempenho pré-estabelecido.*” (GCPS, 2002, p. 164)

<sup>47</sup> Depoimento de Altino Ventura Filho. Engenheiro-eletricista, trabalhou na Sudene e na Eletrobrás de 1972 a 1995 como chefe de Departamento de Geração, Secretário Executivo do GCPS, Coordenador-adjunto do Plano 2015. Foi Diretor Técnico da Itaipu-Binacional e Presidente da Eletrobrás. (ELETROBRÁS, 2004, p. 303)

<sup>48</sup> Conforme desenvolvemos nos Capítulos 2 e 3, os técnicos que atuavam na esfera da integração eram também os expoentes da produção do planejamento em seus países e um dos objetivos iniciais da criação de instituições como a Cier era o intercâmbio de conhecimento.

plano trazia um capítulo dedicado ao relacionamento internacional do setor elétrico brasileiro, conferindo relevância comercial ao acervo de conhecimentos técnicos acumulados e tendo em vista a exportação de serviços das construtoras e consultoras. Ao final do referido capítulo são apresentadas sugestões para a estruturação de uma coordenação das atividades de cooperação técnica do setor elétrico no exterior, expressando a avaliação de que esta iniciativa traria possíveis ganhos para o país e a dinamização de atividades com os demais países vizinhos.<sup>49</sup>

A consideração sobre possíveis interligações elétricas internacionais começa a figurar como alternativa de atendimento ao mercado de energia elétrica nos planos de expansão de longo prazo a partir da elaboração do Plano 2015.

O Plano 2015 (elaborado entre os anos 1992 e 1994 e publicado em 1994), tem uma estrutura e uma concepção inovadoras, tanto do ponto de vista do modelo de planejamento quanto da integração continental. Com efeito, ao invés de constituir, como os planos de longo prazo anteriores, uma carteira de projetos ampliada para todo o potencial energético brasileiro, ele se apóia no conceito de “planejamento sob incertezas” com o objetivo de fornecer os elementos básicos para a análise estratégica das tendências da expansão. O plano foi elaborado a partir de blocos de estudos temáticos e consolidado com a ampliação das fontes consultadas e com a realização de seminários externos ao setor, visando formar o arcabouço necessário para a visão prospectiva do período.<sup>50</sup>

No prefácio das publicações dos estudos temáticos “Cadernos do 2015”, lê-se:

*...em muitos aspectos, o Plano 2015 será bastante diferente do 2010. Em termos de processo de elaboração o objetivo é melhorar a forma de articulação com os diversos setores da sociedade interessados no planejamento de longo prazo do setor elétrico, buscando a participação efetiva de entidades internas e externas a ele, uma vez que os temas relativos à questão energética são objeto de intenso debate de interesse público. Com esse objetivo, os trabalhos do Plano 2015 iniciaram-se pela realização de uma série de seminários, abertos ao público, onde foram discutidas as grandes questões que hoje afetam o setor elétrico, e para o qual foram convidadas as concessionárias de energia elétrica, bem como as principais*

---

<sup>49</sup> Este objetivo, consonante com os acordos diplomáticos continentais firmados pelo país para a integração econômica e social do continente, não mais estará presente no plano de longo prazo seguinte e nos documentos mais recentes da área de planejamento setorial.

<sup>50</sup> Foram nove os seminários iniciais realizados, com a participação de 36 conferencistas: Perspectivas da Economia Brasileira; A Nova Política Industrial; Política de Meio Ambiente; Aproveitamento do Potencial Hidroelétrico Brasileiro; Utilização da Termoeletricidade; Seleção de Investimentos; Financiamento da Expansão do Setor Elétrico; O Desenvolvimento Tecnológico e o Setor Elétrico; Fornecedores de Bens e Serviços e a Expansão do Setor Elétrico.

*entidades envolvidas com a questão do planejamento energético do país.<sup>51</sup> (ELETROBRÁS, 1991, p. Apresentação)*

Com relação à questão específica da integração, no volume síntese daquele Plano (Relatório Executivo - Vol. I) há um item dedicado a “intercâmbios energéticos com países vizinhos”, no qual todas as possibilidades de interligações são apresentadas, a partir de uma organização regional por blocos comerciais. É interessante registrar a opção de organização das possibilidades energéticas em regiões consideradas pelos autores como “geopolíticas”.

*Com o processo de polarização geopolítica e econômica dos países do continente sul-americano, através da constituição do Mercosul e do grupo de países do Pacto Andino, vem se desenvolvendo no âmbito desses futuros mercados comuns um grande esforço de integração energética.*

*No que se refere às possibilidades de ampliação da integração elétrica com os países limítrofes pertencentes aos citados mercados comuns, bem como o Grupo das Guianas, cabe assinalar as seguintes perspectivas a médio e longo prazos. (ELETROBRÁS, 1994, p. 40)*

Com esse enunciado que adota a regionalização a partir dos blocos econômicos, são descritas no Plano as possíveis interligações para tais regiões. No âmbito do Mercosul, as alternativas encontravam-se divididas em: hidrelétricas binacionais; suprimento de gás natural para geração de energia elétrica e interconexões elétricas. No âmbito do Pacto Andino: aproveitamentos binacionais (hidrelétricos); suprimento de gás natural para geração de energia elétrica; suprimento de carvão para geração de energia elétrica; e suprimento de combustível *orimulsión*<sup>52</sup> da Venezuela, para geração de energia elétrica. Para o Grupo Guianas, é mencionado, apenas, o potencial hidrelétrico (Guiana e Suriname), petrolífero (Suriname) e um acordo, em negociação na época, para a construção de uma usina hidrelétrica binacional entre o Brasil e a Guiana Francesa.<sup>53</sup>

<sup>51</sup> A título de complementação sobre o “formato participativo” do Plano 2015, vale observar que os seminários iniciais foram realizados somente no Rio de Janeiro, com a participação de um público preponderante de atores ligados às empresas do setor. O processo foi finalizado, entre 1993 e 1994, com a realização de dois ciclos de seminários regionais para a apresentação dos resultados em várias capitais brasileiras: Manaus, Recife, Florianópolis, Rio de Janeiro; e, no segundo ciclo, Curitiba, Recife, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Os Seminários regionais contaram com público numericamente maior e mais diversificado.

<sup>52</sup> “Combustível fóssil produzido de betume natural emulsionado com água. Também conhecido como ‘carvão líquido’ possui poder calorífico de 7.050 kcal/kg (70% do poder calorífico do óleo combustível) e um teor de cinza residual de 2,5% em peso, considerado alto, exigindo investimentos para redução de emissões e preservação ambiental”. (ELETRONORTE, Sistema Roraima. Estudo Comparativo de Alternativas de Atendimento ao Sistema Boa Vista – Nota Técnica 06/97, p.9)

<sup>53</sup> Até 2003 esse acordo não havia sido celebrado.

Além dessa visão, apresentada na síntese do Plano, com base nas possibilidades de exploração de diferentes recursos energéticos (Figuras 2 e 3 do próximo capítulo), um volume específico é dedicado à integração - *Intercâmbios Energéticos com Países Vizinhos - Interligações Internacionais* (volume III, Projeto 4), que aponta os projetos binacionais e as interligações como “*interessantes ganhos energéticos para o sistema brasileiro*”. (ELETROBRÁS, Plano 2015, 1994, Volume III, item 2.4, p. 36) Cita como projetos a serem considerados no médio prazo, a usina hidrelétrica de Garabi e o gasoduto Brasil-Bolívia. Para o longo prazo indica a Interligação Brasil-Venezuela, associada a aproveitamentos do rio Caroni, na Venezuela<sup>54</sup> e interligações com a Argentina, o Peru e a Bolívia, associadas a projetos de aproveitamento de gás natural naqueles países.

Interessante notar que a maioria dos projetos citados, apesar de modificados em sua concepção técnica e objetivos de atendimento, foram implantados antes do horizonte previsto. Temos como exemplo o gasoduto e as interligações com a Argentina e a Venezuela. A hidrelétrica de Garabi permaneceu sem avançar nos estudos até o último Plano Decenal de Expansão analisado. Com relação à interligação Venezuela-Brasil, como foi oficialmente nomeada, a idéia original do projeto foi bastante modificada, como se verá em capítulo específico na Parte II. Na verdade, as alterações realizadas podem ser vistas como adaptações às situações conjunturais (ou de mercado), pois as previsões iniciais do Plano visavam ao aproveitamento integral dos recursos energéticos desses blocos, integrando projetos de geração e transmissão.<sup>55</sup>

Ao buscarem-se os motivos da alteração do padrão de planejamento até então observado nos planos de longo prazo anteriores, verifica-se outra característica do aspecto “estratégico” do Plano 2015, que não só considera os possíveis intercâmbios, como também apresenta a evolução do intercâmbio de energia no período de 1985 a 1990, enfatizando suas conseqüências. Nesse período, a exportação, quando existe, é praticamente inexpressiva, mas a

---

<sup>54</sup> “Este projeto permitiria interligar futuras usinas hidrelétricas venezuelanas de grande porte ao sistema coletor de usinas brasileiras na margem direita do Amazonas. O projeto permitiria aproveitar possível diversidade hidrológica existente entre os sistemas venezuelano e brasileiro, com ganhos substanciais de energia firme para ambos. As linhas de transmissão seriam de grande extensão, sendo necessário, inclusive, prever-se a travessia do rio Amazonas, representando esse fato grande desafio para a engenharia”. (ELETROBRÁS, 1993, p. 37)

<sup>55</sup> Cita-se como exemplo o caso da UHE Garabi: a previsão de construir a usina juntamente com as interconexões da Argentina com o Brasil e integrar a energia hidrelétrica ao sistema brasileiro não se concretizou, tendo sido implantada a interconexão com o sistema interligado argentino para, primordialmente, importar energia daquele país.

importação atinge 10% da energia disponível. O texto chama a atenção para o índice ser, comparativamente a outros países, considerado alto (o índice percentual de importação líquida era inferior apenas ao da Itália, da ordem de 13%), ainda que ressaltando estar incluída nesse cálculo a porção de energia elétrica produzida por Itaipu, pertencente ao Paraguai e comprada pelo Brasil. As demais importações podiam ser consideradas muito modestas. A preocupação com a obtenção de montantes de energia suficientes para importar nos anos seguintes não aparece explicitamente no texto, porém o volume é organizado para demonstrar as possibilidades de geração e interligação com saldos positivos para o suprimento da demanda brasileira, objetivo maior do Plano.

*Foi no Plano 2015 que de fato ocorreu a proposta de considerar uma integração elétrica-energética mais forte, ou seja, contemplar a opção de importação para competir em termos de custo com as alternativas nacionais. Pode ser por isso que eu não tenha uma percepção detalhada desta questão ao longo da década de 1970, quando ela não estava na ordem do dia. (ALTINO VENTURA FILHO, Eletrobrás, 2004, p. 308)*

O contexto de planejamento à época da elaboração do Plano parece permitir a consideração de outros aspectos além dos recursos energéticos em território nacional dos planos anteriores. Uma visão diferenciada de escopo e escala, reconfigura parcialmente o modelo e o processo de planejamento. Acontece, em certa medida, um movimento semelhante ao do início da década de 1970 (VAINER e ARAÚJO, 1992), quando o planejamento territorial brasileiro passa da escala regional para a escala nacional. Nesse processo, a escala regional é progressivamente engolida pela escala nacional que, simultaneamente, fragmenta o território.

*A partir de agora a totalidade do território não é vista nem como um conjunto de regiões hierarquicamente articuladas, nem como amálgama de regiões-programa, mas como um somatório de recursos mais ou menos acessíveis. A ação estatal não tem mais em vista a captura das regiões (na verdade já concluída), mas a viabilização da apropriação de recursos localizados ao largo do território. O planejamento regional recebe seu epitáfio definitivo e o território passa a ser apropriado, diretamente, a partir e no âmbito da política e do planejamento setoriais. (VAINER e ARAÚJO, 1992, p. 29)*

A era dos “grandes projetos” é, simultaneamente, a era da afirmação do planejamento em escala nacional. No âmbito do planejamento setorial, no momento

em que ele ainda se apoiava na proposição de grandes hidrelétricas, a mudança de perspectiva passou a permitir a formulação da expansão na escala continental.

Essa mudança de visão foi influenciada pelo processo mais amplo de globalização e da abertura de mercados em vários países do continente, aspectos que contribuíram para a possibilidade de se pensar na integração energética com alguns países da América do Sul como alternativa para o planejamento da expansão da energia a ser consumida nacionalmente.

Dessa forma, o último Plano Nacional produzido se apresenta com uma visão continental das potencialidades de aproveitamento de recursos e de interligações energéticas com os países vizinhos, numa concepção voltada para a possível complementação da expansão prevista para o sistema elétrico nacional.<sup>56</sup>

### 3.2 OS PLANOS DECENAIS DE EXPANSÃO

Nos Planos Decenais de Expansão (PDEs), do período estudado, foram várias as menções sobre as possibilidades de integração energética primordialmente referidas (de acordo com os objetivos dos planos) aos projetos concretos que as efetivariam.

O tema integração energética entre o Brasil e seus países vizinhos, na leitura dos PDEs, aparece de uma forma secundária - a princípio integrando o capítulo destinado à Expansão da Geração -, sendo apresentado por meio de projetos isolados que buscam o atendimento da demanda crescente de energia no país. Nos Planos 1991-2000, 1993-2002, 1994-2003 e 1995-2004, os únicos projetos de integração energética destacados são a interligação com a Argentina por intermédio da UHE Garabi e a compra de gás natural junto à Bolívia, para o atendimento de termelétricas em território nacional.<sup>57</sup>

O tratamento sobre a integração energética não aparece organizado nos moldes em que o tema foi tratado no Plano 2015 nem mantém referências ao tipo de visão apresentada anteriormente, ou seja, a obtenção de energia adicional para o sistema elétrico nacional é o ponto de partida e de chegada dos PDEs.

---

<sup>56</sup> A apresentação gráfica do Plano se faz na escala continental, simbolicamente. A capa do Plano 2015 é uma imagem de satélite focando a América do Sul.

<sup>57</sup> A base para esta análise consistiu na revisão dos PDEs, desde o de 1991-2000 até o 2003-2012, visando localizar a presença do tema integração energética de projetos específicos internacionais ou de interligações entre sistemas elétricos, por meio de linhas de transmissão. Além disso, foi observado como o sistema isolado de Manaus seria atendido, uma vez que a principal justificativa para a importação de energia da Venezuela era o suprimento de energia elétrica para essa capital.

No que se refere ao suprimento do Sistema Boa Vista, observa-se que entre os Planos analisados - 1991-2000, 1993-2002, 1994-2003 e 1995-2004 - foi prevista uma melhoria da oferta de energia para a capital do estado de Roraima, sobretudo com a instalação e ampliação de usinas termelétricas, não aparecendo ainda a interligação Venezuela–Boa Vista.

Somente a partir do Plano 1996-2005 esse cenário começa a se alterar, pois pela primeira vez é considerada a alternativa de atendimento à Boa Vista por meio do fornecimento de energia importada da Venezuela. Os PDEs posteriores afirmam que, após a conclusão da linha de transmissão de 230 kV, interligando Santa Elena de Uairén, na Venezuela, à capital de Roraima, Boa Vista, o atendimento àquele mercado estaria assegurado por 15 anos.

A partir do Plano 1996-2005, outros projetos binacionais passam a ser cogitados, como o suprimento da Venezuela à Boa Vista e Manaus e também uma interligação com o Uruguai.

*Para a integração energética com os Países Vizinhos, devem ser considerados e analisados, entre as partes, os seguintes projetos binacionais:*

- *No âmbito do Mercosul, a interligação com a Argentina, ao nível de 500 kV, no contexto do projeto da UHE Garabi, e a interligação com o Uruguai;*
- *Suprimento da Venezuela a Boa Vista e Manaus, a partir das usinas do rio Caroni;*
- *Aquisição de gás natural da Bolívia, no curto prazo, e da Argentina, a médio prazo;*
- *Compras de energia da Bolívia e Peru, nas proximidades dos Estados do Acre e Rondônia. (ELETROBRÁS. GCPS, 1995, p. 40)*

Desta forma, além do elo de interligação elétrica do Brasil com o Paraguai, representado pela UHE Itaipu, já em operação em período anterior aos Planos analisados, nota-se, a partir do PDE de 1996, a inclusão de outros projetos internacionais e a apresentação do item “Interligações Elétricas com Países Vizinhos” sem que esse item seja incorporado à estrutura dos Planos consecutivos.

No PDE 1997-2006, encontra-se a seguinte introdução e a apresentação ao item específico das interligações:

*Essas interligações atendem às políticas externa e energética brasileiras de integração com países vizinhos. Destacam-se o fornecimento de energia elétrica da Venezuela para Boa Vista, bem como as interligações no âmbito do Mercosul. (ELETROBRÁS. GCPS, 1996, Relatório Executivo, p. 13)*

Pela primeira vez, desde que incorporada ao planejamento de longo prazo (Plano 2015), a interligação com a Venezuela é apresentada apenas com destino à Boa Vista e com o objetivo de atender aquele mercado e não abrangendo o mercado de Manaus. A explicação para tal fato também aparece no mesmo documento:

*A Comissão criada pela Portaria MME 128/95 elaborou estudos alternativos de abastecimento de energia à Amazônia Legal. A conclusão dos estudos recomendou o uso do gás natural de Urucu para atendimento a Rondônia, Acre, Manaus, Macapá e Estado do Pará (margem esquerda do rio Amazonas). No caso de Boa Vista, a solução será através da interligação com a Venezuela. (ELETROBRÁS. GCPS, 1996, Relatório Executivo, p. 14)*

No tema integração/interligações, os PDEs analisados, até 1998, mais se adaptaram aos fatos conjunturais, registrando o que já estava ocorrendo, do que expressaram o planejamento para o período de dez anos.

Nos Planos de 1999-2008 e 2000-2009, o item destinado à Interligação com Países Vizinhos encontra-se inserido no capítulo do Programa Decenal de Transmissão, abrangendo as interligações com Venezuela, Argentina e Uruguai. No Plano 2002-2011 não há referências às interligações. Deste segundo conjunto de Planos, destaca-se o Plano 2001-2010 que introduz um item específico, no Capítulo 2, para a “Integração da Infra-estrutura Regional da América do Sul”.

O texto reproduz os objetivos e informações da IIRSA, a partir da subdivisão de eixos trabalhada em seu Plano de Ação, para em seguida apresentar quadros com as informações das interligações elétricas existentes e planejadas. O Plano não faz uma análise do estágio de desenvolvimento desses projetos, ou ainda, se eles representam oportunidades elétricas e negociais vantajosas para o sistema elétrico nacional e para o país. O capítulo é completado com um sumário descritivo de cada interligação elétrica em operação, apresentado a seguir.

**Quadro 2 – Interligações em Operação ou em Construção –  
PDE 2001- 2010**

<b>Países/Terminais</b>	<b>Capacidade (MW)</b>	<b>Tensão (kV)</b>	<b>Observação</b>
<b>Argentina</b>			
1. Rincón (Ar) - Garabi (Br) (Cien)	1.000	500	Em operação
	1.000	500	Em construção
2. Paso de los Libres (Ar) - Urugaiana (Br) Eletrobrás	50	132/230	Em operação
<b>Venezuela</b>			
3. Complexo Guri/Macáguas (Ve) - Boa Vista (Br) (Eletronorte)	200	230/400	Em operação
<b>Uruguai</b>			
4. Rivera (Ur) - Santana do Livramento (Br) (Eletrobrás)	70	230/150	Em operação
<b>Bolívia</b>			
5. UTE Puerto Suarez (Duke Energy)	88		Em construção
<b>Paraguai</b>			
6. Acaray (Pa) - Foz do Iguazu (Br) (Copel)	70	132	Em construção
	12.600	132	Em operação
7. UHE Binacional Itaipu (Eletrobrás)	1.400		Em construção

Fonte: Departamento de Assuntos Internacionais - DPI – apresentado no PDE 2001-2010. ELETROBRÁS, GCPS, 2000.

Em todo o período analisado, as possibilidades de relacionamento internacional com os países da América do Sul para a produção de energia, foram colocadas principalmente em termos da utilização conjunta de recursos energéticos, de aproveitamentos hidrelétricos binacionais<sup>58</sup> e da compra de matéria prima para a geração elétrica no país.<sup>59</sup> As interligações elétricas através das linhas de transmissão são soluções mais recentes. Efetivamente, no PDE 1998-2007 as Interligações com a Venezuela, a Argentina e o Uruguai estão contempladas com data de início de operação para 1998, 1999 e 2000, respectivamente.

As previsões de expansão de energia elétrica, no período de 1997 a 2001, incluíram um leque significativo de projetos oriundos da integração energética com os países da América do Sul, chegando a representar mais de 20% da necessidade de adição de energia elétrica no período.

Finalizando a análise sobre a integração energética nos documentos setoriais, constata-se que os primeiros planos de longo prazo não faziam referência à integração por não ser esta uma questão considerada como aspecto integrante de sua opção ou horizonte estratégico. O planejamento setorial, conforme afirmado

<sup>58</sup> Caso da construção de Itaipu, de outros aproveitamentos previstos para a bacia do rio Paraná e de outros três aproveitamentos hidrelétricos na bacia do rio Uruguai.

<sup>59</sup> Caso do carvão da Colômbia ou do gás da Bolívia e Argentina, soluções para a geração termelétrica há muito apresentadas nos fóruns técnicos.

anteriormente, tinha como horizonte o território nacional, concebido como espaço por excelência da formulação estratégica necessária, em consonância com o planejamento estratégico e a geopolítica militares, e sua visão de segurança e desenvolvimento nacional.

*A Integração Nacional, bandeira de um padrão de planejamento que não articula consensos, pois os postula como pressupostos, vai administrar trabalho e capital no sentido de estender a nação à totalidade do território. Vai perseguir a plena instauração da identidade Território-Nação-Estado – velho ideal formulado pela primeira vez na ditadura varguista. Já no Governo Costa e Silva, o planejamento regional, a partir da região, cede lugar ao planejamento dos pólos, a partir do centro (...) trata-se de identificar os potenciais microlocalizados e criar condições para explorá-los no âmbito de um programa estratégico de âmbito nacional. (VAINER e ARAÚJO, 1992, p. 26)*

Somente o Plano 2015, do início dos anos 1990, apresentou uma visão de escala continental com aspectos estratégicos, mas sem formular ou expressar uma posição do país com relação a todos os elementos de uma integração da indústria de energia e da cadeia de ações e processos vinculados a essas atividades. Encontrava-se referenciado ainda a projetos específicos que viabilizassem a necessidade de suprimento do sistema elétrico nacional. Nos planos de longo prazo, estão ausentes, justamente, a perspectiva “integradora” (estratégica) e a visão de conjunto que vem com a expressão “integração”.

Os PDEs, coerentemente, não fizeram referência à Integração com “I” maiúsculo, isto é, não afirmaram uma perspectiva geral, global, da questão. Os planos de curto prazo - que nos dizeres de Lacoste (2002) expressariam as opções na escala de ação tática -, de meados dos anos 90 para cá, passam a examinar e contemplar projetos e empreendimentos específicos, de maneira inconstante, sem estabelecer a passagem da opção estratégica (estabelecida teoricamente no Plano 2015) para uma visão de equacionamento da integração energética no continente. Os PDEs, de maneira pragmática, em certas conjunturas, consideravam alternativas concretas de projetos binacionais como a “opção ótima”, pois essas se ofereciam como interessantes e viáveis e poderiam passar à frente de empreendimentos puramente nacionais constantes da carteira de longo prazo.

Difícil saber se a embrionária perspectiva continental esboçada no Plano 2015 poderia constituir-se numa visão estratégica para a integração energética do

Brasil, na América do Sul, uma vez que este foi o último plano de longo prazo a ser elaborado pelo planejamento setorial e sua atualização, nos planos de curto prazo, não se mostrou consistente com tais objetivos. Em caso de adoção da escala continental para o planejamento nacional, esta seria uma opção nova que levaria à aproximação com as estratégias de avaliação de investimentos das grandes empresas internacionais, construtoras e de energia (ou de infra-estrutura em geral).

#### 4 A CONFIGURAÇÃO DO “PROJETO” DE INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL

Durante a segunda metade da década de 1990, os planos de expansão do setor de energia elétrica brasileiro previram várias ligações com os demais países da América Latina, alterando um padrão de produção de energia e de comportamento setorial, onde as relações internacionais privilegiavam as transações comerciais com os países desenvolvidos (principalmente para obtenção de financiamentos e compra de equipamentos) e deixavam aos países vizinhos as relações de intercâmbio de informações e de capacitação técnica, com raras possibilidades de integrações elétricas reais. Também nesse período, instituições como a Cier e a Olade e mais recentemente a IIRSA estimularam as propostas de integração e divulgaram projeções para a constituição de uma América do Sul integrada energeticamente em termos físicos e de mercado de energia.

Ainda que formuladas em épocas um pouco defasadas e de posições institucionais e políticas por vezes diferenciadas, tais discursos apresentam projeções (conceituais e espaciais) com elementos comuns sobre o que seria a integração energética dos novos tempos. Retomando Bourdieu (1989), com relação à produção do poder simbólico, podem-se pensar as projeções como representações inseridas na luta simbólica de classificação para imposição do mundo social almejado e conforme aos interesses de determinado grupo.<sup>60</sup>

Neste capítulo, procura-se analisar as propostas citadas e mostrar: a) a intenção ou o delineamento do que aqui se denomina “projeto de integração energética”, contemplando também os empreendimentos planejados sob estas percepções; b) a situação energética atual da América do Sul e dos projetos já existentes de integração energética.

---

<sup>60</sup> “As diferentes classes e frações de classe estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais”. (BOURDIEU, 1989, p. 11)

#### 4.1 AS REPRESENTAÇÕES DA AMÉRICA DO SUL ENERGETICAMENTE INTEGRADA

Um discurso, articulando conceitos e informações sobre a integração energética na América Latina, tem sido produzido principalmente pela Olade e pela Cier. Como exemplar desse esforço pode-se citar o projeto de pesquisa “Energia e Desenvolvimento Sustentável para a América Latina e Caribe” (Olade).<sup>61</sup>

A proposta veiculada pela Olade, (*Integración Energética em América Latina y Caribe*, Olade, 1996), forneceu as bases para uma política energética regional em que a integração faz parte de uma estratégia de desenvolvimento sustentável para a região. Na análise que se segue, tomou-se este documento como paradigma da proposta de integração energética. Nele, a fundamentação da necessidade de integração vem dos movimentos mais gerais da globalização. Como argumentação geral, é retomada a performance energética do continente desde a década de 1970, indicando a mudança de padrão no abastecimento de energia, com o incremento da produção de energia elétrica de base hidráulica, dando início à integração energética por intermédio de aproveitamentos compartilhados. Essas iniciativas teriam reduzido os impactos ambientais globais, regulado os rios e propiciado a irrigação. Também decorrentes desses avanços, novas tecnologias teriam sido desenvolvidas, diminuindo a dependência externa.

Ainda segundo a mesma fonte, a década de 1980 vem questionar o desempenho das empresas setoriais e das economias nacionais, uma vez que os países teriam contraído demasiadas dívidas, transformando muitas das empresas em instrumentos de política social, desviando-as de seus objetivos e atingindo patamares antieconômicos que as impediram de assumir os serviços da dívida. Os bancos multilaterais reduziram os financiamentos “*induzindo à pauperização energética em qualidade e quantidade, em vários países*”.<sup>62</sup>

*Nestas circunstâncias a Região inicia, no começo dos anos 90 um processo de características singulares: reformam-se ou reorganizam os Estados e se convertem as empresas energéticas para ascender a formas mais eficazes de produção, distribuição e consumo e as formas de financiamento mais sintonizadas com as novas opções e viabilidade. Ao mesmo tempo nos países começa a ser reorientado o*

---

<sup>61</sup> Desenvolvida desde 1993, a proposta de política energética para a América Latina foi discutida e consolidada de 1996 a 1999. O primeiro documento importante foi publicado em 1996 e no ano seguinte foi lançada a proposta de política de energia e desenvolvimento sustentável completando o arcabouço dessa proposição.

<sup>62</sup> Prefácio do Secretário Executivo da Olade. In: *Integración Energética em América Latina y Caribe*, Olade, 1996.

*objetivo do desenvolvimento para as pessoas, colocando em termos justos o objetivo final da atividade econômica e em particular a energética. (OLADE, 1996, p. IV)*

Na visão da Olade, este é o contexto no qual os Estados iniciam os processos de integração, organizados em blocos econômicos e com o objetivo de atenuar os efeitos da competição internacional. Fenômenos como o fortalecimento industrial e a progressiva inserção da América Latina no mercado mundial permitiriam avançar na qualidade dos serviços, à medida que a energia passasse a chegar aos centros de produção de bens e serviços a custos competitivos e com reduzidos riscos no abastecimento e com a proteção adequada ao meio ambiente.<sup>63</sup>

O equacionamento institucional necessário à integração é apresentado no seguinte caminho:

*Os atores do processo, governos e empresas públicas e privadas, deverão chegar a um acordo para **harmonizar as políticas energéticas nacionais com as regionais**, a partir de uma Agenda Energética, que permita alcançar, em primeiro lugar, compromissos voluntários expressos em uma Carta de Energia para a América Latina e Caribe e posteriormente, um **Tratado Regional de Energia**, visando formalizar as obrigações de caráter integrador. (OLADE, 1996, p. V, grifo nosso)*

Desde essa formulação, o conceito de integração abrange genericamente a vertente da integração física do continente, com a exploração dos recursos naturais sob uma ótica “regional”<sup>64</sup> e a total integração de mercados (inclui-se aqui regulamentação e comércio de energia elétrica).

Nessa concepção, a integração física seria alcançada através de empreendimentos de transporte de energia. A figura apresentada na seqüência, publicada no Plano 2015, indica as possibilidades, para o Brasil, de obtenção dos recursos ou intercâmbios energéticos.

Observa-se, a título de esclarecimento que em termos de disponibilidade de recursos naturais para fins de aproveitamento energético a América do Sul dispõe de diversidade e quantidade suficientes para o abastecimento da região. Focando

<sup>63</sup> Observa-se que a aludida competição trava-se não entre países mas entre empresas multinacionais no mercado mundial. Além disso, nos processos mais recentes de desregulamentação setorial, privatizações e de integrações continentais tem se registrado o aumento, e não a diminuição, dos preços de energia para o consumidor final.

<sup>64</sup> O conceito de região utilizado é o encontrado nesta bibliografia e remete à América do Sul. Esta categoria pode ser lida nos próprios documentos de referência com significados distintos, abrangendo tanto os conceitos das agências multilaterais que remetem aos países da América Latina e Caribe, como também a da Cier que envolve empresas associadas de países fora desta região ampliada.

especificamente as possibilidades de integração energética foram privilegiados na pesquisa os empreendimentos de transporte de energia elétrica, gás e aqueles de geração hidrelétrica binacional. Dessa forma, recursos energéticos importantes para a região como o carvão mineral e o petróleo não aparecem destacados no trabalho uma vez que não são os mais atraentes para a integração.



**Figura 2 – Possibilidades de Intercâmbio na Exploração de Recursos Energéticos – Plano 2015**

A otimização da exploração dos recursos naturais viria, principalmente, dos aproveitamentos hidrelétricos compartilhados (ou bilaterais) e da utilização do gás natural. Uma concepção regional para estes projetos faria um balanço sustentável para os aproveitamentos, indicando as melhores alternativas de exploração, considerando possíveis ganhos hidrológicos na interligação de bacias, ou ainda, ganhos na substituição de outras fontes não renováveis, por gás natural.

Através da integração física seriam potencializados os ganhos da integração dos recursos energéticos.

A integração dos mercados seria propiciada pela harmonização dos processos regulatórios entre os países e a eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias. Em síntese, a proposta Olade de integração permitiria:

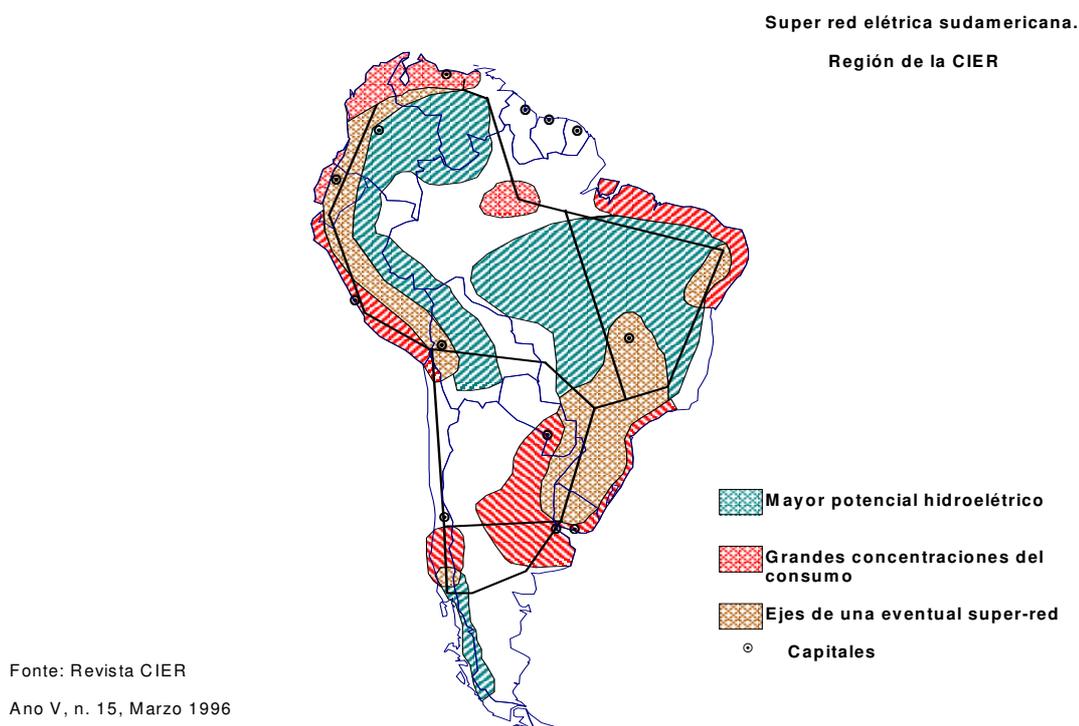
*que as grandes centrais tenham um **mercado de imensas proporções** quando as linhas de transmissão tenham se expandido por toda a região. As sazonalidades poderão ser neutralizadas com maior efetividade, a flutuação dos preços dos derivados de petróleo poderá também ser neutralizada devido a maior segurança de abastecimento que não dependa exclusivamente de fontes térmicas, serão aproveitadas as diferenças de fuso horário que escalonam os horários das demandas máximas, as capacidades ociosas poderão ser empregadas sem transferência dos sobre-custos aos usuários e o mercado elétrico perderá seu poder monopólico ao converter a eletricidade em um bem transável no continente.(OLADE, 1996, tradução e grifo nossos)*

Conforme apontado no Capítulo 4, a idéia da integração otimizada tecnicamente, harmonizada de forma institucional, culminando com um mercado elétrico aberto e ampliado, é ainda hoje difundida e discutida.<sup>65</sup> Formulada no documento em análise para ser adotada como política de integração pelos países membros da Olade, essa proposta não se consolidou como diretriz governamental para a efetiva implementação do processo de integração ou de projetos específicos.

Comungando das premissas de integração física e de mercados, Olade e Cier projetaram interligações, geração compartilhada e harmonização de regras. A seguir, resgata-se uma representação espacial, produzida pela Cier, do que viria a ser a “super-rede sul-americana”, associando os maiores centros consumidores às regiões produtoras de energia, por meio de uma rede de transmissão ampliada, um “anel elétrico” para o continente.

---

<sup>65</sup> A Cier tem tido papel atuante nesse sentido. A partir de 1999 e, mais marcadamente ainda, a partir de 2000, a Cier consolidou documentos direcionados às possibilidades técnicas de interconexão e de comercialização de energia na região. Conforme citado anteriormente, a Olade estagnou a produção de conhecimento nesta temática desde o final da década de 1990.



**Figura 3 – Super-Rede Sul-Americana de Integração – Cier – 1996**

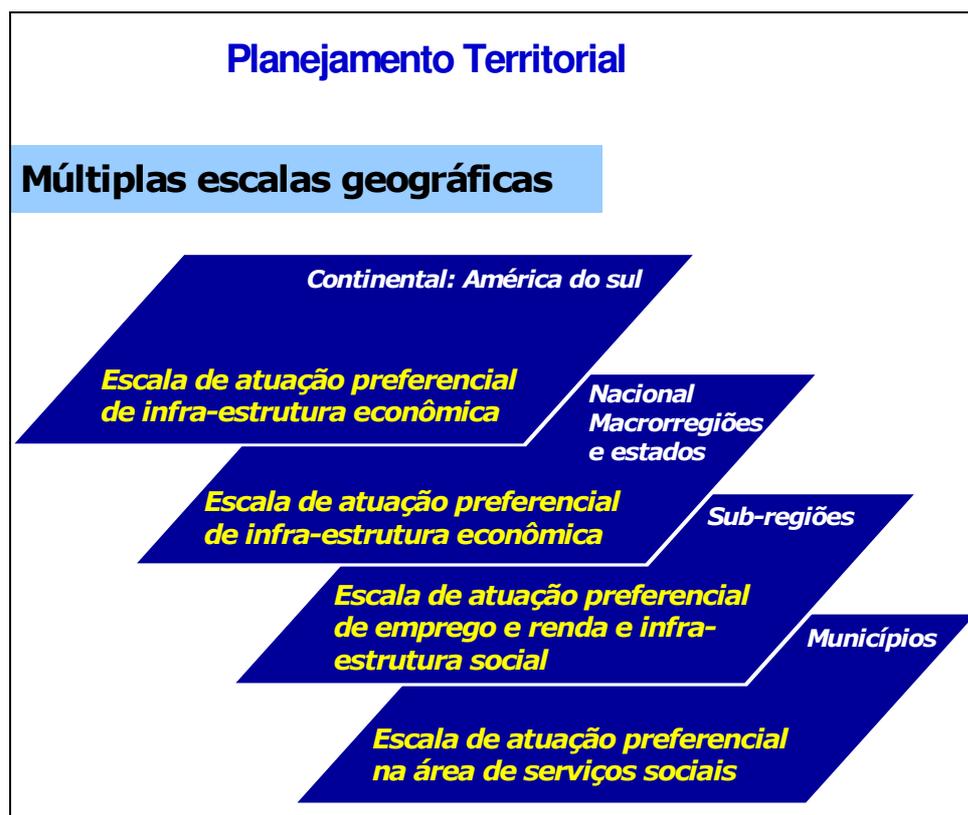
Ainda que considerando as possíveis integrações de mercados energéticos, observa-se a projeção de um território interligado fisicamente por meio do transporte de energia, aportando características de um tipo de territorialidade física. Se a integração pretendida fosse exclusivamente de mercados, a projeção talvez não fosse a mesma.

Na visão da empresa responsável pela operação dos sistemas no Brasil, tais concepções estariam associadas, uma vez que a integração energética levaria à necessidade de operar uma super-rede elétrica, pois,

*implicaria em um mercado comum de energia, em que o consumidor, independente de sua localização geográfica, dispusesse de igual segurança de suprimento de energia, que todo consumidor desse mercado compartilhasse os benefícios e os ônus dos ganhos sinérgicos da integração. Por esse critério de equidade, a integração ainda não é uma realidade na região. A realidade é de interligações bilaterais entre sistemas elétricos de alguns países, explorando oportunidades. Entretanto, esses sistemas não foram planejados nem são operados para auferir os ganhos sinérgicos da integração. (CONGRESSO INTERNACIONAL CIER, 2004)*

Já foi visto anteriormente a recente e importante atuação da IIRSA na promoção (e na projeção) da integração do continente. Sua proposta traz explícito o objetivo de realizar o planejamento territorial da América do Sul. Em seu bojo, o território foi recortado segundo a noção de “eixo”, concebido como unidade de programação territorial, tendo em vista a implantação de projetos nos três setores considerados pela IIRSA – transportes, telecomunicações e energia.

Nessa concepção de “planejamento territorial”, a ação da IIRSA abrangeria quatro níveis escalares, incidindo prioritariamente nas duas escalas mais abrangentes (em termos espaciais e de alcance econômico), sendo que o resultado esperado e os efeitos dos negócios alcançariam todo o território. O esquema a seguir apresenta a concepção de “planejamento territorial” da IIRSA. (CONGRESSO INTERNACIONAL CIER, 2004).



**Figura 4 – Escalas de Planejamento Territorial – IIRSA**

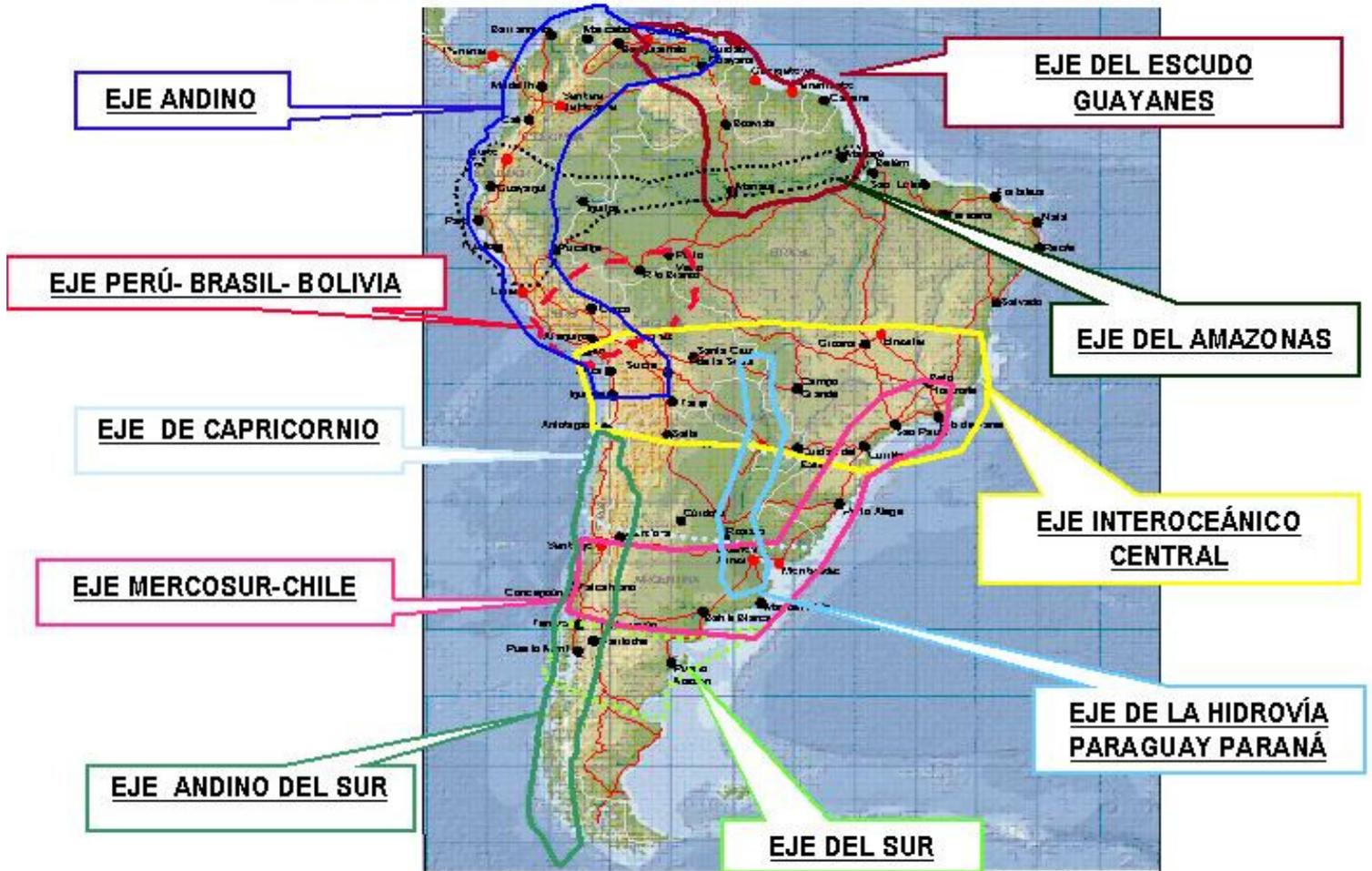
Na proposta IIRSA, o tratamento dessas potencialidades e a promoção dos investimentos em infra-estrutura estimulariam a economia dos territórios e, conseqüentemente, carências de natureza econômica e social poderiam ser superadas ou reduzidas. Os eixos representariam a área de ação, ao mesmo tempo corredores indutores das potencialidades territoriais e locais de implantação dos projetos. Os pronunciamentos oficiais da IIRSA afirmam que os eixos expressam não apenas o equacionamento dos problemas de infra-estrutura, mas uma integração na direção do desenvolvimento.<sup>66</sup> Foram criados dez eixos, a saber:

- Eixo Andino,
- Eixo Andino do Sul,
- Eixo de Capricórnio,
- Eixo da Hidrovia Paraguai-Paraná,
- Eixo do Amazonas,
- Eixo do Escudo Guianês,

<sup>66</sup> O site [www.iirsa.org](http://www.iirsa.org) disponibiliza os principais documentos oficiais da entidade. Como instrumento de agrupamento de negócios e classificação de projetos, foram criados sete Processos Setoriais de Integração (PSI), a saber: Instrumentos de Financiamento, Integração Energética, Circulação entre Fronteiras, Tecnologias da Informação e Comunicação, Transporte Marítimo, Transporte Aéreo e Transporte Multimodal.

- Eixo do Sul,
- Eixo Interoceânico Central,
- Eixo Mercosul-Chile,
- Eixo Peru-Brasil-Bolívia.

## Ejes de Integración y Desarrollo IIRSA



Fonte: [www.iirsa.org](http://www.iirsa.org)

**Figura 5 – Eixos de Integração IIRSA**

Definidos os eixos de integração e desenvolvimento e os PSIs, foi constituído o portfólio de projetos da Iniciativa. Esse processo teve início no ano de 2001, com a compilação do primeiro grupo de projetos sugeridos pelos 12 governos ao Comitê de Coordenação Técnica e de acordo com a metodologia por ele

proposta.<sup>67</sup> Inicialmente, estavam previstos cerca de 335 projetos, tendo o grupo avaliado necessária a sua priorização, devido às limitações orçamentárias dos governos, à dificuldade em atrair investidores privados e às turbulências verificadas nos últimos anos nos mercados financeiros internacionais.<sup>68</sup> O portfólio foi reorganizado chegando a uma carteira de 31 projetos (listados a seguir), que representam um investimento total de 4,3 bilhões de dólares, para os próximos cinco anos. Os 31 projetos de integração constam da *Agenda de Implementación Consensuada 2005-2010*, aprovada na Sexta Reunião do Comitê de Direção Executiva, em novembro de 2004, na cidade de Lima.<sup>69</sup>

---

<sup>67</sup> Segundo a descrição do processo, esta primeira lista de projetos serviu de insumo para a caracterização de cada eixo, vinculando as propostas de projetos de infra-estrutura com as atividades econômicas atuais e potenciais da área de influência. (IIRSA, 2003)

<sup>68</sup> Adotou-se uma metodologia de “agrupamento de projetos e fatores de análise” para identificar projetos de maior impacto com relação aos objetivos traçados pela IIRSA. A metodologia adotada para a seleção dos projetos foi proposta pelo corpo técnico do BID com bases técnicas de critérios multiobjetivos para hierarquização de prioridades, como a metodologia proposta por Saaty. O método Saaty é largamente utilizado na priorização de projetos. A avaliação socioambiental realizada para o Plano 2015, em 1992, também teve como base de desenvolvimento o método Saaty. No caso da IIRSA, na primeira etapa são definidos grupos de projetos, em um determinado espaço geoeconômico, com efeitos sinérgicos sobre o desenvolvimento sustentável da área. O agrupamento baseia-se na possibilidade de alcance de benefícios maiores do que a soma dos efeitos de cada projeto isoladamente. Tem-se por base o território e leva-se em conta a localização dos projetos, suas relações com as atividades econômicas dominantes e potenciais e com os aspectos ambientais e sociais associados. (IIRSA, 2003)

<sup>69</sup> Também foi publicado o documento “Planificación Territorial Indicativa: CARTERA DE PROYECTOS IIRSA 2004”, com o objetivo de “apresentar a situação da Carteira de Projetos IIRSA, destacando a dinâmica e os fundamentos que regeram as atividades e os avanços alcançados pelos países em matéria de ordenamento e identificação de prioridades de intervenção derivadas do processo de planejamento territorial indicativo de médio-longo prazo desenvolvido entre o segundo semestre de 2003 e durante o ano de 2004.”

### Quadro 3 – Investimentos Previstos em Projetos Específicos – IIRSA – 2004

Nº	PROYECTOS	EJE	MILLONES DE US\$	PAISES
1	Duplicación Ruta 14	MERCOSUR-Chile	270	AR (BR)
2	Adecuación Corredor Río Branco-Montevideo-Colonia	MERCOSUR-Chile	90	UR (BR)
3	Construcción Puente Yaguarón-Río Branco	MERCOSUR-Chile	12	BR-UR
4	Duplicación Palhoça-Osorio (Rodovia Mercosur)	MERCOSUR-Chile	283	BR (AR-UR)
5	Proyecto Ferroviario Los Andes-Mendoza	MERCOSUR-Chile	224	AR-CH
6	Concesión Ruta 60 Valparaíso-Los Andes	MERCOSUR-Chile	165	CH (AR)
7	Gasoducto del Noroeste	MERCOSUR-Chile	1,000	AR (BO)
8	Construcción Puente Salvador Maza-Yacuiba	Capricornio	10	AR-BO
9	Nuevo Puente Presidente Franco-Porto Meira	Capricornio	55	PR-BR
10	Construcción Carretera Pailón-Puerto Suárez	Interoceánico	245	BO-BR
11	Anillo Ferroviario de São Paulo	Interoceánico	300	BR
12	Paso de Frontera Cañada Oruro-Infante Rivarola	Interoceánico	1	BO-PR
13	Construcción de la Carretera Cañada Oruro-Villamontes-Tarija-Estación Abaroa (1ª etapa: Villamontes-Cañada Oruro)	Interoceánico	60	BO (PR)
14	Carretera Toledo-Pisiga	Interoceánico	75	BO-CH
15	Rehabilitación Carretera Colchane-Iquique	Interoceánico	20	BO-CH
16	Rehabilitación Tramo El Sillar	Interoceánico	30	BO (BR-CH-PE)
17	Centro de Frontera Desaguadero	Andino	5	BO-PE
18	Paso de Frontera Cúcuta-San Arnonio del Táchira	Andino	2	CO-VE
19	Recuperación de la navegabilidad del Río Meta	Andino	12	CO-VE
20	Carretera Pasto-Mocoa	Amazonas	71	CO
21	Carretera Paíta-Yurimaguas, Hidrovía Huallaga, Puertos y Centros Logísticos de Paíta, Yurimaguas e Iquitos (incluye proyecto ancla y proyectos vinculados)	Amazonas	248	PE (BR)
22	Carretera Lima-Tingo María-Pucallpa, Puerto y Centro Logístico de Pucallpa y modernización del Puerto del Callao (1ª etapa) (incluye proyecto ancla y proyectos vinculados)	Amazonas	296	PE (BR)
23	Puerto Francisco de Orellana	Amazonas	20	EC
24	Pavimentación Iñapari-Puerto Maldonado-Inambari, Inambari-Juliacá/Inambari-Cusco	Perú-Brasil-Bolivia	700	PE-BR
25	Puente sobre el Río Acre	Perú-Brasil-Bolivia	10	BR-PE
26	Carretera Boa Vista-Bonfim-Lethem-Georgetown (1ª etapa: estudios de factibilidad y ambientales)	Escudo Guayanés	2	GY-DR
27	Puente sobre el Río Itakutu	Escudo Guayanés	18	GY-BR
28	Carretera Venezuela (Ciudad Guayana)-Guyana (Georgetown)-Surinam (Paramaribo) (1ª etapa: estudios de factibilidad y ambientales)	Escudo Guayanés	2	VE-GY-SU
29	Mejorías en la vía NewNickerie-Faramaribo-Albina y Puente Internacional sobre el Río Marowijna	Escudo Guayanés	90	SU-GY
30	Exportación por Envíos Postales para PYMES	TICs	-	Todos
31	Implementación de Acuerdo de <i>foaming</i> en América del Sur	TICs	-	Todos

Fonte: IIRSA 2004

Estabelecido o agrupamento de projetos, a metodologia para avaliá-los prevê a definição do projeto-âncora, com características de atribuir sentido à formação do grupo e de viabilizar sinergias. O projeto-âncora não é, necessariamente, o projeto de maior porte, e sim o que mais impacta o agrupamento.

A visão da IIRSA baseia-se na implantação de projetos físicos sem ser indispensável à existência de uma interligação entre eles ou entre os eixos. O anunciado planejamento territorial multiescalar levaria à integração do continente por meio do desenvolvimento gerado a partir da movimentação econômica instaurada com os projetos.

Enquanto na proposta da Olade a integração física se constitui num dos elementos para a integração energética total, na visão da IIRSA, a integração dos projetos de infra-estrutura vem a ser um instrumento para a integração econômica (mercantil) competitiva.

Compartilhando elementos que aproximam as noções de integração energética da Olade e de integração da infra-estrutura física da IIRSA, tais conteúdos são compatíveis e acionados nos pronunciamentos governamentais sobre a integração do continente, conforme demonstra o trecho a seguir, extraído do “Comunicado de Brasília”, resultante da Reunião de Presidentes, em 2000.

*Os chefes de Estado observaram que o impulso da integração transfronteiriça se fortalece porque decorre, entre outros fatores, da proximidade geográfica, da identidade cultural e da consolidação de valores comuns. As fronteiras sul-americanas devem deixar de constituir elementos de isolamento e separação para tornar-se um elo de ligação para a circulação de bens e pessoas, conformando-se assim um espaço privilegiado de cooperação. Integração e desenvolvimento da infra-estrutura física são duas linhas de ações que se complementam. A formação do espaço sul-americano econômico ampliado, almejado pelas sociedades da região, dependerá da complementação e expansão de projetos existentes e da identificação de novos projetos de infra-estrutura de integração, orientados por princípios de sustentabilidade social e ambiental, com capacidade de atração de capitais extra-regionais e de geração de efeitos multiplicadores intra-regionais. Avanços no campo da infra-estrutura, por sua vez, reverterão em novos impulsos para a integração, criando-se assim uma dinâmica que deve ser incentivada. Esse cenário seria ainda beneficiado por uma política de investimentos com perspectiva regional e não apenas nacional (IIRSA, 2000).*

Observa-se que a seqüência da citação supra apresenta, em primeiro lugar, os valores veiculados nos argumentos tradicionais da diplomacia para as vantagens dos resultados da integração. Dessa forma, a proximidade geográfica, a identidade cultural e a consolidação de valores comuns, aparecem nos argumentos que justificam os compromissos propriamente econômicos, negociais de mercado ou as bases da circulação financeira, porém expressos somente na circulação de bens e pessoas e não explicitamente na circulação de capitais, aspecto que aparecerá na

proposição da formação de um “espaço econômico”. Finalmente, sendo aderente aos conceitos defendidos pelos organismos financeiros internacionais dos “marcos do desenvolvimento sustentável”, a proposição termina explicitando os critérios básicos para a possível obtenção dos investimentos necessários à concretização do “projeto”, a saber, os princípios de sustentabilidade social e ambiental, como fatores multiplicadores dos benefícios alcançados.

#### 4.2 AS PROJEÇÕES PARA A INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA

Os planos de integração da década de 1990 contemplavam no Brasil, além de aproveitamentos hidrelétricos binacionais de geração, a interligação elétrica por meio de projetos de transmissão (sistemas de transmissão, subestações e subestações conversoras de frequência) com pelo menos quatro países e usinas termelétricas em território nacional com base no gás natural importado.<sup>70</sup>

Em termos de quantidade de energia a ser agregada ao sistema elétrico brasileiro, as previsões do Plano Decenal de Expansão (ELETROBRÁS. GCPS – 1997) indicavam cerca de 12.000 MW, o que representaria, segundo a projeção de demanda de energia no país para aquele período, o equacionamento para quatro anos de suprimento, considerando a necessidade de incremento de cerca de 3.500 MW anuais.<sup>71</sup> Se consideradas, na mesma época, todas as informações disponíveis sobre as usinas hidrelétricas binacionais em fase de planejamento (estudos de pré-viabilidade e viabilidade sem horizonte definido para entrada em operação) – Quadro 4 – ter-se-ia a adição de aproximada de 11.000 MW no sistema sul-americano.<sup>72</sup>

---

<sup>70</sup> Esta previsão não foi atualizada nos planos decenais publicados até nosso marco de análise - ano de 2002 - e continua sendo referência de potencial efetivação, o que nos leva a tomá-la como base da análise.

<sup>71</sup> O exemplo é hipotético, uma vez que os empreendimentos não estão considerados de maneira agregada e consecutiva. O crescimento do consumo de energia tem superado os índices de crescimento econômico sempre com índices positivos. Para os períodos de 1970-80, 1980-90 e 1990-2000, registrou-se respectivamente: 11,8% de crescimento de consumo para 8,6% do PIB, 6,0 e 1,6 e finalmente 4,2 e 2,6 para energia e PIB, respectivamente. (ELETROBRÁS, 2000)

<sup>72</sup> Esta quantidade de energia seria adicional àquela mencionada no parágrafo anterior.

**Quadro 4 – Aproveitamentos Hidrelétricos Compartilhados  
na América do Sul – 1997 (em projeto)**

Aproveitamentos / Países	Bacia	Potência (MW)	Energia (GWh)	Reservatório		Estágio
				Vol. Útil (km³)	Superfície (km²)	
Corpus Christi (Argentina-Paraguai)	Rio Paraná	4600	20100	5	575	Viabilidade
Italf-Itacorá (Argentina-Paraguai)	Rio Paraná	1660	11290	s/d	1850	Pré-viabilidade
Compensador Salto Grande (Argentina-Uruguai)	Rio Uruguai	400	2000	s/d	s/d	Inventário
Roncador-Panambi (Argentina-Brasil)	Rio Uruguai	2700	9300	s/d	930	Pré-viabilidade
Garabí (Argentina-Brasil)	Rio Uruguai	1800	6100	s/d	920	Viabilidade
San Pedro (Argentina-Brasil)	Rio Uruguai	750	3700	s/d	1000	Pré-viabilidade
Paso Centurión (Brasil-Uruguai)	Laguna	32	130	s/d	s/d	Inventário
Talavera (Brasil-Uruguai)	Laguna	8	s/d	s/d	s/d	Inventário
Astileros (Argentina-Bolívia)	Rio Bermejo	121	s/d	1	54,3	Pré-viabilidade
Arrsayal (Argentina-Bolívia)	Rio Bermejo	166	s/d	0	37,4	Pré-viabilidade
Las Pavas (Argentina-Bolívia)	Rio Bermejo	147	s/d	0	22,6	Pré-viabilidade
Cachoiras del APA (Brasil-Paraguai)	Rio Paraguai	23	s/d	1	s/d	Inventário
Antures-Maipures (Colômbia-Venezuela)	Rio Orinoco	2000	1700	s/d	s/d	Inventário
El Tigre (El Salvador-Honduras)	Rio Lampa	526/635	s/d	s/d	s/d	Inventário

Fonte: OLADE-PNUD, 1997.

Nota: As usinas hidrelétricas compartilhadas com o Brasil não estão consideradas nos PDEs 2001 a 2003, publicados pelo CCPE/MME.

Dados da Cier indicam que a expansão da geração na região para o período 2002/2012 ficará entre 4 a 6% ao ano, o que significa crescimento de 8,5 e 13,5 GW/ano, respectivamente. Se confirmada tal projeção, a capacidade instalada passará de 175,2 GW (atuais) para 260 GW (4%) ou 310 GW (6%) em 2012. O

investimento anual médio necessário para assegurar a expansão da ordem de 4% nos dez anos seria de US\$ 19 bilhões.<sup>73</sup>

Segundo a avaliação da Cier, a opção hidrelétrica provavelmente continuará priorizada, juntamente com o gás natural, para a geração de energia elétrica, principalmente porque, segundo ela, apenas 20% do potencial hidrelétrico regional está aproveitado. Nesta visão, é a predominância hidrelétrica que viabilizará e, em certa medida, justificará as interligações entre os diversos países, para o aproveitamento das diversidades hidrológicas entre as diferentes bacias hidrográficas da região. (CIER, 2004)

A integração dos mercados de energia, talvez sob o estímulo das análises para compra e venda de energia no âmbito dos novos marcos regulatórios vigentes, tem sido mais estudada nos últimos anos, buscando associar as recentes possibilidades de integração às mudanças setoriais em quase todos os países da América Latina (Mercados de Energia, 2000). O caráter negocial das possibilidades de integração foi bastante discutido em seminários e atraiu companhias européias para a análise de investimentos no transporte de energia, principalmente no fluxo para o Brasil. (Revista Brasil Energia, n° 234, maio de 2000)

O novo Modelo de Regulação Energética do Brasil, aprovado em março de 2004<sup>74</sup> pretende recuperar o planejamento energético integrado, a ser realizado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Se levado a cabo, ter-se-á uma visão do futuro da integração energética no país, aplicando as políticas energéticas emanadas do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), com ênfase na nova matriz energética que deverá contemplar, em maior proporção do que no passado, o gás, a biomassa e a energia eólica. Os responsáveis pela condução da política energética do Governo Lula têm reiterado que o par gás/energia elétrica deverá ser estudado mais detalhadamente devido ao seu potencial sinérgico. Além disso, a prioridade da hidreletricidade na expansão do sistema elétrico, também foi reiterada pelo governo brasileiro, o que significa a continuidade da exploração da energia hídrica com a complementação térmica a gás natural e biomassa.

---

<sup>73</sup> Segundo a Cier (CONGRESSO INTERNACIONAL CIER 2004), restrições financeiras poderão limitar a capacidade da região de viabilizar expansão deste porte de seu sistema gerador, sem indicar valores, a fonte afirma que a integração energética permitirá uma redução dos investimentos graças aos ganhos na otimização da geração hidrelétrica.

<sup>74</sup> Lei 10.848 de 15 de março de 2004 e Decreto 5.163 de julho de 2004. Complementarmente, o documento legal de criação da EPE é a Lei n° 10.847 de março de 2004.

A sinalização do planejamento setorial, a efetivação de alguns projetos internacionais e a continuidade de estudos para outros projetos de integração, constituem indicadores bastante fortes de que a integração poderá se afirmar como tendência da expansão do sistema de energia, com importância relativa crescente para o setor de energia elétrica, tanto pelo porte das iniciativas de integração, como pelo leque de questões abertas com relação aos impactos e às conseqüências de sua implementação nas esferas sociais, ambientais e regulatórias.

Efetivamente, as projeções da Olade, Cier e IIRSA apresentam uma gama de projetos que, conforme já ressaltado, não estão contemplados na revisão dos Planos Decenais dos últimos anos. A relação mais abrangente é a da IIRSA, apresentada a seguir. (IIRSA, 2004)

**Quadro 5 – Projetos da IIRSA para Geração e Transmissão – 2004**

<b>Projeto (código)</b>	<b>Eixo</b>	<b>País(es) envolvido(s)</b>	<b>Tensão/Potência</b>	<b>Natureza Jurídica</b>	<b>Observação</b>
AR 30	Capricórnio	Argentina, Chile e Paraguai	500 kV	Privada	Interconexão Elétrica
AR 48	Sul	Argentina	500 kV	Pública	Interconexão Elétrica
AR 49	Sul	Argentina	500 kV	Pública	Interconexão Elétrica. Projeto em execução.
AR 57	Mercosul-Chile	Argentina	500 kV	Pública	Interconexão Elétrica
AR 58	Capricórnio	Argentina	-	Pública-Privada	Gasoduto
BO 26	Peru-Brasil-Bolívia	Bolívia	-	Pública	Hidrelétrica
BR 11	Peru-Brasil-Bolívia	Bolívia e Brasil	3000 MW	Pública-Privada	Hidrelétrica
BR 46	Mercosul-Chile	Brasil	-	Pública-Privada	Gasoduto
BR 47	Mercosul-Chile	Brasil	500 kV	Pública	Linha de Transmissão
BR 51	Peru-Brasil-Bolívia	Brasil	-	-	Linha de Transmissão
BR 52	Escudo Guianês	Brasil e Venezuela	-	Pública	Expansão da linha Guri-Boa Vista
BR 56	Amazonas	Brasil e Peru	-	-	Interconexão Elétrica
CO 03	Andino	Colômbia e Equador	230 kV	Pública	Interconexão Elétrica. Projeto em conclusão.
CO 04	Andino	Colômbia e Venezuela	-	Pública	Interconexão Elétrica. Projeto concluído em 2004
CO 04x	Andino	Colômbia e Venezuela	230 kV	Pública	Fortalecimento de interconexões elétricas.
EC 25	Amazonas	Equador	-	Pública	Estudos

EC 27	Andino	Equador	-	Pública	Estudos
GY 03	Guiana Shield Hub	Guiana e Brasil	1100 MW	Privada	Hidrelétrica
GY 04	Guiana Shield Hub	Guiana e Brasil	-	Pública-Privada	Linha de Transmissão
GY 05	Guiana Shield Hub	Guiana	100 MW	Privada	Hidrelétrica
PA 05	Mercosul-Chile	Paraguai	500 kV	Pública-Privada	Linha de Transmissão
PA 20	Mercosul-Chile	Paraguai e Brasil	-	Pública	Itaipu
PA 22	Interoceânico Central	Paraguai e Bolívia	150 MW	Privada	Projeto gasífero-termelétrico
SU 03	Guiana Shield Hub	Suriname	500 MW	Privada	Hidrelétrica
SU 05	Guiana Shield Hub	Guiana Francesa e Suriname	-	Pública	Interconexão Elétrica
SU 06	Guiana Shield Hub	Guiana Francesa e Suriname	-	Pública	Linha de Transmissão
SU 07	Guiana Shield Hub	Suriname	300 MW	Pública	Hidrelétrica
UR 05	Mercosul-Chile	Uruguai	-	Pública	Central Térmica

Fonte: Carteira de Projetos IIRSA (2004)

#### 4.3 AS INTERLIGAÇÕES E USINAS EXISTENTES

A Cier e a Olade possuem bases de informações nas quais é possível identificar as interligações elétricas e usinas binacionais compartilhadas que compõem o quadro atual de integração do setor.

O quadro a seguir apresenta as interligações elétricas por sistemas de transmissão existentes. São 20 interligações acima de 115 kV de tensão, sendo cinco em ultra-alta tensão (acima de 500 kV), principalmente com a Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil. Estas últimas referem-se às conexões de grandes blocos de energia, produzidos basicamente pelas usinas da bacia do rio da Prata, promovendo a interligação dos sistemas, nacionalmente já interligados, de quatro países: Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai. Há várias outras conexões em alta tensão, destacando-se o trecho venezuelano da Interligação Venezuela-Brasil, que também escoar energia do Complexo Hidrelétrico do rio Caroni.

**Quadro 6 – Grandes Interconexões Existentes na  
América do Sul – 2003**

<b>País</b>	<b>Conexão</b>	<b>País</b>	<b>Conexão</b>	<b>Tensão (kV)</b>	<b>Potência (MW)</b>
Argentina	Rincón	Brasil	Garabi	500/525	2 000
Argentina	Yacyreta	Paraguai	Yacyreta	500/220	130/800
Argentina	Salto Grande	Uruguai	Salto Grande	500	1 750
Argentina	Colonia Elia	Uruguai	San Javier	500	1 000
Argentina	C. T. Termo Andes	Chile	Subest. Andes	345	643
Venezuela	El Gurí	Brasil	Boa Vista	400/230	200
Bolívia	La Paz	Peru	Puno	230/220	150
Colômbia	Pasto	Equador	Quito	230	260
Colômbia	Cuestecita	Venezuela	Cuatricentenário	230	150
Colômbia	San Mateo	Venezuela	El Corozo	230	150
Equador	Machala	Peru	Zorritos	230/220	60
Brasil	Itaipu	Paraguai	Itaipu	220/750	10 787
Brasil	Livramento	Uruguai	Rivera	150/230	70
Brasil	Foz do Iguaçu	Paraguai	Acaray	138	60
Argentina	Paso de los Libres	Brasil	Uruguaiana	132/230	50
Argentina	Clorinda	Paraguai	Guarambaré	132/220	80
Argentina	Concepción	Uruguai	Paysandú	132/150	50/100
Argentina	El Dorado	Paraguai	Mcal. A. López	132	33,6
Colômbia	Ipiales	Equador	Tulcán/Ibarra	115/138	40
Colômbia	Tibú	Venezuela	La Fría	115	80

Fonte: CIER, 2003<sup>75</sup>

<sup>75</sup> Em geral, o critério da nomenclatura das interligações diz respeito ao fluxo preferencial ou exclusivo de energia e a coluna conexão traz o nome da subestação de origem e destino do transporte de energia.

A Figura 6 apresenta as usinas e as interligações existentes e sua concentração entre Venezuela, Colômbia, Equador e Peru, ao norte, e Brasil, Paraguai, Argentina, Uruguai e Chile, ao sul.



Fonte: CIER, 2004

**Figura 6 – Usinas Hidrelétricas e Interligações Internacionais Planejadas e Existentes na América do Sul – 2004**

Para uma visualização mais completa do quadro atual de sistemas de transmissão e deste em relação ao “projeto Cier”, haveria que se considerar os

sistemas interligados nacionais na projeção territorial do continente. Especialmente os sistemas da Argentina e do Brasil adensam o território da integração energética e, por meio da interligação Garabi–Itá, interconectam esses sistemas nacionais. Em comparação ao que foi citado anteriormente, delineando a super-rede da América do Sul projetada pela Cier, ainda não estaríamos próximos ao “anel de integração” (Figura 3) que abrange todo o território continental.<sup>76</sup>

Apesar de não ser uma opção em muito utilizada pelos países do continente, existem também as pequenas interconexões, em tensões características dos sistemas de distribuição, localizadas entre Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Paraguai e Venezuela. Atualmente são apenas 13 em operação, mas se constituem numa medida que poderia auxiliar o abastecimento de energia entre pequenas localidades das fronteiras desses países.

**Quadro 7 – Pequenas Interligações Existentes na América do Sul – 2003**

País	Conexão	País	Conexão	Tensão (kV)	Observação
Argentina	La Quiaca	Bolívia	Villazón	13,2 kV	Existente
Argentina	Pocitos	Bolívia	Yacuiba	33 kV	Existente
Argentina	Río Turbio	Chile	Puerto Natales	33 kV	Existente
Argentina	Posadas	Paraguai	Encarnación	33 kV	Em operação, 10MW
Argentina	Concordia	Uruguai	Salto	30 kV	Em operação
Bolívia	Puerto Suárez	Brasil	Corumbá	13,8 kV	Em operação
Bolívia	San Matías	Brasil	Corixa	34,5 kV	Em operação
Bolívia	Desaguadero	Peru	Zepita	24,9 kV	Em operação
Bolívia	Casani	Peru	Yunguyo	24,9 kV	Em operação
Brasil	Tabatinga	Colômbia	Letícia	13,8 kV	Existente
Brasil	Ponta Porã	Paraguai	Pedro J. Caballero	22 kV	Em operação, 3 MW
Colômbia	Arauca	Venezuela	Guasualito	13,8 kV	Em operação, 3 MW
Colômbia	Pto. Carreño	Venezuela	Pto. Páez	34,5 kV	Em projeto, 7,5 MW

Fonte: CIER, 2003.

Observação: Para efeito da análise considerou-se que as interligações existentes estão em operação.

Além das linhas de transmissão, constituem o conjunto de empreendimentos da integração continental as usinas hidrelétricas compartilhadas, a seguir listadas, e que se concentram na bacia do rio da Prata.

**Quadro 8 – Centrais Hidrelétricas Binacionais Existentes na América do Sul - 2003**

<sup>76</sup> Cabe registrar que Uruguai, Argentina, Chile, Paraguai e Bolívia operam em 50 Hz de voltagem enquanto os demais países da América do Sul em 60 Hz. A interconexão em frequências diferentes exige estações conversoras.

<b>Países</b>	<b>Denominação</b>	<b>Rio</b>	<b>Capacidade Instalada</b>	<b>Observação</b>
Brasil-Paraguai	Itaipu	Paraná	12.600 MW	Em operação
			(+1.400)	Ampliação 2 máquinas
Argentina-Uruguai	Salto Grande	Uruguai	1.890 MW	Em operação
Argentina-Paraguai	Yacyretá	Paraná	2.100 MW	Em operação cota 76
			3.100 MW	Ampliação cota 83

Fonte: CIER, 2003.

O mapa da integração elétrica e energética completa-se com a consideração de outro tipo de empreendimento linear, cortando os territórios nacionais: os gasodutos que atendem ao abastecimento de energia, sejam para uso industrial direto ou para a queima em usinas de geração termelétrica.<sup>77</sup> A utilização do gás natural como recurso energético vem sendo evidenciada desde a década de 1990, com apelo de argumentação favorável para a redução de emissão de gases de efeito estufa e promoção das economias nacionais, principalmente da Bolívia e Argentina. Os maiores potenciais de jazidas de gás encontram-se na Bolívia, Argentina e Venezuela, porém a rede de gasodutos internacionais existente até o momento concentra-se no Cone Sul, nos países do Mercosul, com a exploração do gás venezuelano apenas em estudo. A exploração internacional do gás natural serviu também como exemplo dos investimentos privados de empresas internacionais, no mercado aberto e privatizado, da década de 1990 (principalmente fora do Brasil). Recentemente começaram a surgir conflitos entre os países, decorrentes do não cumprimento de contratos estabelecidos devido à priorização do atendimento do mercado nacional em detrimento dos contratos internacionais.

<sup>77</sup>Diferentemente das usinas e interligações, os dados e a figura que representam os gasodutos estão contemplando os existentes e os planejados. Não foi possível separar tais informações na figura. (CIER, 2004)

O Chile e o Uruguai, dependentes em grande medida da importação do produto, tiveram problemas de corte no suprimento de gás durante o inverno de 2004. Outro tipo de problema cada vez mais freqüente nos países produtores origina-se de protestos das populações locais, em geral indígenas e camponesas, contra o estabelecimento de empresas estrangeiras para a exploração e o transporte do gás para outros países. A Petrobrás já enfrentou protestos na Bolívia há cerca de cinco anos e atualmente vem sendo alvo de uma forte campanha de organizações indígenas e não governamentais em decorrência das interferências com as comunidades indígenas, no Equador.<sup>78</sup>

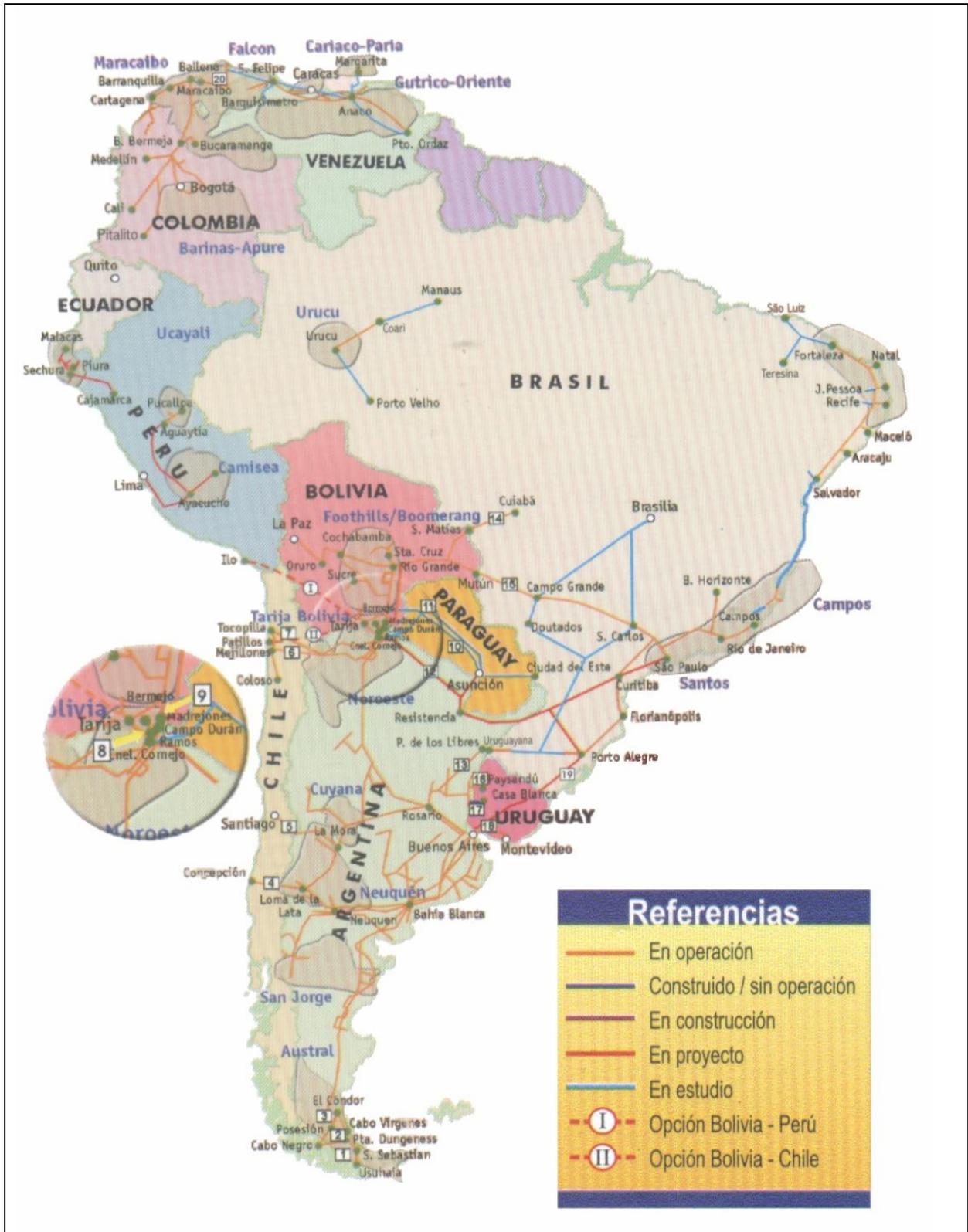
**Quadro 9 – Gasodutos Existentes e Planejados na América do Sul – 2004**

Países	Localização	Diâmetro (polegadas)	Capacidade	Situação
Argentina - Chile	San Sebastián (Ar) – Punta Arenas (Cl) (Bandurria)	14" / 10"	4 - 2	Em operação
Argentina - Chile	Pta. Dungeness (Ar) – Cabo Negro (Cl) (Dungeness)	10" / 8"	2,8 - 2	Em operação
Argentina - Chile	El Cóndor (Ar) – Posesión (Cl)	12"	2	Em operação
Argentina - Chile	Loma la Lata (Ar) – Concepción (Cl) (Gas Pacífico)	24" / 20"	10	Em operação
Argentina - Chile	La Mora (Ar) – Santiago (Cl) (Gasandes)	24"	10 - 9	Em operação
Argentina - Chile	Cnel. Cornejo (Ar) – Mejillones (Cl) (Gasatacama)	20"	9 – 8,5	Em operação
Argentina - Chile	Gasod. Norte (Ar) – Tocopilla (Cl) (Norandino)	20" / 12"	9 - 7,1 - 1,6	Em operação
Argentina - Bolívia	Ramos (Ar) – Bermejo (Bo)	13"	1,5	Em operação
Argentina - Bolívia	Campo Durán (Ar) – Madrejones (Bo)	12"	2,5 – 1,2	Em operação
Bolívia - Paraguai	Vuelta Grande (Bo) – Asunción (Py)	-	-	Em estudo
Argentina - Paraguai	Cnel. Cornejo (Ar) – Ciudad del Este (Py)	-	-	Em estudo
Argentina - Brasil	Cnel. Cornejo (Ar) – São Paulo (Br) / P. Alegre (Br)	-	-	Em projeto
Argentina - Brasil	Aldea Brasileña (Ar) – Uruguiana (Br)	24"	10	Em operação
	Ampliação Uruguiana (Br) – Porto Alegre			Em estudo

<sup>78</sup> A temática das interferências em territórios de populações nativas será tratada na Parte II. A campanha contra a Petrobrás já era sentida na Bolívia, no período de realização desta pesquisa, por ocasião da construção do gasoduto Bolívia-Brasil. No decorrer de 2005 foram notificados inúmeros protestos no Equador contra a interferência da Petrobrás no Parque Nacional Yasuni.

Bolívia - Brasil	San Miguel (Bo) – Cuiabá (Br)	18"	2,8	Em operação
Bolívia - Brasil	Río Grande (Bo) – São Paulo (Br)	32" / 24"	16	Em operação
Argentina - Uruguai	Gasod. Entrerriano (Ar) – Paysandú (Uy) (Del Litoral)	10"	2,5 - 1	Em operação
Argentina - Uruguai	Gasod. Entrerriano (Ar) – Casa Blanca (Uy) (Casa Blanca)	16"	5 - 2	Em construção
Argentina - Uruguai	Buenos Aires (Ar) – Montevideo (Uy) (Cruz del Sur)	24" / 18"	6 - 5	Em operação
Uruguai - Brasil	Colonia (Uy) – Porto Alegre (Br)	-	-	Em projeto
Colômbia - Venezuela	Est. Ballena (Co) – Maracaibo (Ve)	18"	4,2	Em estudo

Fonte: CIER, 2004.



Fonte: CIER 2004

**Figura 7 – Gasodutos Existentes e Planejados na América do Sul – 2004**

#### 4.4 INFORMAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO ENERGÉTICA NA AMÉRICA DO SUL

Para melhor contextualizar a situação energética no continente, é apresentado a seguir um quadro de caracterização geral de produção, consumo e distribuição de energia entre os países da região.<sup>79</sup>

A produção de energia elétrica no continente tem como fonte predominante a hidreletricidade, com mais de 70% do total da energia produzida. Os dados que se seguem (quadro e gráficos) mostram a relação de produção de energia elétrica em relação à população total dos países, bem como a divisão por fontes de energia para a energia gerada e para a capacidade instalada.<sup>80</sup>

**Quadro 10 – Produção de Energia e População  
(Região Cier – 2002)**

População	353 milhões
Capacidade Instalada	175,2 GW
Produção de Energia	707,6 TWh (73 % Hidro)
Produção por Habitante	2.000 kWh/ano

Fonte: CIER 2004.

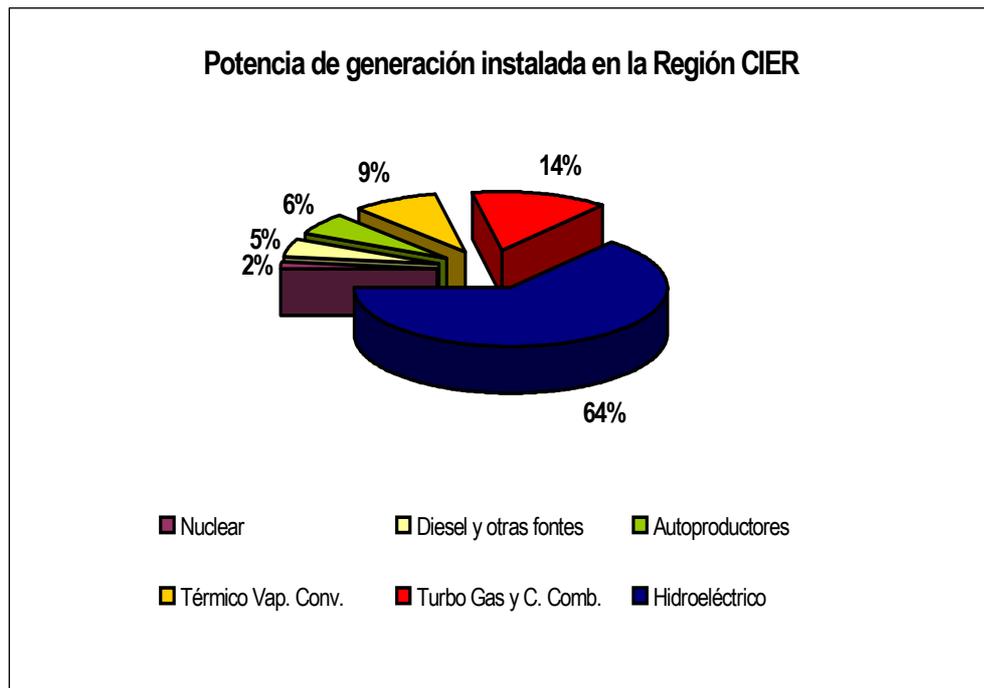
<sup>79</sup> Toma-se como base de informações o banco de dados da Cier e, o que é denominado pela instituição como “região Cier”, a saber os seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

<sup>80</sup> Observa-se que estão ausentes dessas estatísticas a Guiana Francesa, o Suriname e a Guiana. Por uma questão de disponibilidade de informações estamos trabalhando com aquelas consolidadas pela Cier e, quando houver informações disponíveis, elas serão acrescentadas. Com relação à Guiana Francesa, não encontramos informações. Considera-se que esta opção não compromete a argumentação em curso, uma vez que os dados referentes a esses dois países não são significativos em relação ao todo e não alteram os comentários gerais.

Guiana e Suriname: Capacidade instalada (MW) em 2002

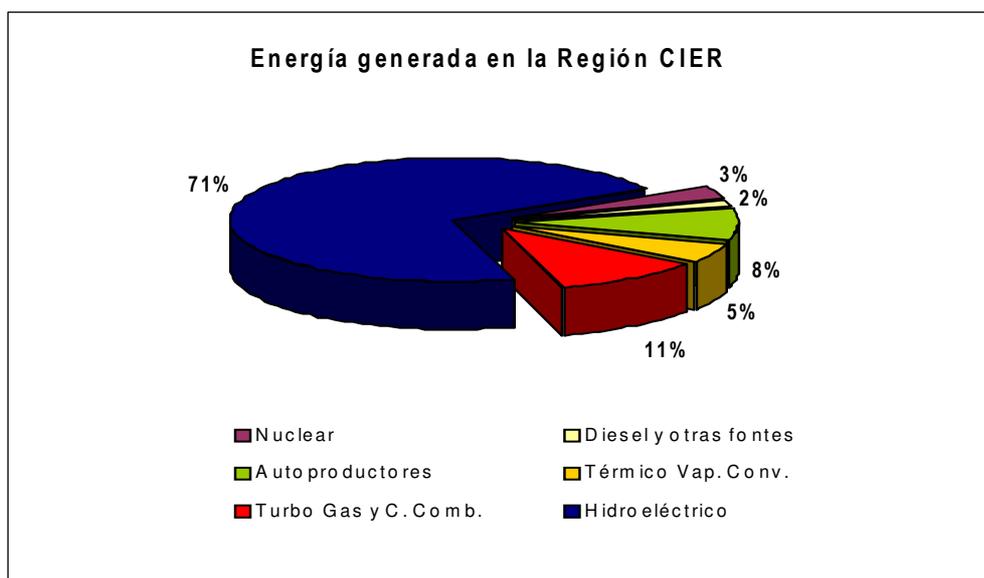
País	Hidráulica	Térmica	Nuclear	Outras	Total
Guiana	0.5	307.5	0.0	0.0	308.0
Suriname	189.0	200.0	0.0	0.0	389.0

Fonte: OLADE, 2003.



Fonte: CIER, 2004

**Figura 8 – Potência Instalada (Região Cier – 2004)**

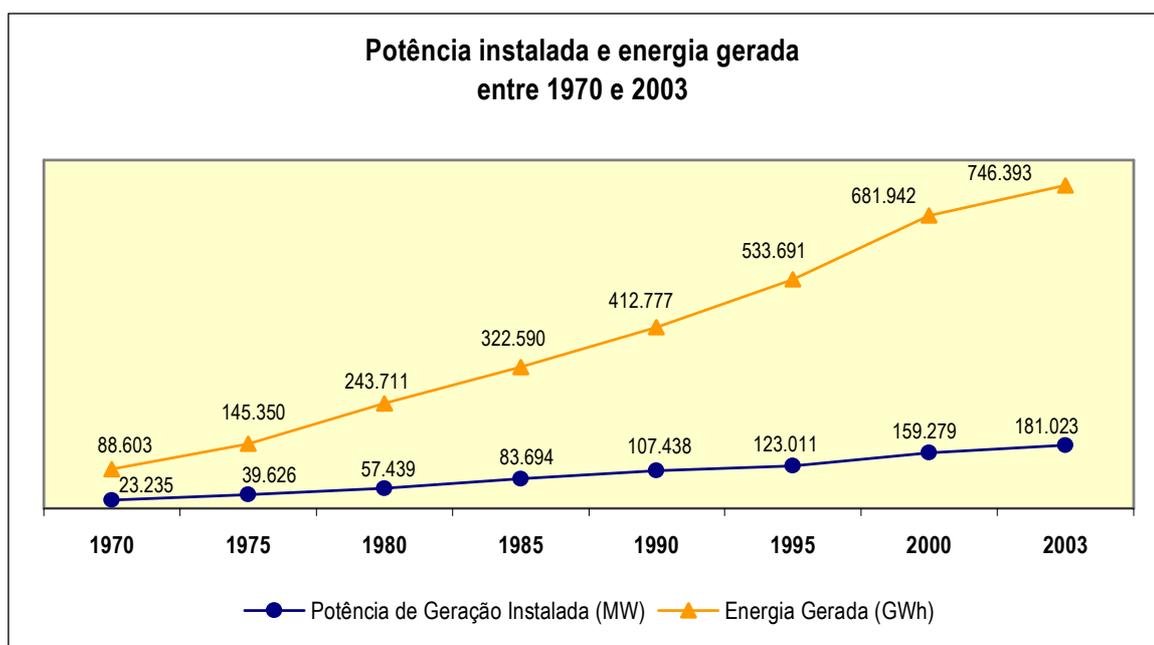


Fonte: CIER, 2004

**Figura 9 – Energia Gerada (Região Cier – 2004)**

Historicamente, tem havido um crescimento significativo da produção de energia ainda que, na última década, esses números não tenham acompanhado a taxa de crescimento anterior. O crescimento anual médio (%) entre os anos de 1990 e 2002 foi de 4,2% na capacidade instalada e 4,6% na produção de energia. Já para o período 1997/2002 o aumento percentual foi maior na capacidade instalada (4,4%)

e menor na produção de energia (3,3%), se comparado ao período de 12 anos mencionado anteriormente. Com relação ao passado de 30 anos, a evolução da potência instalada e da energia gerada é bem significativa, conforme demonstram as informações da Figura 10 e do Quadro 11.



Fonte: CIER, 2004.

**Figura 10 – Potência Instalada e Energia Gerada  
(Região Cier – 1970 – 2003)**

**Quadro 11 – Potência Instalada e Energia Gerada  
(Região Cier – 1970-2002)**

<b>País</b>		<b>1970</b>	<b>1975</b>	<b>1980</b>	<b>1985</b>	<b>1990</b>	<b>1995</b>	<b>1998</b>	<b>2002</b>
Argentina	MW	4 871	7 286	10 079	13 476	14 966	18 511	23 534	27 843
	GWh	16 800	24 554	35 875	38 870	45 303	62 809	88 965	84 823
	kWh/hab	718	967	1 280	1 360	1 459	1 882	2 239	1 942
Bolívia	MW	128	267	392	470	525	709	1 043	1 273
	GWh	542	772	1 253	1 429	1 901	2 792	3 884	4 190
	kWh/hab	116	138	228	222	284	378	469	413
Brasil	MW	10 283	19 578	28 524	40 515	49 603	55 497	61 312	82 458
	GWh	42 017	75 846	129 181	178 247	211 328	261 060	324 936	342 274
	kWh/hab	450	708	1 076	1 336	1 554	1 886	2 090	1 769
Chile	MW	1 440	1 862	2 195	3 084	3 372	5 275	8 488	10 503
	GWh	4 896	6 203	8 658	16 902	13 851	25 106	41 269	43 670
	kWh/hab	521	599	773	896	1 051	1 763	2 351	2 617

Colômbia	MW	2 078	3 200	4 475	6 349	8 312	10 156	12 565	13 788
	GWh	7 838	12 437	21 454	25 734	33 877	41 908	42 296	45 242
	kWh/hab	367	477	774	925	1 058	1 088	1 129	813
Equador	MW	240	437	862	1 623	1 717	2 465	3 007	3 233
	GWh	829	1 390	3 090	4 524	6 361	8 405	10 606	11 888
	kWh/hab	134	198	370	484	589	734	912	667
Paraguai	MW	130	170	273	1 324	6 178	6 933	8 079	7 416
	GWh	169	534	700	3 999	27 158	41 607	53 210	48 806
	kWh/hab	71	202	221	374	641	890	994	763
Peru	MW	863	1 140	2 037	2 519	2 842	3 196	5 513	5 935
	GWh	2 940	4 566	6 795	8 380	9 558	13 080	19 923	21 982
	kWh/hab	216	309	396	426	444	558	720	723
Uruguai	MW	541	671	795	1 881	1 909	2 108	2 115	2 172
	GWh	2 131	2 374	3 279	6 517	7 244	6 252	7 365	9 043
	kWh/hab	761	859	1 145	1 317	1 521	1 934	2 285	1 820
Venezuela	MW	2 661	5 015	7 807	12 453	18 014	18 161	21 543	20 577
	GWh	10 441	16 674	33 426	37 988	56 196	70 672	89 488	95 712
	kWh/hab	1 004	1 336	2 248	2 194	2 837	3 226	3 715	2 485

Nota: Potência de geração instalada (MW), energia gerada (GWh), energia consumida por habitante (kWh/hab)

Fonte: CIER, 2003.

A participação da geração hidrelétrica declinou de 80% para 73% no período 1997/2002. A expansão da geração, nesse mesmo período, foi de 33,8 GW (6,8 GW/ano).

**Tabela 1 – Participação Hidrelétrica na Capacidade Instalada e Potencial Hidrelétrico Aproveitado na América do Sul – 2002**

País	Participação Hidrelétrica	Potencial Hidrelétrico	
	%	TW	Aproveitado %
Paraguai	100	12,5	59
Brasil	90	260,0	26
Uruguai	73	1,8	85
Colômbia	67	93,1	10
Venezuela	61	46,0	27
Equador	50	21,8	8
Peru	49	61,8	5
Chile	37	26,0	16
Bolívia	36	39,9	1
Argentina	35	44,5	22
<b>Região Cier</b>	<b>65</b>	<b>607,4</b>	<b>20</b>

Fonte: CIER, 2002.

O cenário sul-americano de expansão da oferta de energia poderá se afirmar em sistemas elétricos que operem longas interligações para escoamento de blocos de energia provenientes de grandes projetos hidrelétricos e/ou extensos

gasodutos. Tomado como exemplo o caso brasileiro, o grupo dirigente que, com o governo Lula, assumiu o controle político do setor elétrico brasileiro e, em particular, do Ministério de Minas e Energia tem reafirmado enfaticamente a opção hidrelétrica e a opção por grandes projetos. Nesse caso, outras fontes para utilização em geração termelétrica, a biomassa e a energia eólica teriam papel complementar.<sup>81</sup>

**Tabela 2 – Países Membros da CIER:  
Capacidade Instalada (MW) em 2002**

<b>País</b>	<b>Hidráulica</b>	<b>Térmica</b>	<b>Nuclear</b>	<b>Outras*</b>	<b>Total</b>
Argentina	9782.4	17016.7	1018.0	26.3	27843.4
Bolívia	456.6	816.7	0.0	0.0	1273.3
Brasil	65311.0	15140.0	2007.0	0.0	82458.0
Chile	4155.0	6346.0	0.0	0.0	10503.0
Colômbia	9077.3	4711.2	0.0	0.0	13788.5
Equador	1747.4	1486.5	0.0	0.0	3233.9
Paraguai	7410.0	6.1	0.0	0.0	7416.1
Peru	3098.8	2814.0	0.0	22.2	5935.0
Uruguai	1538.0	634.0	0.0	0.0	2172.0
Venezuela	12491.0	8086.0	0.0	0.0	20577.0
<b>Total</b>	<b>114067.5</b>	<b>57057.2</b>	<b>3047.2</b>	<b>23.3</b>	<b>175200.2</b>

Fonte: OLADE/SIEE Sistema de Informações Econômicas e Energéticas, 2002.

Os montantes de energia exportada e importada pelos países do continente ainda são pouco significativos em relação às capacidades instaladas ou à energia gerada. Na importação de energia, observam-se as exceções feitas à relação Paraguai-Brasil e, em menor escala, Paraguai-Argentina e Argentina-Uruguai, devido aos contratos de venda de energia das empresas binacionais geradoras de hidreletricidade, computadas como exportação e importação. Com a venda da energia das usinas hidrelétricas de Itaipu e Yaciretá, o Paraguai transformou-se no maior exportador de energia elétrica da América do Sul. Já os valores registrados entre Argentina e Chile são oriundos da compra e venda de gás.

<sup>81</sup> O Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), instituído pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002 e revisado pela Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003, tem como objetivo aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimentos de Produtores Independentes Autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa, no Sistema Elétrico Interligado Nacional.

**Quadro 12 – Exportações e Importações de Energia (GWh)  
na América do Sul – 2004**

GWh		Exportador						Total Importado
		Argentina	Brasil	Colômbia	Paraguai	Uruguai	Venezuela	
<b>Importador</b>	Argentina		1		6.404	1.909		8.314
	Bolívia		9					9
	Brasil	446			36.106		400	36.952
	Chile	1.813						1.813
	Colômbia						23	23
	Equador			57				57
	Uruguai	559						559
	Venezuela			561				561
<b>Total Exportado</b>		<b>2.818</b>	<b>10</b>	<b>618</b>	<b>42.510</b>	<b>1.909</b>	<b>423</b>	<b>48.288</b>

Fonte: CIER, 2004.

No âmbito dos sistemas interligados nacionais, as interligações são operadas sob convênios entre as empresas operadoras dos sistemas. Nos casos do Brasil, Argentina e Uruguai, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a Compañía Administradora del Mercado Mayorista Eléctrico (Cammesa) e a UTE, respectivamente.<sup>82</sup>

Onde as interligações estão conectando sistemas isolados ou um sistema interligado a um isolado, as transações são realizadas entre as empresas envolvidas. Na interligação Brasil-Venezuela, na área dos Sistemas Isolados do Brasil, o convênio de operação foi estabelecido entre Edelca e Eletronorte.

Com base nessas experiências de regulação, transações internacionais e acordos bilaterais, outras funções podem ser acionadas, como foi o caso do suprimento emergencial - concretizado em curto espaço de tempo - do Brasil à Argentina e ao Uruguai, em 2004, devido à escassez de oferta naqueles países.<sup>83</sup>

A integração elétrica atual nos demais países da região é também, via de regra, baseada em interligações bilaterais regidas por contratos e operadas sob convênios operativos.

Na região Andina, as Transações Internacionais de Energia (TIE), entre Equador e Colômbia, são regidas por despacho econômico de energia - modalidade

<sup>82</sup> No caso da Itaipu Binacional, a energia é direcionada ao sistema interligado mas a compra de energia ao Paraguai atende ao Tratado Binacional e seus regulamentos.

<sup>83</sup> O Governo brasileiro estabeleceu acordos e, em caráter emergencial, contratou energia para o Uruguai durante a crise causada pelo rompimento do fornecimento de gás natural e energia elétrica pela Argentina.

diferenciada e estabelecida com base nos preços de energia e não em contratos pré-fixados de montantes de energia (em MW).<sup>84</sup>

É importante ainda agregar à situação apresentada até o momento as informações sobre o atendimento e o consumo de energia na América do Sul.

Sendo o Brasil um país de dimensões continentais, com produção de energia de porte expressivo, os problemas de atendimento diante da grandiosidade dos números, quando considerados os demais países da América do Sul, são em geral minimizados. Entretanto, recorrendo-se a outros parâmetros, que não o volume total da geração e do consumo, a posição brasileira é bem menos destacada. Assim, por exemplo, o indicador do número de domicílios com energia elétrica coloca o Brasil num modesto quarto lugar no continente – embora seja o primeiro quanto ao número de domicílios atendidos, extensão das linhas de transmissão e outros indicadores totais, conforme mostra o Quadro 12 e a Figura 11. Em termos do que vem sendo chamado de “inclusão energética”, o Brasil está apenas um ponto percentual acima da média regional<sup>85</sup>, considerando que o mínimo percentual desta média refere-se à Bolívia, com 70,6 % de atendimento.

**Quadro 13 – Níveis de Eletrificação nos Países da Região Cier – 2004**

País	População total Hab.	Clientes atendidos	População atendida	% População com eletricidade	Residências total	Residências com eletricidade	% Residências com eletricidade
Argentina	36.988	11.550	35.100	94,9	10.669	10.100	94,7
Bolívia <sup>(1)</sup>	9.027	1.143	6.228	69,0	2.152	1.519	70,6
Brasil	178.055	53.183	162.852	91,5	49.500	45.273	91,5
Chile	15.295	4.461	14.622	95,6	4.074	3.911	96,0
Colômbia	44.584	8.335	41.508	93,1	9.370	8.516	90,9
Equador	12.842	2.746	11.064	86,2	3.672	3.047	83,0
Paraguai	5.670	1.011	4.712	83,1	1.212	1.002	82,7
Peru	27.148	3.727	20.574	75,8	5.702	4.611	80,9
Uruguai	3.380	1.187	3.211	95,0	1.280	1.208	94,4
Venezuela	25.554	4.720	24.565	96,1	6.197	5.569	89,9
<b>Região Cier</b>	<b>358.543</b>	<b>92.063</b>	<b>324.436</b>	<b>90,5</b>	<b>93.828</b>	<b>84.756</b>	<b>90,3</b>

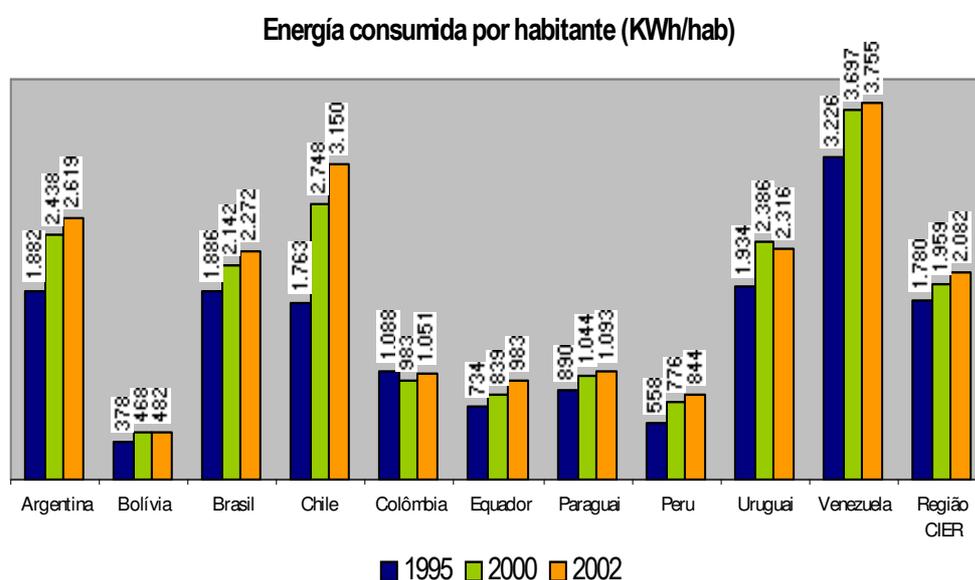
Fonte: CIER, 2004. Quantidades em mil.

<sup>84</sup> Na América Central, um tratado foi firmado entre seis países da região que adotaram o despacho econômico para a operação de suas interligações, representando um passo em direção ao caminho da integração de mercados de venda de energia.

<sup>85</sup> Reafirmando, refere-se à denominação da Cier para os países membros, a saber: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

Ainda com relação ao percentual de residências atendidas, os índices do Brasil são significativos para países em desenvolvimento (com 91,5% da população com acesso à energia elétrica e, coincidentemente, 91,5% de atendimento aos domicílios), mas menores em relação ao Uruguai, Argentina e Chile, tendo este último os índices de 95,6% e 96% de atendimento à população e aos domicílios, respectivamente.

**Figura 11 – Energia Consumida por Habitante**



**(Região Cier – 1995–2003)**

A posição modesta do Brasil e de toda a América Latina em termos de consumo de energia fica clara quando comparada à dos países da América do Norte e da Europa. Segundo dados da Agência Internacional de Energia (IEA), a América Latina tem valores de consumo quase a metade da média mundial e cerca de seis vezes inferior ao consumo na região da OECD.<sup>86</sup>

<sup>86</sup> Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, República Tcheca, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Islândia, Irlanda, Itália, Japão, Coreia do Sul, Luxemburgo, México, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Portugal, Eslovênia, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos.

### Quadro 14 – Consumo de Energia Elétrica no Mundo – 2004

Região	População (milhões)	Consumo de energia elétrica (TWh) *	Consumo por habitante (TWh/hab)
Mundo	6 195.66	14 701.24	2,37
OECD	1 145.06	9 212.82	8,05
América Latina	425.54	652.74	1,53

Nota: (\*) produção bruta + importações - exportações - perdas com transmissão/distribuição  
 Fonte: INTERNATIONAL ENERGY AGENCY, 2004.

Consumo de energia elétrica por habitante

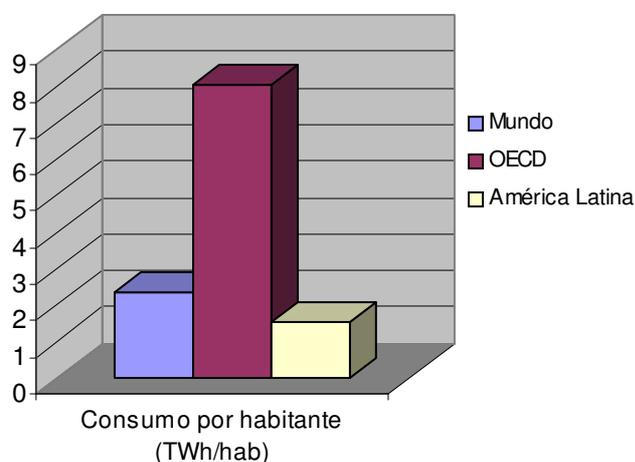


Figura 12 – Consumo de Energia Elétrica por Habitante (OECD – 2004)

As diferenças apontadas no Quadro 14 e na Figura 12 podem ainda ser comparadas aos valores dos países da América do Sul (Tabela 3, a seguir) onde apesar de serem observados percentuais de crescimento expressivo na década 1993-2003 (CIER, 2004) - de cerca de 38% na energia consumida por habitante - ainda é menor do que a média mundial e um pouco acima da média da América Latina.

**Tabela 3 – Consumo e Intensidade Energética na América do Sul – 2002**

País	Consumo	Intensidade Energética	
	GWh	Per Capita kWh/Hab	Bep/10 <sup>3</sup> 1995 US\$
Argentina	73 673	1 942	1,3
Bolívia	3 595	413	2,2
Brasil	309 709	1 769	1,5
Chile	40 801	2 617	1,6
Colômbia	35 632	813	1,6
Equador	8 744	667	2,5
Guiana	707	924	9,2
Paraguai	4 407	763	3,1
Peru	19 336	723	1,2
Suriname	1 329	3 156	7,6
Uruguai	6 162	1 820	1,0
Venezuela	62 346	2 485	3,5
<b>Total</b>	<b>566 441</b>		
<b>Média Regional</b>		<b>1 507</b>	<b>3,02</b>

Fonte: OLADE/SIEE – Sistema de Informações Econômicas e Energéticas, 2002.

Nota: Bep – Barris equivalentes de petróleo.

O panorama de produção e consumo de energia elétrica na América do Sul tende a se alterar em ritmo rápido e crescente se consideradas as demandas não atendidas e os índices de crescimento econômico registrados nos países da região.

## 5 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA DA AMÉRICA DO SUL

A política de integração energética da América do Sul foi formulada no período pós Rio-92 quando os países do continente reformularam suas políticas públicas, adaptando seus conteúdos aos acordos estabelecidos para a conservação ambiental e incorporaram ao enunciado dessas políticas o objetivo do desenvolvimento sustentável. Por outro lado, é também no contexto da construção do discurso da integração energética sustentável que surgem os questionamentos às formas de produção dessa energia ou aos impactos de projetos específicos.

Aceitando a proposição de análise sob o conceito de campo (Bourdieu, 1989), adota-se a formulação de campo ambiental e energético e considera-se que eles são permeados pela temática do desenvolvimento sustentável e que a articulação na luta pela significação nestes campos, ao mesmo tempo em que separa os atores na formulação de seus argumentos, os une nas disputas entre os campos de energia e ambiental. Os embates sobre os aspectos socioambientais dos grandes projetos de infra-estrutura e a compatibilização da produção de energia como os objetivos do desenvolvimento sustentável também podem ser trabalhados como uma arena de debates no campo da integração energética.<sup>87</sup>

Dessa forma, ao discutir as questões associadas aos temas sociais e ambientais navega-se entre os campos “energético” e “ambiental”, onde esses produtos correspondem também ao posicionamento intra e entre campos dos atores que os formulam. Os produtores de um documento sobre energia e desenvolvimento

---

<sup>87</sup> Utilizamos aqui a conceituação proposta por Sônia M.M. Carvalho Oliveira em sua tese de doutoramento, onde a autora propõe a noção de campo para a análise das lutas materiais e simbólicas dos agentes relacionados aos “problemas” ambientais no litoral fluminense (OLIVEIRA, 2001). Analogamente, sugerimos a proposição para o campo energético ou de integração energética, conforme tratado no Capítulo 3.

sustentável são aqueles que, de alguma forma, atuam no campo da energia, especialistas em energia que debatem no campo ambiental este tema específico, ou vice-versa. Os profissionais que atuam em um suposto campo ambiental estão, por sua vez, localizados em várias instituições e organizações, sejam elas inseridas nas estruturas governamentais, acadêmicas, empresariais ou organizações não governamentais.<sup>88</sup>

Pretende-se, neste capítulo, analisar internamente a associação feita entre integração energética e aspectos sociais e ambientais para evidenciar os elementos constitutivos da visão de integração com desenvolvimento sustentável. O documento da Olade foi tomado como exemplo de produção da esfera estatal/governamental sobre energia e sustentabilidade.

Assim, no desenvolvimento deste objetivo, apresenta-se inicialmente uma discussão da noção de desenvolvimento sustentável, uma vez que esta aparece como o argumento integrador da proposta de política energética para o continente. Em seguida, é realizada a análise da proposta Olade e são tecidas considerações sobre o tratamento dispensado pela organização a este assunto.

## 5.1 DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

Para o entendimento das categorias principais “desenvolvimento e sustentabilidade”, resgata-se aqui, de maneira sintética, o movimento de questionamento e contextualização, percorrido por alguns autores, como Sachs, Shiva e Acsehrad.

Segundo Sachs (s.d.), a era do desenvolvimento tem sua referência inicial em 1949, em um discurso de Harry Truman, presidente dos EUA, quando os países pobres são definidos como “áreas subdesenvolvidas”. Para o autor, esta classificação expressava a visão homogênea segundo a qual todos os países se moviam numa mesma direção para algum dia atingir os padrões das sociedades econômicas de altos índices de produção, chegando assim à “civilização”<sup>89</sup>. Os

---

<sup>88</sup> Em outra pesquisa, a autora explora uma comparação entre as proposições sobre energia e sustentabilidade da Olade, analisada neste capítulo, e a publicada pelo Projeto Brasil Sustentável e Democrático – “Sustentabilidade Energética no Brasil - Limites e possibilidades para uma estratégia sustentável e democrática”, Célio Bermann e Osvaldo Stella Martins, Fase, Rio de Janeiro, 2000. (NUTI, 2000)

<sup>89</sup> Utilizado no texto como sinônimo de cultura ou sociedade.

países agrupados em subdesenvolvidos eram nivelados por seus baixos índices de renda *per capita* e de produção.

Esse tratamento permite evidenciar, a partir de uma linha evolutiva para se atingir o desenvolvimento, a análise do binômio desenvolvido/subdesenvolvido, às vezes visto como complementaridade, outras vezes como oposição. De todo modo, a existência da noção de desenvolvimento, para Sachs, estaria referenciada a um modelo de integração homogeneizadora das sociedades periféricas ao capitalismo central.

A noção de desenvolvimento, portanto, está associada ao desenvolvimento do capitalismo, a um determinado padrão de produção, distribuição, consumo e circulação. Ainda que a noção de modelo de desenvolvimento possa ser relativizada - referindo-se à esfera econômica ou de apropriação da base material por determinada sociedade e significar o modo pelo qual as sociedades produzem e reproduzem - é com o significado apontado anteriormente que essa categoria assume caráter hegemônico.

Já a noção de sustentabilidade surge com o questionamento ao modelo desenvolvimentista e resulta de um embate de diferentes visões sobre os possíveis limites do modelo.

Resumidamente, a noção de desenvolvimento sustentável é veiculada como um consenso e, nesse sentido, abrange diversos conteúdos ou interpretações, o que, adicionado ao seu estatuto de prática e não de conceito explicativo da realidade, permite também diferentes aplicações.

De maneira geral atribui-se à noção de sustentabilidade a incorporação da preocupação com a finitude e durabilidade dos recursos naturais.

*O imperativo da sustentabilidade agrega a dimensão do tempo já que existem fortes conseqüências do acionar presente sobre as oportunidades futuras. Em função disso se requer que este desenvolvimento humano seja sustentável, quer dizer, que se trate de um desenvolvimento que satisfaça as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações em satisfazer as próprias. (OLADE, 1997, p. 3)*

Segundo Sachs, para que essa noção pudesse ser utilizada, como linguagem comum entre empresários e ambientalistas, houve um deslocamento do significado de natureza. No movimento conservacionista, a natureza era vista como oposto ao desenvolvimento.

*Assim, a ênfase mudou da proteção à natureza para a preservação da produtividade dos recursos naturais para uso econômico. A natureza antes era vista como sustentável, após a junção das palavras o desenvolvimento passou a sê-lo. Em resumo o significado de sustentabilidade desliza da conservação da natureza para a conservação do desenvolvimento. (SACHS,s.d, p. 13)*

O que se percebe é a especificação ou adjetivação de um determinado conteúdo, o desenvolvimento, e não necessariamente a alteração de seu significado.

Acselrad (1999) analisa as matrizes dos discursos da sustentabilidade identificando seus argumentos, correntes e associações. Explica a noção como aquela a que se pode recorrer para tornar objetivos diferentes em projetos sociais e idéias.

*A suposta imprecisão do conceito de sustentabilidade sugere que não há ainda hegemonia estabelecida entre as diferentes concepções. Ao contrário dos conceitos analíticos voltados para a explicação da realidade, a noção de sustentabilidade está submetida à lógica das práticas: articula-se a efeitos sociais desejados, a funções práticas que os diferentes atores pretendem tornar realidade objetiva. (ACSELRAD, 1999, p. 1)*

Essa proposição orientou, neste trabalho, a identificação dos elementos do discurso que revelariam tal disputa e, mais especificamente, a idéia da comparação de documentos e reconstrução dos argumentos.

## 5.2 A PROPOSTA OLADE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A proposta de integração energética para a América Latina, produzida pela Olade (1996), foi acompanhada de uma proposta metodológica de avaliação da integração sugerida aplicando, segundo seus autores, o conceito de desenvolvimento humano sustentável. Nessa análise, o caráter de sustentabilidade do desenvolvimento e das pessoas é, ao mesmo tempo, elemento integrante da política energética para a Região (aqui entendida como os 26 países membros da Olade) e indicador para sua avaliação.

Em 1997, fruto da abordagem inicial para a integração energética, foi publicado o documento que propõe uma política energética para a América Latina, “*Energía y Desarrollo Sustentable en América Latina y Caribe: Enfoques para la Política Energética*”, consolidando uma “*apreciação conceitual para estimular uma revisão das políticas energéticas com a finalidade de integrá-las a uma política geral*”

*a favor do desenvolvimento sustentável*” (OLADE, 1997, p. 1).<sup>90</sup> O documento propõe, de um lado, demonstrar a viabilidade da incorporação desse conceito no “novo” contexto setorial, por meio do fornecimento de um corpo explicativo que traz os conceitos e a maneira de trabalhar as informações, indicadores etc., para sustentar os argumentos da proposta. De outro lado, visa orientar cada Estado na elaboração de sua política energética, também de acordo com o que seria o ideário da integração energética com sustentabilidade e eficiência setoriais. Nesse sentido, a Olade define um novo lugar e papel para o Estado e fornece o arcabouço conceitual mínimo para a elaboração de cada política em particular.

O documento Olade articula conceitos atuais no debate da sustentabilidade e incorpora dimensões anteriormente não consideradas na temática energética. Segundo seu enunciado, o objetivo dessa política é harmonizar o crescimento econômico, a equidade social e a proteção ao meio ambiente. Nessa formulação, o conceito de desenvolvimento se refere ao “desenvolvimento humano”, conforme definição do Pnud, o que traria as vantagens de incluir as dimensões sociais e econômicas, ambientais e políticas ao desenvolvimento (e a política energética) e, além disso, ao colocar o ser humano no centro das preocupações, explicitaria que esse desenvolvimento visa às pessoas e à sociedade.

Historicamente, o planejamento energético em geral e o brasileiro em particular, pautaram-se pelo princípio do suprimento de energia ao menor custo. Tal pressuposto também estava associado a uma determinada noção de desenvolvimento, segundo a qual a energia é considerada bem essencial e “base” para alcançar o crescimento econômico e produtivo, o que nessa visão são sinônimos de qualidade de vida e bem estar. Portanto, a energia deveria ser oferecida com o melhor padrão técnico e ao menor custo para promover as instalações de infra-estrutura social e o consumo industrial e domiciliar. O bem energia, nesse caso, é parte intrínseca do desenvolvimento. Onde houver disponibilidade de energia elétrica, seja para uso doméstico, público ou industrial, estarão presentes as condições para o desenvolvimento, cujo significado é “progresso”. Dentro desse raciocínio, o aumento do consumo de energia é um indicador de qualidade de vida e bem estar social. Nessa formulação, energia e

---

<sup>90</sup> Esta publicação integra o projeto Olade Energia e Desenvolvimento Sustentável para a América Latina e Caribe, desenvolvido pela Olade/Cepal/GTZ, iniciado em 1993 com referências até 1999 (citado também no Capítulo 4 deste trabalho). Atualmente não são encontrados registros sobre sua continuidade nos documentos da entidade.

desenvolvimento praticamente se confundem, independentemente da forma como é produzida, como e por quem é consumida.

Como foi apontado preliminarmente, o objetivo do documento da Olade era fornecer elementos para uma política energética com base no desenvolvimento humano e sustentável. A montagem do documento revela em parte a intenção nele contida e seus objetivos.<sup>91</sup>

No primeiro capítulo é realizado um diagnóstico da situação atual dos países, buscando atribuir graus de desenvolvimento e de sustentabilidade para permitir a comparação e hierarquização dos países. O diagnóstico de avaliação é feito considerando três dimensões - economia, equidade e recursos naturais -, construídas a partir de indicadores considerados expressivos para elas: o PIB *per capita* para a dimensão econômica bem como para a produtividade; a distribuição de renda, para a dimensão social, visando à indicação da situação de equidade ou assimetria social; e o *ahorro genuino* (economia verdadeira) que seria o investimento líquido em capital físico e natural que se complementa com a dotação de capital natural *per capita*. Esse último traduziria os esforços para potencializar o ritmo de desenvolvimento no futuro.<sup>92</sup>

Esse tipo de avaliação é complementado com indicadores de “sustentabilidade energética” para permitir a tipificação dos países e sua posterior hierarquização. São oito indicadores representativos das três dimensões que se pretende abranger. Três indicadores para a dimensão econômica: autarquia energética, robustez frente a mudanças externas e produtividade energética. Dois indicadores para a dimensão social: cobertura elétrica e cobertura de necessidades energéticas básicas. E três para a dimensão dos recursos naturais: pureza relativa do uso de energia, uso de energias renováveis e alcance de recursos fósseis e lenha. Também é sugerida uma estrutura ideal para um padrão de sustentabilidade energética, um octaedro (cada um dos ângulos representando um indicador) que,

---

<sup>91</sup> Foi realizada uma análise da estrutura e da matriz conceitual do documento. Para conhecimento do leitor, a estrutura dos capítulos é a seguir apresentada. Cap. 1: Estado Atual do Desenvolvimento Econômico, Social e Energético na América Latina e Caribe e Sua Sustentabilidade; Cap.2. Energia e Economia; Cap.3. Energia e Equidade; Cap.4. Energia e Recursos Naturais; Cap.5. Lineamentos de Políticas Energéticas para um Desenvolvimento Sustentável. (In Sumario de “Energía y Desarrollo Sustentable en América Latina y Caribe” OLADE, 1997)

<sup>92</sup> “Enquanto os primeiros indicadores expressam níveis anuais correntes (como variáveis de fluxo) ou mudanças de estrutura (distribuição de renda) o quarto indicador reflete a base física para o desenvolvimento (referida a um estoque). A relevância desse indicador para a sustentabilidade do desenvolvimento parece evidente se for levado em conta que quanto maior a dotação de recursos naturais mais alto poderá ser o grau de crescimento econômico que se apóie de modo essencial no uso dos mesmos, como é o caso de boa parte dos países latino-americanos.” (OLADE, 1997, p. 5)

equilibrado em termos de forma, tamanho e posição, traduziria melhor equilíbrio de sustentabilidade energética.

A indicação de sustentabilidade dos países, portanto, faz-se através de indicadores econômicos cuja meta é o crescimento econômico. A isso se adiciona a preocupação com a disponibilidade de recursos naturais, para dar prosseguimento à sua exploração e sustentação ao crescimento econômico e à noção hegemônica de desenvolvimento. São trabalhadas as mesmas informações utilizadas anteriormente para avaliar o estágio de desenvolvimento dos países e do mesmo modo, por exemplo, o produto interno bruto, a renda *per capita* e o consumo de eletricidade.

O uso das informações e dos indicadores propostos não propicia a incorporação do desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade energética. Nesse sentido, se a formulação conceitual é “nova”, considerando sua aderência ao arcabouço de noções em uso no campo de conhecimento em questão, o mesmo não estaria acontecendo com o conteúdo e o tratamento das informações, trabalhados da mesma maneira que as projeções elétrico-econômicas anteriores.

A análise dos resultados leva a conclusões que apontam muito mais à fidelidade ao enunciado dos conceitos do que à sua comprovação. Exemplificando, a comparação do indicador síntese de sustentabilidade energética entre os países, revela aqueles com maiores índices de sustentabilidade energética, isto é, demonstra ser um país mais sustentável, mesmo quando são comparadas realidades tão diferentes quanto as de Trinidad y Tobago e as do Brasil.

Apesar disso a pergunta o que é ser mais sustentável (mesmo formulada dentro desse esquema explicativo) não é respondida, ou só o que se sabe daquele país é que sua performance no balanço de indicadores (que já vinham sendo usados nas matrizes energéticas anteriores) é aquela expressa pelo índice.

Recorrendo-se a um exercício interno ao documento, relacionando as informações e indicadores aos conceitos e não utilizando diretamente seus resultados, outros aspectos podem ser verificados. Um deles refere-se à nomeação diferente para processos já existentes. O que antes era visto como baixos níveis de renda, agora é apresentado como assimetria na distribuição de renda e, conseqüentemente, problema para o objetivo de equidade social.

Ou, por exemplo, a integração energética é anunciada como um dos objetivos da sustentabilidade do continente, mas entre os indicadores de sustentabilidade dos países encontram-se a importação e a exportação energética,

balanceada e baixa, o que seria mais difícil atingir com transferências energéticas entre países. Ressalta-se que a base da integração, existente e prevista, é o relacionamento bilateral entre países, a integração de sistemas ou de mercados, com base na importação e exportação de energia. Além disso, conforme discutido no Capítulo 4 desta tese, todas as formas de intercâmbio praticadas são contabilizadas nos balanços energéticos como importação e exportação de energia.

O terceiro capítulo do documento em pauta - “Energia e Eqüidade” - explora a inter-relação da energia com a “eqüidade social” basicamente por meio da análise do consumo energético, cobertura de necessidades básicas e uso e gasto de energéticos por nível de renda. *“O desenvolvimento sustentável implica, no mínimo, que todos os lares possam cobrir suas necessidades básicas, inclusive energéticas”*. (OLADE, 1997, p. 46)

Segundo o mesmo documento, os aspectos de eqüidade têm como restrições fundamentais aquelas de natureza econômica, seja nas áreas urbanas (reduzida capacidade para pagar as tarifas de energia), seja nas áreas rurais (onde o abastecimento tem elevados custos) e, para enfrentá-los, deveria haver uma política social, não necessariamente energética, mas que atendesse as necessidades energéticas de cada domicílio. Os arranjos possíveis para alcançar o objetivo da eqüidade referem-se: aos subsídios cruzados (sendo que os déficits podem ser absorvidos pelo Estado ou pela empresa distribuidora de energia); aos financiamentos especiais para a utilização de fontes alternativas para os lugares de difícil acesso; e à coordenação dos diversos atores (“nacional, estadual, municipal e os setores energético, social, financeiro, tecnológico ou de cooperação internacional e a população”), para alcançar a melhoria da qualidade de vida. (OLADE, 1997, p. 61)

O capítulo final do documento é dedicado ao delineamento de uma política energética básica para os países membros da entidade, onde seu aprimoramento e aplicação dependerão da situação específica de cada país (de acordo com seu grau de sustentabilidade energética). Como diretrizes gerais para a formulação da política, apresenta: a) o uso racional de energia - objetivo que melhoraria todas as dimensões propostas; b) a diversificação energética e o acesso a tecnologias; c) o uso de recursos energéticos renováveis; d) a integração energética, seja física ou de mercados.

A estratégia da política deverá ser integrada, sistêmica, e não operar somente ao nível de projetos. Para tanto, o documento apresenta os princípios, objetivos, enfoques, instrumentos, atores e processos.

*Colocar o desenvolvimento sustentável como objetivo superior para a política energética, implica ampliar o espectro de objetivos do setor. No gráfico (...) se apresenta o conceito como área (círculo grande) em que cabem as áreas energia e economia, equidade e recursos (três círculos). A área não coberta pode se entender como **área de sustentabilidade política**. (OLADE, 1997, p. 65 – grifo nosso).*

Interessante que a dimensão política não é apresentada como uma das “áreas” do conceito. Mas, ao longo do texto, dois aspectos identificados como fundamentais para a mesma política energética são da “área” política: a ação do Estado (como detentor dos recursos naturais e regulador das transações) e a reestruturação setorial com vistas ao mercado.<sup>93</sup>

Além disso, os elementos de articulação entre as áreas definidas anteriormente, assim como os elementos políticos, são enfatizados como importantes para a formulação e o sucesso da política energética, mas não fazem parte intrínseca da proposta conceitual e metodológica. Os elementos de articulação são fatores sociais e políticos – seja operando ao nível do local das comunidades, seja ao nível do Estado, como coordenador de processos e formulador de políticas, seja ainda vistos como um *continuum* de participação e exercício da cidadania nas esferas de formulação e implementação da política – que constroem a estratégia para alcançar a sustentabilidade.

Ainda no capítulo de diretrizes para a política energética dos países, o item “Desenvolvimento vindo de baixo, espaço vital e responsabilidades compartilhadas” é exemplo da assertiva acima. Esses aspectos são apresentados como a idéia básica do caráter sistêmico da política, onde a responsabilidade compartilhada, alcançada por intermédio da participação de todos os atores envolvidos (especialmente os afetados diretamente), faz atingir os objetivos da sustentabilidade (solucionar os problemas para as pessoas que são os destinatários

---

<sup>93</sup> Aqui, pela primeira vez aparece explicitamente o conflito entre competitividade e mercado. “Atualmente, os esforços dedicados a reorientar a política energética no longo prazo, no sentido da sustentabilidade, tem sido deslocados e considerados pela reestruturação do setor elétrico com objetivos de competitividade, aspecto que se pode visualizar como uma limitação para a sustentabilidade”. (OLADE, 1997, p. 65)

e sujeitos da ação).<sup>94</sup> A participação das comunidades e as responsabilidades compartilhadas, estando fora do arcabouço conceitual, retiram do esquema proposto a democratização ou o real compartilhamento das decisões (incluindo aqui aquelas referentes aos projetos específicos), ainda que seja sugerida a participação dos afetados e as funções de regulação e supervisão como atividades a serem executadas por instituição especializada.<sup>95</sup>

### 5.3 POLÍTICA ENERGÉTICA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Para melhor localizar essa produção e proposta é interessante contextualizar o período no âmbito dos setores energéticos dos países da América Latina.

Conforme indicado anteriormente, a década de 1990 se caracteriza pelas mudanças neoliberais na maioria dos países latino-americanos. A aparente estabilização econômica de sucesso seria resultado da combinação eficaz “*de uma rigorosa política fiscal e monetária com a implementação simultânea do conhecido tripé do reformismo liberal: desregulações, abertura econômica e privatizações*”. (FIORI, 1997, p. 65)

A adoção, por parte dos países latino-americanos, dos referidos planos de estabilização desencadeou um conjunto de transformações e o atendimento a uma série de requisitos. Para o setor elétrico as máximas da privatização, abertura ao mercado e regulamentação, foram seguidas, em diferentes graus, por Chile, Argentina, Colômbia e Brasil, sendo que nos dois primeiros de maneira mais célere.

A “reestruturação” nos modelos de produção de energia nesses países, tornou-se pré-requisito para investimentos setoriais das agências multilaterais,

---

<sup>94</sup> Nesse espaço, “onde vivem e atuam as pessoas” é que na proposta se materializam as possibilidades da política energética vir a ser construída “de baixo”. (OLADE, 1997, p. 70). Observa-se que o conceito de espaço vital e outros semelhantes (pegada e mochila ecológica) foram desenvolvidos na Europa com a preocupação da adequada utilização e gestão dos recursos finitos do planeta e adotados também por reconhecidas organizações não governamentais. Segundo Bermann, em geral são utilizados “*para tornar operacional a necessidade lógica do processo de desmaterialização dos recursos naturais e energéticos*”. (Bermann, 2000, p. 14)

<sup>95</sup> O documento alerta que, com as reformas em curso, definições que direcionam o futuro sistema energético e podem não ser interessantes para a sociedade no longo prazo, têm se deslocado para investidores privados. Reconhece que o espaço de participação nos novos marcos regulatórios tem sido questionado pela potencial exclusão de grande parte dos consumidores e termina concluindo que ao nível dos projetos “*requere-se um mínimo de consenso das pessoas que vêem seu espaço vital afetado por um projeto. Esta participação é fundamental para o êxito de uma política de desenvolvimento humano sustentável. Então, apesar da complexidade dos processos, a criação dos mecanismos de participação e sua honesta implementação é indispensável*”. (OLADE, 1997, p. 72)

conforme expressa o documento de Estratégia do Banco Mundial para o Setor de Energia. (World Bank, 1998)

Tais mudanças produzem, por sua vez, discursos que justificam a nova ótica e a missão de um setor que antes era totalmente identificado com o setor estatal e agora deve ser regido por um discurso e lógicas do livre mercado. Passado o momento inicial de reestruturação, organismos governamentais, como a Olade, buscaram trabalhar os elementos conformadores de futuro nessa nova realidade, reorganizando o diagnóstico da situação do suprimento e expansão energética nos países.

*Desde o período das nacionalizações e em particular a partir de meados dos anos 80, se assiste a maior transformação do setor de energia dos países da América Latina e Caribe. A transformação atual abarca todos os subsetores e implica, de maneira diferente em cada país, a gradual abolição de monopólios em alguns mercados energéticos e a correspondente introdução da competição e participação de novos atores, a reorientação comercial de empresas públicas, uma nova repartição de trabalho entre o setor privado e o Estado, a revisão da regulação setorial a abertura para a empresa privada em várias formas (...), a mudança de propriedade por venda de ativos do Estado, etc. Estas mudanças coincidem com outras tendências que estão transformando os Estados da região, sobretudo com a descentralização. Elas coincidem também com a crescente tendência à globalização por um lado e à integração econômica por outro. (OLADE, 1997, p. 1)*

Em geral, justifica-se o modelo adotado atribuindo as mudanças provocadas à melhoria nos índices de produtividade energética. Por outro lado, os resultados gerais observados até 2003, mesmo para os defensores das transformações do modelo, não são reconhecidos como satisfatórios. Dentro dessa perspectiva torna-se difícil justificar porque as regras de mercado não possibilitaram maior cobertura de domicílios em relação à expansão dos serviços e ainda propiciaram o aumento de tarifas para os níveis mais baixos de renda em quase todos os países.

A posição específica dos produtores do documento pode ser associada àqueles que querem ou necessitam demarcar o papel e o lugar da estrutura estatal no novo modelo, seja pelo reconhecimento dos problemas que a saída do Estado pode ocasionar para os serviços básicos de suprimento energético e para o planejamento da expansão, seja pela viabilização direta de interesses e de espaços

para novos mercados, ou ainda, a justificativa de permanência de especialistas nessa temática, geralmente oriundos da estrutura estatal anterior.

Em várias passagens do documento analisado, existe a defesa de um determinado papel para o Estado. Em um primeiro nível, é indicada a necessária mudança para um Estado que deve encontrar novos instrumentos (diferentes da ação monopolizante anterior), dar acesso a novos atores e aprender seu novo papel. (OLADE 1997, p. 1 e 72) Ao longo do texto e principalmente no capítulo que apresenta as diretrizes para a política, as atribuições do Estado aparecem mais fortes, principalmente como coordenador das ações setoriais em complementação aos mecanismos de mercado.

O fato de o documento ter sido produzido por uma instituição integrada basicamente pelos ministérios de energia dos países da América Latina já justifica tal defesa. Porém, ao tomar como exemplo os documentos setoriais brasileiros, essa tônica não seria a mais relevante. O que se pode observar, no texto, é a adesão aos temas centrais dos discursos conjunturais da esfera política mais geral e do setor energético em particular (a reestruturação do Estado, os aspectos econômicos já apontados, a integração entre os países latino-americanos). Mas, em termos específicos do setor energético, a ênfase à eficiência setorial é complementada pelas necessidades sociais e ambientais.

Na formulação da importante sustentação do Estado para a produção de energia, além do caráter regulador é ressaltado seu domínio sobre os recursos naturais, bem como a normatização de seu uso, e uma ação subsidiária, para que seja possível atingir os objetivos sociais do desenvolvimento humano. Poder-se-ia dizer que os objetivos sociais e ambientais do desenvolvimento e da expansão energética cabem ao Estado e a produção mercantil da energia e a efetivação dos sistemas, aos agentes privados. Nesse caminho, porém, ficaria difícil prever o futuro dos sistemas elétricos e, como o próprio documento afirma, podem ser tomadas decisões que não atendam aos interesses na sociedade.

Especificamente com relação ao tema da sustentabilidade energética, o material bibliográfico consultado aponta conteúdos semelhantes ao tratamento dispensado nas esferas não governamentais e indica a lógica da produção e os valores implícitos ao conceito de desenvolvimento sustentável.

O documento da Olade pretendeu agregar as esferas ambiental e social ao desenvolvimento, atribuindo primazia a esses objetivos na geração de energia.

Apesar de receber formulação conceitual e manejo de dados abrangentes, tais esferas receberam um tratamento segmentado e subordinado ao principal que é a produção de energia, no padrão produzido anteriormente.

A dimensão ambiental é representada pela utilização racional dos recursos naturais para a produção de energia, aplicando-se a avaliação de impactos ambientais para a mitigação dos efeitos locais e a consideração de utilização da fonte energética que acarrete menores impactos globais, como, por exemplo, a diminuição da emissão de gases poluentes. Nessa equação, porém, não está presente à decisão, anteriormente tomada, o tipo de projeto e fonte energética, onde poderiam estar considerados os objetivos enunciados através da consideração de aspectos como a valoração social dos territórios, da paisagem e dos recursos naturais, elementos que, se enfocados no próprio esquema conceitual proposto, poderiam levar a um tratamento mais equilibrado da “área ambiental”.

Na dimensão social, é trabalhado apenas o benefício que representa para a população o acesso à energia. O “ambiente” ou os recursos naturais e os assuntos sociais aparecem subordinados à realização do crescimento econômico e, mais especificamente, à expansão do mercado de energia. O aumento da produção - ainda que com ênfase na eficiência produtiva e na conservação de energia - é a tônica, mesmo que com o objetivo de propiciar o acesso da população a uma cesta mínima ou básica de produtos energéticos.

Assim, na proposta de política energética, permanece a hegemonia temática da energia em relação à operacionalização da sustentabilidade, ainda que permeada e expressando as marcas de suas contradições. Este fato pode ser observado pela maneira de trabalhar as informações primárias e sua base explicativa que, produzida no âmbito governamental ou nas novas estruturas setoriais, mesmo que adotando noções atuais em debate na esfera social e ambiental, privilegia ao final os atores “do mercado”, resguardando algumas funções para o Estado.

Partindo de um diagnóstico da situação atual dos países que já os classifica em grupos de níveis de sustentabilidade, o documento constrói ao longo do texto condições para predizer um futuro com as características desejadas, sem alterar as condições econômicas básicas existentes. Há um esforço de convencimento para a utilização do arsenal conceitual na elaboração das políticas energéticas de cada país, enfatizando que as condições para isto já existem, em

todas as dimensões apresentadas, como intrínsecas à sustentabilidade energética. Dessa forma, o desenvolvimento sustentável não é somente viável mas também possível.

*É possível fazer avançar o sistema energético para que seja mais eficiente em termos de produtividade, menos vulnerável e mais eqüitativo, produza menos emissões (neste aspecto a região está muito avançada), use os recursos naturais em forma mais equilibrada e com maior perspectiva no tempo e faça ainda maior uso dos recursos renováveis. Existem poucos conflitos entre os objetivos se se pretende alcançá-los de maneira gradual. (...) Para todos os países se pode elaborar um cenário energético mais sustentável em termos políticos, econômicos, sociais e ambientais, realizável a longo prazo com os recursos dos países. (...) A elaboração das políticas, desde uma perspectiva da sustentabilidade, deve nutrir-se das realidades locais ou regionais. Na medida em que se encontrem situações altamente sustentáveis em cidades ou regiões dentro de um país, o estudo das mesmas, assim como dos instrumentos de política que resultaram producentes, podem servir de base para a elaboração de propostas práticas em outros casos. (OLADE 1997, p. 13,14)*

Na proposta da Olade, a configuração do futuro se faz com uma releitura da realidade, a partir da adoção de um arcabouço conceitual que modele as políticas e propicie alcançá-las. Não se encontram nesse esquema proposições que visem à transformação do modelo de produção que atenda aos objetivos do desenvolvimento sustentável lançados nas propostas de integração energética. (OLADE, 1996 e 1997)

No que diz respeito à integração energética, estrito senso, nos termos metodológicos propostos, não ficou comprovada sua promoção ou necessidade na adoção do binômio energia/sustentabilidade. A proposta está mais calcada nas noções que privilegiam a sustentabilidade local e não a espacialidade regional pretendida, isto é a América Latina e Caribe. Propor a sustentabilidade energética para uma região, centrada ainda numa análise que privilegia recortes nacionais (tanto para o balanço econômico como para o tratamento dos recursos naturais) acrescenta outro problema do ponto de vista da escala a ser adotada. Assim, o que é formulado/projetado como diretrizes para uma política energética da América Latina apropria-se, por um lado, da visão “regional” em escala que desconsidera os possíveis conflitos a serem enfrentados na consecução dos objetivos delineados e, por outro, limita-se a conselhos operacionais que caberiam às políticas nacionais.

**Parte II**

## 1 A ETNOGRAFIA DA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO

A segunda parte deste estudo apresenta a implantação do projeto de infra-estrutura em enfoques complementares e procura reconstruir o processo em vertentes consideradas fundamentais, demonstrando em cada uma delas a articulação dos principais aspectos e atores que compõem a complexidade do processo.

Esperando contribuir para uma proposta de mapeamento sociológico dos atores envolvidos no processo de integração, pretende-se, neste capítulo, trabalhar o confronto das diferentes espacialidades, enfocadas agora a partir da região de implantação do projeto e da resistência dos grupos étnicos.

Intenta-se demonstrar que a construção do espaço da integração energética na escala continental pode ter como contraparte a desintegração social dos grupos étnicos na escala local/regional. Na escala continental e segundo a retórica integradora da eficiência energética e da sustentabilidade, o que aparece como integração entre os povos, se apresenta, na vivência localizada e na retórica dos grupos étnicos minoritários, como dominação e opressão. Dessa forma, as estratégias da integração e da construção dos projetos chegam à região de implantação como exemplos concretos de poder e de dominação, exercidos pelo Estado e pelas empresas, sobre os grupos locais que passam a se opor ao projeto de diferentes formas de ação coletiva.

Ao focar primordialmente as estratégias dos atores sociais “locais”<sup>1</sup>, busca-se, por um lado, o entendimento dos conflitos na dinâmica de convivência das relações de poder com as diferentes percepções territoriais e, por outro, a explicitação de aspectos que, postos em relação, alteram o jogo de poder.

A vertente da decisão sobre a implantação, onde os atores hegemônicos são os institucionais e governamentais, mostra o conjunto de fatores que levou à adoção de um determinado caminho no contexto mais amplo do planejamento da oferta e demanda de energia elétrica na Amazônia, bem como o ambiente de negociações entre governos. Assim, o capítulo sobre o histórico da implantação do projeto descreve, a partir de um desdobramento cronológico, como se chegou à

---

<sup>1</sup> Aqui, a princípio, a idéia de atores locais ou grupos locais refere-se aos grupos étnicos do território Pemón, área de implantação do projeto da linha de transmissão.

opção adotada, buscando identificar onde, como e por que a decisão foi tomada, bem como as características técnicas dessa solução. Examina-se também, com relação aos aspectos legais, como esta solução foi conduzida no Brasil e na Venezuela.

A segunda vertente enfoca o processo de construção da Interligação do lado brasileiro, as ações conduzidas tendo em vista a negociação da passagem da LT nas terras indígenas. Nessa parte, descreve-se a articulação entre a ação indigenista e a gestão ambiental, evidenciando a participação das comunidades indígenas afetadas durante e após a construção, bem como sua percepção das medidas de compensação adotadas. O foco neste capítulo é apresentar a negociação intercultural como um possível espaço de consecução de objetivos políticos ou, em outros termos, o espaço de participação das comunidades locais, definido, na literatura especializada em implementação de projetos e no ideário das agências multilaterais, como único espaço de participação das comunidades locais nos projetos de desenvolvimento.

A terceira vertente de análise busca salientar outra forma de ação política, a de resistência à implantação do projeto, analisando os argumentos acionados e a articulação das comunidades neste processo<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Para esclarecimento inicial e localização do leitor, recupera-se aqui algumas informações que serão detalhadas ao longo da explanação da Parte II.

O projeto em foco é uma linha de transmissão de energia elétrica que liga a subestação de Boa Vista – RR – Brasil à subestação da usina hidrelétrica de Macangua no Estado da Bolívia – Venezuela. Este empreendimento binacional foi planejado e construído entre os anos de 1997 e 2001.

## 2 O MAPEAMENTO DA REGIÃO DO PROJETO: TERRITÓRIO INDÍGENA E ESPAÇO TRANSFRONTEIRIÇO

A maior parte da região onde a linha de transmissão foi construída é constituída por território indígena. Existe também porção significativa composta por áreas legalmente protegidas (unidades de conservação, na nomenclatura brasileira e áreas sob regime especial, na Venezuela).

Os documentos oficiais da etapa de planejamento desconsideraram a presença indígena na região e, no movimento de imposição de uma região do projeto, houve uma tentativa de territorialização dessa área a partir do seu controle efetivo com o uso dos recursos cênicos e a presença permanente da linha de transmissão na região.

*O território se forma a partir do espaço. É o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. Lefèbvre mostra muito bem como é o mecanismo para passar do espaço ao território: A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico batizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, auto-estradas e rotas aéreas etc. O território nessa perspectiva é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder. (RAFFESTIN, 1980, p. 143,144).*

Os conceitos de território e territorialidade são retomados aqui segundo Lefèbvre, Raffestin e Sack. Ainda que na tradição da Geografia a noção de território envolva a idéia de uma área delimitada pelas fronteiras nacionais de um Estado (e ainda a idéia de que a nação estaria ligada a uma etnia)<sup>3</sup>, Raffestin, retomando o conceito de espaço social de Lefèbvre, no trecho citado anteriormente, enfatiza a construção do território com base em relações sociais e de poder. São os atores sociais que produzem o território partindo de uma realidade inicial dada.

O poder ou o campo de poder que envolve o território não provém necessariamente do Estado, podendo estar associado a qualquer grupo social.

<sup>3</sup> Os temas da relação entre Estado, Nação, Etnia e Território foram referência para a pesquisa teórica durante a elaboração do trabalho. A relação Estado/Nação/Etnia foi pesquisada para as reflexões da Parte I e para a montagem deste capítulo. Nesse momento cabe completar a referência aos autores que associam a noção de território ao Estado-Nação, Ratzel e Smith, citados em Balakrishnan, G. e Anderson, B. *Um Mapa da Questão Nacional* e, por Paulo Peiter, em texto para o Exame de Qualificação Doutorado, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, da UFRJ (2001).

Robert D. Sack, por exemplo, afirma que a territorialidade está na base do poder, em todos os níveis, ainda que ele não se expresse pelo território.

*A territorialidade em seres humanos é melhor compreendida como uma estratégia espacial para afetar, influenciar, ou controlar recursos e pessoas, pelo controle de uma área; e, como territorialidade pode ser ativada ou desativada (SACK, 1986, p. 1).*

A região que os Estados estabelecem para o projeto é território de grupos étnicos, é uma zona de fronteira com relações sociais e identidades específicas, as quais correspondem a territorialidades que vão sendo erigidas em situações de antagonismo, abrangendo extensões de terra que não são necessariamente contíguas.

*Tais territorialidades não correspondem exatamente às manchas que usualmente designam as “zonas” que servem de base para os zoneamentos ecológicos. Importa distinguir a noção de território, enquanto uma construção social apoiada em formas de existência coletiva daquela terra objetivada enquanto recurso da natureza. (ALMEIDA, 2004, p. 172)*

Os Estados se fazem presentes na região por meio dos aparatos institucionais para manter o controle e a vigilância dos limites fronteiriços e na ação empresarial de implementação do projeto em nome dos Estados Nacionais. Os conflitos e a dinâmica regional observados demonstram que o controle territorial pretendido por parte do Estado não estava consolidado, sendo claramente questionado pelas comunidades indígenas.

Em trabalho sobre o Programa Grande Carajás, Almeida (ALMEIDA, 1993) chama a atenção para o controle territorial que se inicia com os decretos de instituição dos Programas Governamentais e da construção da cartografia da região onde os projetos se localizam. Tais documentos delimitam um espaço supostamente homogêneo, produzindo por imposição o “estoque territorial” considerado necessário aos Programas. “O ato jurídico, mais do que configurar a área decretada, legaliza o arbitrário desta base cartográfica.” (ALMEIDA, 1993, p. 19). O autor também destaca que tal medida parece organizar territorialmente não somente a ação dos aparatos de Estado, mas uma complexa coalizão de interesses.

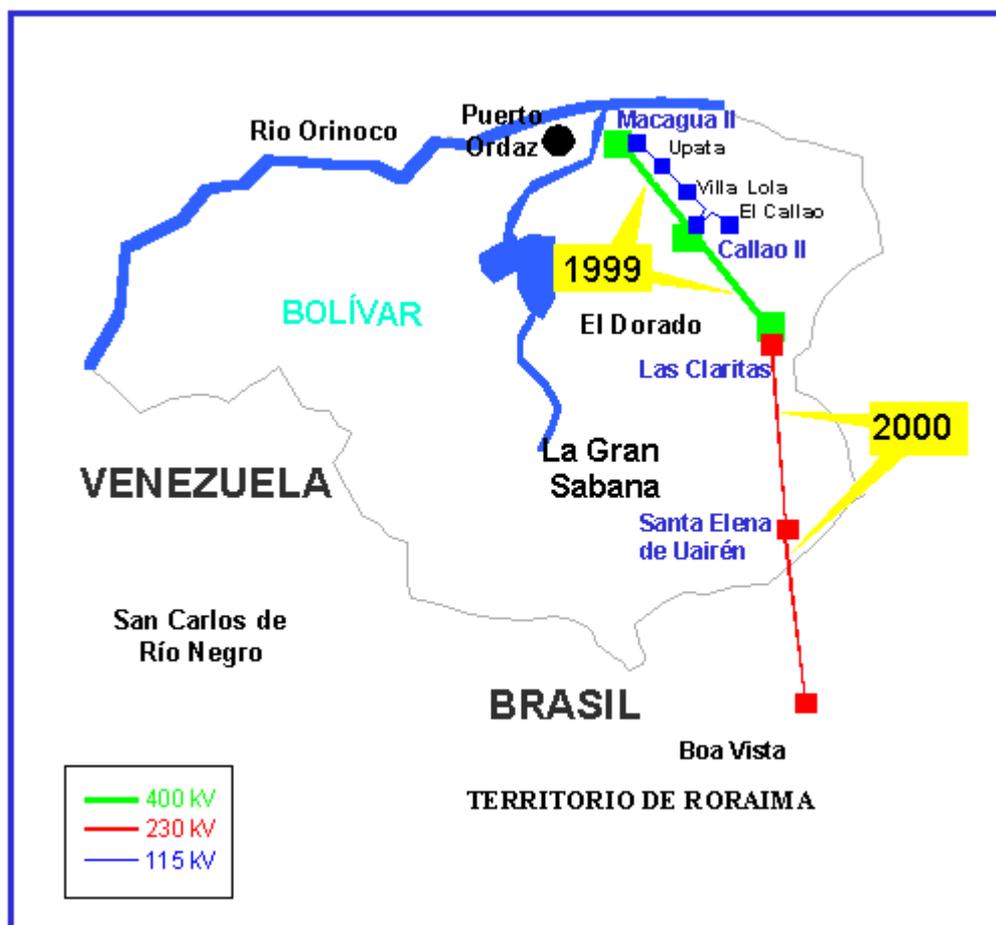
*O estatuto conceitual de região, fundado no ordenamento territorial dos aparatos do Estado, afasta a busca de uma definição própria ao pressupor necessariamente um ato de força para instituí-la. Consiste, em verdade, numa delimitação geograficamente arbitrária. Sua inspiração é econômica e balizada juridicamente para assegurar a exploração de recursos minerais estratégicos, subordinando às suas*

*diretrizes os demais processos produtivos. Pode-se dizer, neste sentido, que é colidente e externa aos segmentos camponeses e aos povos indígenas, cuja existência coletiva configura territórios específicos (terras de uso comum, terras indígenas, “posses itinerantes”, terras apropriadas em caráter contingencial ou permanente por grupos domésticos que exercem formas de cooperação simples), resultados de práticas de afirmação étnica ou política. Há pois uma contradição básica entre a região constituída e a constituição destes referidos territórios. (ALMEIDA, 1993, p. 25)*

Para a Interligação Venezuela–Brasil o espaço recortado no Memorando de Entendimento entre os países e no contrato entre as empresas é apenas uma região a ser atravessada para efetivar o transporte de energia, com características geográficas e geomorfológicas que dão suporte à implantação do projeto. Os mapas do projeto aparecem vazios, apenas rasgados por uma rodovia e pelo traço pontilhado da futura linha. Ali a pretensão de territorializar a região para o projeto, iniciada com os atos jurídicos e a força da presença estatal, defrontou-se com a territorialidade étnica e desconsiderou o próprio investimento estatal no conhecimento da região, conforme será apresentado a seguir.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Na mesma época estava sendo realizado o estudo, patrocinado pela OEA, para o zoenamento ecológico-econômico desta região.



Fonte: EDELCA, 2000.

**Figura 12 – Sistema de Transmissão do Sudeste da Venezuela - 2000**

Pretende-se revelar, neste capítulo, elementos da configuração territorial da região que levam à compreensão da teia de relações ali presentes, o “invisível do plano” que poderia ter sido visto pelos planejadores caso seu olhar, isto é, o olhar do projeto tivesse sido ampliado, ou melhor, fosse desobstruído pelas barreiras que lhe são intrínsecas.<sup>5</sup> Em outras palavras, buscar-se-á dar visibilidade ao que não foi visto porque, a priori, não devia e não podia ser visto. Pois, como há mais de um século já o disse Franz Boas, o que vemos, vemos com os olhos da cultura e não com os olhos fisiológicos.<sup>6</sup>

Considera-se que o espaço em questão, observado sob os dois eixos de descrição a seguir desenvolvidos, pode embasar a apresentação da região de um

<sup>5</sup> Não se pretende chegar à conclusão de Almeida, contida na última citação - a reconstrução do mapa com a visão dos agentes sociais envolvidos -, uma vez que não dispusemos de trabalho de campo suficiente para discutir o material cartográfico com as comunidades indígenas.

<sup>6</sup> Essa idéia de Boas é retomada por Sahlins em *Cultura e Razão Prática*, cap. 2 (1979).

ponto de vista mais compreensivo evidenciando diferentes significados.<sup>7</sup> Privilegiaram-se estes dois eixos para uma visão geral da região, nos aspectos considerados fundamentais para o desenvolvimento da idéia central do trabalho. O primeiro se constitui no território indígena pela situação particular de territorialidade histórica e culturalmente configurada dentro dos espaços nacionais e como característica dos principais grupos sociais atingidos pelo projeto. O segundo eixo é formado pela região fronteiriça, como expressão do Território-Estado e por se configurar como região-projeto no planejamento de acordos e projetos entre os dois países.<sup>8</sup>

A área de implantação do projeto é vivenciada pelos grupos sociais com diferentes recortes espaciais, que podem ser observados em articulação com os demais conceitos em questão, sejam do âmbito de implantação do projeto, dos Estados Nacionais ou daqueles enunciados pela política de integração.

## 2.1 O TERRITÓRIO INDÍGENA

*Os Macuxi, juntamente com os povos vizinhos - os Taurepang, os Arecuna e os Kamarakoto -, também falantes de línguas pertencentes à família Carib, e muito próximos social e culturalmente, formam uma unidade étnica mais abrangente, os povos Pemón. (SANTILLI, 1994, p. 9)*

Essa conceituação mais abrangente de Santilli inclui todos os grupos étnicos da região norte do estado de Roraima e sul da Venezuela sob a designação Pemón. Em outros registros encontram-se apenas os Taurepang (atualmente no Brasil) como associados aos Pemón (atualmente na Venezuela).

Cabe esclarecer que é adotada a noção de etnia ou grupo étnico para as comunidades Pemón de acordo com as formulações mais direcionadas ao entendimento dos processos atuais de reivindicação e movimentos sociais na Amazônia, conforme explica Almeida (2004).<sup>9</sup>

*Conceituava-se etnia como noção referida a um grupo social cuja*

---

<sup>7</sup> A análise poderia contar com outros eixos explicativos que iluminassem com maior detalhamento os aspectos sociais, culturais, paisagísticos, entre outros, que conformam a complexidade da região.

<sup>8</sup> Em muitos aspectos manteremos a segmentação estabelecida pelo limite entre os dois países devido, principalmente, ao conjunto de informações trabalhadas que seguem tais limites. Contudo, por ser uma região de fronteira serão também apresentadas as características nela impressas por esse fator.

<sup>9</sup> Essa discussão será aprofundada no Capítulo 5 desta parte II. O conceito foi adiantado aqui para dirimir possíveis dúvidas sobre a conceituação de grupo étnico.

*identidade se definia pela comunidade de língua, cultura, tradições origem, religião, raça, monumentos históricos e território. (...) Não se recorre também necessariamente a um território, já que há grupos que mantiveram sua identidade cultural sem estarem vinculados a um território específico, como seria o caso dos ciganos. Com F. Barth, a partir do final dos anos 60-70, o critério político-organizativo ganha relevância nessa conceituação, combinado com os critérios de autodefinição e de atribuição. Na medida em que os agentes sociais utilizam identidades étnicas (supostamente determinadas por sua origem) para categorizar-se a si mesmo e a outros com fim de interação formam grupo étnico no sentido da organização. Assim, as características a serem levadas em consideração não correspondem à soma de diferenças objetivas, limitando-se àquelas próprias que os agentes sociais eles mesmos considerem significantes. Importam, desse modo, os traços distintivos que os movimentos sociais hoje na Amazônia adotaram para fins de mobilização e de consolidação de uma existência coletiva. Tem-se os grupos étnicos como forma de organização e mobilização face ao Estado. (ALMEIDA, 2004, p. 177)*

Em termos de limites políticos, os grupos étnicos de língua Carib (Macuxi, Taurepang, Yekuana, Ingarikó, Patamona) e os Wapixana, do tronco lingüístico Aruak, habitam porções do Brasil, Venezuela e Guiana, conformando um vasto território nas terras altas e de campos da fronteira Venezuela-Brasil. Este território, junto ao território Yanomami, se alonga por quase toda a extensão dos limites desses dois países. Mais especificamente a região cultural denominada por Santilli de Pemón se estende, no sentido norte-sul, da margem direita do rio Orinoco ao sul da bacia do rio Caroni até o rio Branco, o que compreende, em termos dos territórios venezuelano e brasileiro, o estado de Bolívar, pelo menos um terço do estado de Roraima e parte da região em litígio da Venezuela com a Guiana. A região fisiográfica envolve os vales profundos de rios que nascem nas montanhas (*tepuis*<sup>10</sup>), a serra de Pacaraima e vai descendo até os campos de savana e lavrado<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> Testemunhos geológicos isolados que ocorrem no meio da floresta, com altitudes elevadas, variando entre 1.000 e 2.000m, cujo topo em forma de platô, pode atingir vários km<sup>2</sup> de superfície com vegetação endêmica. (CPRM, 2001)

<sup>11</sup> Definição regional aplicada à savana da formação Boa Vista e aos campos gerais do rio Branco, calculados em aproximadamente 40.000 km<sup>2</sup> descontínuos. (CPRM, 2001, p. 36)



de territórios étnicos já existentes, com interesses dos governos espanhol, inglês, português e holandês, envolvidos na conquista e domínio dos territórios das Guianas. (SANTILLI, 1994, CPRM, 2001, FARAGE, 1985) <sup>12</sup>

Também a partir do século XVII as missões religiosas começam a se estabelecer ao longo do rio Branco (AMBTEC, 1994). A região do El Dorado e de Macunaíma<sup>13</sup> conhece e convive com os exploradores europeus há séculos e desses colonizadores herdou a criação de gado e os cavalos<sup>14</sup>.

A colonização portuguesa no rio Branco, efetivada a partir do século XVIII com objetivos de manutenção do território colonial, implantou na época as “fazendas nacionais” cuja atividade econômica era a pecuária extensiva. As fazendas de São Marcos, São Bento e São José foram o início da ocupação não indígena em Roraima, mas posteriormente (início do século XX), passaram a ter significado na relação com os grupos étnicos como locais precursores (notadamente a São Marcos) da ação indigenista do estado brasileiro, nos moldes do ideário rondonista.

Já no século XIX e no início do século XX as motivações para as alterações internas ao território passam a ser outras que não as guerras tribais. Os Taurepang, por exemplo - que no início do séc. XX ocupavam a bacia do rio Surumu e uma faixa territorial que ia até o Monte Roraima e, para o lado oriental, até a bacia do rio Caroni -, empreenderam outras migrações, influenciados pela ação de missionários de diferentes religiões. Um grupo seguiu missionários adventistas expulsos pelo governo da Venezuela na década de 1930 em direção à Guiana. Outro grupo, localizado à época no Brasil, seguiu para a Venezuela nas missões dos capuchinhos. Os territórios abandonados no Brasil, por sua vez, receberam grupos Macuxi. Por volta de 1950, parte dos grupos Taurepang que haviam migrado para a Guiana voltam a se estabelecer no Brasil (CPRM, 2001, SANTILLI, 1994, LEMOS, 1985). Os autores que estudaram a etnohistória desses grupos concordam que os Pemón (incluindo os grupos localmente conhecidos como Macuxi, Wapixana, Taurepang e Pemón da Venezuela) já dominavam no início do século XX um vasto território, compreendendo uma diversidade ecológica ampla, com as dimensões

---

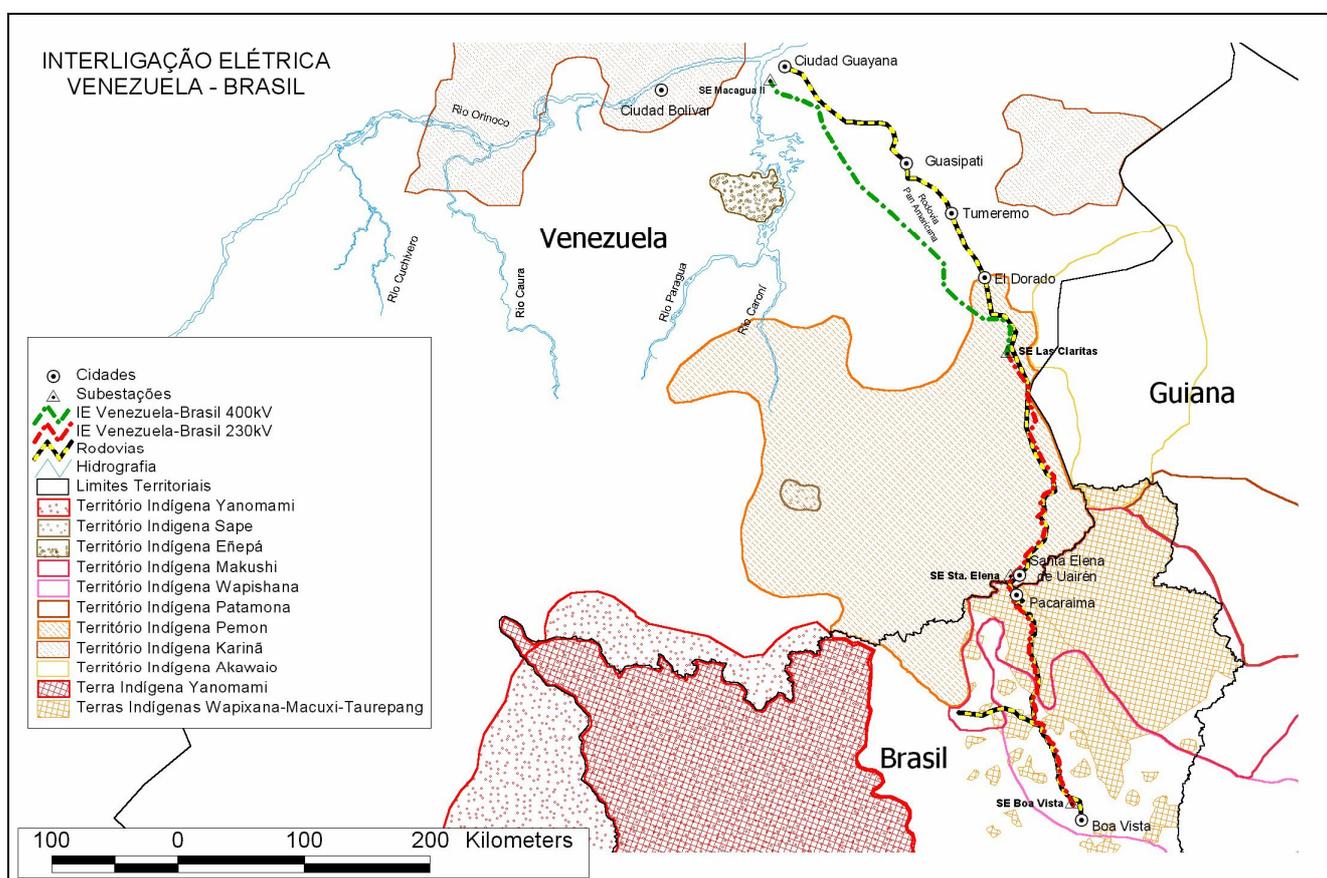
<sup>12</sup> Locais para caça, coleta, provimentos em geral, roubo de mulheres e interesses na rede de trocas estabelecida em toda a região das bacias do Amazonas, Orinoco, Esequibo e no Caribe.

<sup>13</sup> O mito de Macunaíma é um dos mais valorizados na cultura Pemón. No folclore regional brasileiro foi incorporado na versão que se encontra no Anexo D e é também muito conhecido pela leitura peculiar e que cunhou outras tantas características de “brasilidade” que Mario de Andrade produziu no célebre “Macunaíma”.

<sup>14</sup> Devido ao isolamento posterior da região e a não utilização dos cavalos pelas populações indígenas, estes voltaram à condição natural e atualmente são conhecidos como os cavalos selvagens do Lavrado. Já a criação de gado foi assimilada pelas populações indígenas.

atuais.<sup>15</sup> Os Pemón, ao longo de séculos, no convívio com exploradores, Estados Nacionais e missionários configuraram seu território, identificado como indígena, porém não oficialmente reconhecido pelos Estados que os incorporaram.

Atualmente, o território Pemón consta dos limites políticos e administrativos dos países como unidades de conservação, parques nacionais e terras indígenas incluídas nos limites estaduais e nacionais. Dadas as diferenças na legislação e nas fontes de informação foi elaborado um mapa abrangendo todas as referências do que seriam as terras indígenas na região, no Brasil e na Venezuela, conforme é apresentado a seguir.



Fonte: Elaborado para o Projeto de Tese. MRN, 2001

#### Mapa 4 – Grupos Étnicos no Sul da Venezuela e Norte do Brasil - 2001

<sup>15</sup> “As tentativas de construir a etnografia das origens dos territórios ancestrais Macuxi apontam uma direção comum: a bacia do rio Orinoco. O processo de afastamento desse território deu-se de forma progressiva. A região de concentração dos Macuxi alcançou áreas ao norte do rio Branco até a região do rio Pununi, na Guaiana, na metade do século XVI. Os Wapixana, da família lingüística Aruak, que já ocupavam a região, cederam espaço”(…). (CPRM, 2001, p. 37)

Apesar das dificuldades de se trabalhar com informações populacionais para grupos étnicos, a reunião de diferentes fontes de dados demográficos indicam, respectivamente, no estado de Roraima (para o ano 2000) e em outros países, os seguintes números: a) Macuxi: 16.500 no estado de RR - maior grupo em população no estado - e 7.500 na Guiana (1990); b) Taurepang: 532, com aldeias localizadas no município de Pacaraima e na TI São Marcos e cerca de 20.600 na Venezuela, classificados com o Pemón; c) Wapixana: 6.500 em Roraima e aproximadamente 4.000 na Guiana (1990).<sup>16</sup>

Para a Venezuela, os dados provêm do Censo de 1992, onde a etnia Pemón representava aproximadamente 6,5% de toda a população indígena do país, com 20.600 pessoas (cerca de 2% da população total do país). Somente no município de Santa Elena de Uairén, há cerca de 1.600 indígenas (MARCANO, 1996). A localização dos Pemón e dos demais grupos étnicos em território venezuelano é encontrado na figura a seguir.



Fonte: <<http://www.venezuela.com.ve>>, acesso em 20.10.2000

**Figura 14 - Localização de Grupos Étnicos na Venezuela**

<sup>16</sup> Todas as fontes alertam que além das dificuldades de obtenção de dados confiáveis por ausência de um etnocenso, a dinâmica interétnica entre os Macuxi, Taurepang e Wapixana também dificulta a indicação de dados demográficos mais precisos.

A ocupação mais recente do território Pemón pelas sociedades nacionais aparentemente se deu de forma diferenciada no Brasil e na Venezuela, mas o caso brasileiro exemplifica como a ocupação vai sendo delineada.

O crescimento demográfico de 1900, até mais recentemente nas últimas três décadas, mostra como a região deixa de ser basicamente ocupada por grupos indígenas que até a passagem da década de 1960 para 1970 contavam cerca de 70% da população do então território de Roraima.

**Quadro 15 – Evolução da População do  
Estado de Roraima – 1900-2000**

<b>Ano</b>	<b>População total</b>
1900	10.000
1920	7.424
1940	10.509
1950	18.116
1960	28.304
1970	40.885
1980	79.159
1990	215.790
2000	324.397

Fonte: IBGE, HECK, 2005.

O levantamento realizado pela CPRM em 2001, descrevia a presença demográfica indígena no estado da seguinte forma.

*As estimativas para a população indígena do estado de Roraima somam 30.352 índios, distribuídos em aldeamentos de 14 dos 15 municípios do estado. Para aqueles que estabeleceram moradia permanente em Boa Vista, dificilmente encontram-se valores coeficientes estáveis, o que somente seria alcançado por um etnocenso. Entretanto, calcula-se que vivem atualmente em Boa Vista cerca de 10 a 12 mil indígenas, representados principalmente pelas etnias Wapixana, Makuxi, Taurepang, Waiwai e Ingarikó. O*

*conjunto das estimativas permite concluir que a população indígena representa algo em torno de 13% do cômputo geral da demografia do estado. (CPRM, 2001,49)*

O Estudo da Socioeconomia das Populações Indígenas do Estado de Roraima (CPRM, 2001) aponta as diferenças de estimativas do total da população indígena nas 31 terras indígenas localizadas no estado que variava entre, aproximadamente, 23 a 31 mil pessoas, no ano-base de 2000.<sup>17</sup> A população urbana total do estado era de aproximadamente 247 mil habitantes e, conseqüentemente, se o contingente de população rural era de cerca de 77 mil pessoas, aproximadamente 37% era de população indígena.

Especificamente para a porção norte do estado, nos municípios ao longo da BR 174 e da linha de transmissão, os dados do referido estudo apontam o percentual de população indígena existente.

**Quadro 16 – População Indígena no Norte do Estado de Roraima – Ano 2000**

<b>Municípios</b>	<b>População Total</b>	<b>População Indígena</b>	<b>% População Indígena</b>	<b>Nº. de aldeias</b>	<b>Grupo étnico</b>
Alto Alegre	17.886	3.605	20,16	82	Wapixana, Makuxi, Yanomami
Amajari	5.299	4.101	77,39	54	Wapixana, Makuxi, Yanomami, Yekuana
Normandia	6.092	4.725	77,58	49	Makuxi, Wapixana
Pacaraima	6.989	3.761	53,81	39	Wapixana, Makuxi, Taurepang
Uiramutã	5.793	5.790	99,94	66	Makuxi, Wapixana, Patamona, Ingarikó

Fonte: CPRM, 2001

Os grupos étnicos de Roraima são altamente organizados em associações e organizações representativas - tais como o Conselho Indígena de Roraima (CIR), a Associação Taurepang, Wapixana, Macuxi (ATWM), Associação dos Povos Indígenas de Roraima (APIR) - com participação ativa no movimento indigenista no país. A coexistência com os não índios tem sido de confronto, principalmente na questão da demarcação de terras e na exploração de recursos minerais. A disputa por recursos naturais não explica, isoladamente, a discriminação

<sup>17</sup> As estimativas eram: FUNAI: 31.265; ISA: 32.771; IBGE: 23.422 habitantes.

e o desrespeito para com as comunidades indígenas, proporcional a sua grande representatividade na população do estado.

Os grupos dominantes locais negam a existência de comunidades indígenas no estado e, via de regra, a contribuição dessa população é vista como elemento da história e do folclore regional. Tal postura se manifesta também em documentos do governo do estado, que não apresentam soluções considerando tal condição cultural e legal específica.<sup>18</sup>

A interferência da Interligação Venezuela-Brasil no território Pemón se dá, do lado brasileiro, especificamente na área onde a linha de transmissão foi construída, na Terra Indígena São Marcos, dos grupos Macuxi, Wapixana e Taurepang, atravessada pelo projeto em cerca de 60 km.

A Terra Indígena São Marcos possui 654.000 ha, 2.700 habitantes e recebe este nome por ter sido parte do território da antiga Fazenda Nacional São Marcos. Apesar dos registros históricos e da menção ao povoamento indígena desde o século XVIII, a demarcação dessas terras só foi levada a efeito em 1976 e sua homologação, em 1991. Esses grupos étnicos, juntamente com os Ingarikó e Pantamona, habitam toda a região nordeste do estado e, após anos de luta, conseguiram ter seu território reconhecido. Simultaneamente com a demarcação da Terra Indígena Raposa-Serra do Sol (de 1.670.000 hectares), a área das duas TIs perfaz aproximadamente dois milhões de hectares na fronteira norte do Brasil, compreendendo ainda o Parque Nacional do Monte Roraima<sup>19</sup>. Até o início de 2002 a Terra Indígena São Marcos encontrava-se invadida por mais de 100 ocupações (fazendas) de não indígenas, que cercavam as áreas para a exploração pecuária ou apenas para o controle de parte daquele território indígena.

A porção impactada da Terra Indígena São Marcos está localizada na Serra de Pacaraima, cuja feição geomorfológica difere da região de campos ou lavrado<sup>20</sup> observada no restante do traçado.<sup>21</sup> A região serrana tem recebido forte ação de desmatamento devido às atividades agrícolas e, principalmente, ao

---

<sup>18</sup> Exemplificando a observação, cita-se o EIA da UHE Cottingo que não trata de terra indígena a região de implantação do empreendimento. Os programas socioambientais são direcionados à “população residente na região”. Os documentos indicam o alto percentual de terras com restrição de uso mas não reconhecem a especificidade cultural.

<sup>19</sup> ISA, Amazônia Brasileira, 2000.

<sup>20</sup> Definição regional aplicada à savana da formação Boa Vista e aos campos gerais do rio Branco, calculados em aproximadamente 40.000 km<sup>2</sup> descontínuos. (CPRM, 2001)

<sup>21</sup> O restante do traçado a linha em território brasileiro, acompanhando a BR 174 até a Subestação de Boa Vista, é de campos de lavrado, parcialmente alagados nas chuvas anuais, com ocupação parcial de agricultura e pecuária. Neste percurso a linha corre praticamente paralela à rodovia.

crescimento da cidade de Pacaraima, incentivado pelos governos municipal e estadual, nesta região que é um município localizado integralmente na terra indígena.<sup>22</sup>



**Figura 15 - Fotos da Expansão da Cidade de Pacaraima em Zona Florestada da TI São Marcos.**

O traçado acompanhou a rodovia BR 174 que continua na Venezuela como rodovia Troncal 10 em direção à Ciudad Guayana, e estas duas constituem, atualmente, o eixo rodoviário que liga Manaus ao Caribe, numa extensão aproximada de 2.300 km.

O Estado de Bolívar intensificou sua ocupação a partir da década de 1950, da mesma forma que o de Roraima, porém visando ao suporte da exploração mineral, que já vinha sendo desenvolvida na região por empresas internacionais e pela Corporación Venezolana de Guayana, criada em 1949 para a exploração de minério de ferro, ouro, etc.

Impulsionada pela construção planejada da capital do estado e pelas

<sup>22</sup> A localidade de BV-8 ou “La Línea”, inicialmente posto de apoio à demarcação da fronteira, base do Exército e posto alfandegário, foi alçado a município pela Lei nº 096, de 17 de outubro de 1995. Existe uma ação judicial em curso contra a ilegalidade da criação deste município integralmente em terras indígenas demarcadas.

atividades mineradoras, Ciudad Guayana teve um crescimento populacional altíssimo, passando de 4.000 habitantes em 1950 para 70.000 em 1964 e para, aproximadamente 460 mil, na década de 1990.<sup>23</sup>

O território Pemón, na Venezuela, sofreu nas últimas duas décadas uma “febre garimpeira” que afetou drasticamente sua paisagem e costumes. (MARCANO, 1996)

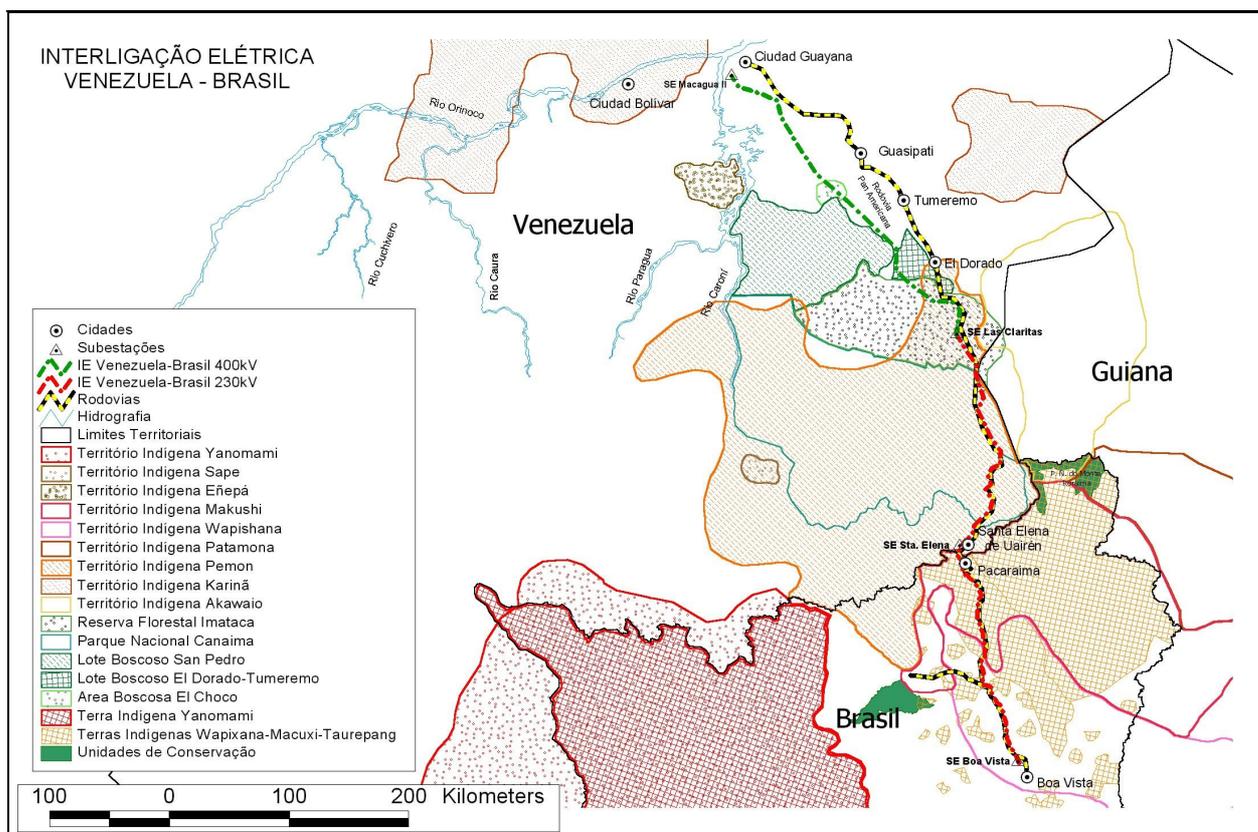
*Arrastrados a estas actividades, los pemon participan de la extracción del oro y del diamante como grupos familiares independientes que extraen los minerales y venden directamente a los compradores, o como obreros en las compañías. En ambos casos son explotados aún más que los mineros no-indígenas. En los campamentos son segregados del resto, los artículos de uso diario y la comida se le venden a sobreprecio, su salario es menor que el del minero no-indígena, así como el porcentaje que se le paga por el oro. (Museu de Ciências de Caracas- 1999, in: MARCANO, 1996)*

Além das características de ocupação esparsa de aldeias ou pequenos povoados, a região, que se estende da fronteira com o Brasil até as usinas hidrelétricas do Complexo Macagua, por onde a LT passou, interfere diretamente com o Lote Boscoso Eldorado e com a Reserva Florestal de Imataca (no trecho Macagua II - Las Claritas). A partir de Las Claritas até Santa Elena de Uairén, trecho de linha de cerca de 200 km, a interferência se dá com o Parque Nacional de Canaima na região da Gran Sabana. Patrimônio da Humanidade (UNESCO, 1974), esta região atrai grande interesse turístico nacional e internacional devido à presença de saltos de grande queda, como o Salto Angel, e de terrenos de formação geológica muito antigos do tipo dos montes Tepuis, como o Roraima - divisor de águas das bacias dos rios Amazonas, Orinoco e Esequibo.<sup>24</sup>

---

<sup>23</sup> Lloyd Rodwin (1977) analisa o planejamento urbano da cidade e sua evolução no período, destacando a atração populacional que a região ofereceu nessas décadas. Somente nos primeiros 12 anos a população passou de 4.000 para 50.000 pessoas. “*Ciudad Guayana, está conformada por las comunidades de San Félix y Puerto Ordaz; la primera, ubicada en la desembocadura del río Caroní, es puerto fluvial de enlace con la región oriental venezolana y el resto del mundo, la segunda, es una ciudad industrial y turística de gran actividad, diseñada por urbanistas venezolanos y norteamericanos. Ambas se encuentran unidas por dos puentes sobre el río Caroní el cual fluye hasta desembocar en el río Orinoco. Ciudad Guayana, ubicada en la confluencia de ambos ríos ha sido concebida para aprovechar la belleza de los saltos y caudales del Caroní. Ciudad Guayana cuenta con comunicación aérea y terrestre con Caracas, la capital del país, a 650 km al norte, y con el resto de Venezuela. Se comunica con el norte de Brasil a través de 700 km de excelente carretera. El mineral de hierro es transportado desde las minas hasta Ciudad Guayana por una red ferroviaria de aproximadamente 200 km, la bauxita es transportada en barcas a través del río Orinoco. Las represas hidroeléctricas de Macagua y Guri aportan el total de la electricidad comercial generada en Guayana y el 72% del consumo nacional.*”(<<http://www.venezuela.com>>, acesso em 01.03.06).

<sup>24</sup> Cabe registrar que o projeto previu estruturas especiais no trecho de interferência com os parques nacionais, com o intuito de diminuir os impactos de sua implantação e os efeitos visuais na paisagem, site EDELCA.



Fonte: Elaborado para o Projeto de Tese, MRN, 2001

### Mapa 5 - Territórios Indígenas e Unidades de Conservação Venezuela-Brasil - 2001

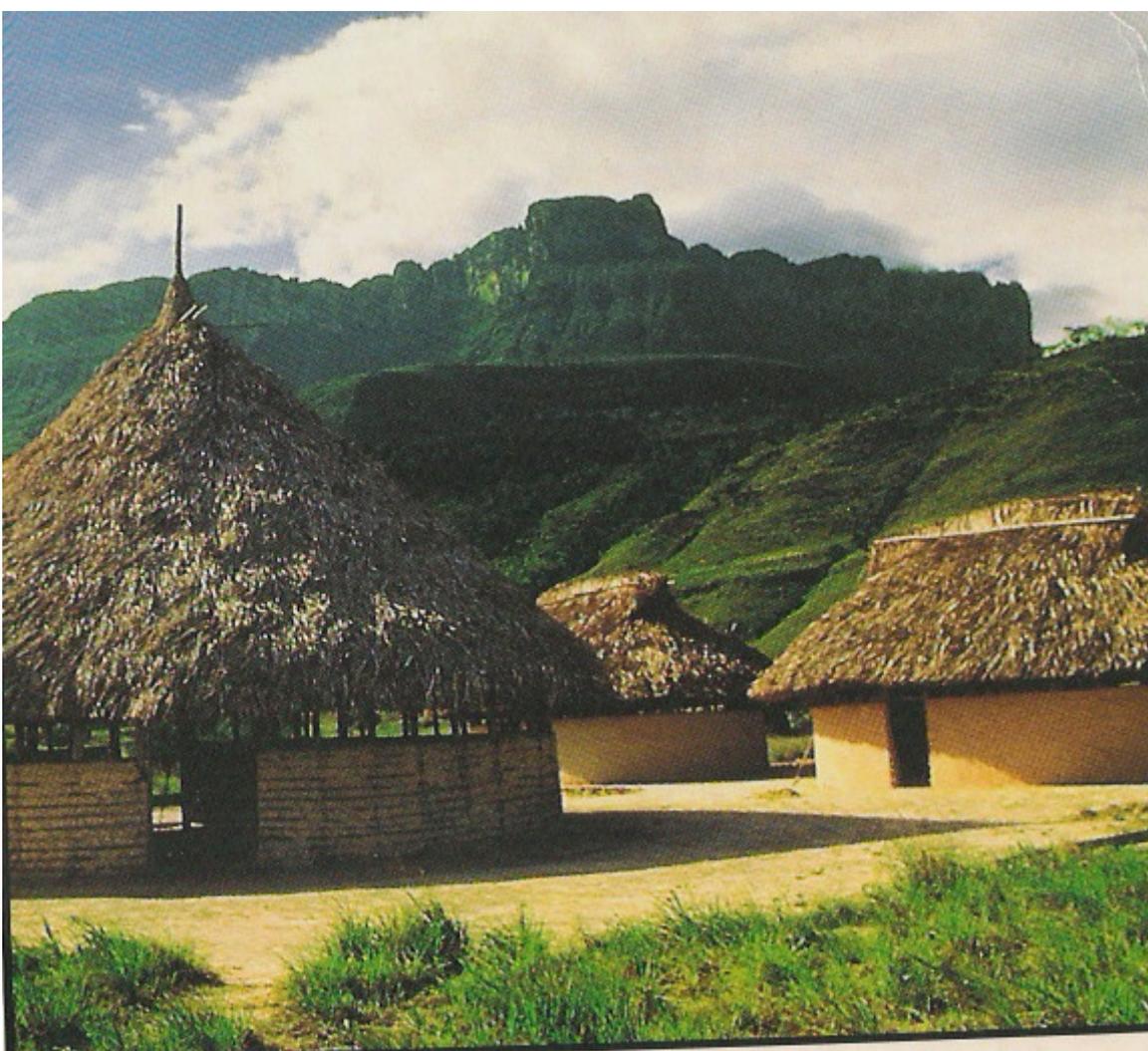
Em que pese os dois países serem signatários de acordos internacionais sobre os povos indígenas, prescrevendo o direito às terras e à consulta e participação em projetos de desenvolvimento<sup>25</sup>, suas determinações não têm sido totalmente respeitadas. O território Pemón na Venezuela não se encontrava demarcado ainda em 2001.<sup>26</sup> A TI São Marcos após a retirada dos “invasores” permanece com a sede municipal de Pacaraima totalmente em seus limites e com processo de expansão acentuado na região de floresta da serra Pacaraima. As pressões ao território ainda incluem as atividades ilegais referentes ao contrabando

<sup>25</sup> Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Tratado dos Povos Indígenas Americanos – Organização dos Estados Americanos (OEA).

<sup>26</sup> A Constituição venezuelana prevê a demarcação e a legislação ordinária, permite a ocupação de comunidades indígenas em terras protegidas legalmente, utilizando seu padrão cultural de exploração do território. (Ley Orgánica Territorial, 1999)

(principalmente de ouro e gasolina, havendo até mesmo construção de depósitos ilegais de gasolina dentro da TI), desmatamento e uso de recursos naturais como areia e outros.

Os Pemón territorializaram a região com seus movimentos intra e interétnicos, sempre coexistindo com as determinações dos Estados Nacionais em termos legais e administrativos, mas constituindo um território etnicamente diferenciado que, ao mesmo tempo, mantém as características da presença histórica “internacional”, tanto por ser região de fronteira como por ser um espaço valorizado mundialmente por seus atributos paisagísticos.



**Figura 16 - Cartão Postal da Gran Sabana**

## 2.2 ZONA LIMÍTROFE OU ESPAÇO SOCIAL TRANSFRONTEIRIÇO

*En un espacio fronterizo encontramos como agentes fundamentales, al Estado y a las poblaciones, coexistiendo percepciones diferenciadas de interpretación de la frontera. (MARCANO, 1996, p. 53)*

Neste item, mesmo não sendo objeto específico desta pesquisa a discussão conceitual sobre a fronteira, toma-se como referência a tradição dos estudos das ciências sociais em geral e, principalmente, da geografia sobre o referido conceito. Limita-se a caracterização à região desde Santa Elena de Uairén até Pacaraima e Boa Vista. Na região existem alguns elementos considerados relevantes para a definição de região-fronteira, como por exemplo os símbolos da presença do Estado, as marcas na paisagem fronteiriça e o caráter de interação entre os diversos grupos que constroem esse espaço social.

Assim, a zona limítrofe ou região da fronteira entre Brasil e Venezuela merece destaque aqui, por um lado como limite entre os Estados Nacionais e foco de um arcabouço legal que dá suporte a tratados e acordos para o desenvolvimento de ações internacionais e, por outro, como espaço de relações econômicas e sociais entre zonas distantes e isoladas dos grandes centros de ambos os países. Como apresentado no item anterior, o caráter internacional e indígena da região é intrínseco ao seu processo histórico, atribuindo-lhe características de zona de fronteira ou “espaço transfronteiriço”.<sup>27</sup>

A partir de meados do século XIX, Brasil e Venezuela vão definindo seus limites nacionais,<sup>28</sup> paulatinamente especificados pela Comissão Mista Demarcadora de Limites Brasil-Venezuela (CMDL).<sup>29</sup> A demarcação da fronteira foi considerada terminada, em 1973, registrada na Ata da 41ª Reunião da CDML.

<sup>27</sup> Tal aspecto é amplamente abordado por Elisa Jimenez MARCANO em sua tese de doutorado, “La Construcción de espacios sociales transfronterizos entre Santa Elena de Uairén (Venezuela) e Pacaraima (Brasil)”, UnB, 1996. No trabalho todos os significados de *fronteira* são analisados e, dentre eles, destacamos a interação entre os habitantes da região e a convivência de aspectos ilegais ou informais apesar do ostensivo aparato de controle em geral encontrado nessas regiões. (MARCANO, 1996, p. 49-62) Com relação à conceituação de espaço social transfronteiriço, Marcano propõe a fronteira como produtora de relações sociais, criando assim o espaço social transfronteiriço. “*En este ámbito, el término ‘transfronterizo’ es usualmente empleado para caracterizar todo movimiento – ya sea de personas, bienes o servicios - que se dan en ambas direcciones, proveniente de uno y otro lado, de puntos poblados o ciudades fronterizas.*” (MARCANO, 1996, p. 14-18)

<sup>28</sup> O Tratado de Limites e Navegação Fluvial, de maio de 1859, prevê a divisão de acordo com o princípio *divortium aquarum* das águas do Orinoco e Amazonas. (MARCANO, 1996)

<sup>29</sup> Esta Comissão foi criada em 1889 e, das mais antigas que o Brasil possui, é considerada um dos mecanismos bilaterais mais eficientes dos dois países.

Desde então os trabalhos das campanhas de demarcação têm sido dirigidos para “densificar” os marcos inicialmente implantados.<sup>30</sup>

Nos estudos destinados à região, a descrição “geográfica” da fronteira brasileira, indica que

*A linha divisória entre o Brasil e a Venezuela começa na trijunção das fronteiras Venezuela-Brasil-Colômbia, no talvegue do rio Negro e atinge a trijunção das fronteiras Venezuela-Guiana-Brasil, no Monte Roraima, abrangendo 2.199 km de fronteira seca, com 2061 marcos, inaugurados até 1994. (OEA, 1997, p. 21)*

Comparada a dos demais países da América do Sul, a fronteira com a Venezuela é a terceira maior em extensão, menor apenas do que as linhas divisórias de Bolívia e Peru, respectivamente. Diferente de outras regiões de fronteira, a divisa com a Venezuela vem merecendo atenção dos governos brasileiros desde o período militar, quando em 1977 foi assinado o “Convênio da Amizade”, tratado considerado marco nas relações diplomáticas Brasil e Venezuela. Após o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), em 1978 e o Tratado de Guzzmania<sup>31</sup>, foi criada a Comissão Binacional de Alto Nível (COBAN), presidida pelos ministros de relações exteriores dos dois países e integrada pelos ministros responsáveis por temas considerados relevantes para a cooperação.<sup>32</sup>

Na década de 1990, a fronteira já marcada pelos significados de controle e segurança adquiriu outros com a intensificação das relações entre os dois países. Vale dizer que todos os presidentes do Brasil, desde Fernando Collor de Melo, estiveram naquela fronteira, por motivos de inauguração e celebração de acordos.<sup>33</sup>

*Paralelamente a esta corriente de la frontera como zona de seguridad, va tomando auge la vertiente que busca el desarrollo fronterizo, lo que constituye una estrategia de mediando largo plazo cuyo inicio implica la compatibilización de criterios de ordenamiento territorial y la identificación de oportunidades de proyectos de desarrollo sustentable en la región considerada, en ambos lados de*

<sup>30</sup> No setor do BV 08, onde estão localizadas Santa Elena de Uairén e Pacaraima, o processo de demarcação de 50 em 50 metros está concluído, e foi priorizado devido à pressão demográfica nessa zona. Há locais em que os marcos podem ser encontrados até com distância de 15 metros, mas em outras regiões, mais acidentadas ou menos povoadas, os marcos podem estar colocados com distâncias de até 1 km. (MARCANO, 1996, p. 118)

<sup>31</sup> Os presidentes Itamar Franco e Rafael Caldera assinaram, em março de 1994, um Protocolo Adicional ao Convênio de Amizade e Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela (Convênio da Amizade, assinado em novembro de 1977) com o objetivo de ampliar a cooperação bilateral. Ao documento de 1994 deu-se o nome de Protocolo de Guzzmania. (LANNES, 2000, p. 63)

<sup>32</sup> Nessa oportunidade, foram registrados temas prioritários de atuação, por setores econômicos, entre os quais se destacam o asfaltamento da BR 174 no setor rodoviário e a “compra pelo Brasil de energia venezuelana e construção de linha de transmissão correspondente”. (LANNES, 2000, p. 63)

<sup>33</sup> Entre os anos 1973 e 1993 foram celebrados 40 acordos entre os dois países, 15 dizendo respeito a assuntos da fronteira. (MARCANO, 1996, Anexos)

*las fronteras, como áreas bajo régimen especial de protección. La tendencia en el tratamiento del tema fronterizo entre Venezuela y Brasil es macro-regional, involucrando una gran cantidad de proyectos entre los cuales destacan los estudios ya elaborados entre Edelca y Eletrobrás para la interconexión eléctrica Guri-Manaos y el Proyecto Binacional de Desarrollo Fronterizo, con apoyo de la Organización de Los Estados Americanos. (MARCANO, 1996, p. 155)*

No âmbito dos grupos de trabalho da Coban, teve início a discussão sobre o ordenamento territorial desta zona de fronteira que resultou no encaminhamento à OEA de solicitação de apoio a um projeto de mapeamento e zoneamento ecológico-econômico para a região, cujos estudos foram desenvolvidos em 1997.

A zona fronteira é transformada em “região alvo de projeto” quando da elaboração do referido zoneamento e fica recortada entre os paralelos 4° 00’- 5° 00’ N, pelos meridianos 60° 00’- 62° 00’ W, entre a Vila Pacaraima e Santa Elena de Uairén, numa área de aproximadamente 20.000 km<sup>2</sup>. (CPRM, 1997)

O zoneamento para a região foi desenvolvido por equipes técnicas do Brasil e da Venezuela, com a definição da área a ser pesquisada e discussão dos resultados em conjunto. Os critérios de análise e avaliação utilizados foram diferentes para cada país, fazendo com que o pretendido zoneamento ecológico-econômico tenha como definidor máximo os limites entre as duas nações.<sup>34</sup> Todos os aspectos do diagnóstico-base para a proposição e classificação das zonas de uso potencial são tratados separadamente, nos limites nacionais.

As conclusões são apresentadas por tema no diagnóstico do trabalho e, na análise socioeconômica, não são incorporadas as características culturais específicas dos grupos étnicos da região. Por exemplo, o item dedicado a populações indígenas e população local não as caracteriza, indicando apenas que as restrições de uso do solo, impostas pela presença das áreas indígenas podem se constituir em fator limitador ao desenvolvimento regional.<sup>35</sup> O trabalho sugere que a ocupação demográfica da região, entre os índices de 0,7 e 1,23 hab/km<sup>2</sup>, poderá se estabelecer entre 11 a 15 hab/km<sup>2</sup> a fim de integrar as regiões aos sistemas

---

<sup>34</sup> Mesmo com o limitador de não tratar a área de estudo com critérios comuns, o Diagnóstico e os Mapas são fonte de informações abrangentes sobre a região fronteira, aparentemente não utilizadas, mas disponíveis à época da realização dos estudos de planejamento da Interligação. Observa-se que os trabalhos técnicos foram desenvolvidos pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), Serviço Geológico do Brasil e pela CVG TECMIN, na Venezuela e constam da apresentação, agradecimentos à colaboração da Eletronorte e da Edelca.

econômicos de seus países, sem comprometer os aspectos de vulnerabilidade natural.

Nas análises econômicas específicas, recomendam-se a adoção de práticas de agricultura moderna verticalizada e o incentivo ao turismo. O Mapa Síntese de Subsídios à Gestão Ambiental mostra a concepção adotada de se desconsiderar as terras indígenas como unidades territoriais de zoneamento e de proposição dos usos futuros da região, à medida que classifica tal território como área de expansão de ocupação econômica nos dois países. (CPRM, 1997, p. 360-380 e Tomo III Mapas)<sup>36</sup>

Por sua condição de fronteira clássica é marcante a presença de unidades militares para vigilância e controle do tráfego de veículos e pessoas, postos aduaneiros e um monumento, com as bandeiras e os bustos de Simon Bolívar e Pedro I.

Existe um acordo (1988) de “Zona *Non Aedificandi* de características especiais” que proíbe qualquer tipo de obra a 30 metros de distância de cada lado da fronteira, com o objetivo de proteger os divisores de água e conter o crescimento populacional.<sup>37</sup> Efetivamente o assentamento humano mais próximo do lado da Venezuela é a cidade de Santa Elena que dista 13 km dos marcos fronteiros. Do lado brasileiro, encontra-se imediatamente as representações da Polícia Federal e o que há pouco era conhecido como “*La Línea*”, Linha, ou BV8 (devido ao marco com esse código) transformou-se na sede municipal de Pacaraima.<sup>38</sup>

A estrutura econômica de Santa Elena fundamenta-se nas atividades relacionadas à mineração, principalmente ao comércio de ouro e de gêneros que

<sup>35</sup> O relatório estabelece o valor de 70% de área indígena em uma região para não comprometer a implementação de atividades produtivas em face de conflitos que poderão existir. (CPRM, 1997, p. 376)

<sup>36</sup> Até as unidades territoriais definidas para a análise denotam a desconsideração da presença indígena. Conforme já foi mencionado, as legendas e critérios utilizados nos dois países são diferentes. No caso da análise socioeconômica o recorte aplicado pelos analistas venezuelanos estabeleceu como unidades territoriais: as cidades de Santa Elena, El Pajuí, Icabaru e o “Resto Indígena” abrangendo “*as comunidades localizadas dentro da área de estudo, que detenham 150 ou mais habitantes, que são: Waiparu, Missão de Wonkén, Pampeta-Merú, Betania, Santa Cruz de Mapauarí, Santa Marta, Waramasén e Maurak.*” (CPRM, 1997, p. 365) Dentre outras observações, além da denominação preconceituosa, o agrupamento Resto Indígena nem identifica se as comunidades e os habitantes são índios, porém a toponímia é, no mínimo, indicativa da língua Pemón.

<sup>37</sup> A região é de nascentes dos rios divisores de águas das bacias. Esta característica faz com que o lençol freático seja encontrado muito próximo à superfície, o que é um limitador para assentamentos humanos do tipo cidade (não é possível, por exemplo, a implantação de cemitérios, e a área é sujeita à elevação do nível d’água no período chuvoso).

<sup>38</sup> Próximas aos marcos da fronteira, encontram-se representações dos dois países. Do Brasil: Posto do Ministério da Saúde, Polícia Federal, Unidade do Ibama, Inspeção da Receita Federal, Pelotão especial de Fronteira, Administração Municipal, Polícia Civil e Polícia Militar. Da Venezuela: Aduana, Posto do Ministério da Agricultura, Posto Fronteiriço do Ministério das Relações Exteriores – Direção de Estrangeiros, Posto de Controle da Guarda Nacional, Posto do Ministério de Meio Ambiente, Destacamento do Exército. E no perímetro urbano, a Prefeitura, Destacamento da Guarda Nacional, Unidade do Ministério de Minas e Energia e uma representação da CVG rural. (MARCANO, 1996, p. 129)

dão suporte à produção e à subsistência dos envolvidos com a atividade garimpeira. A população da sede do município de Gran Sabana era de aproximadamente 7.000 pessoas em 1992 e a estimativa atual é de 20.000 pessoas.<sup>39</sup>

A exploração mineral próxima à cidade é feita em sua maior parte por atividades ilegais, como o garimpo. Essa é uma característica histórica da região venezuelana que permaneceu tendo o minério explorado porém com a presença de garimpeiros brasileiros e de outros países, *“pessoas que nunca trabalharam na mineração mas que vêm do nordeste brasileiro e de outras regiões em busca de alternativas”* (MARCANO, 1996, p. 151). Essa presença que, na década de 1980, já resultou em aspectos conflitivos para os dois países, transpassa a fronteira e se constitui em característica regional de convivência com os elementos de ilegalidade, tanto da atividade quanto das pessoas que as exercem.

Em território venezuelano, a atividade turística no Estado de Bolívar é significativa e a região é responsável por 59% da demanda internacional e 86% da demanda nacional (venezuelana) de turismo do estado. São destacados como potenciais turísticos, os parques nacionais, os recursos minerais, o ecossistema com a vegetação frágil e característica das florestas de savana e os “valores culturais da região”.

*Além da paisagem, o potencial turístico é formado pelas características dos ecossistemas enumerados e pelos valores culturais, representados pelos Arekunas, Tureoanes e Kamaracotos, subgrupos da etnia Pemón que habitam suas terras. (CPRM, 1997, p. 501)<sup>40</sup>*

---

<sup>39</sup> Segundo dados censitários apresentados por MARCANO (1996, p. 133), em 1971, Santa Elena contava com 608 habitantes, passando para 1.100 em 1981 e 6.589 em 1990. Note-se que, como observado para o estado de Roraima o aumento da população nas áreas urbanas é enorme nas últimas três décadas. A estimativa atual foi colhida em: <<http://www.gransabana.com.ve>>, acesso em 01.03.2006.

<sup>40</sup> Os aspectos de identificação dos Pemón com a paisagem e a natureza serão retomados quando da análise dos argumentos de sua resistência. Ressalta-se aqui o que já foi indicado anteriormente: a negação da presença indígena como sujeitos de direitos e detentores de território para a afirmação da existência de uma região, sem sujeitos, com valores culturais próprios que advêm de etnias que nela habitam.



**Figura 17 - Fotos de Divulgação Turística da Gran Sabana**

O potencial turístico completa essa caracterização do espaço fronteiriço com a presença internacional na região, para além dos dois países limítrofes, seja em busca dos atrativos do garimpo ou do turismo ecológico e natural.

Finalmente resta indicar que, a partir do asfaltamento da rodovia BR 174/ Troncal 10, a região fronteiriça teve sua abrangência estendida para Boa Vista e Ciudad Guayana, respectivamente, propiciando atividades de dinamização da economia regional, ainda não possíveis de comprovar com os indicadores oficiais, mas que podem ser observadas na cidade de Boa Vista, comércio de bens de consumo cotidiano, gêneros alimentícios, dentre outros e compra de gasolina e importados em geral na cidade de Santa Elena de Uairén, que é zona livre de impostos.

Conforme indicado no início do capítulo, o recorte espacial com base na divisão política e no recorte do próprio projeto não é adequado para contemplar os grupos tradicionais. Na verdade, a fronteira político-administrativa entre os países

significa mais um limite para os grupos étnicos referidos, uma imposição recente, em região tradicionalmente povoada por grupos distintos, para os quais historicamente predominam os laços de relacionamento intra e interétnicos, ainda que relativizados pelo contato com as diferentes sociedades nacionais e suas determinações legais sobre os direitos civis e territoriais dos indígenas.

### **3 DA FORMULAÇÃO DA ALTERNATIVA À OFICIALIZAÇÃO DO PROJETO DE INTERLIGAÇÃO VENEZUELA- BRASIL**

#### **3.1 A FORMULAÇÃO DA ALTERNATIVA DE INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA**

A partir de 1997 teve início a construção do sistema de transmissão que liga Boa Vista, no estado de Roraima (Brasil), ao complexo de produção hidrelétrica do rio Caroni (quatro usinas hidrelétricas: Guri, Macagua I, II e III), no estado de Bolívar (Venezuela).<sup>41</sup> Esse empreendimento, oficialmente denominado Interligação Elétrica Venezuela–Brasil, entrou em operação comercial em agosto de 2001.

Os principais marcos decisórios para a consolidação da primeira interligação elétrica na Amazônia aconteceram na primeira metade da década de 1990. Neste capítulo serão apresentados os aspectos de maior relevância para a consolidação da decisão por esta alternativa de suprimento elétrico. Os elementos são apresentados em ordem cronológica, buscando-se nesse caso também a dinâmica própria do processo decisório. Procurou-se resgatar as fontes de informação do contexto decisório no período histórico para a recomposição do ambiente que levou à definição do projeto.<sup>42</sup>

No período de referência é clara a intenção de substituição da energia termelétrica pela hidrelétrica. O Plano Decenal de Expansão (PDE) 1991-2000 apresentava como soluções de abastecimento a Manaus e Boa Vista a implantação

---

<sup>41</sup> O complexo hidrelétrico de Guri, no rio Caroni, produz , no conjunto de suas quatro usinas, cerca de 14.000 MW.

<sup>42</sup> Para se entender os caminhos trilhados para o suprimento energético da Amazônia é necessário considerar as opções previstas para o atendimento dos sistemas isolados das principais cidades da região nas diferentes fontes sobre o tema e naquelas específicas do setor de energia elétrica. No caso específico, objeto desta pesquisa, examinaram-se três opções distintas: o abastecimento ao sistema isolado de Manaus e suas associações regionais; o sistema isolado de Boa Vista; e, finalmente, as possibilidades de integração energética ou interligações internacionais. A partir destas fontes podem-se perceber as soluções energéticas conjunturais e o que vai sendo alterado, ano a ano, no planejamento setorial.

das usinas hidrelétricas de Balbina e Cachoeira Porteira, para o primeiro sistema, e a UHE Paredão para o sistema de Boa Vista. Esse PDE apresenta também a otimização das térmicas existentes até o momento de sua substituição (PDE 1991-2000, 1991, p. 27,29).

Já o PDE 1993-2002, publicado em setembro de 1992, apresenta algumas alterações para os sistemas de Manaus e Boa Vista. No caso de Manaus, prevê a instalação de unidades adicionais nas usinas termelétricas até 1998 e a implantação da UHE Porteira, para o horizonte de 2000. Pela primeira vez nos planos de expansão, encontra-se a menção ao gás natural *“que poderá ser utilizado também para o suprimento aos sistemas do interior do Estado.”* (ELETROBRÁS/GCPS, 1992)

No caso do sistema Boa Vista, também são observadas alterações, relacionadas ao desempenho das unidades térmicas e, principalmente, a retirada da UHE Paredão e a inclusão da usina hidrelétrica de Cotingo.

*Em 1999, com a operação da UHE Cotingo (3x40MW), haverá redução de geração térmica de 318,9 GWh, representando a totalidade do mercado previsto para aquele ano. Isto implicará em redução de 137,7 milhões de litros no consumo de óleo diesel (2.336 BEP/d), proporcionando uma economia de cerca de US \$ 29 milhões anuais. A partir de sua operação plena, a UHE Cotingo responderá integralmente pelo atendimento aos requisitos da energia do Sistema Boa Vista. (ELETROBRÁS/GCPS, 1992, p 38)*

No planejamento setorial, a interligação com a Venezuela foi considerada inicialmente, como alternativa de suprimento a Manaus, aproveitando a possível produção excedente das hidrelétricas venezuelanas. A proposta atenderia, num primeiro momento, a demanda de energia de Boa Vista, chegando ao mercado de Manaus numa segunda etapa. As vantagens associadas a essa alternativa seriam o custo inferior ao da geração de energia na Amazônia e a postergação da exploração hidrenergética na margem esquerda do Rio Amazonas, opção acarretadora de altos custos de transmissão e de significativos impactos ambientais. Além disso, haveria mais tempo para estudo e viabilização tecnológica da alternativa de geração termelétrica a gás natural (trazido das reservas de Urucu - AM).

Após apresentar as possibilidades de integração, a partir dos recursos energéticos, o Plano 2015 aponta a “Interconexão Elétrica Brasil-Venezuela” da seguinte forma:

*Compreende uma proposta de linha de transmissão em 500 kV conectando usinas hidrelétricas do rio Caroni, afluente do Orenoco, onde se encontra em operação a usina hidrelétrica de Guri, à Boa Vista, distante 600 km, e daí por 800 km até Manaus, totalizando 1400 km, acompanhando rodovias existentes. Esse projeto ainda não foi negociado a nível de governo por ambos os países. A empresa venezuelana EDELCA, proprietária de Guri, está em fase de completar o inventário do rio Caroni, tendo identificado nas cabeceiras deste rio, próximo a fronteira com o Brasil dois aproveitamentos atrativos para a futura interconexão com o Brasil: Aripichi de 1200 MW e Eutobarima de 2700 MW.(ELETROBRÁS - Plano 2015,1994 ,v. III, p. 12)<sup>43</sup>*

A interligação aparece aqui ainda não delineada como projeto, e sim como uma proposta não negociada (com a Venezuela), aparentemente sem informações detalhadas e atualizadas, pois, em 1991, época de elaboração do Plano, as hidrelétricas de Macagua II e III, já estavam em etapa de projeto ou até mesmo em construção, uma vez que entraram em operação em 1997.

Durante o ano de 1993 as previsões para o suprimento energético da Amazônia começaram a se tornar mais visíveis. Tanto o Plano 2015 foi intensamente discutido no campo energético e ambiental, como também o II Plano Diretor de Meio Ambiente e os resultados da Rio 92 ainda faziam eco nos fóruns de discussão.<sup>44</sup>

Ao final do ano, a publicação do PDE 1994-2003 chamava a atenção para o “contexto de restrições financeiras” e mantinha, para o fornecimento de energia elétrica ao sistema isolado de Boa Vista, a alternativa da ampliação da usina termelétrica Floresta e a implantação da UHE Cotingo para 1999, conforme o Plano anterior. No sistema Manaus, permaneceu a mesma configuração anterior, porém, com a UHE Porteira postergada para 2003. A menção à utilização do gás permaneceu como hipótese em estudo. Importante notar que, durante o ano de 1993, o debate sobre a UHE Cotingo se acirrou. Também nessa época os estudos para a UHE Porteira já se encontravam paralisados, na etapa de Projeto Básico,

---

<sup>43</sup> Os dois últimos aproveitamentos citados não foram encontrados na documentação atual da Edelca sobre a bacia do rio Caroni.

<sup>44</sup> No ambiente setorial, haviam sido iniciados trabalhos para a consideração dos aspectos socioambientais no planejamento da expansão e as mudanças no modelo setorial começavam a se fazer sentir no Comitê de Meio Ambiente do Setor Elétrico (Comase), uma vez que ao mesmo tempo em que metodologicamente se avançava no tratamento das questões ambientais, a participação das empresas nos fóruns técnicos setoriais começava a diminuir em função do processo de privatização em curso nas empresas.

sem ter obtido as licenças ambientais necessárias, mas o Plano não faz menção a essas possíveis restrições, apenas adia a data de entrada em operação da UHE Porteira.<sup>45</sup>

O debate sobre o suprimento de energia elétrica a Manaus e a Amazônia em geral, foi e é tido como um dos maiores problemas do sistema elétrico nacional. O abastecimento por geração termelétrica à base de derivados de petróleo é comparativamente de maior custo e apresenta problemas tecnológicos. A solução hidrelétrica foi buscada desde os anos 1980 e, mesmo esta opção, considerada a de melhor custo, apresentava problemas de equacionamento com relação ao montante de investimentos e à distribuição do potencial hidrenergético.

As dificuldades de implantação de sistemas de transmissão, principalmente tecnológicas (grandes distâncias e cruzamento de cursos d'água com mais de 2.000 metros de largura, entre outros) e de infra-estrutura (acessos e características dos terrenos da várzea amazônica) também contribuíram para dificultar o equacionamento do abastecimento de energia a Manaus. As soluções que combinam as alternativas hidrotérmica vão sendo estudadas e contempladas ao longo de toda a década de 1990 e início dos anos 2000. Em 2002 as alternativas de abastecimento previstas permaneciam ancoradas na chegada do gás para geração termelétrica.

### 3.2 AS ALTERNATIVAS DE SUPRIMENTO: NO DEBATE CONTRA A UHE COTINGO A INTERLIGAÇÃO GANHA FORMATO DE PROJETO

A formulação e a consolidação do projeto de interligação com a Venezuela não ficou restrita à esfera do planejamento energético nacional e às consultas técnicas e comerciais com o país vizinho, elementos considerados tradicionais para a proposição do projeto. Foram levados em consideração outros objetivos nacionais, como se verá adiante, bem como a ponderação de alternativas de suprimento que estavam sendo questionadas por setores da sociedade local e

---

<sup>45</sup> Os estudos para o aproveitamento hidrelétrico da bacia do rio Trombetas estavam sendo realizados desde 1985. Durante este período foi demarcada uma reserva Biológica e o movimento das comunidades negras descendentes de quilombos tomou forma. Além disso, também foram estudados os custos para a implantação do sistema de transmissão até Manaus. Esses fatores em conjunto, aliados as dificuldades de financiamento foram deslocando o projeto no tempo, até ser descartado como opção competitiva para o abastecimento ao sistema Manaus. Observa-se que os Estudos de Viabilidade denominavam a futura usina de Cachoeira Porteira, já no Projeto Básico o empreendimento passa a ser denominado UHE Porteira.

nacional.

Com a importação da energia da Venezuela não seria necessário construir a hidrelétrica de Cotingo para suprir o abastecimento de Roraima<sup>46</sup>. O projeto de Cotingo, com potência instalada prevista para 80 MW, localizado inteiramente em terras indígenas (Terra Indígena Raposa-Serra do Sol - RR), foi intensamente questionado por organizações não governamentais e pelas comunidades indígenas a serem afetadas. Mesmo assim, o processo de elaboração dos estudos de impacto ambiental foi levado a cabo (1993) e a usina obteve a Licença Prévia (LP) no órgão de licenciamento ambiental do estado (1994). A interferência com terras indígenas, porém, acarretou parecer negativo do então Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (Dnaee), rejeitando os Estudos de Viabilidade e exigindo a autorização do Congresso Nacional, em atendimento ao artigo 231 da Constituição Federal. Paralelamente, entidades de apoio e representação da luta indígena elaboraram documentos discutindo as opções energéticas para a Amazônia e um estudo de impacto ambiental alternativo ao realizado para a UHE Cotingo<sup>47</sup>. As principais entidades signatárias desses documentos foram o Conselho Indígena de Roraima (CIR) e a Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP), que contaram com assessoria do Instituto de Energia e Eletrotécnica da USP (IEE-USP). Em suas conclusões, tais organizações propunham, como alternativa à construção da Hidrelétrica de Cotingo, a implantação de uma linha de transmissão desde a Venezuela até Boa Vista. Essa sugestão passou a ser apresentada como alternativa energética em documentos de divulgação para a resistência à construção de barragens.<sup>48</sup>

Ainda segundo o documento, o Governo de Roraima poderia considerar, pelo menos, duas alternativas para o abastecimento de energia elétrica: (1) a manutenção da produção por meio da geração térmica; e (2) a transmissão de energia elétrica da Venezuela para Boa Vista. Tanto no caso das termelétricas, quanto no caso da energia da Venezuela, o tempo necessário para que se pudesse

---

<sup>46</sup> O Plano 2000 já considerava o abastecimento de Roraima a partir da construção da UHE Cotingo; “A operação da primeira máquina da UHE Cotingo, com 4 x 15 MW, a partir de 1987, garantirá o suprimento ao território de Roraima até um horizonte próximo ao ano 2000.” (ELETROBRÁS, 1983, p. 8)

<sup>47</sup> “Parecer sobre o Relatório de Impacto Ambiental da Hidrelétrica de Cotingo”, CIR, CPI-SP, outubro de 1994.

<sup>48</sup> Essas publicações são: “Energia na Amazônia: Conceitos e alternativas” – Coordenação dos Atingidos pelas Barragens da Amazônia (CABA), Comissão Pró-Índio de São Paulo e Instituto de Eletrotécnica e Engenharia – IEE/USP, setembro de 1993; e “Roraima: Energia e Alternativas para o Futuro” Conselho Indígena de Roraima – CIR e Comissão Pró-Índio de São Paulo – CPI-SP, outubro de 1993.

começar a usar a energia seria menor do que no caso de se construir a Hidrelétrica de Cotingo (CIR, 1993, p. 53).

*Na Venezuela, no rio Caroni, existe uma grande hidroelétrica, chamada Guri. Esta usina fica situada a 600 quilômetros de Boa Vista. A ligação com a Venezuela poderia ser feita através de linhas de transmissão, que sairiam da Hidroelétrica de Guri, passando pela fronteira e chegando até Boa Vista. Estas linhas de transmissão deveriam seguir o traçado das estradas que vem da Venezuela até Boa Vista. Esta linha de transmissão poderia também seguir até Manaus, tornando esta proposta ainda mais interessante. (CIR, 1993, p. 54)*

O documento “Roraima: energia e alternativas para o futuro” segue argumentando sobre as vantagens dessa opção, onde os custos de geração, com fonte hídrica ou térmica, são menores do que seriam no Brasil e que, mesmo incluindo os gastos com o sistema de transmissão, o custo da energia da Venezuela seria menor do que a que viria a ser produzida pela Hidrelétrica de Cotingo. O documento também afirma que a Venezuela teria interesse na venda de energia para o Brasil porque, a partir da construção de novas usinas (Macagua II e III), haveria sobras de energia elétrica naquele país e que as necessidades de energia de Roraima representavam menos de 1% da energia gerada nas usinas da bacia do rio Caroni. Finalmente, afirma que:

*Para se viabilizar esta alternativa, é preciso aprofundar estudos técnicos e também pesquisar quais as conseqüências das linhas de transmissão para as comunidades indígenas, tanto no Brasil quanto na Venezuela. Tal alternativa depende também de negociações entre os Governos do Brasil e da Venezuela. Até o momento, foram estabelecidos contatos preliminares entre técnicos dos dois países, não se conhecendo qualquer resultado prático destas iniciativas. (CIR, 1993, p. 55)*

O debate sobre o projeto da UHE Cotingo e a possível importação de energia da Venezuela foi também levado aos jornais, arena de discussão entre técnicos do setor elétrico e pesquisadores da Universidade de São Paulo. Os primeiros aventando a disponibilidade de energia venezuelana e os professores comparando os custos dessas possíveis alternativas. A chamada na primeira página da Gazeta Mercantil, de 28 de setembro de 1993, adianta: “Comprar energia da Venezuela”:

*A Eletrobrás está negociando com a Venezuela a importação de energia elétrica como alternativa para resolver os problemas do abastecimento de Roraima. O estado tem planos de construir uma*

*hidrelétrica no rio Cotingo, em área de reserva ainda não demarcada de índios macuxis, uapixanas (wapixana) e caracós (ingaricó). Segundo a Eletrobrás, tentativas anteriores de compra de energia da concessionária venezuelana EDELCA esbarraram no problema de falta de excedentes, o que estaria sendo contornado agora por novos aproveitamentos hidrelétricos no rio Caroni, na Venezuela. A importação ganhou um forte aliado no Instituto de Eletrotécnica e Energia (IEE) da Universidade de São Paulo. Segundo os estudos do IEE, a construção de uma linha de transmissão entre a região da usina hidrelétrica de Guri, na Venezuela, e Boa Vista, a capital de Roraima, custaria US\$ 100 milhões, US\$ 50 milhões a menos que a usina de Cotingo. Com a vantagem que a energia chegaria a um custo entre US\$ 40 e 50 o megawatt/hora, ante US\$ 55 e 60 o megawatt/hora no projeto brasileiro. Sem contar que o meio ambiente e as comunidades indígenas não seriam afetados.<sup>49</sup> (GAZETA MERCANTIL, 28.12.1993)*

A despeito da discussão sobre as alternativas de abastecimento estarem presentes ou não nos relatórios técnicos ou Planos de Expansão, esse debate tomou forma a partir da resistência a um projeto específico, de uma usina hidrelétrica a ser construída em terras indígenas, em comunidades que lutavam pela demarcação de suas terras<sup>50</sup>, apoiadas por várias entidades e por assessores que “conectam” a arena de luta dos movimentos sociais ao debate “técnico” das alternativas energéticas. São esses atores que, ao rechaçarem a opção da hidrelétrica, apóiam enfaticamente uma alternativa que acabará trazendo impactos para as comunidades indígenas vizinhas ao local da UHE (no Brasil) e será objeto de resistência pelas comunidades indígenas, do mesmo grupo étnico (na Venezuela). Dizer não à usina e entrar no debate de alternativas energéticas para o estado de Roraima foi uma opção dos representantes desse movimento social que não chegou a cotejar ou discutir com os líderes indígenas da vizinha Terra Indígena São Marcos ou com seus “parentes” do lado venezuelano as opiniões e eventuais futuras estratégias de luta para enfrentar o que também seria um grande projeto para a região.<sup>51</sup>

<sup>49</sup> Inserimos a grafia correta dos grupos étnicos nos parênteses. A matéria da p. 17, apresenta os argumentos detalhados, dos professores Ildo Sauer e David Zilberstajn (USP), do engenheiro Altino Ventura Filho (Eletrobrás) e do presidente da Companhia Energética de Roraima - CER, este último com o argumento do governo de Roraima de que não havia índios na região de Cotingo.

<sup>50</sup> A luta pela demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol estendeu-se até 2005, quando a homologação da demarcação da terra indígena legitimou o longo processo, marcado por protestos e recursos jurídicos em todas as instâncias locais, regionais e federais.

<sup>51</sup> Ressalta-se que o documento do CIR faz referência à necessidade, antes de ser tomada uma decisão, de desenvolver estudos sobre os possíveis impactos em comunidades indígenas, tanto no Brasil quanto na Venezuela, advertindo para possíveis riscos da alternativa. Observa-se também que esses documentos discutiam e apresentavam opções somente para o abastecimento energético de Roraima.

Observa-se ainda que considerando os argumentos tecnológicos e de mercado, essa possibilidade de acréscimo de energia, já conhecida, possível e desejada, não havia sido levada a termo no final da década de 1980 e até o início dos anos 1990, por preocupações com a dependência energética externa.

Em meados dos anos 1990, as conexões internacionais já se apresentavam como possibilidades viáveis devido ao ambiente de mudança dos parâmetros regulatórios e de orientação nacional com respeito ao relacionamento comercial com os países vizinhos, incluindo a energia nessa visão de mercado. Assim, voltou-se à sua análise, como uma solução otimizada em termos energéticos (relativa ao argumento da complementaridade de regime hidrológico entre a bacia do rio Caroni e os regimes das bacias amazônicas<sup>52</sup>) e de baixo impacto ambiental. Via de regra, os impactos socioambientais de linhas de transmissão são considerados menores e menos expressivos do que aqueles oriundos de usinas hidrelétricas.

Após serem estabelecidas as discussões sobre as alternativas à UHE Cotingo, o Plano Decenal 1995-2004, editado em dezembro de 1994, apresentava como alternativas de suprimento ao estado do Amazonas, as usinas térmicas com turbinas a gás e a vapor e ressaltava:

*Deve-se destacar que se encontra em fase de negociações com a PETROBRÁS, a utilização do gás natural de Urucu, sendo possível vislumbrar a expansão do parque gerador da capital, a partir de 1997, utilizando este combustível. Estão sendo estudadas também alternativas de conversão do parque térmico existente para queima deste combustível. Paralelamente a estas alternativas, existem estudos no sentido de avaliar o fornecimento de energia elétrica à região Norte, proveniente da UHE Guri, na Venezuela, através de uma LT de 1.600 km, na tensão de 500 kV. Esse fornecimento está sendo estudado para Manaus e Boa Vista, restando, no entanto, questões a definir, como os montantes e prazos da energia disponível no Brasil, e o impacto ambiental em áreas indígenas. (ELETROBRÁS/GCPS, 1994, p. 48)*

Em 1994 houve a consolidação de estudos e negociações preliminares entre Brasil e Venezuela, com o detalhamento da alternativa de abastecimento de Boa Vista e Manaus com energia da bacia do rio Caroni.

*A utilização de possíveis excedentes energéticos de usinas venezuelanas do baixo Caroni pelo setor elétrico brasileiro, na região norte, particularizado no atendimento a Manaus, foi objeto de estudo*

---

<sup>52</sup>A complementaridade hidrológica entre essas bacias hidrográficas e a interligação ampliada dos dois sistemas poderia justificar a exploração energética dos potenciais de bacias como a do rio Xingu, por exemplo, permitindo alcançar equilíbrio no abastecimento energético durante todo o ano.

*entre 1989 e 1991, não se concretizando, entretanto, devido à indisponibilidade, naquele período, de excedentes compatíveis com as necessidades locais. Recentemente, no início de 1994, com a intensificação das negociações bilaterais entre o Brasil e a Venezuela, estabelecida a partir da II Reunião de mecanismo Político de Consultas Brasil-Venezuela, ressurgiu o interesse do setor elétrico brasileiro, em interligarem-se os sistemas elétricos, brasileiro e venezuelano, para atendimento aos mercados de energia elétrica polarizados pelas cidades de Manaus e Boa Vista, utilizando-se a energia da UHE Guri. (ELETRONORTE, 1994, p. 1)<sup>53</sup>*

Esse relatório, elaborado pela Eletrobrás/Eletronorte e Edelca, após ressaltar a orientação do presidente Itamar Franco para o incremento do comércio bilateral e de grupos de estudos binacionais, remete ao estudo da solução de abastecimento elétrico com energia da Venezuela que contemplava a análise da capacidade de geração e fornecimento das hidrelétricas do rio Caroni. Após descartar duas alternativas (em tensões de 230 e 345 kV), considerou viáveis três outras, todas em linhas de 500 kV. O corredor da linha, em território nacional, deveria seguir a rodovia BR 174, numa extensão aproximada de 1000 km e levantava as seguintes “considerações sobre o meio ambiente”, apenas do lado brasileiro:

- impactos sobre a vegetação de florestas e de savanas;
- impactos em duas terras indígenas;
- indicação de necessidade de quantificação da população ao longo da faixa de servidão;
- travessia do rio Branco, perto da localidade de Caracaraí, cerca de 500m de largura.

Com relação ao impacto sobre a vegetação, a rápida análise realizada no documento, com base em cartas e imagens de satélite, aponta a necessidade de desmatamento em um trecho de mata original, de cerca de 122 km de extensão, dentro da Reserva Indígena Waimiri-Atroari. Os demais trechos estudados, segundo o relatório, já foram desmatados e encontram-se com vegetação secundária ou capoeira. Acrescenta ainda que na região de savanas não será necessário o desmatamento.

Sobre as interferências com terras indígenas, o relatório traz um quadro indicando a “tribo”, a “situação” (legal das terras), a “população”, a “área da reserva

---

<sup>53</sup> Relatório do Grupo de Trabalho Binacional II – Energia. “Interligação Venezuela/Brasil – UHE Guri/Manaus”.

(ha)”, a “área atingida (%)”, para a Terra Indígena São Marcos e para a Terra Indígena Waimiri-Atroari.

*Atualmente essas Reservas Indígenas estão demarcadas, sendo que a rota não atingirá nenhuma aldeia indígena, porém, é prevista uma possível negociação compensatória com essas comunidades indigenistas, com a devida chancela do Congresso Nacional. (ELETRONORTE, 1994, p. 28)*<sup>54</sup>

Após a edição desse relatório, a continuidade do desenvolvimento da alternativa da linha de transmissão previa a conclusão dos estudos de viabilidade (até novembro de 1994), com a definição do preço e da garantia de suprimento por 25 anos (1999-2024), com atendimento pleno a Boa Vista no período e toda a complementação de Manaus durante dez anos. Estava prevista, igualmente, a assinatura de um Protocolo de Intenções entre as partes para a execução do projeto.<sup>55</sup>

Em 1995, já no governo Fernando Henrique Cardoso, o Ministério de Minas e Energia, por meio de uma portaria, cria uma comissão destinada a analisar e avaliar os projetos de abastecimento de energia elétrica à Amazônia Legal, integrada por representantes da Secretaria de Energia e do Departamento Nacional de Desenvolvimento Energético, da Eletrobrás, da Eletronorte e da Petrobrás.<sup>56</sup>

Os resultados dessa Comissão passaram a nortear as decisões posteriores sobre o abastecimento energético para a Amazônia, tendo sido, inclusive, discutidos no Congresso Nacional. Segundo o Sumário Executivo do Relatório Final da Comissão, as especificidades da região Amazônica e a situação de atendimento levam a um posicionamento estratégico e à definição de um

*...projeto de governo com vistas a dotar a região amazônica das condições adequadas de infra-estrutura, propiciando as bases para seu desenvolvimento sustentável. As recomendações provenientes dos estudos deverão se constituir nas bases da atuação do governo federal, definindo **uma política energética para a Amazônia Legal**, permitindo a **atuação de novos agentes** nesse importante setor de infra-estrutura regional. (MME, 1995, p. 2)*

Interessante registrar o que é classificado, à época, como especificidades

<sup>54</sup> Interessante notar que apesar das referências incorretas de tratamento dos grupos étnicos e das terras e comunidades indígenas, é feita menção ao impacto nessas terras e a uma possível negociação no Congresso, aspectos que posteriormente foram abandonados na formulação final do projeto.

<sup>55</sup> Havia sido realizado estudo anterior a este, pelas duas empresas. Nesta versão, a estrutura do trabalho apresentava: Histórico, Situação Atual e Perspectivas da Interligação Elétrica entre Brasil e Venezuela. ELETRONORTE, Diretoria de Engenharia, Superintendência de Planejamento. Novembro de 1994.

da região e a situação de atendimento a ser equacionada. As características sociais e do ecossistema (58% do território nacional, 21 milhões de habitantes, cerca de 14% da população brasileira) são definidas como “dificuldades que exigem tratamento específico” (grandes distâncias, baixa taxa de ocupação e a importância do ecossistema), associado à situação energética composta de sistemas isolados primordialmente dependentes dos derivados de petróleo.

*o parque gerador da Amazônia apresenta uma potência instalada de 5.761 MW, dos quais 4.666 MW de energia hidráulica (apenas 600 MW nos sistemas isolados) e 1095 MW provenientes de geração térmica – a qual representa um dispêndio com combustíveis de cerca de US\$ 220 milhões por ano. O custo médio atual de produção de energia elétrica na região é superior a 100 US\$/MWh. O consumo da região em 1993 elevou-se a mais de 11 milhões de MWh, representando entretanto, 5% do total nacional. Por outro lado, esse consumo tem crescido a taxas historicamente maiores que o dobro daquelas registradas em todo o País. (MME, 1995)*

A Comissão procurou a alternativa mais adequada a partir dos seguintes “projetos âncora”:<sup>57</sup>

- aproveitamento do gás natural da bacia do rio Solimões na geração termelétrica, nos sistemas isolados;
- interligação elétrica Brasil/Venezuela (linha de transmissão UHE Guri/Manaus);
- interligação, via linha de transmissão, da UHE Tucuruí a Manaus, com extensão a Macapá;
- alternativas convencionais (usinas hidrelétricas, termelétricas e linhas de transmissão).

Os resultados da avaliação levaram ao elenco de quatro alternativas, com indicação clara de prioridade para as que utilizariam o gás natural, ou o que foi denominado “alternativa viabilizável”. O relatório conclui que, diferentemente do que havia constituído o ponto de partida dos trabalhos, os projetos alinhados, ao invés de excludentes, poderiam ser considerados complementares. Assim, a “alternativa viabilizável” foi composta pela opção prioritária de utilização do gás natural da bacia do rio Solimões para atendimento ao Acre, Rondônia, Amapá, localidades do Pará situadas na margem esquerda do rio Amazonas e Manaus. Secundariamente, seria

<sup>56</sup> Portaria MME nº 128/95 de maio de 1995. Comissão exclusivamente em nível federal e somente com representações da área energética.

<sup>57</sup> Nomenclatura adotada posteriormente aos projetos estruturantes dos eixos, no âmbito da IIRSA.

adotada a interligação com a Venezuela, para atendimento a Manaus e a Roraima. A alternativa era composta das seguintes características:

- Amazonas (Manaus) e Roraima (Boa Vista): deverá ser realizado através da interligação Brasil-Venezuela, (caso a negociação em curso com a Venezuela evolua no sentido de se obter um benefício global superior ao da alternativa gás natural);
- Rondônia e Acre: gás natural transportado através de gasoduto entre Urucu e Porto Velho, com linha de transmissão entre Porto Velho e Rio Branco (AC);
- Amapá e Pará (localidades da margem esquerda): gás natural liquefeito transportado através de barcaças fluviais.
- Pará (localidades da margem direita – área Oeste): interligação com a UHE Tucuruí
- Mato Grosso, Tocantins e Maranhão: projetos já definidos no âmbito do Grupo Coordenador de Planejamento de Sistemas – GCPS;
- Pequenas localidades e comunidades isoladas no interior de toda a região: atendimento no âmbito do Programa Prodeem. (MME, 1995, p. 3)

O Relatório Final, nas Conclusões e Recomendações, enfatiza a opção do gás natural, argumentando que a potencialidade de se obter a “melhor opção global para a Amazônia não necessariamente resulta na melhor alternativa de abastecimento de cada parte” do ponto de vista econômico e conclui:

*Dessa forma, cabem, fundamentalmente duas decisões:*  
 1ª - Escolha da alternativa do GÁS NATURAL ou a ALTERNATIVA VIABILIZÁVEL, tendo como opção prioritária o gás natural. Essa decisão depende de negociações com a Venezuela;  
 2ª - Definir a alternativa escolhida como “**Programa de Governo**” para ser realizado, com a participação privada, ainda na atual gestão. (MME, 1995, p. 6)

O documento traz ainda recomendações para que as ações possibilitem a operação dos projetos até dezembro de 1998. Com relação à interligação com a Venezuela é recomendada a conclusão das negociações para o ajuste das cláusulas técnicas e comerciais necessárias à formalização de um Protocolo de Intenções. A adoção da alternativa escolhida, segundo o documento em análise, traria as seguintes vantagens e aspectos estratégicos: a) produção de energia a custos inferiores à média (previsão de 57,5 US\$/MWh); b) disponibilidade do gás natural a preços competitivos com os demais energéticos na região; c) possibilidade de ampla participação da iniciativa privada em diversos segmentos; d) estímulo ao desenvolvimento de novas atividades econômicas e incremento das já existentes, tais como construção de embarcações e navegação fluvial; e) geração intensiva de

novos empregos; f) “incremento do processo de integração entre Brasil e Venezuela, contemplando aspectos como a questão energética que envolve tanto o setor petróleo quanto a interligação elétrica entre os dois países”; g) elevação da produção de petróleo e redução de importação de derivados para a região; h) “redução dos impactos ambientais decorrentes do uso de outros combustíveis”.(MME,1995, p. 4)<sup>58</sup>



Fonte: Sumário Executivo, MME, 1995.

**Figura 18 – Alternativas de Suprimento Energético à Amazônia - 1995**

<sup>58</sup> No item investimentos, o preço estimado para a compra da energia venezuelana é de 38 US\$/MWh. Na previsão dos recursos para esses investimentos é estimado para o setor elétrico o maior comprometimento, sendo US\$ 1,31 bilhões nos primeiros cinco anos e US\$ 2,45 bilhões até 2010. Para o setor petróleo as estimativas são de US\$ 610 milhões nos primeiros cinco anos e US\$ 940 milhões até 2010. É importante ressaltar que após a publicação dos resultados dessa Comissão, não foi localizada outra iniciativa semelhante no que diz respeito à definição das alternativas de suprimento para a Amazônia.

Na reconstituição dos fatos relativos à definição do projeto, realizada por meio de entrevista com o Superintendente do Planejamento da Transmissão da Eletronorte à época, são marcadas duas etapas para os estudos de alternativas para o projeto de interligação: a primeira, anterior e durante os trabalhos da Portaria 128, quando se estudou a interligação de 1.000 MW, em linhas de 500 kV, até a cidade de Manaus; a segunda, quando foi examinada a opção que acabou sendo adotada.

<sup>59</sup> De acordo com o entrevistado:

*Nessa época a alternativa que foi estudada era para Manaus, passava por Boa Vista mas chegava a Manaus, então, era um mercado e uma interligação para 1000 MW, foram estudados sistemas de 500 kV, sistemas de corrente contínua, era um sistema de transmissão muito mais potente, mas todos ligados no complexo Guri-Macagua. Guri é a primeira usina da cascata. A última é Macagua, onde a linha está ligada e depois tem mais duas. Uma está em construção atualmente, acho que é Caruachi E depois Tocoma. O fato é que em 100 km de rio, entre Guri e Macagua, o rio cai 250 metros.(...) Então realmente, é um potencial fabuloso, 17000 MW, do qual 9000 já tem Guri, 3000 Macagua e aqui cada uma é de cerca de 2000, mais ou menos. (...) Então, com isso aqui foi estudado e verificou-se que era bem atrativo para trazer para Manaus essa energia, mas aí o que acontece, foram feitas várias reuniões com o Ministério do Itamaraty, lá na Venezuela, (mas uma vez quase) foram expulsos de lá porque eles foram para lá para acabar com o negócio, porque a idéia era o gás de Urucu, é um recurso natural brasileiro, ia gerar emprego no Brasil, impostos no Brasil, e o pessoal então..., porque os venezuelanos já tinham feito proposta de 27 ou de 28 dólares entregue na fronteira, todos os custos bancados por eles, na fronteira, é uma ótima oferta. Aí a turma chegou lá (para negociar) e botou 20, aí eles “expulsaram” todo mundo. Vinte não, vocês estão brincando, vocês estão blefando. (Entrevista, dezembro de 2004)*

As negociações entre Eletronorte e Edelca, que vinham sendo tecidas para a transmissão de energia até Manaus, ficaram estremecidas, em virtude, em grande parte, do patamar de preço estabelecido no relatório da Portaria 128 para o abastecimento por gás da região norte. Além do preço em si, a quantidade de energia a ser negociada seria muito inferior ao que estava em pauta para o abastecimento a Manaus. As negociações com a Edelca, segundo documentos da Eletrobrás, que estavam atingindo os valores de cerca de 32 US\$/MWh, mais os custos da transmissão, podendo chegar a 28 US\$/MWh, tiveram que aguardar os

---

<sup>59</sup> Entrevista realizada, em dezembro de 2004, com o engenheiro José Henrique Machado Fernandez.

resultados finais dos estudos da alternativa gás e respeitá-los no que dizia respeito à comparação dos custos.

*Imagina-se que haja bastante espaço para o lado venezuelano baixar seu preço. Recomenda-se que o Brasil, de forma coerente com as recomendações da Comissão Portaria MME 128/95, não aceite preços na fronteira superiores a 29 US\$/MWh, sendo desejável um valor na faixa de 25 a 27 US\$/MWh.*<sup>60</sup> (ELETROBRÁS, 09.10.95)

A consolidação do projeto na configuração Macagua II-Boa Vista, em 400 e 230 kV, só se deu em 1997. Em dezembro de 1995, o PDE 1996-2005, no item integração energética com países vizinhos, indicava como projeto binacional o Suprimento da Venezuela a Boa Vista e Manaus, a partir das usinas do rio Caroni. Já no que se refere ao abastecimento de Roraima, foi encontrada a seguinte referência ao programa de obras:<sup>61</sup>

*Este programa não é afetado pela alternativa de atendimento com gás natural. No caso de se viabilizar a alternativa de atendimento através da UHE Guri, na Venezuela, não haverá necessidade de expansões do parque gerador a partir de 1999. (GCPS 1995, p. 50)*

Finalmente, no documento considerado como anúncio anual das decisões do setor elétrico - o PDE 1997-2006 - apresentou, tanto no item dedicado ao suprimento de Boa Vista como naquele referente às interligações com países vizinhos, o projeto da linha de transmissão, com objetivo de suprimento unicamente a Boa Vista. Fixava-se como alternativa de suprimento a Manaus o abastecimento com gás natural para utilização em geração termelétrica, proveniente das jazidas da bacia do Solimões e da exploração de Urucu.<sup>62</sup>

*Esta interligação elétrica consiste de um sistema de transmissão, interconectando o complexo hidrelétrico Guri/Macagua, na Venezuela, com Boa Vista, capital de Roraima. No trecho brasileiro, o sistema é constituído por uma linha de transmissão com 206 km de extensão, interligando a subestação de Santa Elena de Uairén fronteira com a Venezuela, com a subestação de Boa Vista, na tensão de 230 kV, em circuito simples, prevista para 1998, suprimindo até 200 MW. (GCPS, 1996, p. 13)*

A definição da opção de suprimento a Manaus foi marcada pela influência

<sup>60</sup> O Relatório Suprimento à Região Norte e memória de reunião Eletrobrás/Edelca de 21 e 22 .09.95

<sup>61</sup> No item destinado ao abastecimento do estado do Amazonas não há menção ao projeto.

<sup>62</sup> Observa-se que a retirada de um Plano de Expansão não significa a sua exclusão como opção de planejamento. A possível interligação energética entre a bacia do rio Caroni e o sistema interligado nacional permanece como opção de otimização do suprimento elétrico brasileiro, e é retomada a cada vez que é necessária a argumentação da exploração hidrelétrica da Amazônia, dadas as características de complementaridade hidrológica dos rios das bacias do Caroni e do Amazonas.

da visão de planejamento territorial do governo brasileiro que, à época, sustentava o desenvolvimento por meio do incentivo ao estabelecimento de infra-estrutura regional com base em “projetos-âncora” dos eixos de desenvolvimento. A exploração do gás natural da Bacia do Solimões não se constituiu em um “Programa de Governo”, nos moldes previstos nas recomendações do citado Relatório Final da Portaria MME/128/95 de aceleração de decisões e de investimentos, nem se enquadrou nas observações que salientavam que ganhos globais para a Amazônia deveriam ser considerados mais relevantes que eventuais benefícios econômicos. Também não se concretizou o esboço de planejamento conjunto entre os setores de petróleo e de energia elétrica pois não foram priorizados pelo “setor petróleo” (leia-se Petrobrás) os investimentos necessários à consolidação do desenvolvimento antevisto para o projeto-âncora gás natural de Urucu na abrangência de toda a Amazônia.<sup>63</sup>

### 3.3 A OFICIALIZAÇÃO DA INTERLIGAÇÃO VENEZUELA-BRASIL

Em janeiro de 1997 foi firmado o Memorando de Entendimentos entre os Ministérios de Minas e Energia e empresas da Venezuela e do Brasil para, em abril do mesmo ano, ser celebrado o “Contrato de Prestação de Serviço Elétrico” entre as partes: Corporación Venezolana de Guayana (CVG)/Electrificación Del Caroni C. A. (Edelca) e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte), com a garantia da Centrais Elétricas Brasileiras S. A. (Eletrobrás).

O Memorando atua como documento governamental e diplomático, em geral, firmado entre os países antes que contratos específicos fossem assinados entre empresas<sup>64</sup>. O documento faz referência a marcos de entendimento diplomático entre os dois países. Em primeiro lugar, o Convênio de Amizade e Cooperação, de 1977, que reafirma o empenho dos países em trabalhar conjuntamente para a ampliação da cooperação bilateral.<sup>65</sup> Em segundo lugar, refere-se a entendimentos específicos (do ano anterior) entre os ministros das

---

<sup>63</sup> Na verdade, atualmente é questionada se a quantidade de gás disponível nas reservas é suficiente para todo o abastecimento necessário. Este seria um ponto que abriria a análise de outro debate no campo energético. O projeto de gasoduto de Urucu para Manaus e para Porto Velho encontra-se em andamento. O trecho para Manaus obteve a LP em 2005. Para as demais regiões a serem abastecidas por barcaças, não há menção nos documentos de planejamento de avanços no desenvolvimento dos projetos específicos.

<sup>64</sup> Explicação obtida junto ao MME, em entrevista, realizada em 14.12.2004.

<sup>65</sup> Este Convênio é citado pelos dois países em todos os documentos governamentais referentes ao projeto.

relações exteriores e suas recomendações para permitir “*estender as Linhas de Transmissão para incrementar o fornecimento de energia elétrica ao sul do Estado de Bolívar na Venezuela e também ao estado de Roraima no Brasil*”. Finalmente, o documento indica a comprovação das análises técnico-econômicas demonstrando a viabilidade do suprimento elétrico e anexa informações detalhadas sobre o serviço a ser prestado (as mesmas que foram juntadas, posteriormente, ao Contrato).

O objetivo do Contrato era regular os aspectos operacionais, comerciais e administrativos para o abastecimento de energia elétrica por parte da Edelca para a Eletronorte. No documento fica definido que o suprimento se realizará até o ponto de entrega na fronteira entre Venezuela e Brasil, ao sul da cidade de Santa Elena de Uairén. A responsabilidade da Edelca termina no ponto de entrega da energia e esta empresa não seria responsável por danos ou acidentes que porventura ocorressem no sistema elétrico da Eletronorte. Os índices e critérios técnicos aplicáveis são definidos no Manual de Operação, que passa a se constituir em parte integrante do Contrato.<sup>66</sup> Existem várias cláusulas definindo os limites de tensão, distorções elétricas, acesso a instalações etc. Destaca-se a Cláusula 10 que determina a data de início do serviço para a Eletronorte em 31 de dezembro de 1998. Esta cláusula estabelece ainda que, caso a Edelca não esteja apta a iniciar o serviço de abastecimento elétrico na data prevista, será aplicada uma multa de cinco mil dólares, para cada dia de atraso, até três meses e, se o período de atraso for maior que três meses este valor será de US\$ 35.000,00 por cada dia de atraso. As mesmas penalidades são previstas caso a Eletronorte não esteja apta a receber a energia na data determinada. O último parágrafo da citada cláusula explicita:

*Las penalidades aquí previstas no serán aplicadas, cuando el retraso se deba a la falta de obtención de los permisos que deban requerirse a las autoridades administrativas que regulan la materia ambiental. (EDELCA/ELETRONORTE, 1997, p. 8)*

Seguem cláusulas indicando como será a progressão das quantidades e entregas de energia (MW) chegando à Cláusula 14 que estabelece o limite de 200 MW de demanda máxima, acima do qual, caso seja solicitado pelas partes, deverão ser negociados outros termos em documento específico.<sup>67</sup> Os termos financeiros estabelecidos na Cláusula 18, definem os seguintes encargos: a) os custos de

---

<sup>66</sup> É também criado um grupo técnico e outro comercial para estabelecer as definições necessárias ao detalhamento desses aspectos.

<sup>67</sup> Portanto, caso seja adotada a expansão do sistema para atendimento a Manaus, novo contrato deverá ser celebrado.

construção do sistema de transmissão em território venezuelano, no valor de US\$ 4,500,000.00 (quatro milhões e quinhentos mil dólares americanos) a serem pagos em 20 quotas fixas semestrais, quando o sistema estiver em condições de operar; b) os custos de operação e manutenção, no valor de US\$ 800,000.00/a (oitocentos mil dólares americanos por ano), corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor, dos Estados Unidos; c) os custos da energia elétrica entregue, em tarifa de US\$ 26.00/MWh (vinte e seis dólares por megawatt hora) nos dez primeiros anos e vinte e oito dólares (28.00 US\$/MWh) nos dez anos subseqüentes, tarifa a ser implementada quando do início da operação comercial do sistema.

A vigência do contrato é de 20 anos<sup>68</sup>, a sede de arbitragem é a cidade de Washington DC, nos Estados Unidos da América. A garantidora das obrigações da Eletronorte é a Eletrobrás, desde que acionada pela Edelca<sup>69</sup>.

De acordo com informações da Eletronorte, os investimentos para a implantação eram da ordem de cento e oitenta e cinco milhões de dólares, sendo cinqüenta e cinco milhões de responsabilidade do Brasil e cento e trinta milhões da Venezuela. A parcela brasileira obteve, por solicitação da Eletronorte, financiamento junto à CAF, de parte do montante necessário ao investimento, tendo a Eletrobrás como entidade repassadora e garantidora do empréstimo<sup>70</sup>. Segundo as análises de viabilidade realizadas pela empresa e apresentadas à Comissão de Financiamentos Externos do Ministério de Planejamento (Cofix), a tarifa média da interligação era competitiva frente às demais opções de abastecimento, com retorno econômico a partir do ano de 2005, mesmo considerando a tarifa média com o financiamento da CAF<sup>71</sup>.

Se para o Brasil a interligação era considerada a melhor alternativa de atendimento ao sistema isolado de Boa Vista,<sup>72</sup> para a Edelca o empreendimento também foi julgado viável, tanto do ponto de vista de disponibilizar energia para o sul do país e propiciar o desenvolvimento de empresas mineradoras instaladas na região, como também nos termos econômico-financeiros contratados. Na análise custo-benefício realizada pela EDELCA encontra-se:

---

<sup>68</sup> podendo ser prorrogados por mais dez, desde que acordado ente as partes com um ano de antecedência (Cláusula 24).

<sup>69</sup> O contrato, escrito em espanhol, é datado de 11 de abril de 1997, em Boa Vista, com as seguintes assinaturas: Efraín Carrera Saúd, Edelca; Elias Nadim Ynaty, CVG; José Antonio Muniz Lopes e Caio Marcio Barbosa Marra, Eletronorte; Firmino Ferreira Sampaio, Benedito Aparecido Carraro, Eletrobrás.

<sup>70</sup> Não dispomos de informação sobre a origem dos recursos para o empreendimento em território venezuelano.

<sup>71</sup> Apresentação da Eletronorte a Cofix, em 27 de agosto de 1997.

<sup>72</sup> Com a construção e operação da Linha o consumo de óleo diesel evitado devido a não utilização da geração termelétrica é de cerca de 330.000 litros/dia, equivalente a R\$ 31.000.000,00 por ano (trinta e um milhões de reais).

*Al considerar únicamente los beneficios directos, se obtienen los siguientes indicadores de rentabilidad del proyecto:*

- *Una relación beneficio-costo de 2,06 generada por ingresos de 189,7 MMUS\$ a precios actuales y costos por 91,8 MMUS\$ a precios actuales.*
- *Una tasa interna de retorno en torno al 24%.*
- *Un beneficio neto (valor presente neto) de 97,9 MMUS\$.*
- *El rendimiento de la inversión sería de 2US\$ por cada US\$ invertido.*

*Estos resultados verifican la factibilidad económica de acometer el proyecto, donde resulta fundamental la incorporación de la carga de Boa Vista en virtud de la magnitud de las compras de energía que se realizaría. Al tener un sistema de transmisión hasta la frontera, resulta evidente la posibilidad de aprovechar estas facilidades para integrar la región sur de Guayana y propiciar su desarrollo.*

*Como beneficios indirectos, la nación recibiría ingresos por royalties e impuestos de los proyectos mineros, así como la posibilidad de generar empleos en estos desarrollos. Por otra parte, podrá reducir el consumo de combustibles líquidos en la zona, con lo cual reduciría el costo del servicio de electricidad al reemplazar la energía térmica por energía hidroeléctrica, lo que permitiría generar condiciones para incrementar la actividad económica en la zona. (EDELCA, Análisis de Beneficio-Costo, 1997)*

Além das vantagens apontadas acima, a Edelca tinha interesse direto no abastecimento de energia da região da futura subestação de Las Claritas, pois, a CVG, holding da empresa, detinha 30% do capital de uma empresa de mineração de ouro ali instalada.<sup>73</sup>

Os principais dados técnicos do projeto, constantes no Contrato, eram: Linha de Transmissão na frequência de 60 HZ, circuito simples, em tensões de 400kV (trecho com aproximadamente 290 km de comprimento), da subestação de Macagua II até Las Claritas e 230 kV (trecho de cerca de 190 km) até Santa Elena de Uairén, no Estado de Bolívar, em território venezuelano.<sup>74</sup> A partir da fronteira a linha segue em tensão de 230 kV, com aproximadamente 200 km, até Boa Vista. O sistema contém duas subestações na Venezuela (El Callao e Las Claritas) e uma no Brasil, para recepção e conversão da energia de 400 e 230 kV e posterior distribuição da energia, em tensões menores. A energia seria distribuída, na Venezuela pela Cadafe e no Brasil, pela Eletronorte, na cidade de Boa Vista (atualmente Boa Vista Energia). No total, são aproximadamente 690 km, desde a

<sup>73</sup> Em documento da Edelca, encontra-se como origem do projeto a decisão da – Corporación Venezolana de Guayana (CVG) de participar da exploração aurífera com a empresa Placer Done Inc. e juntas constituíram a empresa MINCA, com participação acionária de 30% para a CVG (Edelca, 2000). Esse é o primeiro argumento com relação às vantagens do projeto, para depois serem apresentados os objetivos de desenvolvimento do sul do país etc.

<sup>74</sup> Inclui-se também dois trechos de extensão das linhas de 4 e 12 km, respectivamente. (Edelca,2000)

Subestação Macagua II, próximo de Ciudad Guayana, até Boa Vista, sendo cerca de 200 km em território brasileiro e 490 km em território venezuelano.

Com essas indicações estava delimitado em contrato o espaço de intervenção do projeto. Sem estudos pormenorizados, sem a discussão de critérios socioambientais comuns, sem atender a legislação internacional e brasileira, no que diz respeito a consultas prévias. O traçado da LT foi riscado no mapa a partir de informações técnicas genéricas e do princípio utilizado em outros projetos lineares da menor distância entre os dois pontos com apoio de infra-estrutura logística.<sup>75</sup>

Esses dois documentos são legitimadores da tomada de decisão de compra e venda de energia, forjada a partir dos macro condicionantes das opções dos governos brasileiro e venezuelano, em suas estratégias geopolíticas e técnicas. No caso brasileiro, atendendo às características da época das estratégias delineadas para a Amazônia, pela visão dos eixos de desenvolvimento e projetos âncora, da visão negocial que as empresas de energia elétrica deveriam instituir no marco da desregulamentação setorial e, finalmente, da abertura comercial e colaboração crescente com os países da América do Sul.

Estabelecido na escala estratégica, o espaço de intervenção é recortado do espaço regional de fronteira e do espaço interétnico. Concebido de forma segmentada e respeitando as fronteiras nacionais, reafirma a ligação rodoviária fronteira recém construída,<sup>76</sup> e é fixado nos termos de *business*, das responsabilidades contratuais e da inexorável presença do projeto de infra-estrutura.

Esses documentos podem também ser interpretados como a oficialização da tentativa de construir um “território do projeto”, visando legitimar a intervenção a ser realizada e atribuir aos atores sociais relacionados à implantação do projeto a hegemonia sobre o espaço social existente.<sup>77</sup> Dessa forma, quando se constituiu

---

<sup>75</sup> No contrato entre as duas empresas responsáveis, foi estabelecido que o projeto seria desenvolvido separadamente nos trechos venezuelano e brasileiro. Na etapa de planejamento, houve discussão técnica, visando à compatibilização dos pré-projetos existentes, através do funcionamento de grupos de trabalho que deveriam também elaborar o Manual de Operação da LT. Os aspectos sociais e ambientais, porém, não foram objeto de integração técnica, sob a alegação de que o atendimento às legislações dos países seria suficiente para o licenciamento ambiental do projeto. A implantação obteve tratamento separado, ainda que o sistema elétrico só pudesse funcionar uma vez implantado todo o percurso da linha. Apesar do contrato estabelecer cláusulas de penalização para a parte que não cumprisse o cronograma estabelecido, não há menção a critérios ambientais comuns para o desenvolvimento do projeto, reduzindo-os ao entendimento de cumprimento da obtenção das autorizações e licenças previstas nas legislações dos dois países. Características sociais e territoriais também não são consideradas como elementos contratuais.

<sup>76</sup> A rodovia que liga Boa Vista até a fronteira foi asfaltada entre 1993 e 94 e propiciou a intensificação do contato regional transfronteiriço, principalmente o comercial, incluindo os problemas de contrabando de gasolina etc. Sobre a fronteira, é importante salientar que sua oficialização é recente, o último ato formal de demarcação foi emitido pela Comissão Mista Demarcadora de Limites, na Ata da 41ª reunião, em 1973, finalizando um processo que teve início no século XIX. A colocação de marcos em distâncias mais próximas continuou a ser realizada pela Venezuela. (MARCANO, 1996, p. 115-117)

<sup>77</sup> Referente ao conceito de território de Sack, citado anteriormente.

oficialmente um “território do projeto”, a característica intrínseca desse recorte espacial foi a não consideração das relações concretas que conformam o espaço onde ele se instalaria, desconsiderando os atores sociais ali atuantes. Era um território destituído de todas as suas formas de ocupação pretérita, pela razão de ser um território que se instaura contra ou apesar destas formas prevalecentes. A estratégia de imposição de um novo espaço com hegemonia dos atores governamentais e empresariais se fez em oposição aos atores locais, desconsiderando sua existência e futuras conseqüências, tanto no uso cotidiano das terras - com as restrições de uso do solo sob a faixa - como também de caráter mais geral, referentes à definição do tipo de uso em terras legalmente protegidas como por exemplo, parques nacionais.<sup>78</sup>

---

<sup>78</sup> Brasil e Venezuela têm práticas diferentes para o uso dos parques nacionais. Na Venezuela, são permitidos outros usos além dos relacionados à preservação. No caso de grupos étnicos a Constituição faculta que eles habitem qualquer terra de ocupação ancestral, independente de sua classificação de uso e a “Ley Penal del Ambiente” (n. 4358 de 03.01.1992) libera os integrantes dessas comunidades de sanções quando estiverem realizando atividades segundo suas práticas culturais nas áreas protegidas.

### 3.4 OS ESTUDOS E AS AUTORIZAÇÕES

No Brasil, simultaneamente à assinatura do contrato, o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (Dnaee, atual Aneel) emitia no dia 9 de abril de 1997 a Portaria nº 121 que autorizou a Eletronorte a:

*Implantar a Linha de Transmissão, denominada Interligação Elétrica Brasil-Venezuela, em 230 kV, com início no ponto de conexão com o sistema de conexão da Venezuela, localizado na fronteira entre Brasil e Venezuela, e término na subestação Boa Vista, localizados respectivamente nos Municípios de Pacaraima e Boa Vista, Estado de Roraima, destinada ao atendimento do sistema de distribuição de energia elétrica do Município de Boa Vista. (D.O.U. em 10 de abril de 1997)*

Tal autorização também fixava o prazo de seis meses para a apresentação do Projeto Básico e condicionava o início das obras à aprovação do Projeto Básico e ao atendimento às demais exigências legais, inclusive as relativas ao meio ambiente.<sup>79</sup>

A Eletronorte desenvolveu os estudos ambientais com vistas à obtenção das licenças necessárias para a construção da Linha. O licenciamento foi conduzido pelo Ibama que determinou a elaboração do Relatório de Controle Ambiental (RCA), com base no Termo de Referência, aprovado em julho de 1997. O relatório foi apresentado ao Ibama em outubro de 1997 e a Licença Prévia (LP) obtida em 12 de dezembro de 1997. O Projeto Básico Ambiental foi apresentado em novembro de 1997 e a Licença de Instalação (LI) obtida em 24 de junho de 1998.<sup>80</sup>

No item Justificativa do RCA, após enumerar os problemas de abastecimento elétrico à Boa Vista, apresenta o projeto com mais um atributo, o de projeto político de integração.

*No contexto da atual política governamental, este projeto revela-se, não apenas a concretização de uma solução de suprimento de energia elétrica, mas também um projeto político de integração entre os dois países. O projeto “Brasil em Ação”, âmbito da política para as fronteiras brasileiras, consolidando o asfaltamento da BR 174, a partir de Manaus até a fronteira, contribui decisivamente para esta*

---

<sup>79</sup> Em dezembro de 1997, por meio da Portaria nº 506, o Dnaee prorroga o prazo concedido por quatro meses. Em 29 de abril de 1998, com a Resolução nº 131, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprova o Projeto Básico, declara de utilidade pública a terra situada na faixa de 40m de largura, tendo como eixo a linha com início no município de Boa Vista e término na divisa com a Terra Indígena São Marcos (...)

<sup>80</sup> Note-se que provavelmente os documentos foram desenvolvidos paralelamente, pois foram submetidos com apenas um mês de intervalo. Cópias das licenças ambientais encontram-se no Anexo B.

*integração econômica e política; a estratégia de localização destes projetos promove o corredor Brasil-Caribe, facilitando a colocação de produtos brasileiros em portos internacionais. (ELETRONORTE, 1997, p. 6)*

É interessante notar como ocorre a dinâmica de criação e legitimação do fato político em documentos para a viabilização do projeto. Há, num primeiro momento, a iniciativa para designar um determinado projeto como Projeto de Governo (conforme tratado no item 2.1 desta Parte II), elevando-o a uma priorização frente a outras possíveis alternativas e, depois que isto ocorre, a justificativa para sua realização (nos documentos oficiais para obtenção de autorizações e outros) passa a ser a necessidade da sociedade brasileira e a priorização dada pelo governo para implementar tal projeto. Há portanto, a mobilização para instaurar a priorização do projeto e a utilização dessa legitimação como justificativa para sua efetivação.<sup>81</sup>

A exigência para o licenciamento do trecho nacional do projeto não foi a de realização de um EIA completo, o que era permitido pela legislação ambiental vigente, que exigia estudos de impacto ambiental para linhas de transmissão superiores a 230 kV, deixando as demais situações sob discernimento do órgão ambiental sobre o estudo necessário. Também não foi exigido da empresa que obtivesse a autorização do Congresso Nacional para interferência em terras indígenas.<sup>82</sup>

O Relatório de Controle Ambiental (RCA) foi desenvolvido com base numa estrutura de avaliação de impactos ambientais e proposição de medidas mitigadoras, semelhantes a um EIA para linhas de transmissão (com equipe interna à Eletronorte), sem abordar, porém, os aspectos relacionados às interferências com as terras e populações indígenas, ainda que mais de 60 dos 200 km de extensão do projeto interferissem com essa categoria dominial do território brasileiro. Segundo

---

<sup>81</sup> Esse é um movimento recorrente no processo de decisão dos projetos de infra-estrutura. Em 2004, por exemplo, os agentes interessados no desenvolvimento das usinas hidrelétricas do rio Madeira, foram ao MME e ao MPOG e obtiveram a anuência destes para apresentar o projeto no BNDES, como projeto de integração da América do Sul. O BNDES passa a referir-se as usinas como projetos de integração sul-americana e estas, a partir daí, são citadas em portarias e documentos oficiais como necessárias por se constituírem em projetos prioritários da IIRSA e do BNDES, para a integração do continente.

<sup>82</sup> O artigo 231 da Constituição Federal prevê a autorização do Congresso e a consulta às comunidades indígenas para o aproveitamento de recursos hídricos. O artigo não foi regulamentado e não há especificação sobre a necessidade de autorização para a passagem de linhas de transmissão associadas ou não a usinas hidrelétricas. Segundo a assessoria indigenista da Eletronorte o MPF foi consultado sobre a necessidade de autorização do Congresso e orientou sobre a sua não solicitação para este caso. A legislação ambiental, nessa época regida pelas resoluções Conama 001/86 e 006/87. Em dezembro de 1997, a RES. Conama 237 esclareceu situações de dúvidas publicando a relação de empreendimentos considerados de relevante impacto ambiental potencial, bem como esclareceu as atribuições dos órgãos de licenciamento nos projetos que interferem com terras indígenas ou são internacionais.

informações advindas de entrevistas realizadas para a pesquisa, o Ibama, com anuência do MPF, concordou que os estudos sobre tais interferências fossem realizados em separado, conduzidos pela assessoria indigenista da Eletronorte, com a participação das comunidades afetadas e de organizações de defesa e representação indígena.<sup>83</sup> Ainda que essa opção tenha sido adotada respeitando a especificidade da questão indígena na região, este fato é no mínimo inusitado, deixando o conteúdo do relatório incompreensível em alguns tópicos resultando num estudo ambiental de uma região sem habitantes, só com beneficiários.<sup>84</sup>

Os documentos para o licenciamento ambiental foram elaborados em espaço de tempo muito curto e ao lê-los se constata que a premência dos prazos acordados na esfera regulatória (Portaria da Aneel) e no contrato com a Edelca levaram à prática de ações não usuais nas diversas fases dos projetos de linha de transmissão - tais como a topografia e a marcação da diretriz em campo já na fase de estudos ambientais -, buscando viabilizar o cronograma de construção. (ELETRONORTE, 1997, p. 97)

O RCA, ainda que toscamente, revela a inexorabilidade da implantação do projeto. Apresenta uma estrutura de avaliação de impactos que não condiz com a proposta interna ao documento. O Diagnóstico apresenta a caracterização da região ressaltando basicamente o município de Boa Vista como principal foco de análise e, desta forma, foge à caracterização da porção territorial indígena dos municípios de Pacaraima, inteiramente localizado na Terra Indígena São Marcos e parcialmente o município de Amajari, com a presença da Terra Indígena Ponta da Serra. No item estrutura fundiária, finalmente é apresentado um mapa com a localização das terras indígenas do estado mas o único comentário referente ao tema é que considerando *“as áreas requeridas por Funai e Sema/RR e as áreas não aproveitáveis (...) restam apenas 24% do total, passíveis de serem utilizadas para o desenvolvimento econômico estadual.”* (ELETRONORTE, 1997, p. 56)

O Diagnóstico não aponta a população afetada pela linha de transmissão.

---

<sup>83</sup> O Capítulo 4 será dedicado às negociações com as comunidades indígenas. Ressalta-se que esses entendimentos estavam baseados na justificativa da especificidade das negociações com as comunidades, principalmente no que diz respeito aos prazos necessários para as decisões das comunidades (ainda que estes não fizessem parte da decisão mais geral, por sinal, já tomada).

<sup>84</sup> Na página 94, na descrição do último impacto “Interferências com as comunidades indígenas”, encontra-se: *“esses impactos estão sendo avaliados pela comissão interinstitucional para as questões indígenas, objeto de relatório a parte, anexo a este RCA”*. Não foi encontrado esse anexo e em nenhum momento antes é citada esta comissão. Aparentemente, segundo entrevistas com técnicos da Eletronorte, este anexo não foi entregue oficialmente ao Ibama para integrar o RCA. Segundo as pesquisas realizadas, os documentos produzidos a partir das negociações com as comunidades indígenas eram de conhecimento do órgão ambiental mas não há registro de seu encaminhamento formal.

Nos estudos de impacto ambiental de linhas de transmissão, é comum a não consideração ou a diminuição da importância dos impactos sociais (PALHANO e NUTI, 2005).<sup>85</sup> Ao mesmo tempo em que as populações não são citadas, a análise de Alternativas Locacionais (Eletronorte, 1997, p. 72 a 75) apresenta uma opção para o corredor de passagem que não afetaria as terras indígenas. Na conclusão, para o descarte dessa alternativa foi utilizado o contrato com a Venezuela como um dos elementos de desvantagem, deixando claro o limite do Relatório, que estava sendo realizado após a decisão de construção da linha, decisão essa que já indicava a passagem preferencial próxima a BR 174 e a cidade de Santa Elena de Uairém:

*Dentre as alternativas de seleção esta alternativa foi basicamente avaliada por seus pontos de restrição e atração, a saber:*

*Pontos favoráveis:*

- *Passagem da linha de transmissão por fora das terras indígenas;*
- *Transposição do marco de fronteira numa cota com 200m de diferença para menor do que a passagem da alternativa principal, no BV-8.*

*Pontos desfavoráveis:*

- *Local de acesso ruim e com poucas opções de estradas para apoio à construção e manutenção da linha;*
- *Desmatamento das faixas de servidão em aproximadamente 34 km de mata virgem e densa;*
- ***Acréscimo de aproximadamente 80 km da LT em território venezuelano, fato que não foi previsto no acordo binacional Brasil-Venezuela. (ELETRONROTE, 1997, p. 74, grifo nosso)***

A “alternativa principal” é adotada mas não comparada como sugerem as metodologias de avaliação de impacto e obriga a legislação brasileira.<sup>86</sup> Caso o objetivo fosse a escolha de uma alternativa, a comparação seria fundamental, uma vez que os argumentos considerados para o descarte da opção não foram suficientemente abordados. Esse ponto deve ser destacado pois os principais impactos socioambientais do projeto, passíveis de manejo durante a construção e de compensação, foram a interferência com terras indígenas e com a vegetação no trecho de mata na Serra Pacaraima e, segundo a descrição apontada para a alternativa descartada não existiria a interferência com a Terra Indígena nessa opção. Mais uma vez o território indígena no Brasil e na Venezuela é considerado como espaço de implantação viável, sem questionamentos à sua implantação.

<sup>85</sup> Palhano e Nuti abordam essa questão no artigo “A invisibilidade como estratégia de controle: impactos ambientais e sociais nos Sistemas de Transmissão das Grandes Barragens”.

<sup>86</sup> O item 8.2 “Alternativa 2 – Diretriz acompanhando a margem leste da rodovia BR 174, sentido Boa Vista – Pacaraima (BV8)” apenas indica que esta é a opção preferencial e passa ao item seguinte de avaliação dos impactos dessa opção.

Os aspectos relacionados a um provável aumento nos custos também não parecem ter sido os definidores da opção, principalmente se comparados aos custos da compensação e mitigação dos programas ambientais da alternativa escolhida.<sup>87</sup> A opção inicial de orçamento dos programas ambientais, apresentada no Projeto Básico Ambiental era de R\$ 5.200.000,00 (cinco milhões e duzentos mil reais) ou US\$1,925,925.00 (um milhão, novecentos e vinte e cinco mil e novecentos e vinte e cinco dólares americanos)<sup>88</sup>. Somente a previsão para o Programa das Comunidades Indígenas foi estimada em R\$ 3.800.000,00 (três milhões e oitocentos mil reais) ou aproximadamente US\$ 1,407,410.00 (um milhão, quatrocentos e sete mil e quatrocentos e dez dólares americanos), cerca de 73% do total previsto para os custos ambientais.<sup>89</sup> Além disso, não se encontra menção à discussão desse tema com a Edelca, ou em relatórios da Eletrobrás e Eletronorte, na tentativa de consideração da não interferência com terras indígenas.<sup>90</sup> Portanto, não houve comparação de opções, apenas a inclusão de uma possibilidade, já previamente descartada, com uma alternativa já escolhida. A opção que prevaleceu para o cumprimento do contrato foi uma determinação inicial de acompanhamento da BR 174, o que facilitaria a logística de implantação da LT.<sup>91</sup>

Aparentemente, o que é apresentado como uma decisão técnica não é justificado por critérios ou procedimentos que embasam estas decisões. Tanto as metodologias de avaliação de impactos como as diretrizes setoriais para a elaboração de projetos propiciam ferramentas para a realização de comparações e

<sup>87</sup> Uma análise expedita das estimativas de custos em projetos de linhas de transmissão mostra que cada quilômetro em linhas de 230 kV, com características similares a esta, custam em torno de US\$ 69,000.00 (segundo as planilhas utilizadas pela Eletrobrás. ELETROBRÁS – DE/DET/DETT – Orçamento de Linhas de Transmissão. Especificação 230 AA CS G 1, 636, GROSBEAK, 9,15, AÇO 3/8, US\$ 69.00/KM com US dólar a R\$ 2.71). Se aplicados às condições de falta de acesso poderiam chegar a cerca de 15% mais caras, assim, os 80 km adicionais custariam mais US\$ 5,871,900 já incorporado o adicional de abertura de acessos e desmatamento nos 34 km em matas virgens, porém sem os custos dos programas ambientais.

<sup>88</sup> 1US\$ a R\$ 2.71, sem o multiplicador de encargos e lucro das empresas que costuma ser de cerca de 2,5% e elevaria o valor para US\$ 4.797.050 ou R\$13.000.000.

<sup>89</sup> Em termos do custo total da LT, segundo informações da Eletrobrás o custo final da LT foi de R\$ 55.000.000,00. Pode-se ter uma idéia dos custos finais tomando por base a totalização de gastos com o item indenizações para retirada dos invasores da TI no valor de R\$ 4.498.222,49. (Relatório Final do Programa São Marcos, jan. 2004)

<sup>90</sup> Houve sim, na etapa de planejamento a argumentação que por estar ao longo da BR estas terras não seriam indígenas e sim do DNER. Além desse argumento não ser precedente, observou-se em campo que a maior parte do percurso a linha esta implantada fora da faixa de domínio do DNER.

<sup>91</sup> Adicionalmente, nota-se na representação gráfica das alternativas que os “traçados” estão somente no Brasil, portanto, a apresentação da Alternativa 1, descartada, não tem ponto de chegada no território venezuelano. A Alternativa chamada definitiva termina no marco da fronteira Brasil-Venezuela.

Sobre a conceituação utilizada no planejamento de sistemas de transmissão, segundo a conceituação das Diretrizes para Elaboração de Projetos Básico de Sistemas de Transmissão (DNAEE/ELETROBRÁS, 1997) os conceitos são: *corredor* – utilizado na etapa de planejamento com 10 a 20 km de largura; *diretriz* – aplicado na etapa de projeto básico, com largura variável de acordo com a tensão; e *traçado* – na etapa de projeto executivo e construção quando já existe a topografia e as marcações de campo para locação das torres. No uso corrente, utilizam-se como sinônimos traçado, rota e diretriz. No estudo em referência, portanto, a utilização seria de diretriz ou rota, ao invés de traçado.

decisões de opções de traçado. Neste caso prevaleceram dois elementos para a definição do traçado que não responderiam totalmente aos critérios mencionados. O primeiro seria a referência no contrato de um caminhamento preliminar da LT e o segundo a importância da rodovia para a infra-estrutura logística da obra. Haveria também um desconhecimento acerca de impactos importantes, como por exemplo a interferência com as populações indígenas? Ou ainda será que houve a desconsideração dos impactos e em uma decisão, supostamente técnica, prevaleceram objetivos outros que não os desta esfera, justificados pela “tecnicidade” de uma operação?



impactos, a ênfase é dada àqueles do meio físico e biótico ou aos oriundos da construção, enquanto os impactos sociais são apontados como benefícios.<sup>92</sup>

Vale notar que ademais de não serem consideradas as relações interétnicas como de conflitos potenciais, na descrição da “geração de conflitos” afirma-se não haver impacto com população ou necessidade de remanejamento quando, nas páginas seguintes, é proposto um “*programa de remoção e indenização da população afetada*”.

*Por inexistir população residente sob o traçado, ao longo de toda a linha, dispensando portanto o seu remanejamento, e por se tratar de região com características de pecuária extensiva, de poucas propriedades rurais em grandes estabelecimentos (total de 82), espera-se que não haja geração de conflitos, ou se ocorrer, serão pouco significativos. Houve apenas o deslocamento de uma maloca, que não foi possível evitá-la com a alteração e ajuste do traçado final, questão esta que será abordada no capítulo destinado à questão indígena. (ELETRONORTE, 1997, p. 88)<sup>93</sup>*

Um espaço sem pessoas, embora estejam previstos remanejamentos. Um espaço onde todos serão beneficiários, mas onde se prevê conflitos. Um espaço onde os conflitos engrandecerão a região. Um espaço sem população no qual se reconhece a presença de população indígena que, entretanto, é tratada à parte, como se estivesse localizada em outro nível deste mesmo espaço. Esta é a representação da região que o RCA passa ao leitor. Um relatório que não foi elaborado para subsidiar um processo de tomada de decisão ou para a escolha de opções tecnicamente mais adequadas. Um documento elaborado para justificar a decisão já tomada e cumprir *pro forma* as determinações legais vigentes.

Os nove programas ambientais propostos são desenvolvidos no Projeto Básico Ambiental (PBA). Este documento, mais coerente que o RCA na relação conteúdo-estrutura, detalha os programas sob a égide de um sistema de gestão

---

<sup>92</sup> Os impactos e medidas relacionadas às questões sociais e ao possível remanejamento de população, indígena ou não, aparecem de maneira contraditória no texto. São três os impactos que deveriam trazer as interferências sociais: “geração de expectativas na população”, “mobilização social” e “geração de conflitos”, sinteticamente abordados. O primeiro aponta as expectativas passíveis de serem criadas com a implantação do projeto e as “*especulações e corridas para auferirem vantagens, da parte de proprietários de terra que direta ou indiretamente poderá ser afetada pelo sistema de transmissão*” (ELETRONORTE, 1997, p. 87). A descrição referente à mobilização social foi definida como impacto positivo, “*dada a oportunidade de desenvolvimento representada*”, uma vez que, afirma o texto de forma gratuita e sem qualquer real incidência sobre as metodologias e perspectiva adotadas, os grupos sociais organizados são de grande valia para a região.

<sup>93</sup> As afirmações contraditórias estão ao longo do texto, na página 94, por exemplo, na descrição do último impacto “Interferências com as comunidades indígenas”, encontra-se: “*esses impactos estão sendo avaliados pela comissão inter-institucional para as questões indígenas, objeto de relatório a parte, anexo a este RCA*”. Como foi citado anteriormente, esse anexo não foi encontrado e não há menção a esta comissão em outra parte de documento enviado ao Ibama.

ambiental<sup>94</sup>. Agora, o Programa Comunidades Indígenas é parte integrante do documento, estruturado como os demais programas previstos, trazendo como esclarecimento em sua introdução:

*As informações contidas neste programa têm um caráter preliminar visto que as negociações com as comunidades indígenas ainda não foram finalizadas. Destaca-se que todas as ações a serem realizadas serão estabelecidas em comum acordo entre as comunidades indígenas e a Eletronorte, e são resultados de um processo participativo. (ELETRONORTE-PBA, 1997, p. 48)*

No trecho venezuelano, os procedimentos de autorização legal foram mais demorados e questionados durante o período de implantação do projeto e de resistência Pemón a ele.<sup>95</sup> Ainda assim, o que consta na documentação encontrada no Brasil e nos relatórios obtidos junto a Edelca, é que a aprovação formal foi obtida pelas autoridades ambientais. No documento sobre a gestão ambiental do projeto, também aparecem as características de negação do território indígena e a ênfase nos benefícios advindos do projeto. O documento, elaborado em setembro de 2000, privilegia as alternativas tecnológicas estudadas para minimizar a interferência nos parques nacionais. O estudo das soluções adotadas foi realizado por equipes multidisciplinares com a participação de técnicos do Ministerio del Medio Ambiente y Recursos Naturales (Marn) e do Instituto Nacional de Parques (Inparques).<sup>96</sup>

As interferências em “Áreas Bajo Régimen de Administración Especial (Abrae)” computadas com vistas à gestão ambiental foram aquelas localizadas na Reserva Florestal de Imataca e no Parque Nacional Canaima. Na primeira, a LT atravessa 80 km em tensão de 400 kV, afetando uma superfície de 960 ha e 15,3 km em 230 kV, numa superfície de 142 ha, totalizando uma área afetada de 1.100 ha na Reserva Florestal de Imataca, incluindo os corredores de serviço e a faixa de passagem da LT. No Parque Nacional de Canaima a largura autorizada para a

---

<sup>94</sup> Sistema que organiza os demais programas estabelecendo metas, atividades, procedimentos, quantitativos, prazos e cronogramas de desenvolvimento. Os Programas ambientais constantes do PBA são: 1. Gestão Ambiental; 2. Revisão das Normas de Construção e montagem e revisão dos Manuais de Manutenção; 3. Comunicação Social; 4. Saúde (dos trabalhadores); 5. Recuperação e Conservação dos Recursos Naturais; 6. Remoção e Indenização da População Afetada (destinado, na verdade, ao levantamento e efetivação das indenizações de propriedades afetadas pela faixa de passagem); 7. Preservação do Patrimônio Arqueológico; 8. Projeto Paisagístico (Subestação); 9. Programa Comunidades Indígenas. A partir do PBA toda a gestão com as comunidades indígenas é tratada especificamente pela assessoria responsável na Eletronorte. O programa de gerenciamento e gestão bem como os demais programas previstos no PBA foram implementados pela Superintendência de Meio Ambiente da Eletronorte.

<sup>95</sup> A oposição das comunidades indígenas ao projeto é assunto a ser desenvolvido no capítulo específico sobre os conflitos com os Pemón.

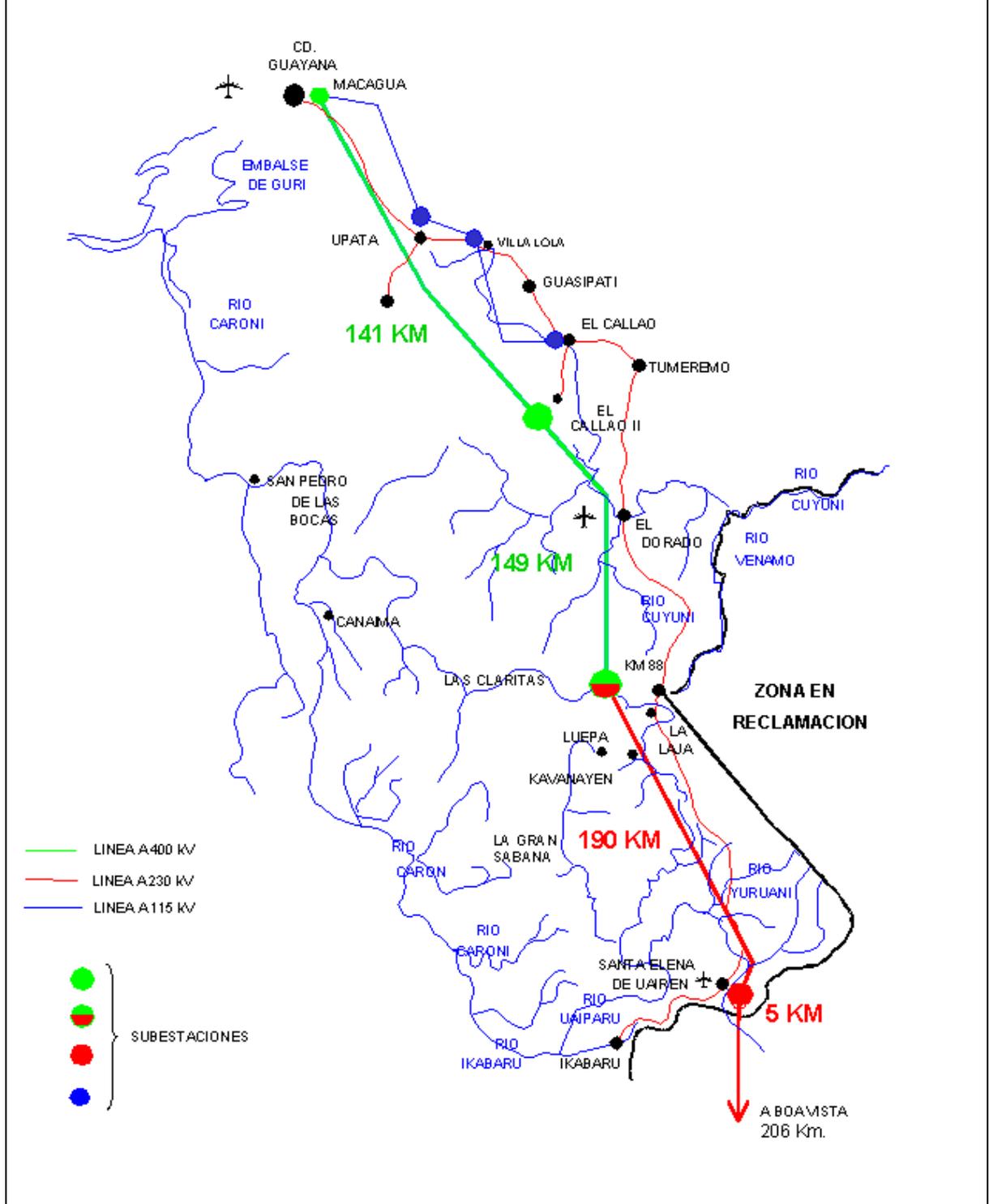
<sup>96</sup> Este é o documento disponibilizado pela Edelca. Não foi possível obter o documento equivalente ao EIA junto às autoridades ambientais da Venezuela e, portanto, não se pode afirmar que seja o mesmo documento aqui trabalhado.

abertura da faixa foi menor (13 m), resultando numa área total afetada de 98 ha nos 75 km de extensão da LT de 230 kV que atravessa o parque.

*Para toda el área de afectación existen medidas de mitigación de impactos, debidamente aprobados por el MARN, como por ejemplo: la aplicación de técnicas especiales de construcción como el uso de helicópteros, la construcción de obras de arte (alcantarillas y bateas) en los drenajes a afectar, control de deforestación etc. (EDELCA, 2000, p. 9).*

A seguir é apresentado o esquema da localização do sistema de transmissão incluído no documento da Edelca.

# SISTEMA DE TRANSMISIÓN MACAGUA STA. ELENA DE UAIRÉN



Fonte: EDELCA, 2000.

**Figura 20 – Localização da Interligação Venezuela-Brasil. Trecho Venezuela**

No item específico “Efeitos del Sistema de Transmisión eléctrico en las comunidades ubicadas en su area de influencia” o relatório esclarece que o traçado

foi feito para um mínimo de interferência e as casas e áreas agrícolas porventura afetadas foram oportunamente indenizadas... *“y se plantea la elaboración de planes integrales de desarrollo en estas comunidades, que sirvan a la vez como un modelo para otras comunidades.”* (EDELCA, 2000:6)<sup>97</sup>

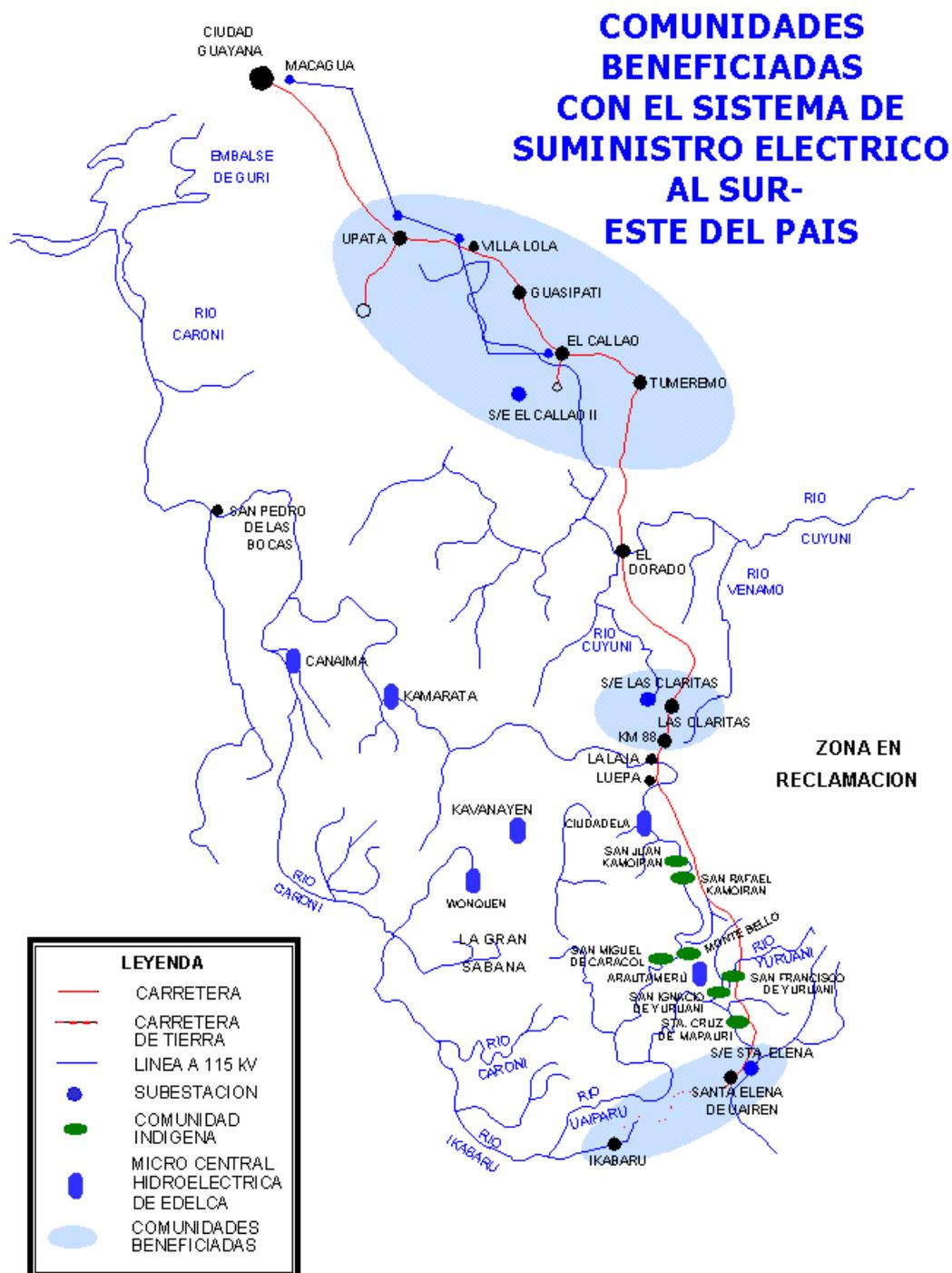
O relatório declara ainda que não haverá impactos sobre a saúde dos habitantes e a única restrição seria a construção de casas sob a linha, por razões de segurança.

*El impacto cultural sobre las comunidades será mínimo ya que el sistema está concebido para mejorar la calidad de servicio eléctrico sólo en Santa Elena de Uairén, sin contemplar ninguna subestación intermedia entre las poblaciones de Las Claritas y Santa Elena. (EDELCA, 2000, p. 7)*

As comunidades indígenas residentes na região já dispunham de energia elétrica, oriunda das cinco micro centrais elétricas existentes. A figura apresentada a seguir mostra as comunidades indígenas, as micro usinas e as linhas existentes. Os documentos tratam, portanto, de justificar a passagem das linhas da Interligação como benefício de abastecimento de energia, apenas indicando a melhoria dos serviços em Santa Elena de Uairén, muito precários na ocasião. Conforme já assinalado, a população indígena e seu território não são considerados e tratados adequadamente. Os “impactos culturais” são mostrados com a noção implícita de não acrescentar instalações e obras na região. A não existência de subestações é tomada como indicador de baixos impactos culturais. Só foram considerados como impactos da passagem da linha aqueles incidentes na vegetação e paisagem das áreas protegidas legalmente, sendo este um dos fatos geradores da resistência à implantação do projeto, como se verá no Capítulo 5 deste trabalho.

---

<sup>97</sup> Segundo as informações disponibilizadas pela EDELCA na internet, existe um Programa de desenvolvimento das comunidades Pemón, “Programa Mayú”, desenvolvido junto todas as comunidades da bacia do rio Caroni. O Programa que contempla ações de educação, saúde, habitação, manejo de recursos naturais e ecoturismo não é citado como sendo resultados das compensações da implantação do projeto de Interligação, contudo, sua apresentação é associada a utilização dos recursos energéticos da bacia e teve seu desenvolvimento iniciado após os conflitos com os Pemón. Informações detalhadas sobre o Programa Mayú estão disponíveis no site da EDELCA.



Fonte: <<http://www.edelca.com.ve>>, acesso no ano de 2001.

**Figura 21 – Comunidades Indígenas e Sistema Elétrico Existente no Sul da Venezuela – 2001**

#### **4 NEGOCIAÇÃO E GESTÃO INTERCULTURAL: O PROGRAMA SÃO MARCOS**

Após o acordo entre os países, a celebração dos contratos entre as empresas responsáveis e a autorização de construção pelo órgão regulador nacional, restava conseguir a autorização do órgão indigenista oficial e as respectivas licenças ambientais para que o empreendimento fosse concretizado. Depois de demonstrada a interferência com terras indígenas, era importante a concordância dos grupos étnicos para viabilizar as “ações em campo” com início em maio de 1997.<sup>98</sup>

Em geral, a literatura sobre participação em projetos de desenvolvimento, produzida pelas agências multilaterais ou por autores a elas ligados<sup>99</sup>, destaca dois momentos fundamentais no processo participativo: a consulta prévia à decisão de realização do empreendimento e a participação durante todas as etapas de implementação do projeto.

Os grandes projetos nacionais e, nesse caso, também os de integração internacional, não têm promovido a etapa de consulta prévia à decisão de implantação junto às comunidades indígenas ou locais. Parece ser entendimento dos governos nacionais que esta etapa poderia ser suprimida, assumindo o poder executivo - como representação da vontade nacional - a decisão pela realização de projetos considerados relevantes para o desenvolvimento da nação. As agências governamentais e os processos de tramitação dos acordos e contratos evidenciam esta visão (já apresentada no capítulo anterior) que evoca o caráter de legitimidade nacional (programa de governo, projeto Brasil em Ação etc.) para fazer cumprir o que seria a vontade maior da nação. Nesse contexto, a legislação internacional (Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho) e a nacional (Constituição Federal e Resoluções do Conama) são descumpridas silenciosamente ou passam a significar apenas etapas de aprovação anunciada.

---

<sup>98</sup> Antes disso, em fevereiro do mesmo ano, ainda quando da realização dos primeiros estudos de planejamento, o assessor indigenista da Eletronorte propunha os encaminhamentos e contatos iniciais que deveriam ser realizados e alertava para uma interferência do traçado proposto em 60 km na TI São Marcos e 15 km na Araçá/Ponta da Serra. Propunha contatos com: Procuradoria Geral da República; Funai; Associação das Comunidades Indígenas de Roraima (Acir); Associação dos Povos Indígenas de Roraima (Apir); Associação Taurepang, Wapixana e Macuxi (ATWM); Prelazia de Roraima; Comissão Pró-Índio de SP.

<sup>99</sup> Por exemplo, The World Bank Participation Sourcebook, 1996.

A segunda modalidade e etapa de participação - a ser efetivada no processo de elaboração, implantação e operação do projeto - torna-se o único e limitado espaço de atuação que ainda poderia ser aberto para os grupos sociais atingidos. Isto não significa afirmar que inexista possibilidade de um acionar político nesse âmbito ou que as formas de ação implementadas não possam alcançar alguns dos objetivos almejados pelos grupos sociais incluídos no processo. Significa, isto sim que, em princípio, os termos propostos para os grupos sociais envolvidos, a lógica predominante e os limites da negociação serão aqueles estabelecidos pelo e no projeto. Os espaços de entendimento e de negociação serão também mais ou menos marcados pelas características e objetivos culturais e políticos dos grupos em questão, de acordo com as potencialidades de jogo nessa arena política, específica da implementação do projeto.

O posicionamento e a articulação com atores externos e o uso do tempo para influenciar o jogo de forças, nos prazos associados às etapas do projeto, tendem a ser fatores fundamentais para o sucesso ou não das necessárias negociações que deverão ocorrer neste âmbito.<sup>100</sup>

A etapa de “gestão” ou implementação do projeto, se considerada como espaço de negociação e de atuação política (ainda que com limitações no que diz respeito aos contornos impostos pela situação “de projeto”), pode abarcar objetivos das comunidades que, na avaliação dos representantes da empresa, escapam ao escopo de suas competências e possibilidades de ação, sobretudo quando atualizam questões relativas a políticas nacionais de desenvolvimento ou de assistência às populações envolvidas ou quando remetem a processos (heranças) históricos que os atores sociais não tenham tido condições políticas de negociar anteriormente. Dito de outra forma, no contexto de implantação de projetos, nos marcos atuais de consideração das noções de desenvolvimento sustentável e participação, compartilhadas nos campos energético, ambiental e indigenista, é possível estabelecer um espaço de negociação - ainda que sob a disputa desigual de interesses - de objetivos culturais e políticos específicos, como é o caso da

---

<sup>100</sup> A atuação e motivação dos atores, internamente aos grupos em disputa, também é diferenciada mesmo considerando a adesão aos objetivos de consecução do projeto. Como se observa no caso dos profissionais que trabalham junto às comunidades indígenas na implementação das ações de compensação que em geral são vistos pela empresa como aliados dos interesses indígenas e pelas comunidades como os intermediários (ainda que bem intencionados ou até mesmo aliados) na relação com a empresa.

retirada dos invasores da TI São Marcos.<sup>101</sup>

A formulação e implantação do Programa São Marcos constitui exemplo do espaço de negociação e atuação políticas envolvendo a empresa, o Estado, as comunidades indígenas e suas associações e representações, reconhecidas como interlocutores preferenciais e “porta-vozes” legítimos do território a ser atravessado. A descrição desse processo contribui para revelar as características do campo político da ação indigenista na implantação do projeto de infra-estrutura, no ambiente da gestão ambiental dos projetos.<sup>102</sup>

A análise dessa experiência apoiou-se sobre a organização das informações em três momentos consecutivos, mas com diferenças marcantes em relação à participação dos atores envolvidos no processo, ao tipo de atividade realizada e à legitimidade atribuída pelas comunidades indígenas às ações desenvolvidas. Em decorrência, a implantação do projeto na Terra Indígena São Marcos é apresentada, como segue: a) em primeiro lugar é focalizada a fase de estabelecimento dos termos de compensação à interferência; b) em seguida, é tratada a implementação do Termo de Compromisso na fase de construção da LT; c) finalmente, se descreve a complementação da retirada dos invasores desta TI e a fase de manutenção do Programa São Marcos, até janeiro de 2004.

#### 4.1 DOS ESTUDOS TOPOGRÁFICOS AO TERMO DE COMPROMISSO

A partir do momento em que a empresa reconheceu a interferência com os grupos étnicos no norte de Roraima, designou um indigenista para representá-la nessa arena. O assessor indigenista passa a ser o intermediário da empresa junto às comunidades e suas representações. José Porfírio Fontenelle de Carvalho, nesta

---

<sup>101</sup> Carmona Maya desenvolve os argumentos para uma antropologia intercultural, sugerindo que o desenvolvimento sustentável seja interpretado no contexto da pós-modernidade como um texto cultural e que a adoção de textos e práticas interculturais (como o fazem muitos grupos étnicos) na negociação dos projetos possa contribuir para o estabelecimento de uma espécie de contrato social onde a participação seja considerada adequadamente. (CARMONA MAYA, 2002)

<sup>102</sup> Esta pesquisa privilegiou a análise da participação dos grupos indígenas. Entendeu-se que as formas de participação dos grupos étnicos poderiam melhor exemplificar os objetivos da pesquisa. Observa-se, contudo, que apesar do reconhecimento que as visões e representações dos grupos não indígenas complementariam o processo não foi possível abranger tais concepções no âmbito dessa pesquisa.

Para efeitos de registro do processo de negociação e da experiência de gestão do projeto foi elaborado um Anexo com a documentação considerada de maior relevância no processo. Neste capítulo serão relatados os principais marcos cronológicos e de atuação do Programa São Marcos que evidenciem os objetivos da pesquisa. Apesar da relevância da experiência não é possível nos limites desta pesquisa reconstituir toda a história do processo.

função, estabeleceu as diretrizes e imprimiu a dinâmica de trabalho observada durante todo o processo de negociação dos termos de compensação, oferecendo sua credibilidade pessoal ao processo. A presença de um indigenista conhecido e respeitado pelas comunidades atingidas por seus trabalhos anteriores foi determinante no processo.<sup>103</sup>

O primeiro registro oficial da estatal para a delimitação do campo de negociação e legitimação da decisão foi o encaminhamento de correspondência à Funai, em abril de 1997, comunicando a “incumbência” da construção da LT, propondo uma reunião para maiores esclarecimentos e para discutir uma proposta de trabalho para a avaliação dos impactos e medidas mitigadoras.<sup>104</sup>

No mês seguinte, após contatos com a CPI-SP e o Instituto Socioambiental (ISA), a equipe da assessoria indigenista da Eletronorte realizou uma viagem a Boa Vista, visando aos contatos iniciais com as Associações Indígenas e órgãos oficiais.

*Na programação estava incluído um contato inicial com as comunidades indígenas para informar nossa vontade em realizar uma reunião para apresentação do projeto e discussão com toda a comunidade. Assim as comunidades teriam um tempo para se comunicarem e marcarem uma data de seu interesse para que a Eletronorte organizasse a reunião. Entretanto, uma convocação do Prefeito de Pacaraima, para uma reunião no dia 28.05.97 precipitou a reunião. Para que fosse dado um maior tempo para mobilização da comunidade para comparecer a reunião, o Administrador da Funai em Boa Vista, após discussão com alguns tuxauas, marcou a reunião com as comunidades indígenas para o dia 29.05.1997. (Relatório Dirigido às Comunidades Indígenas – ELETRONORTE –set., 1997)*

Ainda que precipitada pela ação do prefeito, com o objetivo de valorizar a possível presença do projeto como benefício levado por ele às comunidades, a reunião ocorreu na aldeia Boca da Mata, com a presença de muitas lideranças indígenas, de representantes das associações e da Eletronorte. Esta última apresentou sua experiência no trato da questão indígena, as características do projeto, a importância dos trabalhos de topografia e a disponibilidade da empresa

---

<sup>103</sup> A importância e especificidade do papel dos intermediários na política têm sido abordadas em diferentes trabalhos. Principalmente junto às sociedades camponesas e indígenas essa relação adquire relevância para as negociações específicas (BOURDIEU, 1989 e ROMANO, 1982). Cabe observar também que nem sempre a posição do assessor indigenista foi acatada pela empresa.

<sup>104</sup> Encaminhada em 30.04.97, a carta cita a Portaria Dnaee de 09 de abril que autoriza a construção da LT, e a previsão dos trabalhos de campo para o mês de maio. Solicita informações sobre a interferência nas terras indígenas e as plantas e decretos que contêm os seus limites. Assinado pelo presidente da Eletronorte, José Antônio Muniz Lopes, para o presidente da Funai, Julio Gaiger.

em informar as comunidades. (ELETRONORTE, set. 1997).

O encaminhamento dado pela assessoria indigenista foi solicitar às comunidades a autorização para a realização dos trabalhos de topografia que permitiriam avaliar as interferências objetivas da LT no território indígena, bem como demarcar o futuro traçado da linha.

Em 7 de junho, as comunidades indígenas encaminharam a Eletronorte uma correspondência que passou a ser entendida como a declaração inicial de posicionamento das comunidades na negociação. Nessa carta evidenciaram-se os pontos básicos da etapa de negociação e os argumentos que posteriormente seriam abandonados, principalmente sobre a abrangência dos impactos do projeto nas comunidades indígenas do estado. A correspondência estabeleceu também um canal de comunicação com a empresa, ao endereçar a correspondência a Eletronorte em Roraima, e outro canal de confiança pessoal, em nome do assessor indigenista que apresentou a proposta para as comunidades. Entre outros aspectos, a correspondência enfatiza ser essa autorização apenas para os estudos topográficos.<sup>105</sup>

*Nós, lideranças indígenas representantes das organizações, Conselho Indígena de Roraima – CIR, Associação Taurepang, Wapixana e Macuxi – ATWM, Associação dos Povos Indígenas de Roraima – APIR, em conjunto com o Secretário de Assuntos Indígenas do Município de Pacaraima, abaixo assinados, reunidos no dia sete de junho do corrente ano (1997), discutimos sobre a proposta apresentada pelo senhor Porfírio de Carvalho no dia 29 de maio passado, decidimos o seguinte:*

*1. A linha de transmissão da energia de Guri (Venezuela) para Boa Vista ocasionará o aceleração do desenvolvimento do Estado de Roraima, o que afetará todas as comunidades indígenas do Estado. Não importa se o traçado da linha passe por três comunidades (São Marcos, Ponta da Serra e Araçá) ou apenas por uma (Santa Inês).*

*2. É importante portanto, a elaboração de um relatório de impacto ambiental, para que nós conheçamos como seremos afetados, possivelmente, direta e indiretamente. Sendo assim, nós autorizamos que seja realizado o levantamento topográfico da linha de transmissão e queremos a elaboração de um RIMA. Nós não estamos autorizando a construção da linha de transmissão, o que só será possível, ou não, depois de avaliarmos os levantamentos topográficos e o RIMA.*

*3. Nós queremos ainda que seja criada formalmente pela ELETRONORTE, uma comissão formada pelo Ministério Público Federal, IBAMA, FUNAI, Governo do Estado, representantes das organizações de apoio e indígenas, para que acompanhem,*

---

<sup>105</sup> Uma cópia da carta encontra-se no Anexo C São Marcos.

*permanentemente, todos os trabalhos relativos à construção da linha de transmissão.*

*4. Que o levantamento topográfico seja realizado em conjunto com representantes das comunidades indígenas e que haja uma reunião antes de se iniciar os trabalhos para melhor definir a sua execução.*

*Boca da Mata, 07 de jun. 1997. (carta assinada por mais de cinquenta representantes de aproximadamente 20 aldeias e 3 associações)*

Além dos aspectos mencionados, os itens 3 e 4 da carta acima transcrita indicam pontos que marcaram a fase de negociação (3) e toda a implantação das ações de compensação. A participação de representantes indígenas nas atividades do projeto em terras indígenas (4), foi observada em todas as etapas. A composição da comissão (denominada posteriormente Comissão Interinstitucional), foi montada nos dois meses seguintes, com convites emitidos pela Superintendência de Meio Ambiente da Eletronorte, para: FUNAI; Procuradoria Geral da República; Ibama; Secretaria de Planejamento, Energia, Indústria, Comércio e Meio Ambiente de Roraima (Seplan); Instituto Socioambiental (ISA); Comissão Pró-Índio (CPI-SP); Associação dos Povos Indígenas de Roraima (Apir); Associação Taurepang, Wapixana e Macuxi (ATWM); Conselho Indígena de Roraima (CIR); e Prelazia de Roraima.

Entre as citadas organizações, associações e órgãos, a CPI-SP e o ISA concordaram em participar mas não compareceram às reuniões. O Ministério Público e o Ibama estiveram presentes ao processo por meio de suas representações regionais. As associações indígenas também acompanharam todo o processo de negociação e o governo do estado participou de algumas reuniões. A Comissão teve maior atuação durante o período de realização dos estudos de topografia e de negociação do Termo de Compromisso (março de 1998) que viria a consolidar as ações de compensação devidas pela implantação da Interligação.

Após a autorização para o desenvolvimento dos estudos de topografia, outra reunião foi promovida, na aldeia Boca da Mata, para detalhar os procedimentos que seriam adotados durante a realização das atividades dentro das Terras Indígenas São Marcos e Ponta da Serra. Foi formada uma comissão de acompanhamento dos trabalhos da empresa contratada, composta por quatro representantes indígenas (um da TI Ponta da Serra e três da TI São Marcos, representando três associações diferentes, CIR, Apir e ATWM), dois representantes

da Eletronorte e um representante da Funai. Os trabalhos foram executados durante o período de 14 de julho a 28 de agosto de 1997 embora a previsão inicial de término fosse outubro do mesmo ano.

De acordo com a assessoria indigenista da Eletronorte, era importante esclarecer desde o início as diretrizes básicas da “metodologia do trabalho” a serem adotadas, que consistiam em: *“conhecimento da realidade local; envolvimento de instituições, governamentais e não governamentais ligadas à causa indígena (...) e, participação das comunidades indígenas afetadas.”* (ELETRONORTE, set. 1997).

O processo de negociação e de realização dos estudos de topografia foi registrado num relatório dirigido às comunidades indígenas (setembro de 1997), contendo toda a documentação de correspondências, material de divulgação e modificações feitas desde os estudos de planejamento. O levantamento topográfico teve como resultado adicional a otimização do traçado da LT dentro das terras indígenas, diminuindo as interferências em relação à previsão inicial.<sup>106</sup>

Nas reuniões com as comunidades, alguns procedimentos haviam sido acordados e no referido relatório foram mencionados como itens cumpridos. Alguns desses aspectos são de interesse para a compreensão da dinâmica do processo, como, por exemplo, o fato de que os danos provocados pelo trabalho de topografia nas roças ou arbustos deveriam ser indenizados no ato<sup>107</sup>. A comunicação sobre trabalho próximo às casas e os seus possíveis efeitos deveria ser feita pela representação indígena. Antes de começar o trabalho a liderança da região era avisada para que o morador mais próximo fosse comunicado da presença da empresa. Ficou registrada, também, a equivalência na remuneração entre trabalhadores índios e não índios.<sup>108</sup> Com relação às atividades a serem desenvolvidas, foi realizada, antecipadamente para os representantes indígenas, uma demonstração do trabalho e dos equipamentos a serem utilizados. Para a orientação dos trabalhadores não índios foi preparado um folheto contendo os

---

<sup>106</sup> **Trabalhos na TI Ponta da Serra:** *“os estudos de topografia verificaram algumas interferências no traçado indicado originalmente e foi proposta uma terceira alternativa onde a casa mais próxima fica a 99 metros de distância do eixo da LT. A única interferência desse traçado é com uma roça de mandioca (cerca de 47m de comprimento por 36 de largura).”*

**Trabalhos na TI São Marcos:** *“o traçado original foi afastado de duas aldeias, Sabiá e Boca da Mata, bem como outras alterações para minimizar interferências com a paisagem e benfeitorias.”* ELETRONORTE - Relatório de Levantamento topográfico, ago. 1997.

<sup>107</sup> O relatório apresenta cópias de todos os recibos das indenizações.

<sup>108</sup> Observa-se que durante a construção não foi observada a contratação de indígenas pela empresa construtora. Este é sempre um item de difícil equacionamento pois se por um lado o trabalho pode ser uma oportunidade de renda individual temporária, por outro, internamente às comunidades pode trazer ou acentuar diferenciações. Mesmo quando as comunidades decidem o critério a ser adotado é ainda complexo, pois o controle do tratamento dispensado pelas empreiteiras aos trabalhadores é ainda um dos itens mais difíceis na construção.

procedimentos e o comportamento a serem observados nas terras indígenas.

Como característica principal dessa fase encontra-se a preocupação por parte da empresa de efetivar a participação dos grupos Macuxi, Taurepang e Wapixana, bem como promover uma ampla articulação com as associações e representações ou entidades de apoio à luta indígena. As especificidades do movimento indígena em Roraima são marcadas pela organização e representação, apresentando um significativo número de entidades onde estão organizadas as diferentes etnias sem que esta seja a única clivagem para a congregação dos indivíduos nas associações. Tais associações se relacionam também com as demais forças políticas da luta indígena, dos movimentos populares, das igrejas e dos partidos políticos e se percebe, ainda, um certo predomínio de uma determinada associação em cada terra indígena.

A estratégia de ampliação das articulações - inicialmente direcionada às comunidades indígenas, para todas as associações, para as duas organizações não governamentais envolvidas nas principais lutas indígenas da região<sup>109</sup> e para o MPF - visava consolidar a proposta de compensação com a participação das comunidades e lideranças das terras indígenas atingidas e com o conhecimento e aprovação destas forças políticas.

Merece menção a preocupação em registrar e comprovar as ações desenvolvidas junto às comunidades, constatada tanto nos relatos sobre as reuniões realizadas, quanto nos relatórios emitidos, em que constam cópias de recibos e correspondências.<sup>110</sup>

Ao final dos estudos topográficos foi realizada uma reunião na sede da administração regional da Funai, em Boa Vista, com os representantes da Comissão Interinstitucional, os representantes indígenas que participaram dos estudos, além dos membros da equipe indigenista da Eletronorte e de técnicos do Departamento de Meio Ambiente da Eletrobrás<sup>111</sup>. Os relatos dos representantes indígenas

---

<sup>109</sup> CPI-SP e ISA apoiaram a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, a defesa das terras Yanomani e a resistência à construção da UHE Cotingo.

<sup>110</sup> Ressaltamos que a ADAWA e as comunidades indígenas da TI São Marcos possuem detalhada documentação de registro dos fatos ocorridos no período de 1997 a 2003. Houve a preocupação de produzir relatórios e registros que documentassem as atividades, demonstrando-as às comunidades, fato incomum nos programas de gestão ambiental do setor elétrico.

<sup>111</sup> A Eletrobrás acompanhou todo o processo de negociação e implantação do projeto, tendo como motivação a execução do empréstimo junto à CAF, do qual a empresa era repassadora à Eletronorte. Além disso, a CAF, que também realizou o acompanhamento físico-financeiro e ambiental, por meio de sua Gerência de Meio Ambiente, procurou o Departamento de Meio Ambiente da Eletrobrás solicitando que esta implementasse sua “política ambiental” (II PDMA) no projeto. Esse acompanhamento foi realizado pela pesquisadora desde julho de 1997 a 2003. Especificamente na época das negociações, acompanhamos a realização da reunião de 01.09.1997. Os registros das citações a seguir foram feitos naquela ocasião.

destacaram pontos por eles considerados positivos.

*Houve muita cooperação, não vimos nenhum conflito. Tudo foi conversado e houve um acordo do que podia tirar. No final do trabalho foi feito uma ata. Os donos das casas estão satisfeitos com a proposta da ELN. Não podemos dizer que vai ser feita a LT, só o trabalho foi bem feito” (representante da TI Ponta da Serra)*

*Foi tudo em ordem, quando chegávamos nas casas explicávamos, não que a LT ia ser construída, mas que era para o trabalho. Avaliamos os danos às roças e o seu Carvalho perguntava se eles estavam satisfeitos. (representante TI São Marcos)*

*O trabalho foi cansativo mas foi bom para conhecer. Pode ser que a LT não passe mas a medição da LT vai passar, e fomos explicando. Num ponto passou no meio da roça, junto com ele foi avaliado e foi pago. Tudo foi num acordo. Bananeiras também, urucuzeiro também receberam recibo de pagamento. (representante TI São Marcos)*

Os representantes das associações, principalmente CIR e Apir, expuseram suas inquietações quanto à condução do processo e enfatizaram a necessidade de elaboração de estudos específicos, questão já levantada na correspondência que autorizou a realização dos estudos topográficos, bem como explicações sobre o fato de construir uma LT como alternativa à UHE Cotingo e para a diferenciação de posicionamentos entre as associações.

*Considero que a fase importante de análise é daqui para a frente porque se pode ver qual vai ser o impacto. Já falei para a CAF (...) Embora o trabalho esteja sendo feito com esta preocupação de diálogo, mesmo Cotingo poderia se concretizar. Uma vez que foi colocado (a linha de transmissão) como opção e nós não sabíamos disso, foi transferido o problema. Não que eu coloque sob suspeita a participação de todos, mas nessa fase vamos precisar de avaliação de estudos, nem eu nem os companheiros temos condição de avaliar se está sendo bom (...), que a FUNAI coloque a disposição técnicos para uma análise particular nossa. Como é um projeto que vai estar ali por longos anos a responsabilidade da liderança é fazer com que seja bem feito, ter embasamento de repassar isso para nosso pessoal na nossa linguagem. Essa Comissão deve continuar mas que tenhamos nossos técnicos para avaliar. (representante da APIR)*

*“Gostaria de esclarecer que a proposta do CIR alternativa era o Linhão mas não que passasse por São Marcos. Cotingo também passaria no São Marcos com a sua linha de transmissão. Sobre a Comissão, tenho consultado os componentes dessa comissão (representantes indígenas) e que tem sido levantado que não tinha um relatório para analisar (...)que nenhum índio trabalhasse para não criar diferenças (...) estou de acordo com o companheiro que fosse feito um estudo porque vai afetar outras comunidades no estado de Roraima, que fosse feito uma reunião com os índios para tirar propostas e após esse encontro uma reunião para analisar o*

*relatório.(Representante do CIR - registro de depoimentos durante a reunião de 01.09.1997)*

Os posicionamentos do representante do governo do Estado e da Prelazia foram na mesma direção, inquirindo sobre o documento que formalizava a Comissão e pedindo esclarecimentos sobre o seu papel.

Após a finalização dos levantamentos topográficos, os estudos para a determinação do futuro traçado foram aprofundados e

*foi detectada a possibilidade de desvio da TI Ponta da Serra. Entretanto o mesmo não ocorreu com a TI São Marcos. Foi então realizada uma reunião com os representantes das Comunidades Indígenas da TI Ponta da Serra onde foi esclarecido que o desvio seria possível. A Comunidade se mostrou favorável a possibilidade de desvio. (Relatório ELETRONORTE. Processo de Negociação com as Comunidades Indígenas, abr. 1998)*

Essa alteração fez com que a interferência ficasse restrita a TI São Marcos e as negociações continuaram com foco principal naquelas comunidades. A partir desse momento as atenções da Eletronorte e das representações indígenas foram dirigidas à elaboração de um documento que “autorizasse” a passagem e propusesse os termos de compensação para a construção da LT na TI São Marcos.<sup>112</sup>

O processo todo, desde a primeira reunião para a apresentação do projeto até a oficialização do Termo de Compromisso entre Eletronorte, Funai e Comunidades Indígenas da TI São Marcos ocorreu entre maio de 1997 e março de 1998, período no qual estavam também sendo realizados o RCA e o PBA.<sup>113</sup> Considerando os prazos definidos para o projeto, com conclusão prevista para dezembro de 1998, este poderia ser considerado um longo período. No entanto, verificadas as experiências de processos de licenciamento ambiental e de construção de acordos com grupos étnicos (dez meses no total - sendo cinco para a construção de um acordo) pode ser considerado um prazo muito curto.

---

<sup>112</sup> Essa autorização é paradoxal e pode ser vista como pressão política de ambos os lados. Da parte da empresa como uma formalização da decisão tomada em outros níveis e, da parte das comunidades indígenas, como argumento fundamental para a negociação dos itens da compensação.

<sup>113</sup> As Licenças Ambientais datam, respectivamente: LP – 12.12.1997; LI – 24.06.1998; LO – foi concedida por quatro anos e vem sendo renovada regularmente.

Ainda em outubro, as comunidades reunidas “após discussão entre eles e os técnicos da Funai”, elaboraram uma proposta, encaminhada pela Funai a Eletronorte, em novembro, com a retirada dos invasores como principal medida de compensação. Esse aspecto foi questionado, a princípio internamente na empresa, por ser da União a responsabilidade sobre as terras indígenas, fato que impediria que uma empresa “retirasse” pessoas daquela área, mesmo que a presença delas fosse considerada indevida. Foi pensada então uma ação compartilhada, onde a retirada do pessoal seria de responsabilidade da Funai.

*A Eletronorte encaminhou resposta à presidência da Funai em 18.12.1997, onde ressaltava que não dispunha do total de recursos para a extrusão e que seria também necessário o comprometimento da Funai para a extrusão da TI e com os processos de segurança do Sistema de Transmissão. (ELETRONORTE, abr. 1998)*

O argumento da empresa para o questionamento da proposta que incluía a retirada dos invasores da TI São Marcos eram os valores do levantamento fundiário dos moradores não índios - considerados desatualizados - e que serviriam de base para o estabelecimento do valor das indenizações de benfeitorias.<sup>114</sup> Funai e Eletronorte ajustaram que o levantamento fundiário seria revisto e uma comissão para tal fim foi estabelecida por portaria da Funai em janeiro de 1998.<sup>115</sup>

A partir do momento em que a proposta foi encaminhada pelas comunidades indígenas, teve início a discussão de uma minuta de documento que expressasse o acordo entre a Funai, a Eletronorte e as Comunidades Indígenas. Nos dias 28.02 e 01.03.1998 foram realizadas reuniões na Fazenda São Marcos para submeter tal documento à apreciação das comunidades. Uma minuta do Termo de Compromisso (TC) foi aprovada e, no formato de ata, assinada por 52 representantes indígenas, dos quais 15 auto-identificados como tuxauas. Com a minuta discutida, foi acrescentado o texto que se segue, com a indicação de um tuxaua para assinar o documento oficial em nome das comunidades indígenas.

*Após leitura e discussão das obrigações de cada uma das partes da minuta do Termo de Compromisso, os representantes e lideranças indígenas abaixo assinadas aprovam a redação e as palavras escritas nessa minuta, autorizando a elaboração definitiva do Termo de Compromisso. (ELETRONORTE, abr. 1998)*

---

<sup>114</sup> Os termos referentes à retirada das ocupações dentro da TI São Marcos que aparecem nos documentos oficiais são: extrusão (Funai) e desintrusão (Eletronorte) da terra indígena. Com relação às pessoas que ali estavam as referências são: ocupantes, invasores, fazendeiros.

<sup>115</sup> Portaria Funai n. 068/PRES de 21.01.1998. O levantamento fundiário foi realizado e finalizado em 08.03.1998.

Em 31 de março foi assinado o Termo de Compromisso (TC) entre Eletronorte e Funai, com interveniência das comunidades indígenas da Terra Indígena São Marcos, objetivando autorizar a Eletronorte a construir a Linha de Transmissão atravessando aquela região.

Os principais pontos do Termo de Compromisso com relação às responsabilidades da Eletronorte e da Funai são, respectivamente:<sup>116</sup>

- indenização com valor determinado, em nome das comunidades e direcionado para a “desintrusão” da TI;
- orçamento de R\$ 3.500.000,00;
- programa de vigilância da TI, a ser implementado durante a construção da linha de transmissão;
- despesas de acompanhamento e fiscalização dos representantes da Funai e das comunidades indígenas durante a implantação do Projeto Básico Ambiental, a cargo da Eletronorte;
- indenização dos bens individuais aos índios (cercas, culturas e benfeitorias);
- prazo de vigência das ações: durante a construção;
- previsão para a retirada dos invasores: outubro de 1998 (sendo o processo de retirada de responsabilidade da Funai);
- criação de comissão de acompanhamento dos trabalhos com representantes indígenas;
- repasse para as comunidades indígenas de todos os bens adquiridos durante o processo.

Como responsabilidade das comunidades indígenas as cláusulas apresentadas incluem:

- assegurar a Eletronorte a faculdade de praticar todos os atos de construção, operação e manutenção da LT;
- dar conhecimento a todos os membros da comunidade os compromissos assumidos;

---

<sup>116</sup> A íntegra do documento encontra-se no Anexo C. O TC foi assinado pelos presidentes da Funai (Sullivan Silvestre de Oliveira) e da Eletronorte (José Antônio Muniz Lopes), pelo presidente da Apir (tuxaua Firmino Alfredo da Silva), pelo Administrador Regional da Funai (Walter N. F. Bloss) e o Diretor de Planejamento e Engenharia da Eletronorte (Caio M. B. Barra).

- utilizar a faixa de servidão de acordo com as normas indicadas pela Eletronorte de forma a garantir a segurança das comunidades indígenas e a integridade física da LT;
- nomear os representantes.

Os depoimentos colhidos após a assinatura do acordo revelam certa incredulidade.

*Olha, ninguém acreditava nessa proposta. Veja só, o que que tá falando. Tá mais ou menos... vamos dizer, 20 poucos anos. Vamos dizer, 30 anos só falando, falando retirada dos fazendeiros. Na demarcação retirariam os fazendeiros. Trinta anos dona Mírian, trinta anos falando a mesma palavra. Toda assembléia falávamos, pedíamos a demarcação. Com 15 anos eu comecei a acompanhar. Nunca saiu, então quando veio essa proposta, ninguém acreditava, será? Muitos fazendeiros. Como é que vão retirar? Aí quando a Eletronorte entrou, eu assinei. Eu sou o assinador do Termo de Compromisso, de contrato, mas mesmo assim ninguém acreditava ainda não. Ninguém acreditou. Eu dizia para os Tuxaua, dizia para eles assim: 'vocês não tão acreditando, mas eu estou acreditando'. Porque a gente está vendo, você tem que acreditar no seu trabalho. Se você não acreditar quem é que vai fazer para você? Como é que você vai realizar o teu sonho que você esperava tanto? (entrevista realizada em 2001)*

Na percepção das lideranças foi um processo complexo tanto com relação a Eletronorte e Funai como no que concerne às articulações entre as associações.

*Foi um bom tempo, 1 ano de negociação. Não foi fácil não, 1 ano de reunião em reunião. Os Tuxauas brigando aí. Deu confusão esse negócio aí. Deu problema entre a comunidade. Uns entendiam pouco, outros não entendiam. Na época o CIR, ninguém era coligado com o CIR. O CIR e a APIR brigavam entre eles. Aí quando o CIR quis entrar para ajudar, as pessoas daqui não gostaram. Fizeram até o documento dizendo (entrevista com tuxaua ligado a APIR).*

O Termo de Compromisso consolidou a fase inicial de negociações e estabeleceu os termos da compensação para as comunidades e da conduta da empresa no processo. Também consolidou os posicionamentos da Funai e das lideranças. Trouxe para o âmbito da compensação do projeto a retirada dos invasores da TI e a possibilidade para os Macuxi, Taurepang e Wapixana de vislumbrarem a retomada de seu território. Faltava para essas comunidades começar a efetiva retirada dos moradores não índios das fazendas estabelecidas e enfrentar as ameaças e ações de retaliação da sociedade regional e dos poderes locais.

A futura presença física das torres e cabos cortando o território da TI São Marcos por tempo indeterminado pode ser vista como a representação simbólica da “troca” realizada: a retirada dos invasores pela permanência da linha de transmissão por tempo indefinido no território indígena. A Linha de Transmissão perpetuará um novo ator na TI, a empresa de energia que estará presente, minimamente para os serviços de manutenção, enquanto o empreendimento estiver em operação.

#### 4.2 O PROGRAMA SÃO MARCOS

Os compromissos do TC e o Programa Comunidades Indígenas (P9), do Projeto Básico Ambiental (PBA) - foram a base para o Programa São Marcos (PSM)<sup>117</sup>. No relatório de abril de 1998, dirigido às Comunidades Indígenas, constam a primeira versão do PSM e o programa ambiental do PBA, o primeiro voltado a dar início ao acompanhamento das obras e o segundo focado no sistema de gestão proposto para o projeto como um todo. O que ficou acordado no TC é também expresso nas metas a serem alcançadas.

*-Assegurar que a implantação do empreendimento se dê de forma menos impactante possível, tanto no que diz respeito ao adequado relacionamento com as Comunidades Indígenas, quanto com relação à proteção do meio ambiente;*

*- Compensar a implantação da linha de transmissão na terra Indígena São Marcos. (ELETRONORTE/FUNAI, janeiro/2001 - Relatório: Atividades do Programa São Marcos – Relatório Dirigido às Comunidades Indígenas – Período 13/05/1998 a 31/12/2000)*

Para a implantação da gestão da construção foram previstos dois subprogramas: o Subprograma de Vigilância da Terra Indígena São Marcos e o Subprograma de Acompanhamento Ambiental da Implantação do Empreendimento.

O Subprograma de Vigilância previa as seguintes principais atividades:

- financiar os custos da desintrusão da TI São Marcos;
- fiscalizar a retirada dos intrusos da TI São Marcos e evitar o seu

retorno;

---

<sup>117</sup> Desde as experiências de compensação para os grupos Parakanã e Waimiri-Atroari (usinas hidrelétricas de Tucuruí e Balbina, respectivamente) que a denominação do conjunto de atividades de responsabilidade da empresa a serem implantadas nas terras indígenas recebem o nome de Programa e são organizadas em subprogramas específicos. Nesse caso, a denominação também está associada ao processo de licenciamento ambiental e continua recebendo o nome de Programa mas da Terra Indígena e não de uma etnia específica, uma vez que existem três grupos na TI e que estes também não estão apenas nesta TI e que a compensação seria direcionada para a TI São Marcos.

- evitar a instalação de novos intrusos; e
- participar na proteção e fiscalização ambientais da TI.

O Subprograma de Acompanhamento Ambiental da Implantação do Empreendimento, previa:

- informar os trabalhadores sobre as normas de conduta em TI;
- informar as Comunidades Indígenas sobre os procedimentos da construção da linha de transmissão;
- participar da otimização do projeto de locação das torres;
- acompanhar todas as equipes que executarão trabalhos na TI;
- elaborar e acompanhar os estudos antropológicos, arqueológicos e inventário florístico;
- indenizar a massa florística a ser abatida ou danificada para implantação do empreendimento; e
- indenizar os bens individuais dos índios que venham a ser atingidos pela implantação do empreendimento (ELETRONORTE/ FUNAI, jan. 2001, p. 10)

Interessante que, apesar da conjugação inicial do processo de negociação ao programa de gestão ambiental do licenciamento, as características dessa gestão, ou dos processos indenizatórios que ocorrem em outros projetos de infra-estrutura, estão expressas em poucos itens, apenas nos referentes aos estudos da flora, arqueológicos e no acompanhamento da construção propriamente dita. O Programa São Marcos enfoca marcadamente dois pontos: o cuidado na implementação adequada da LT e a compensação.<sup>118</sup>

Novamente, houve um documento que apresentava a orientação do trabalho, indicada como “metodologia”, prevendo como diretrizes básicas: o envolvimento da Superintendência de Meio Ambiente (através da assessoria indigenista), em todas as etapas de implantação do empreendimento; e o envolvimento das Comunidades Indígenas na definição e desenvolvimento das ações do Programa São Marcos.

*Com relação às comunidades indígenas, as atividades planejadas são sempre levadas ao conhecimento de todas as aldeias da TI São*

---

<sup>118</sup> Não estavam contemplados no Programa 9 ou no Programa São Marcos o monitoramento das ações. Mesmo que as atividades do Programa tenham se estendido, por diversos fatores, inclusive pela demora para a finalização do processo de retirada dos não índios, até final de 2003, esse pode não ser o tempo suficiente para que as comunidades e suas lideranças tenham consolidado o processo de reintegração de seu território. Não houve a previsão de uma avaliação desse importante aspecto antes da passagem do Programa para a gestão das comunidades.

*Marcos em reuniões plenárias. Estas reuniões, geralmente, são realizadas em dois dias consecutivos, sendo que no primeiro dia só os líderes das comunidades se reúnem para discutir e ter um posicionamento de consenso na reunião do dia seguinte, onde participam também a ELETRONORTE e a FUNAI. Nestas reuniões são também indicados os representantes das comunidades indígenas que participarão das atividades no período. (ELETRONORTE/FUNAI, 2001, p.11, 12)*

Para a implantação das atividades previstas foi montado um sistema de acompanhamento e fiscalização da construtora visando minimizar os impactos dentro da Terra Indígena. Foi realizado o acompanhamento da construção por meio de um sistema envolvendo a programação diária de autorização do trabalho nos acessos e sítios das torres e a orientação e fiscalização das atividades desenvolvidas pela construtora em cada praça de torre.

Os procedimentos de gestão eram também executados nos acampamentos dos trabalhadores, com a realização de exames médicos e conversas de orientação a cada nova turma de trabalhadores da construtora que fosse direcionada aos trabalhos na TI. Foram produzidos folhetos e especificações técnicas para orientação aos trabalhadores que teriam atividades na TI.<sup>119</sup>

O início da implantação do Programa se deu em maio de 1998 com a instalação de escritório de campo em Pacaraima e, pouco depois, no Posto de Surumu (posto de vigilância adaptado das instalações de um sítio indenizado) para apoio às atividades de fiscalização da construção e vigilância. Posteriormente, com a finalização da construção, o escritório de Pacaraima foi desativado e todas as atividades de apoio do subprograma de vigilância concentradas no Posto Surumu onde as comunidades construíram uma enorme maloca no estilo da arquitetura Macuxi.<sup>120</sup>

---

<sup>119</sup> O sistema contou com várias equipes de vigilância, formadas e treinadas pela equipe da assessoria indigenista, presente na região durante todo o processo de construção. Os procedimentos adequados para as atividades de construção na TI, com o devido cuidado com o desmatamento, os resíduos e outros, foram significativos e exemplares, principalmente se comparados aos procedimentos de gestão e ao comportamento dos construtores fora da TI. Para os representantes das comunidades que acompanhavam as equipes de fiscalização foi também importante verificar que, na prática, os cuidados necessários e previstos por lei (Estatuto do Índio) estavam sendo observados ali onde os problemas ambientais já se fazem sentir por conta do uso que vinha sendo dado ao território. Os trabalhos de fiscalização foram realizados a partir de um convênio da Eletronorte com a ADAWA que deu suporte para a contratação dos agentes ambientais e dos demais profissionais que trabalharam para o Programa no período.

<sup>120</sup> O Posto Surumu, primeiro estabelecimento retirado às margens da rodovia BR 174, ficou sendo o posto de vigilância da TI naquela estrada. Houve deliberação das comunidades para que naquele local fossem construídas edificações típicas das três etnias. A primeira, o “malocão” Macuxi, que passou a ser chamado Centro Makunaimi, utilizado para as reuniões e outras atividades de encontro. O Posto serviu também para a demonstração da utilização de programas de reaproveitamento de resíduos, energia solar e para a implantação de um canteiro de mudas nativas que servia de base para as atividades da Oficina da Terra.

Estas foram as atividades previstas para a etapa de construção. Ao longo do período de desenvolvimento do Programa São Marcos, a dinâmica de relacionamento com as comunidades e a reação dos não índios provocaram alterações no planejamento inicial previsto.

*Foram ainda desenvolvidas algumas atividades extras que surgiram de necessidades detectadas no decorrer da implantação do Programa. Essas atividades visam suprir as necessidades geradas pela falta de ação de órgãos públicos locais que, em represália a postura dos índios de exigirem a retirada dos invasores de sua terras, negam transporte e outros apoios antes prestados às Comunidades Indígenas. Outro objetivo destas atividades é incentivar, ainda mais, a retomada da comunidade de sua dignidade enquanto índios e do orgulho de possuírem uma cultura diferenciada. (Relatório de Atividades, ELETRONORTE/FUNAI, Programa São Marcos, 2004, p. 10)*

O Programa produziu relatórios anuais contendo todas as atividades do período. Entre estas, vale ressaltar aquelas não previstas inicialmente, como a “Oficina da Terra”, que promoveu a produção de mudas de espécies vegetais nativas, medicinais e frutíferas com a implantação de viveiros, hortas e cursos para mais de 25 aldeias.<sup>121</sup>

#### 4.3 A RETOMADA DAS TERRAS PELAS COMUNIDADES DA TI SÃO MARCOS

Depois de realizada a atualização patrimonial, foram iniciados os processos para a indenização e a retirada das 103 posses. Também era compromisso da compensação o ingresso e o acompanhamento dos processos na Justiça Federal. As indenizações começaram a ser efetivadas em 13.07.1998 e se prolongaram até 20.02.2002. Em sua maioria foram pagas no ano de 1998, e apenas 10 nos anos de 2001 e 2002. Os valores destinados ao pagamento de indenizações somaram R\$ 4.445.134,59 e, adicionalmente, com despesas de perícias e movimentação bancária, o valor total subiu para R\$ 4.498.222,49.<sup>122</sup>

<sup>121</sup> A Oficina da Terra teve ótima aceitação e alcance junto às comunidades. Funcionou com a implantação de um viveiro inicial no Posto Surumu, onde representantes das aldeias freqüentavam, em sistema de alternância, e aconteciam algumas práticas. Os cursos atenderam cerca de 60 pessoas. A produção de mais de 15 mil mudas atendeu o objetivo de despertar a necessidade de recuperação de áreas já degradadas e o plantio de espécies nas aldeias. (ELETRONORTE, Relatório Final do Programa São Marcos, 2004:154 e dados do acompanhamento realizado pela pesquisadora)

<sup>122</sup> Ressalta-se que houve um depósito complementar ao valor estimado no TC, por parte da Eletronorte, no valor de R\$ 1.006.142,97. Foi repassado o saldo final restante de R\$ 7.920,48 às comunidades indígenas.

O processo de indenizações e retirada dos invasores foi longo, muito tenso e violento. Efetivamente, durante gerações, foram estabelecidas relações de dominação e outros laços, entre os moradores dos mais de cem estabelecimentos dentro da TI e os índios e o processo de retomada das posses e retirada dos moradores era interpretado pelos não índios como afronta e insubordinação.

Os moradores do município de Pacaraima passaram a ter reações hostis em relação aos índios. Os próprios “fazendeiros” que seriam indenizados apelavam, lançando mão de todos os recursos, desde os sentimentais - evocando a longa convivência com os “vizinhos” -, até o incêndio de residências e o cerco às casas indígenas mais próximas. A hostilidade se estendia aos que trabalhavam no Programa São Marcos, tanto em Pacaraima como em Boa Vista. As agressões estavam presentes em todos os níveis no estado. Em Boa Vista, muros eram pichados com inscrições contra a Funai e os índios, os jornais locais atacavam cotidianamente o processo, as autoridades estaduais e municipais chegaram a suspender serviços coletivos às comunidades. Todos os recursos da sociedade regional foram acionados para que o processo fosse retardado ou não concluído.<sup>123</sup>

A abrangência temporal do Programa foi sendo alterada e algumas atividades incluídas. No total, o Programa São Marcos teve mais de 5 anos de duração com a participação da Eletronorte, através da assessoria indigenista e do apoio da ADAWA, em conjunto com a Funai. Em janeiro de 2004 houve a passagem formal de todas as atribuições, bens, documentos e fundos restantes para uma associação criada para gerenciar o Programa - a Associação Programa São Marcos.<sup>124</sup>

Os significados da presença da linha de transmissão no território indígena ficaram ofuscados no período da pesquisa devido à preponderância que o tema da retomada das terras adquiria para as comunidades indígenas Macuxi, Taurepang e Wapixana.

É possível que, assumindo a gestão do Programa a partir de 2004, tais

---

<sup>123</sup> A Polícia Federal no local, presente no posto de fronteira e acionada pela atribuição de atuação em conflitos envolvendo os indígenas, raramente se posicionou a favor das comunidades mantendo o que chamavam de imparcialidade, na prática, a não ação. O poder judiciário decretou a prisão do assessor indigenista sob a alegação de estar insuflando os índios contra os moradores não índios da TI. Os conflitos chegaram à mídia nacional. O tema referente às relações índios e não índios em Roraima merece desenvolvimento particular, como já foi indicado, e se constitui numa das sociedades regionais de animosidade mais acirrada.

<sup>124</sup> Quando da saída da ADAWA a Associação Programa São Marcos assumiu a execução do PSM. No relatório Final do Programa é citado que esta mudança será registrada oficialmente no TC entre a Eletronorte/Funai/Associação Programa São Marcos. Também foram elaborados e assinados termos de repasse de todos os bens da ADAWA pra a APSM.

posicionamentos tenham sido alterados. Para o desenvolvimento desta pesquisa, no entanto, foi fundamental recuperar os relatos exemplares sobre o significado e os desafios da retomada do território para essas comunidades indígenas.

*Eu acredito, aí ficava assim, quando o recurso entrou ninguém acreditou. Quando foi uma negociação que quando começou a negociação... primeiro dia foi a negociação com eles, chamando eles na FUNAI, os advogados aí quando tumultuou. Primeiro, que isso aí foi uma jornalista. Ela recebeu e saiu naquele dia mesmo, aí começaram a acreditar. Aí quando ela saiu todo mundo... os advogados tumultuaram lá, os advogados deles, dos fazendeiros. Aí foi assim. (liderança Macuxi)*

Outro morador da aldeia Bala, afirma:

*O Olmiro (invasor) disse que os índios foram burros pois ele ganhou um dinheiro que nunca ganharia na vida, mas quem ganhou mesmo fomos nós que hoje somos livres. (depoimento colhido em agosto de 2002)*



**Figura 22 – Foto dos moradores da aldeia Bala tomando posse de antiga invasão**

Um relato, de distinto significado – sobre a descoberta de uma nova realidade – foi manifestado por um dos representantes das aldeias que acompanhou as equipes de agentes ambientais na fase da construção da linha de transmissão e que voltava às suas atividades na aldeia:

*Vou para minha aldeia muito diferente do que quando eu cheguei.... quando cheguei aqui eu nunca havia dito que estas terras são minhas, são nossas, dos Macuxi e dos Wapixana, sempre soube que as terras eram da FUNAI, do Patrimônio da União.... Aqui eu aprendi*

*e tenho certeza que estas terras são minhas são do meu povo e vou dizer para todos de minha aldeia. (relato colhido por Porfírio Carvalho).*

O trecho da entrevista realizada com o assessor indigenista da Eletronorte reúne elementos sobre a dinâmica de relacionamento daqueles que trabalharam no Programa São Marcos, sobre os aspectos de todo o processo de dominação durante a presença não indígena na região e, finalmente, a respeito do sentimento vivenciado pelas comunidades por ocasião da saída dos moradores não índios.

*Num dia de domingo, quando fazíamos vistoria sobre a saída de invasores da Terra Indígena São Marcos, estávamos indo de aldeia a aldeia, ex-fazenda a ex-fazenda e passamos pela aldeia da Bala. Já era quase meio dia e fomos convidados para almoçar com eles... e aceitamos.....Após o almoço, recebemos um novo convite para uma reunião na escola.... a comunidade queria conversar conosco.... o Tuxaua da aldeia era o Firmino....A reunião versou sobre a saída dos invasores com agradecimentos, cumprimentos etc.*

*O Firmino nos apresentou a sua mãe, uma senhora Wapixana que não falava português.... Ela ficou em pé e começou a falar e o Firmino a traduzir.....*

*Ela contou a história da aldeia Bala... qual a razão da aldeia chamar-se “Bala”. Disse ela, que o pai tinha o nome de Manduca e que habitavam aquele local desde o tataravô dela.... E que o invasor – os “donos” das fazendas Flechal, Maruai... haviam chegado e tomado conta daquelas terras com violência. Criavam gado.... e cercaram todas as terras das aldeias existentes, inclusive a aldeia onde o pai dela morava e que era chamada de “aldeia do Manduca”, pois o avô dela também se chamava Manduca.....(o invasor) mantinha sempre homens armados circulando por toda área vigiando os índios..... havia muito gado e as rezes pastavam dentro da aldeia..... ela era criança e tinha muito medo....*

*O “fazendeiro” fechara todos os caminhos da aldeia e para fiscalizar, só permitia os índios saírem da área em caminhos que passavam dentro do curral, uma espécie de brete..(local estreito onde as rezes são levadas para vacinação, peso etc.) para que fossem vistos saindo...E que um dia... ela criança brincava perto do igarapé da aldeia quando um touro pertencente ao fazendeiro correu atrás dela para chifrá-la e o senhor Manduca, para evitar, flechou o touro e matou-o. O fazendeiro mandou buscá-lo na sede da fazenda e como corretivo deu um tiro no pé do Manduca e a bala ficou encravada no pé dele.... até sua morte...Ele passou a mancar devido o trauma... e os índios quando se referiam a Aldeia do Manduca, passaram a denominar Aldeia do Manduca da Bala..... e por fim Aldeia da Bala... Disse mais, que ele Manduca, nunca tinha conhecido a liberdade..... morreu e não conhecera a liberdade, criara-se sob o julgo do fazendeiro.... escravo....*

*Disse também que o marido dela o pai do Tuxaua Firmino... também não conhecera a liberdade e quando morreu teria que ser enterrado fora da área da aldeia (o fazendeiro exigia que os índios mortos fossem enterrados fora da área da aldeia).... mas, como ele gostava*

*muito dali, os índios resolveram enterrá-lo sob uma pedra da Serra do Maruai, bem na frente da aldeia.... à noite todos da aldeia conseguiram levantar a pedra e colocaram o corpo dele embaixo.... E mostrou apontando, uma pedra enorme, está ali, aquela pedra é a sepultura do meu marido.... ele nunca conheceu a liberdade....*

*E continuou...."eu também nunca tinha conhecido a liberdade.... agora conheço.... não tem mais nenhum invasor no Maruai ... agora posso andar para onde eu quiser, não tem mais cercas, a casa da fazenda onde morava o 'fazendeiro' é nossa... quem mora lá hoje é um índio que toma conta do nosso gado...*

*Hoje a minha neta e os meus netos podem correr livres pelos campos de Maruai.."*

*Ela dizia tudo isto em pé e na presença de todos da aldeia...E concluindo, nos agradeceu por ter tirado os invasores da terra dela... por ter trazido a liberdade... abraçou-me e sentou-se.*

*Olhei para todos até mesmo para o Firmino que traduzia a fala de sua mãe e já traduzia com a voz embargada... e todos estavam muito emocionados.... lágrimas nos olhos praticamente de todos que a escutávamos....*

*Foi-me dado a palavra... e eu com muita dificuldade disse que os responsáveis pela conquista da liberdade eram eles mesmos índios Macuxi e Wapixana... que haviam negociado com a Eletronorte a passagem da linha de transmissão e conseqüentemente foi possível a retirada dos invasores....*

*Após minha curta fala uma das netas dela levantou-se e cantou.... um canto solo sem instrumentos sem acompanhamentos, mas cantou... no seu canto dizia-se feliz por ser filha de Wapixana e Macuxi e poder viver em liberdade nos campos de Maruai...*

*(entrevista realizada com Porfírio Carvalho em 2005)*

## 5 A RESISTÊNCIA PEMÓN

A implantação da Interligação Venezuela-Brasil, em seu trecho venezuelano, ocasionou uma série de protestos internacionais e nacionais - por parte dos índios, das entidades ambientalistas e de apoio aos povos indígenas - sob a alegação de que o Estado e a empresa de energia não reconheceram os direitos indígenas sobre suas terras.

A resistência Pemón se fez sentir nas diversas tentativas de negociação que abrangeram a exigência de estudos de avaliação de impacto cultural, a realização de protestos em toda a área do projeto e na capital e, principalmente, a ação local ao longo do traçado da linha, por meio da derrubada e desmonte das torres e da paralisação dos trabalhos de implantação do projeto.

A construção da linha permaneceu paralisada no território venezuelano por mais de um ano, acarretando um atraso de cerca de 18 meses no cronograma da obra, com custo adicional, segundo a imprensa, de oitenta e cinco milhões de dólares<sup>125</sup>. Durante esse período registraram-se choques com o exército e um severo racionamento de energia na cidade de Santa Elena de Uairén, o que colaborou para posicionamentos antagônicos com relação à resistência Pemón. A Edelca só conseguiu finalizar o projeto após a instalação ostensiva de unidades do exército próximo às principais comunidades indígenas e aos sítios da obra.

Os Pemón utilizaram várias formas de luta e resistência, recorreram à Internet para a ampla divulgação de suas reivindicações e dos passos das suas lutas, como também apelaram à justiça, ao Ministério de Meio Ambiente, protestaram junto à Embaixada Brasileira e escreveram ao presidente da Venezuela e do Brasil.

Seus protestos associavam elementos de diferentes origens, conformando um discurso que articulava o tradicionalismo, a discriminação, a ausência de participação e o não cumprimento da legislação venezuelana e internacional. Além da articulação de todos estes aspectos, a utilização da Internet com a veiculação maciça de mensagens chama a atenção por possibilitar que essas comunidades acionem outras esferas políticas que não a seqüência usual nos casos de âmbito local, regional e às vezes nacional.

---

<sup>125</sup> El Nacional, 3 de julho de 2001.

Este capítulo tem como fontes básicas de informação as mensagens divulgadas pela Internet, as notícias de jornais venezuelanos e brasileiros, uma rápida visita ao local e algumas entrevistas. Ainda que não seja o material ideal para a reconstituição etnográfica do conflito, permite analisar algumas percepções e a visão veiculada nesses meios sobre o processo de resistência. As mensagens eram enviadas para listas de ambientalistas, entidades de defesa dos povos indígenas da Amazônia e endereços pessoais.<sup>126</sup> A maioria era transmitida primeiramente para a Lista de Ecologia e Meio Ambiente da Venezuela (LEA). A emissão das mensagens variou, ao longo do período, mas os emissores que mais se destacaram foram a Amigransa, a LEA e José Rafael Leal.<sup>127</sup>

Neste capítulo, os eventos mais significativos do processo de resistência são apresentados seguidos das representações e argumentos colocados na Internet e na imprensa para a legitimação de sua luta. Espera-se completar com essa abordagem da resistência ao projeto os elementos principais da etnografia do processo de implantação do projeto de interligação elétrica como exemplo da efetivação da integração energética e da infra-estrutura física do continente.

## 5.1 O PROCESSO DE RESISTÊNCIA

A partir da análise das mensagens e notícias foi possível identificar eventos que marcaram o conflito em torno da construção da LT e buscar reconstituir o processo de resistência, apontando as diferentes formas de luta e, quando

---

<sup>126</sup> A norma ABNT não especifica a maneira correta de citar mensagens, inclusive desaconselha o uso de e-mails como fonte para a pesquisa científica. Consideramos que as listas ou entidades que estão sendo utilizadas como referência não se enquadram na categoria de e-mails informais. Foram tomados os cuidados necessários de verificar a origem das mensagens que, em geral, de organizações não governamentais reconhecidas no meio ambiental e indígena. Trata-se, portanto, de considerar as entidades e organizações também como atores do campo de disputa em questão. A exceção é feita a José Rafael Leal (trastor ou interfazamazônica), um internauta morador de Santa Elena de Uairén e um dos principais veiculadores das notícias Pemón pela Internet. José Rafael Leal, o “trastor” realiza quase um diário de acontecimentos nos momentos mais críticos do processo. Não foram consideradas as mensagens de opinião pessoal mas apenas as mensagens que repassavam comunicados etc., muitas das quais foram também repassadas por outras organizações. Para fins de citação, estamos indicando entre parênteses o emissor e a data. Para uma noção da quantidade e tipo de notícias veiculadas, apresenta-se uma síntese no Anexo D.

<sup>127</sup> “*La Sociedad de Amigos de La Gran Sabana es una asociación civil sin fines de lucro, constituida en abril de 1986 para la preservación, conservación y defensa del patrimonio ecológico y cultural de la Gran Sabana-Parque nacional Canaima-Terra de Tepuys y todas aquellas áreas pertenecientes al Macizo Gauayanez y la defensa de los Pueblos Indígenas que allí habitan. Amigransa la integran un grupo de profesionales de distintas disciplinas, jóvenes estudiantes y una vasta red de colaboradores formada por habitantes de la Gran Sabana, científicos y otros amantes de la naturaleza. El trabajo de Amigransa está basado en el voluntariado.*” Texto anexado ao final das mensagens enviadas por essa ONG, junto com o endereço de Caracas.

possível, os diferentes atores sociais envolvidos nas diversas fases do conflito no período que vai de 1998 até meados de 2001.

De maneira geral, os atores principais envolvidos mais diretamente no confronto de posições são os índios Pemón<sup>128</sup> e os representantes das empresas responsáveis pela execução do projeto e do governo venezuelano. No decorrer do processo, a diversidade de estratégias de luta posta em prática por esses agentes principais amplia o seu campo de influência, articulando o envolvimento de outros atores, como por exemplo, as entidades ambientalistas, a imprensa e os atores governamentais brasileiros.

A resistência Pemón, segundo os registros disponíveis para a pesquisa, teve início em 1998, no processo de discussões sobre a implantação do projeto, já em construção. Desde o início são encontrados relatos de enfrentamentos entre a “Guarda Nacional” e os Pemón no território indígena. É também do final deste mesmo ano, uma nota da Sociedade de Amigos em Defesa da Gran Sabana (Amigransa) para a imprensa, proclamando para a sociedade venezuelana os problemas e intenções do projeto.

*En los últimos meses el país ha venido contemplando con asombro la ejecución inmisericorde y arbitraria de un nuevo mega-proyecto de desarrollo gubernamental con consecuencias ambientales, sociales, y económicas muy comprometedoras para Venezuela. Se trata del proyecto del tendido eléctrico hacia Brasil (...) cuyos desafueros en magnitud e alcance pueden equipararse a lo tristemente celebre Decreto 1850 de afectación de la Reserva Forestal de Imataca para uso minero y forestal. (...). Las razones aducidas de compromisos ya adquiridos entre el Presidente Caldera y el Presidente del Brasil y el interés de una integración económica con el país vecino, no resisten a un análisis sensato y objetivo. (AMIGRANSA, 05.11.1998)*

A caracterização da Interligação como porta de entrada para os empreendimentos de mineração da região de Imataca e o favorecimento do Brasil no acordo estabelecido marcam argumentos que serão encontrados nos pronunciamentos posteriores de organizações não governamentais e indígenas. A conjuntura era de debate eleitoral visando às eleições presidenciais e os pronunciamentos do então

---

<sup>128</sup> Esclarecemos que não são adotadas categorias nativas para as referências às comunidades, aos representantes indígenas e aos líderes políticos, utilizando-se genericamente, lideranças, ou termos que aparecem nas correspondências como “caciques” ou “principais”.

candidato Hugo Chávez em defesa da Gran Sabana serão lembrados nas correspondências Pemón.<sup>129</sup>

Em setembro de 1999, com o intuito de terem seus argumentos reconhecidos pelas instituições governamentais, os Pemón bloquearam a rodovia que corta seu território, impedindo o tráfego dos trabalhadores da CVG.<sup>130</sup> A partir daí começam a ser veiculadas, com mais frequência, as notícias dos protestos dessas comunidades ao longo dos mais de cem quilômetros da rodovia e da linha de transmissão que cortam o território Pemón. (trastor – 24/09/99)

Em resposta aos protestos dos indígenas, os representantes do poder governamental e da CVG propõem acordos por intermédio da negociação com os membros da Federação Indígena do Estado Bolívar (FIB), entidade reconhecida, pelas comunidades e pelas empresas, como de representação indígena naquela região. Os protestos continuam e alguns grupos reclamam das negociações estarem sendo realizadas com lideranças não pertencentes às comunidades da região afetada, munidos de interesses diversos e, conseqüentemente, sem representatividade para negociar as propostas e celebrar um acordo em nome de todas as comunidades. Tais diferenciações contemplam graus de impactos e posicionamentos diferenciados sobre a construção da linha de transmissão e seguirão marcando a resistência até o final da implantação do projeto.

O acordo firmado entre membros da FIB, representantes do governo e da Edelca<sup>131</sup>, deu origem a várias manifestações contra a construção da linha de transmissão por parte dos indígenas moradores nos povoados diretamente atingidos pelo projeto. (trastor 27/03/00, 07/04/00 e 27/08/00; IRN, 26/07/00; 27/07/00). O memorando de entendimento (julho de 2000) estabelecia, entre outras condições, alguns pontos relevantes para o movimento de resistência, a saber:

---

<sup>129</sup> Não há muitos registros nas fontes consultadas sobre esse primeiro período de resistência. Nas referências posteriores foram encontrados trechos remetendo aos pronunciamentos de Hugo Chávez durante a campanha, como o seguinte, citado na carta dos Pemón ao presidente em agosto de 2000: “*Ud. Asumió un compromiso el 22 de marzo de 1998 en el que se comprometía a saldar la deuda histórica de los pueblos indígenas de Venezuela (Caracas, Hotel El Conde), igualmente el 26 de noviembre de 1998, durante su campaña a la presidencia de la Republica, dijo que: ‘entre el oro y el bosque, entre el oro y el agua, prefiero el agua y bosques. Si tengo que escoger entre el bosque, el agua, y el oro, entonces es oro se va quedar enterrado ahí. Si sacar el oro de Guayana y la Amazonia significaba afectar el agua y los bosques, yo prefiero que se quede enterrado’ (Caracas, Hotel Milton), por eso le pedimos que recuerde y cumpla con sus palabras y compromisos*”. O jornal El Nacional, publicou em agosto de 1998: “*el día 26 de agosto la intervención de efectivos de la Guardia Nacional en la protesta contra la instalación de una torres de alta tensión dejo un saldo de 3 indígenas bañados de perdigones, sin contar a los asfixiados por los gases lacrimógenos.*”

<sup>130</sup> Conforme citado anteriormente, é a rodovia Troncal 10, que liga Ciudad Guayana à fronteira.

<sup>131</sup> A referência à empresa nas notícias é em geral, CVG, às vezes CVG Edelca e raramente só Edelca. A Corporación Venezolana de Guayana (CVG) além de ser a *holding* e ter sido criada para a exploração dos recursos naturais do sul da Venezuela, região de Guayana, tem presença física na região em vários povoados e construiu as micro centrais que servem de energia elétrica estas comunidades.

1. *Criação de uma comissão interministerial e paritária entre o Executivo e as etnias, para a demarcação e gestão ambiental dos territórios indígenas, segundo a Constituição de 1999;*
2. *Criação de uma comissão para desenvolver o conceito de uso e gestão das “Áreas Bajo Régimen de Protección Especial”;*
3. *Compromisso do Executivo de ratificação do Convênio 169 da Organização Internacional do Trabalho, sobre povos indígenas e tribais, assinado em 1989;*
4. *Criação do fundo indígena para o desenvolvimento sustentável destes povos;*
5. *Instalação da Comissão Presidencial dos povos indígenas com a participação das etnias e não só dos funcionários do governo. (El Nacional, 13 de agosto de 2000)*

Os Pemón requeriam “*el habitat y el derecho a la propiedad colectiva de las tierras*”, sem a necessidade de outras Comissões que prometiam o que já era reconhecido pela Constituição venezuelana.<sup>132</sup> Dezesete comunidades assinaram um manifesto protestando contra o acordo e se dirigiram a Caracas para se posicionarem contra o desrespeito do governo aos seus direitos. (trastor 07/08/00 e Amigransa 15/08/00).<sup>133</sup>

---

<sup>132</sup> Não havia demarcação do território Pemón. Há pouco tempo a Constituição havia sido promulgada e antes disso os índios viviam nas terras reservadas ou em outras sem direito a um território específico. Em uma das mensagens o grupo de afetados relata que as lideranças já haviam permanecido em Caracas durante a elaboração da Constituição para assegurarem que nesta o direito à demarcação estivesse garantido e, portanto, este não seria um aspecto passível de qualquer negociação, muito menos em um projeto de LT.

<sup>133</sup> “*Nosotros los miembros y caciques de las comunidades(...), hijos de la Gran Sabana, respetando y invocando a nuestros grandes sabios y caciques ancestrales, cumpliendo con nuestro deber como Pueblo originario de salvaguardar esta bella Madre Tierra y siendo todas las comunidades afectadas por el sistema de transmisión de energía eléctrica hacia Brasil, nos oponemos por las siguientes razones: a) impide la vida cotidiana del Pueblo Pemón que se desenvuelve a todo lo largo de la Gran Sabana; b) limita nuestro libre desplazamiento y visibilidad de los hermosos paisajes de nuestro territorio; c) viola lugares sagrados tradicionalmente respetados y custodiados por nuestro Pueblo; d) viola nuestros derechos como Pueblo originario que habitamos ancestralmente este territorio antes de llamarse Venezuela; e) impondrá un desarrollo comercial e industrial que es contrario a nuestra cultura.*”



**Figura 23 - Foto do Protesto Pemón em Caracas,  
na Frente da Embaixada do Brasil**

A discordância sobre o acordo firmado pela Federação levou a explicitação do grupo de comunidades “diretamente afetadas”, que continuaria mantendo a bandeira de luta “NO AL TENDIDO ELECTRICO”. Este grupo passa a negar a representação da Federação, recorrendo legalmente contra o Acordo no Supremo Tribunal de Justiça. Os porta-vozes do grupo de afetados diretamente afirmam não serem contra a LT apenas para conseguirem um acordo e sim para defenderem seu modo de vida. Alegam ainda, terem recorrido à FIB em busca de ajuda para a luta e não pensaram que os representantes da federação:

*firmarían un acuerdo con el Gobierno que dañara nuestro Pueblo escudándose en un proceso de aprobación del tendido que no es parte de nuestra costumbre indígena, ya que nosotros no decidimos por votación, si no por consenso, en esta ocasión una mayoría que no esta afectada pisotea a los verdaderamente afectados, cuando en realidad la Federación de Indígenas del estado Bolívar tiene como principio importante el apoyo y la defensa de los pueblos y comunidades afectados, independientemente del numero de hermanos que ellos sean. Nosotros, los indígenas de la Gran sabana, NO SOMOS LA MINORIA, como quiere hacer ver la*

*Federación, somos los afectados – del sector 5 – y por eso nos convertimos en la mayoría legítima.(12.08.00)*<sup>134</sup>

Após o protesto em Caracas, esse grupo passa a fazer articulações de apoio com “*ONGs venezolanas ecologistas*” defensoras do Parque Nacional de Canaima - patrimônio da humanidade decretado pela UNESCO - e a manifestar-se publicamente com mais constância. Também a partir do mês de agosto de 2000, como forma de luta pelo reconhecimento de suas demandas, os índios Pemón passam a impedir os trabalhos da Edelca e a derrubar as torres da linha de transmissão dentro de seu território. Conseguem marcar uma reunião nas comunidades com muitas autoridades federais. São esperados para a reunião: o vice-presidente da república, o fiscal geral da república, a defensora pública, o presidente da CVG e o comandante do destacamento da Guarda Nacional em Santa Elena (trastor 24/08/00 e 27/08/00). Não há notícias sobre os resultados de tal reunião, nem se ela foi mesmo realizada, mas a expectativa para a efetivação desta articulação não paralisou o processo de derrubada de torres. A empresa mudou as táticas de implantação, como por exemplo, abriu várias frentes de trabalho simultâneas, colocou indígenas trabalhando nos locais onde grupos Pemón os esperavam com flechas etc., mas os protestos continuaram.<sup>135</sup>

Segundo as fontes não houve, no período, pronunciamento do Governo ou da Edelca para reabrir negociações. As respostas aos protestos dos indígenas, surgiram com intimidações de várias frentes. Em Santa Elena não se vendia gasolina aos Pemón, a Guarda Nacional apreendia armas de caça, algumas aldeias foram panfletadas com ameaças de morte. Disparos noturnos eram feitos próximos às aldeias mais combativas, crianças que transitavam das escolas para as aldeias eram ameaçadas e os boatos de prisões às lideranças se intensificaram (trastor, 09, 10, 11 e 20.10.00).

---

<sup>134</sup> “*Según el último censo indígena el territorio Pemón se divide en seis áreas y en representación de los sectores 1-2-3-4-5-6, la Federación firmó un punto de entendimiento con el Ejecutivo que permite seguir la construcción del tendido. En este acuerdo solo hay una particularidad; 90% del tendido pasa por el sector 5, que no es representado por el Consejo Indígena. En esta área existen 18 comunidades Pemón que reclaman que con ellos no se ha discutido el proyecto.*” (El Universal, Caracas, 02.10.2000).

<sup>135</sup> Setembro de 2000 foi um mês com muitas notícias de derrubadas de “torres” (autoportantes que eram desmontadas pela retirada dos parafusos e caíam) e “postes” (torres tubulares, que eram cortadas na base, tornando mais difícil a sua substituição, já que para sua montagem necessitavam da ajuda de helicóptero).



**Figura 24 – Foto da militarização da Gran Sabana**

Sem avançarem as negociações, consideradas pelo Governo como já efetivadas no acordo estabelecido, a região começa a ser ostensivamente militarizada, com acampamentos de soldados do exército montados nas áreas de construção da linha, próximos às aldeias e a outros pontos considerados estratégicos para a vigilância da obra (almoxarifados, por exemplo). (trastor 20/09/00 e 20.10.00)<sup>136</sup>

Após a militarização da região, as comunidades que explicitamente resistiam estavam em menor número (antes se contavam 16 assinando manifestos e nessa época passam a ser seis com muitas assinaturas individuais) e ainda mantinham os protestos derrubando mais torres e os postes da linha de transmissão, mas também tentam responder publicamente a pronunciamentos governamentais.<sup>137</sup> Confrontos entre indígenas e militares passam a acontecer, resultando em detenções e ferimentos de integrantes de ambos os lados. (VITAE, 10/01/01).

<sup>136</sup> É também de outubro a resposta negativa do Supremo Tribunal de Justiça sobre a interpelação judicial feita pelos Pemón sobre o caráter de inconstitucionalidade da implantação do projeto em suas terras e a necessidade de consulta prévia e estudos socioculturais (24.10.00). Nesse mesmo período aparece nas comunidades afetadas um “suposto enviado do alto governo” para negociar alguns termos. É lançada uma carta resposta na Internet, mas não há como saber se esse canal direto da Presidência da República foi realmente ativado. (27.10.00)

<sup>137</sup> Mensagem de 31.10 aponta que são mais de 30 torres e postes derrubados e cada um custa em torno de 30 milhões de bolívares.



**Figura 25 - Foto de Torre Tubular Derrubada**

Apesar dos protestos, as obras continuaram e, em fevereiro de 2001, os índios tentaram paralisá-las destruindo parte do material utilizado para a construção das torres. Uma comissão de deputados e militares, em seguida a ministra de meio ambiente com grupos de jornalistas foram à região para tentar um acordo.<sup>138</sup> Os registros dos encontros citam a preocupação com o término da construção nos 55 km que ainda faltavam da obra na região dos conflitos. Segundo esta fonte, a preocupação com o tempo previsto para a conclusão deve-se também ao aspecto climático, pois a estação das chuvas provocaria a postergação do término da obra por mais um ano (interfaz 11/02/01 e 12/02/01).

No mês de março os conflitos com o exército tomam proporção de confrontos diretos nas aldeias, tanto pela derrubada das torres como também pela interferência que a presença dos contingentes militares ocasionava com a retirada de madeira e a utilização dos locais próximos aos povoados para a manutenção de seus acampamentos.<sup>139</sup>

<sup>138</sup> “*Sra Ministra: Acaban de tumbar una torre casi en sus narices*” (23.02.01). Esta mensagem enviada a lealistas diz que enquanto a ministra de Meio Ambiente (Ana Elisa Osório) conversava em uma aldeia, a pouca distância dali jovens haviam derrubado uma torre e que ela teria visto o fato acontecer. Os militares chegaram, não agrediram ninguém, apenas pediram para verificar as credenciais e passaportes dos jornalistas que ali estavam fotografando a torre no chão.

<sup>139</sup> Mensagem de 23.03 relata um confronto entre indígenas e militares, na região de Kamoirán quando os Pemón atearam fogo às torres. “*El resultado al parecer es de un militar muerto, un militar herido, un indígena muerto y un indígena herido*”. Durante cerca de 12 dias mensagens diárias trouxeram relatos de conflitos, principalmente em uma localidade. Ao final do período, uma mensagem com um resumo dos acontecimentos, declara que não houve mortes, apenas um jovem se encontrava em estado grave no hospital, onde havia forte esquema de proteção. O resumo dos confrontos do período encontra-se no Anexo D.

Em uma carta enviada ao presidente Hugo Chávez, no início do mês de março, os índios apelam ao presidente de um “*gobierno revolucionario y antineoliberal, (...) como última opción ante una catástrofe que se perfila irreversible*” para a constituição de uma comissão formada por três representantes do poder executivo nacional, três pesquisadores com legitimidade reconhecida pelos povos indígenas e três representantes das próprias comunidades indígenas, para a realização de um estudo de impacto sociocultural nas comunidades atingidas pelo projeto.<sup>140</sup> Segundo as notícias, tal estudo só foi iniciado em abril e a comissão teve uma formação diferente daquela proposta pelos índios. Em maio, nova carta é endereçada ao presidente apontando a não participação das comunidades e solicitando a paralisação da construção. Dias depois, o tema é reforçado em correspondência à Ministra de Meio Ambiente com mais de 100 assinaturas das comunidades da Gran Sabana (AMIGRANSA 26/02/01; trator 02/03/01 e 20/04/01; LEA 20/04/01; Júlio Cesar Centeno 05/05/01, interfaz, 06 e 11.05.2001).<sup>141</sup>

Durante este último período de resistência (primeiro semestre de 2001) e de construção da LT, os comunicados passam a ser muito freqüentes<sup>142</sup>. Os Pemón diretamente atingidos já aceitam a finalização da obra e falam da importância do movimento para os povos indígenas e para toda a Venezuela. Há cartas de líderes fazendo retrospectivas das negociações e da defesa de seus direitos.

*Independientemente que se alcance paralizar definitivamente la construcción del Tendido Eléctrico o no, el solo hecho de que un “Pequeño Grupo” como suelen llamarlo, hayan resistido y mantenido la lucha, logrando paralizar de vez en cuando las actividades de la construcción militarizada de la Línea de Transmisión Eléctrica, en su recta final, debe ser motivo de profunda reflexión y revisión de sus políticas de parte del Estado Venezolano y de algunos dirigentes oportunistas que a veces pecan de creerse dueños legítimos de las decisiones comunitarias para buscarse el protagonismo y quererse llevar el trofeo de las luchas colectivas para su provecho personal. Esto debe enseñar al papá Estado para que no siga tomando decisiones tranquilamente en sus oficinas alfombradas en nombre del interés nacional y de estrategia; estamos en tiempos de cambios*

<sup>140</sup> A carta teve cerca de 60 assinaturas de quatro comunidades diferentes. Segundo a carta o documento foi redigido em reuniões realizadas entre 19 e 21 de fevereiro de 2001. (interfazamazônica, 02.03.06)

<sup>141</sup> Curiosamente, nesta época (09.03.01), com quase toda a LT construída, é noticiada a realização de reunião da empresa com algumas comunidades para a apresentação do Plano de Supervisão Ambiental da Construção, elaborado pela Edelca por determinação do Supremo Tribunal, e o Plano de Monitoramento. Também se registra na principal lista ambientalista venezuelana de veiculação das notícias uma enxurrada de mensagens do emissor dos comunicados a partir do Cyber Café em Santa Elena. Algumas com notícias sobre as negociações no Brasil, com discussões com lideranças Pemón sobre as divisões internas ao movimento.

<sup>142</sup> Inclusive, uma mensagem de 27.05 (interfaz) relata que todas as denúncias feitas pelos Pemón, juntamente com outras denúncias sobre mineração ilegal foram roubadas do escritório da polícia local. O responsável declarou que não recorreria a instâncias estaduais ou federais pois confiava nas autoridades municipais. Sugeriu que os indígenas registrassem novamente todas as denúncias feitas no período.

*revolucionarios; es hora de entender que por más estratégico y de interés nacional sea un Megaproyecto debe ser consultada y aprobada por la sociedad directamente afectada en este nuevo milenio; debe haber una participación protagónica de esta sociedad.(...) Esto debe enseñarnos a unimos más y a despertar de nuestros letargos a fin de que seamos protagonistas de cambios revolucionarios que queramos para nuestro Municipio, Estado y País. Los miembros de la comunidad de San Rafael, Mapuarí, San Juan de Kamoirán de quienes se ha dicho hasta el cansancio “pequeño grupo”, han demostrado firmeza, coraje y valentía aún a riesgos de sus propias vidas, para mantener la lucha una vez iniciada contra del neoliberalismo Salvaje, en este Nuevo Milenio. Muchos dirán que no hay razón para ello. Y yo les respondo si la hay y mucha razón y es más, de sobra. (março de 2001, carta de um Pemón de Maurak)*

Em junho de 2001, a imprensa divulga a conclusão das obras da linha de transmissão de energia elétrica Venezuela-Brasil (El Nacional, 03 de junho de 2001). Segundo a grande imprensa venezuelana, na data de inauguração da Linha, muitos pontos dos acordos não haviam sido cumpridos.

*El más controversial de los proyectos energéticos y económicos emprendidos por Venezuela en los últimos años será inaugurado formalmente hoy, después de dejar atrás un paisaje la Gran Sabana) que no volverá a ser lo mismo, además de un movimiento indígena dividido y con la moral en el piso, luego que todas las promesas hechas por el Ejecutivo nacional para lograr la capitulación de un sector, fueron incumplidas en su totalidad. Cuando hoy Hugo Chávez, Presidente de Venezuela, y Fernando Enrique Cardoso, Presidente de Brasil, declaren formalmente instalada la interconexión eléctrica entre los dos países, quizás no estarán al tanto de que el acto de hoy estuvo a punto de ser empañado por fuertes protestas, pero no ya de los indígenas opuestos al tendido, ni de los ecologistas, sino precisamente de las comunidades que aceptaron que la construcción terminase en paz. El Nacional, 13 de agosto de 2001.<sup>143</sup>*

A inauguração contou com a presença dos dois presidentes, de outras autoridades e do presidente de Cuba, Fidel Castro, que visitava a Venezuela e a região da Gran Sabana. O evento contou com a cobertura jornalística da grande imprensa, no Brasil e na Venezuela.

---

<sup>143</sup> O jornal El Nacional, O Globo e o Jornal do Brasil, registraram com destaque esta inauguração e a presença de Fidel Castro, cujo comparecimento na data de seu aniversário, era exaltada e justificada pela amizade com o presidente venezuelano.



Fonte: Jornal do Brasil – 14.08.2001

**Figura 26 – Foto da inauguração da Interligação Venezuela- Brasil**

## 5.2 OS ARGUMENTOS PRINCIPAIS

Durante todo o conflito uma das estratégias dos índios Pemón foi o envio de cartas, comunicados e informes. No processo, receberam apoio de diversas entidades nacionais e internacionais de direitos humanos, ambientalistas, organizações indígenas e sindicatos, além do apoio de segmentos da sociedade civil, nacional e estrangeira.<sup>144</sup> O apoio desses agentes foi manifestado na forma de cartas de apoio, comunicações e estudos demonstrando a inviabilidade do projeto devido a seu alto impacto ambiental e sociocultural e de possíveis danos à saúde. Todo esse material foi utilizado para construção dos discursos dos agentes

<sup>144</sup> AMIGRANSA, VITAE, FORJA, AMAZON WATCH, AMAZON ALLIANCE, CULTURAL SURVIVAL, JORGE PADRÓN, JULIO CENTENO, LORENA MILIANI, HECTOR BELLO, ANA PONTE, IRN, RIESTRA, world rainforest movement . Listas: elan@csf.colorado.edu; atarraya@mit.edu; lea@elistas.net

envolvidos na questão, tentando constantemente o reconhecimento de suas reivindicações e a legitimidade das suas ações.

Os textos, assinados pelas comunidades, ou as entrevistas das lideranças indígenas articulam e evocam argumentos que, acionados de determinada maneira, remetem a diferentes significados simbólicos atribuídos à cultura Pemón ou compartilhados por outros agentes no debate político que as comunidades travam com seus opositores. Considera-se interessante resgatar alguns desses argumentos, tomando-se, por exemplo, aqueles referentes à associação cultura e política, natureza e território e à articulação sintética dos demais conteúdos que consolidam o acionar político e os posicionamentos das comunidades atingidas diretamente.<sup>145</sup>

Em primeiro lugar aparece a forma tradicional de tomada de decisão e de fazer política na cultura Pemón. As cartas e pronunciamentos que negaram o acordo firmado pela FIB o fazem recorrendo a elementos da política tradicional, como o conselho de anciãos e as decisões coletivas por consenso. Ao mesmo tempo estes aspectos vão delineando o grupo que instaura a ação e a distinção com o modo de fazer política do “outro” (os não Pemón) para justificar a divisão das lideranças. Na divisão interna ocasionada pela efetivação do acordo, “autênticos” se colocam em oposição aos que se vendem aos valores do outro.

*Se ha utilizado la política de la que no sabemos nada, para hacer que la gente de otras comunidades acepte someter la decisión a la votación de la mayoría, lo cual no se corresponde con nuestra manera de actuar, porque lo tradicional es el convencimiento, la decisión colectiva. La mayoría no puede aplastar con sus votos a los afectados. (Entrevista dos caciques, agosto de 2000)*

A referência ao outro se dá por meio da reafirmação dos traços culturais tradicionais e de uma cosmovisão diferenciada.

*Como antes, como siempre, nos quieren cambiar el oro por espejitos, nuestra tradición indígena por el tendido eléctrico hacia Brasil. No entienden que el mundo no es algo que se pueda dividir en casillitas. El de nosotros es un mundo de circunferencia, donde están los dioses, los sitios sagrados, las grandes rocas, caudalosos ríos, montañas, plantas y animales: donde está el sol que preña la tierra*

---

<sup>145</sup> Não estamos procedendo a uma análise da organização e estrutura política Pemón, apenas pretende-se assinalar alguns conteúdos acionados neste contexto de resistência, mostrando a articulação de aspectos simbólicos que, ao nosso ver, constituíram a linguagem do movimento no período estudado. Há cartas das lideranças que poderiam servir de base para uma análise do discurso de texto cultural, mais completa, com análise de categorias nativas e dos significados culturais como um todo. Porém, como não foi realizada uma pesquisa de campo junto às comunidades Pemón que pudesse confirmar ao menos parte dos significados culturais dessas categorias, limita-se a análise a indicar possíveis significados simbólicos acionados como valores étnicos da ação política.

*para que ella pueda parir. Y ahí haciendo parte da la naturaleza está el indígena.(carta de 17 de agosto de 2000 ao presidente da Venezuela)*

O posicionamento frente ao “outro” busca marcar uma superioridade moral e portanto cultural dos Pemón ao mesmo tempo em que reconhece o poder da sociedade nacional que historicamente “engana e explora”. Esse é, ao mesmo tempo, um movimento de distinção e de busca de interlocução, de marcação das posições para o delineamento dos argumentos das partes e para provocar o deslocamento da identificação de elementos positivos para os conteúdos defendidos pelas comunidades.

O segundo aspecto muito explorado é a identificação com a natureza e mais especificamente com a paisagem. No caso dos Pemón, a importância cultural da paisagem é um traço que permanece renovado no interior das comunidades e é também reconhecido como traço distintivo desse grupo étnico. A região (Wek-ta, lugar dos morros em Pemón) é dos tepuis (montanhas), essas rochas são para eles sagradas, delas saiu Macunaíma e outras representações de sua mitologia. A geomorfologia do território e da cultura Pemón forneceu ícones e símbolos nacionais para os dois países (o monte Roraima e o Parque Nacional de Canaima)<sup>146</sup>

Em sentido mais geral, a associação dos povos indígenas como defensores do meio ambiente, identificados com a mãe terra e como um prolongamento da natureza é um argumento que identifica o movimento indígena com os relacionados às questões ambientais e contribui para possíveis associações com grupos ecologistas.<sup>147</sup> Num caso onde o território indígena é uma região valorada pela sociedade nacional e internacional como de conservação ambiental e patrimônio da humanidade, o reconhecimento dos Pemón como os guardiões desse patrimônio é também conveniente para o desenvolvimento de atividades econômicas

---

<sup>146</sup> Remetemo-nos aqui ao relato citado no capítulo anterior da senhora Wapixana que enterrou seu marido sob uma rocha. Acrescentamos a informação que os estudos arqueológicos na TI São Marcos só foram realizados nos locais e próximos às rochas que os representantes das comunidades autorizavam e nenhum vestígio pode sair do local. Sobre Macunaíma, existem diferentes registros etnográficos coletados junto aos Pemón, Thomas (1982) por exemplo, apresenta três diferentes narrativas relativas ao tema. A narrativa mais divulgada, como folclore regional, encontra-se nos anexos.

<sup>147</sup> Em alguns casos, desde que os discursos ambientalistas tiveram maior espaço político que o das minorias étnicas, as ações dos grupos étnicos tentem evidenciar tais conteúdos para se posicionarem com maior destaque.

que permitam às comunidades receberem renda das atividades ligadas ao turismo ecológico.<sup>148</sup>

*La naturaleza es de los dioses; nosotros somos tan solo los guardianes y administradores. La tierra es nuestra madre, por lo que no es posible pensar en explotarla o negociar con ella. La vida no es algo que pueda ser propiedad de nadie, pues solo nuestros dioses son dueños de ella. (cacique, San Juan de Kamoiran)*



**Figura 27 – Foto da Presença da LT em Território Pemón**

Os Pemón tentaram conseguir no Supremo Tribunal Venezuelano o reconhecimento de sua cultura e daí retirariam a justificativa para legitimarem seu direito ao território e a serem consultados sobre a sua utilização.

Todos os argumentos políticos (culturais, globais, nacionais e ambientais) estão colocados na carta ao presidente, reconhecendo sua autoridade e a do Estado venezuelano, bem como o objetivo de legitimação de seu território, da utilização dos recursos naturais, paisagísticos e de seu desenvolvimento de acordo com sua cultura, conforme transcrito no trecho a seguir.

*La Madre Tierra no es negociable, ni podemos negociar con el*

---

<sup>148</sup> Um dos destinos turísticos mais divulgados para caminhadas ecológicas é a visita ao Monte Roraima. A Infra-estrutura é montada em acampamentos próximos às aldeias e os guias são exclusivamente moradores da região. Esses fatores são mencionados nos “pacotes” como atributos positivos para as viagens à Gran Sabana.

*estado venezolano, porque allí yacen los restos de nuestros ancestros, que son sagrados, nosotros somos testigos y guardianes de la Gran Sabana, nuestra manifestación es justo la sabiduría del ambiente, de los tepuyes y los cerros que también van a ser afectados. Defender nuestro territorio es defender la vida, nuestra existencia como pueblo, la libre administración de los recursos naturales, nuestra identidad cultural, nuestro derecho a la autodeterminación, y de paso defender la frontera de Venezuela y a todos venezolanos. (carta ao presidente, 17 de agosto de 2000)*

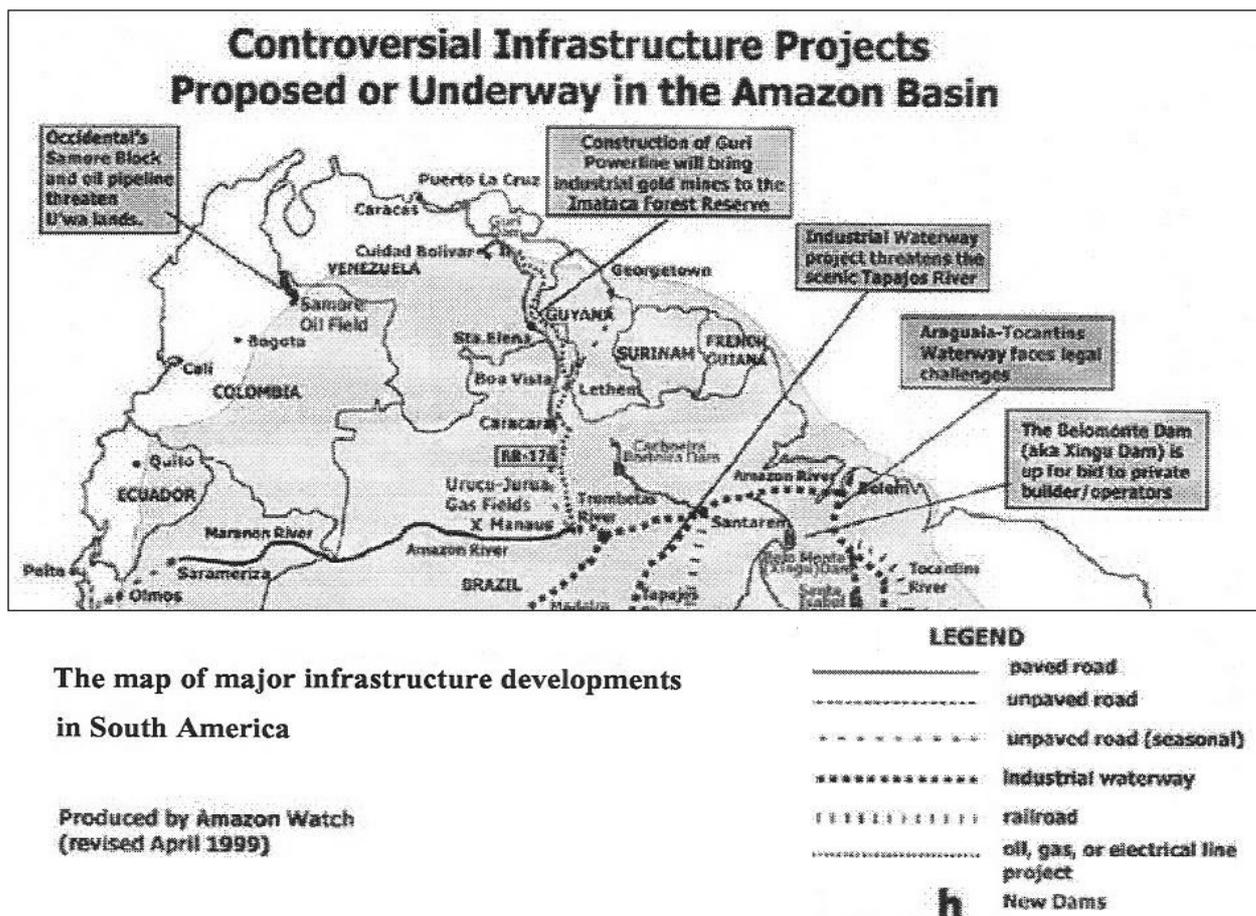
Os Pemón se justificam ou justificam seus direitos, pelos valores morais (não negociar a terra), pela fidelidade à sua cultura (lugares sagrados...) por sua função de guardiões de símbolos paisagísticos (tepuis e cachoeiras), por sua reprodução como povo, pelo poder sobre o território e seus recursos etc., articulando todos os conceitos e elementos do acionar político da contemporaneidade, de quem se posiciona no campo das questões ambientais, das questões étnicas e do campo político mais geral.<sup>149</sup>

Além dos argumentos direcionados ao posicionamento de defesa da terra e da cultura, entre os argumentos genéricos de não exploração ao território, as referências ao tipo de desenvolvimento que o projeto provocará são constantes e associadas à intensificação da mineração na região. O “não” à linha de transmissão nesses textos refere-se à possibilidade de ela ser construída para propiciar a instalação de “*megaprojetos de empresas internacionais de mineração*” nas florestas e parques nacionais da região.<sup>150</sup>

---

<sup>149</sup> Em outros trechos aparecem referências mais conjunturais e nacionais, como, por exemplo o antineoliberalismo e o papel revolucionário, remetendo aos discursos chavistas. Também são utilizadas, nas cartas aos presidentes da Venezuela e do Brasil, a referência aos mesmos tratados e acordos diplomáticos citados nos documentos oficiais dos dois países.

<sup>150</sup> A integração sul-americana no sentido mais amplo não aparece no material analisado, há menções a união e tradições dos índios de todo o continente ou as pretensões do governo de “*promover o Mercosul e o país vizinho com a energia da Venezuela e o impacto em suas terras*”.



Fonte: Amazon Watch, 1999.

**Figura 28 – Projetos de Infra-estrutura na Amazônia – Amazon Watch - 1999**

Além disso, na década de 1980 os Pemón foram retirados a força das atividades do garimpo que exerciam, na época.<sup>151</sup> A negação aos megaprojetos na região é apresentada também como impossibilidade de chegar a uma negociação justa.

*En primer lugar los derechos colectivos (territorio, lengua, organización social y política, etc.) que como pueblo con cultura diferente nos corresponden, no están sujetos a negociación, el Estado Venezolano está obligado a respetarlos y reconocerlos. Los megaproyectos industriales y comerciales que serán impulsados por el tendido eléctrico, significan la violación definitiva, para siempre, de nuestros derechos como pueblo diferente. La explotación minera, mediante grandes concesiones a empresas*

<sup>151</sup> “Todavía conservo bien en mi mente lo que sucedió en el famoso caso de Chirikayen, (...) en el año de 1981, los pemón fuimos sacados de la mina de oro, supuestamente por no destruir el ambiente y no perjudicar la Represa de Guri con sedimentos de arena que llenarían el embalse, cuando en realidad lo que se estaba haciendo era desalojar a los pemón para ellos (la Guardia Nacional) explotar esa mina. Nosotros tratando de rescatar de manos de guardias garimperos fuimos recibidos a perdigonazos, planazos, bombas y todo lo que se merecen los delincuentes, cuando lo que se estaba buscando era el sustento de nuestras familias en estas tierras marginadas.” (Pemón Taurepan, 03.10.2000).

*nacionales y extranjeras; el otorgamiento de concesiones turísticas en grandes áreas del territorio Pemón; la grave afectación de los bosques tropicales y de las fuentes de agua dulce, constituyen la muerte de la cultura Pemón, nuestra extinción como pueblo. Que negociación es válida en estas condiciones? (Resposta de un cacique de San Rafael de Kamoiran ao representante de governo, 27.10.2000)*

Nesta discussão, pretendeu-se associar os aspectos do acionar político-cultural e da ação estratégica transescalar às noções de territorialidade, etnia e etnicidade que, conceitualmente, enriquecem o entendimento da questão, principalmente no que diz respeito à presença enfática de elementos do discurso relacionados à preservação da paisagem e do território indígena.

A articulação das escalas na ação de resistência representa a luta para trazer a ação principal para a escala de referência, de domínio político e de maior capital simbólico dos grupos sociais. No caso da implantação do projeto, do ponto de vista das comunidades indígenas, a escala do território étnico fundamenta e legitima a manutenção de seu território através de diferentes instrumentos de luta e de representações simbólicas em uma perspectiva transescalar. Conforme apresentado, tais articulações foram efetivadas por meio de ações concretas diversas, desde o nível local, onde promoveram a derrubada de torres e o impedimento do trabalho, durante a construção da linha de transmissão. Em outras esferas, nos níveis regional e nacional, foram organizados protestos nas capitais estadual e federal, bem como a representação junto à empresa responsável para exigir estudos de avaliação de impacto cultural e ambiental, a representação junto ao Ministério de Meio Ambiente e à Câmara de Justiça Constitucional.

Entende-se que perpassando as esferas já mencionadas, tais grupos efetivaram uma ação em escala global (difusão de uma argumentação cultural e ambientalista, por meio eletrônico através da *Internet*) interagindo com organizações internacionais de defesa das minorias étnicas e do meio ambiente e obtendo o reconhecimento no mapa de conflitos ambientais internacionais do campo ambiental. Também utilizam esses apoios e reconhecimento na luta interna reafirmando, nesse sentido, sua legitimidade.<sup>152</sup>

Reconhecida a territorialidade do grupo étnico como uma das características no conflito em questão, resta associar com mais ênfase o conceito de

---

<sup>152</sup> Conforme mostra a Figura 27, o conflito está incorporado ao mapa de projetos controversos da Amazon Watch.

etnicidade para ressaltar a relação dinâmica da presença deste elemento na arena política, frente às concepções nacionais e empresariais. Buscou-se, dessa forma, articular as noções de etnicidade e de estratégias culturais às relações de poder desses grupos com as sociedades nacionais, entre os grupos étnicos e destes com outros grupos de interesse (como os ambientalistas), nas esferas nacional e internacional. A apropriação de alguns elementos dessa discussão<sup>153</sup> deu-se no sentido de considerar as características étnicas na análise, relativizando a base territorial proposta anteriormente e adicionando um conteúdo cultural objetivo à perspectiva transescalar.

*... A etnicidade não se define como uma qualidade ou uma propriedade ligada de maneira inerente a um determinado tipo de indivíduos ou de grupos, mas como uma forma de organização ou um princípio de divisão do mundo social cuja importância pode variar de acordo com as épocas e as situações. Para a maioria dos autores contemporâneos, que consideram a etnicidade como um tipo de ação social (no sentido weberiano de comportamento orientado de modo significativo para com os outros atores), ou como um modo de organização das relações sociais, seu conteúdo tanto quanto sua significação são suscetíveis de transformações e redefinições. Este aspecto dinâmico da etnicidade está ligado a seu caráter relacional como o nota Armstrong: “A abordagem em termos de fronteiras (desenvolvida por Barth) implica claramente que a etnicidade é um feixe de interações cambiantes mais que um componente nuclear da organização social”. (Poutignat e Streiff-Fenart, 1998: 125).*

Muitos trabalhos analisam a utilização da etnicidade como forma de mobilização política e para alguns autores - considerando a construção social de pertença determinada e manipulada pelos atores e a fronteiras que delimitam o “nós” e “eles” - a identidade étnica poderia ser acionada por razões estruturais (classe e relações de poder) ou simbólicas: “*a natureza simbólica inerente à etnicidade que lhe confere sua eficácia política, e não sua utilização na luta política que lhe confere uma dimensão simbólica*” (Jayawardena analisando o processo de proletarianização de indígenas na Guiana, citado por Poutignat e Streiff-Fenart, 1998, p. 126). Esta oposição, a princípio não acrescenta material analítico à indagação sobre o porquê das pessoas escolherem traços étnicos para organizar a competição e o conflito social, econômico e político. Leva, contudo, ao registro dos valores culturais como uma das variáveis do comportamento político.

---

<sup>153</sup> Cumpre lembrar que as noções de identidade étnica e etnicidade são em si campos conceituais na Antropologia e que não se pretende reconstruir tal discussão teórica aqui.

Na perspectiva dos autores que discutem identidade étnica (Barth e Cohen)<sup>154</sup> e daqueles que trazem esse arsenal conceitual para a reflexão das relações de interação social em espaços transfronteiriços, como Cardoso de Oliveira e Ribeiro, a população inserida num ambiente de fronteira apresenta um grau de diversificação étnica que, somado à nacionalidade natural ou conquistada de um e de outro lado da fronteira, cria uma situação sócio-cultural extremamente complexa.<sup>155</sup>

*No caso das etnias, não se trata mais de considerá-las em si mesmas, i.é., enquanto tais, mas de inseri-las num outro quadro de referência: o quadro (inter)nacional. A rigor, poder-se-ia dizer que tal quadro teria sua configuração marcada por um processo transnacional, apontando esse termo para o caráter dinâmico das relações sociais vividas pelo contingente populacional localizado na fronteira. E é precisamente esse processo transnacional que, ao meu ver, se impõe ao observador como uma instância empírica sujeita à observação sistemática. Portanto, no caso de uma situação de fronteira, aquilo que surge como um poderoso determinador social, político e cultural – provavelmente mais que a etnicidade - passa ser a nacionalidade dos agentes sociais. É quando nacionalidade e etnicidade se interseccionam, tal qual identidades que passam a ocupar, praticamente um mesmo espaço. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1997, p. 14).*

A articulação do acionar político com a “base” cultural leva alguns cientistas políticos a cunhar a expressão *política cultural*, que seria a mais adequada para expressar a não dissociação desses aspectos, principalmente na América Latina e países subordinados. Essa articulação não se limitaria, desta forma, às associações das categorias tradicionais da política ou às categorias apolíticas das análises culturais (Alvarez, 2000, p. 75). Haveria uma forma própria do acionar político, uma ressignificação da cultura e da política, ampliando a associação desses conceitos e considerando o caráter político dos movimentos sociais que, na cultura política tradicional, são considerados “econômicos”, “sociais” ou “culturais”.

Na visão desses autores, atores sociais com pretensões políticas almejam modificar o poder social e, em suas práticas, forjam a política cultural como

---

<sup>154</sup> Cardoso de Oliveira recupera esses autores para discutir Identidade, Etnicidade e Nacionalidade no Mercosul. Ao recuperar a etnicidade como forma de interação entre grupos operando no interior de contextos sociais comuns, o autor destaca que esta interação ocorre no interior de sistemas sociais globais e inclusivos, onde os elementos culturais diferenciadores são manejados pelos indivíduos e grupos a serviço da identidade para marcarem suas respectivas especificidades. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1997, p. 11)

<sup>155</sup> Não foi objeto desta pesquisa a análise dos grupos de fronteira, registra-se aqui esta contribuição de Cardoso de Oliveira no intuito de ampliar a discussão conceitual sobre etnicidade, cultura e política e sugerir caminhos para outras pesquisas que possam se desenvolver dentro desses temas.

*“resultado de articulações discursivas que se originam em práticas culturais existentes – nunca puras, sempre híbridas, mas apesar disso mostrando contrastes significativos em relação às culturas dominantes – e no contexto de determinadas condições históricas”* (Dagnino, 2000, p. 25). Nessa perspectiva, alguns movimentos sociais poderiam ser vistos como fomentadores de modernidades alternativas, uma vez que colocam a questão de ser, ao mesmo tempo, moderno e diferente<sup>156</sup>.

Concluindo, pretendeu-se focar a ação política da resistência Pemón trazendo à tona diversos enfoques do debate teórico que poderiam lançar luz ao entendimento das especificidades do processo. Buscou-se por um lado, o entendimento dos conflitos na dinâmica de convivência das relações de poder com as diferentes percepções territoriais e, por outro, a explicitação de aspectos que, postos em relação, alterariam o jogo de poder. Além disso, foram ressaltados aspectos indicados no início do trabalho visando demonstrar que a constituição da escala de ação é em si um objeto de disputa. Acredita-se que a observação da articulação de estratégias transescalares na ação política pode subsidiar a análise de forma a não fixar as estratégias e ações dos atores em uma ou em outra instância, por exemplo, na local. O enfoque da transescalaridade, ou a dialética interescalar, permitiria ainda não excluir as demais escalas da análise, incorporando nesta visão o que os autores de referência desta temática indicam como elemento central da contemporaneidade.

---

<sup>156</sup> Esta é a base da argumentação desenvolvida no artigo “Como entrar en la modernidad sin dejar de ser indios”, por Cohen, 1998, apud Dagnino, 2000, p. 26.

## CONCLUSÕES

Estas considerações finais apresentam uma síntese dos principais aspectos desenvolvidos no trabalho e das conclusões alcançadas. Ao final, são alinhadas algumas reflexões de caráter geral sobre o tema pesquisado.

Iniciou-se esta pesquisa postulando o caráter múltiplo da integração entre países e especificamente da integração energética. A integração energética sul-americana pode ser analisada e explorada através de dimensões as mais diversas, ou seja, sob o ponto de vista técnico, econômico, cultural e das relações internacionais ou diplomáticas. A dimensão diplomática seria o invólucro mais abrangente da representação dos países frente aos demais Estados Nacionais e frente aos organismos internacionais. As expressões oficiais nessa dimensão são caracterizadas por traços rituais, num jogo cerimonial de linguagem própria e controlada.

Este trabalho foi direcionado aos aspectos do planejamento energético, porém existem muitas interfaces entre as citadas dimensões que poderão ser aprofundadas em outras perspectivas não trabalhadas no momento. Ao destacar a complexidade do fenômeno, foi construída uma análise que iluminasse as diversas facetas conformadoras da integração energética por intermédio da descrição dos atores sociais mais significativos e dos diferentes momentos do processo.

A reflexão teórica fundamental para a construção do arcabouço explicativo do estudo privilegiou duas vertentes de análise. A primeira que propicia o entendimento do planejamento no contexto da globalização ou mundialização, com a adoção da escala global como arena prioritária da ação política e dos temas estratégicos.<sup>1</sup> A segunda que permitiria pensar o planejamento – e a integração – como campo de disputas, como arena de coexistência de múltiplas territorialidades e de luta para atingir objetivos e definição das escalas onde essas lutas se concretizam.

---

<sup>1</sup> O processo de globalização, aceito pela maioria dos autores como tema da contemporaneidade, tem seu sentido questionado pelos estudiosos que se dedicam ao entendimento de uma possível sociedade global em diferentes aspectos. Autores como Ianni (1997), Santos (1995), Giddens (1991), Harvey (1998) divergem de aspectos como a unificação ou diferenciação de espaços, desterritorialização ou reterritorialização, falência de estados e supremacia de corporações ou processos ideológicos. Em outra direção dos que questionam o sentido, há os que refletem sobre a necessidade histórica do processo (Bourdieu, 1998, Fiori, 1997). Como contraponto aos que vêem a inexorabilidade do processo, Bourdieu e Wacquant afirmam “a ‘globalização’ não é uma nova fase do capitalismo, mas uma retórica ‘invocada’ pelos governos para justificar sua submissão voluntária aos mercados financeiros”. (citado em Vainer, 2000, p. 3. Esta idéia foi ampliada em Vainer 2005)

A partir da articulação dessas vertentes foi desenvolvido o tema da integração energética, como fenômeno social, como formulação de novas formas de intervenção territorial e expressão de conflitos, atualizados com a implantação dos projetos.

A integração energética nasce na década de 1960 quando os objetivos de integração entre os países da América do Sul eram articulados ao redor da ALALC e da proposição da livre circulação de mercadorias e serviços. Dos objetivos geopolíticos mais amplos, pretendidos pelo alto escalão governamental do início dos governos militares, percebeu-se, nos depoimentos sobre a época, que a integração foi direcionada para a cooperação e a capacitação técnica das empresas de energia elétrica que começavam a se associar em torno da Cier. Além disso, o processo político dos países<sup>2</sup> e a constituição ainda precária dos sistemas elétricos nacionais direcionaram os esforços na esfera das relações de cooperação para o desenvolvimento de projetos binacionais de geração de hidreletricidade. Por intermédio dos estudos de Itaipu e outros projetos binacionais consolidou-se um fórum técnico, uma rede de profissionais que se destacaram, ao mesmo tempo, no planejamento e na operação dos sistemas elétricos em seus respectivos países e na integração energética na Cier e na Olade.<sup>3</sup>

As primeiras duas décadas das iniciativas para a integração energética tiveram como contraponto no planejamento do setor elétrico no Brasil uma orientação conceitual direcionada a constituir a visão da expansão do sistema elétrico na escala nacional.<sup>4</sup>

A consolidação dos principais atores institucionais ocorreu nas décadas de 1970 e 1980.<sup>5</sup> A Cier e a Olade se afirmam como pólos de produção de informações energéticas dos países do continente e de difusão de conhecimento para o

---

<sup>2</sup> Apesar das campanhas do pan-americanismo até meados dos anos 1960, nas décadas de 1960 e 1970, as políticas de relacionamento diplomático de muitos países do continente foram voltadas, em geral, para a Europa e Estados Unidos da América, visando à defesa e legitimação dos governos autoritários e, posteriormente, ao equacionamento da dependência energética durante a primeira crise do petróleo. No caso brasileiro observa-se, no período, que as preocupações com a política externa ficaram restritas à esfera presidencial e não percolaram nas estruturas que estavam se consolidando no setor elétrico.

<sup>3</sup> Pode-se notar que grande número de profissionais que ocupam posições de destaque em instituições voltadas para a integração dos setores elétricos de seus países são oriundos das empresas estatais, com passagens pelas agências multilaterais, em especial BID e OEA. Isto não acontece com a equipe técnica da IIRSA, cuja base profissional envolvida com as propostas discutidas pelos representantes governamentais vem diretamente do Intal/BID.

<sup>4</sup> Registra-se que os debates e mesmo os documentos de planejamento, por vezes trazem outras posições, conforme apresentado no Capítulo 3 da Parte I. Interessante o paradoxo observado no significado da implantação de Itaipu com relação à autonomia energética do país. No período de plena hegemonia do conceito de segurança nacional e da construção do planejamento nacional integrado, foi estabelecido o maior índice de importação de energia elétrica que o país já teve, representado pela compra de energia ao Paraguai, na usina de Itaipu.

<sup>5</sup> Houve preponderância dos profissionais das empresas estatais, da engenharia consultiva e das empresas construtoras.

desenvolvimento dos sistemas elétricos, não alterando com isso as relações comerciais com os centros europeus e estadunidenses para o treinamento dos técnicos e para as transações de compra e venda de equipamentos e de tecnologia.

No mesmo período, o setor de energia elétrica no Brasil sistematizou conceitos e metodologias para formular o planejamento da expansão do sistema elétrico nacional. A Eletrobrás assumiu essa missão incorporando ao processo as principais empresas estaduais e federais e, indiretamente, outros representantes da cadeia produtiva da energia. A análise dos Planos de Expansão produzidos entre 1974 e 2003, revelou não ser prioritária a integração energética nesses documentos ainda que alguns projetos binacionais tenham sido contemplados para solucionar o atendimento às cargas previstas. A escala de tratamento dos planos era principalmente a da abrangência dos sistemas elétricos<sup>6</sup> e mais diretamente a do atendimento dos grandes centros urbanos e industriais do país. Dessa forma, sob a orientação de diretrizes governamentais<sup>7</sup> e preferencialmente com recursos energéticos disponíveis no próprio território, os planos de longo prazo e os planos decenais restringiram sua abrangência aos limites do território nacional.

Exceção deve ser feita ao Plano 2015, do início dos anos 1990, quando o contexto político mais geral e do setor de energia elétrica, em especial, possibilitaram uma visão diferenciada de escopo e de escala no processo de planejamento, incluindo a possibilidade da utilização de recursos energéticos de outros países, configurando a escala continental como base para a formulação de alternativas de suprimento energético para o país.<sup>8</sup> O Plano apresentou uma visão de escala continental com alguns aspectos estratégicos mas sem formular ou expressar uma posição do país com relação a todos os elementos de uma integração da indústria de energia e da cadeia de ações e processos vinculados a essas atividades. Encontrava-se referenciado, principalmente, a projetos específicos que viabilizassem a necessidade de suprimento do sistema elétrico nacional.

---

<sup>6</sup> Estes, à medida que as bacias hidrográficas iam sendo exploradas para um mercado sempre em crescimento, permitiram a visualização das vantagens que se poderia alcançar com a integração, inicialmente, dos sistemas regionais até alcançar a construção de um sistema interligado nacionalmente. Observa-se que os sistemas isolados também faziam parte das análises dos planos, conforme apresentado nos Capítulos 5 da Parte I e 3 da Parte II.

<sup>7</sup> Por exemplo, a introdução nos Planos dos projetos de geração térmica com base nuclear e a utilização do carvão do sul do país, partiram de determinações do MME.

<sup>8</sup> Tal concepção do horizonte temporal e espacial produziu como resultado um estudo específico sobre a integração energética vista como intercâmbios energéticos e interligações internacionais.

Ficaram, portanto, ausentes nos planos de longo prazo, justamente a perspectiva “integradora” e a visão de conjunto que vem com a expressão “integração”.<sup>9</sup>

Durante a década de 1990 consolidaram-se as alterações em curso nos governos e nos setores elétricos dos países. Conforme indicado anteriormente, esse período se caracterizou pelas mudanças neoliberais, na maioria dos países latino-americanos.<sup>10</sup> A adoção dos planos de estabilização, por parte desses países, desencadeou os processos de privatização, regulamentação e constituição de mercados de energia, o que se evidenciou, em diferentes graus, principalmente no Chile, Argentina, Colômbia e Brasil.<sup>11</sup> Tais mudanças impulsionaram a produção de discursos que justificavam a nova ótica e missão para um setor, até então, totalmente identificado com o setor estatal. Passado o momento inicial de reestruturação, organismos governamentais, como a Olade, buscaram trabalhar os elementos conformadores de futuro nessa nova realidade, reorganizando as bases explicativas do funcionamento do setor elétrico de forma a incorporar uma nova perspectiva nos objetivos de integração energética dos países.

Os principais atores da integração energética, Cier e Olade, tentaram se repositonar no campo energético, reformulando estruturas e modos de agir, para se adaptaram à nova realidade, ainda em definição. A entrada dos agentes econômicos internacionais, adquirindo as empresas e se fazendo presente nos mercados energéticos que se estruturavam, foi mais rápida que as possíveis respostas a essas alterações. Por outro lado, a política de integração energética com desenvolvimento sustentável, formulada pela Olade, não obteve ressonância na esperada reformulação das políticas energéticas dos diversos países. Na verdade, em geral, no período estudado, o planejamento não se configurou como uma orientação ou direcionamento para o posicionamento dos atores, passando por modificações constantes e incorporando as características conjunturais dos processos em curso. A tentativa de reposicionamento desses atores, em busca de maior influência no campo energético e no sucesso da integração, continuaria ocorrendo em função de

---

<sup>9</sup> Os PDEs, de meados dos anos 90 para cá, examinaram e contemplaram projetos e empreendimentos específicos, de maneira inconstante, sem estabelecer a passagem da opção estratégica (conceitualmente proposta no Plano 2015) para uma visão de equacionamento da integração energética no continente.

<sup>10</sup> A aparente estabilização econômica seria resultado da combinação eficaz “*de uma rigorosa política fiscal e monetária com a implementação simultânea do conhecido tripé do reformismo liberal: desregulações, abertura econômica e privatizações*”. (FIORI, 1997, p. 65)

<sup>11</sup> A “reestruturação” nos modelos de produção de energia nesses países, tornou-se pré-requisito para investimentos setoriais das agências multilaterais, conforme expressa o documento de Estratégia do Banco Mundial para o Setor de Energia. (World Bank, 1998)

definições econômicas e políticas que não se encontram exclusivamente em sua esfera de ação.

A criação da IIRSA, no início dos anos 2000, explicitou uma outra perspectiva de planejamento, a de viabilizar as estratégias para a implantação de projetos nesse novo ambiente. Nesta direção, o significado da integração passa a ser o da integração da infra-estrutura física, a abertura de caminhos para o desenvolvimento do território como espaço de oportunidades de negócios. Para concretizar tal projeto de integração física existe a previsão de uma carteira expressiva de empreendimentos de interligação e de geração elétrica na maioria dos países do continente. Conforme já sinalizado, a política de integração existente, proposta pela Olade, não tem sido adotada pelos governos e, conseqüentemente, não pode ser colocada como contraparte ou orientação para a visão que privilegia a infra-estrutura física, no direcionamento da expansão do setor.<sup>12</sup>

O fio condutor desse estudo foi a articulação do processo decisório com o processo de intervenção territorial, a concepção espacial de um “projeto” – seja de formulação da integração energética no continente ou para a construção de uma interligação elétrica binacional – e sua implantação no território concreto constituído pelas relações sociais ali estabelecidas. Na primeira parte da tese foram examinados os elementos e o processo de constituição do projeto em escala continental - seus atores e perspectivas. Em complementação, procurou-se conduzir a segunda parte para aproximar um caso que pudesse ilustrar a articulação pretendida a partir do leque de questões suscitadas pela decisão de implantar um projeto de interligação elétrica internacional.<sup>13</sup>

A reconstituição da passagem da proposta do planejamento até a construção da linha de transmissão permitiu trazer à luz um conjunto de fatores que levou à adoção de determinado caminho no contexto mais amplo das alternativas para a oferta de energia elétrica na Amazônia, bem como o ambiente de negociações entre governos. Enfatize-se que, no caso estudado, a solução adotada foi discutida na intersecção de vários interesses, extrapolando o domínio dos atores

---

<sup>12</sup> Ainda que a IIRSA não esteja totalmente incorporada aos objetivos políticos do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a importância do relacionamento econômico e político com os países vizinhos e a projeção do Brasil no cenário internacional têm sido enfatizadas e concretizadas em acordos e projetos.

<sup>13</sup> Tal iniciativa, ao colocar no mesmo plano diferentes objetivos e formas de ação, pode contribuir para a discussão de questões presentes no debate sobre a implantação de grandes projetos que ainda são recorrentes nos argumentos setoriais, como, por exemplo, a oposição entre os interesses nacionais e os impactos locais e comunidades atingidas. Da maneira como o processo de integração vem sendo levado a termo, esse tipo de antagonismo continuaria ocultando a complexidade envolvida no planejamento e até mesmo a existência de grupos sociais, sujeitos de ação política.

governamentais e envolvendo argumentos e visões de representações de grupos étnicos mobilizados no processo de demarcação de seus territórios.<sup>14</sup>

O processo de implantação - iniciado com a celebração de acordos internacionais e o contrato entre as empresas da Venezuela e do Brasil - pode ser analisado como uma tentativa de territorialização da área para o projeto. Tal intenção confrontou-se com territorialidades constituídas histórica e culturalmente e considerou apenas a instância de uma cartografia arbitrária da junção do poder político-administrativo dos dois países, deixando de lado aspectos que poderiam vir a comprometer a viabilização do projeto. A área em questão, como visto, apresenta atributos marcantes: tradicional ocupação indígena com presença internacional constante desde o século XVI, atual área de exploração mineral, atividades ilegais que os limites fronteiriços obscurecem e ao mesmo tempo propiciam e, finalmente, é valorizada internacionalmente como patrimônio da humanidade. Ora, estes elementos qualificam o espaço geográfico para seus habitantes como espaço local e ao mesmo tempo transnacional.<sup>15</sup>

O projeto de Interligação Elétrica Venezuela-Brasil foi estudado em seus aspectos elétricos e econômicos sem a adequada consideração dos aspectos integradores dos territórios venezuelano e brasileiro. À visão segmentada do tratamento nacional na concepção e execução do projeto prevaleceu a possível incorporação, no plano técnico, dos aspectos socioambientais e geopolíticos, uma vez que o conhecimento necessário para tanto estava disponível para as equipes de planejadores dos dois países.<sup>16</sup>

A solução definida em 1997 privilegiou o abastecimento a Boa Vista. Ainda que o contrato celebrado não contemplasse ampliações, continuava a existir, tanto no planejamento da IIRSA como em declarações de representantes do governo e das empresas interessadas, a possibilidade de uma possível ampliação

---

<sup>14</sup> Na constituição da solução adotada, fica evidenciada, dentre outros aspectos, a intersecção entre os campos de disputa dos interesses energético e ambiental dos grupos de poder no Estado. Especificamente no debate, que aparece como técnico, na mídia os assessores do governo e das comunidades indígenas são reconhecidos como legítimos no campo energético.

<sup>15</sup> Além das características apontadas no Capítulo 2 da Parte II, observa-se que a região fronteira Brasil-Venezuela, atualmente, representa o corredor de ligação de Manaus ao Caribe, com papel de importância crescente para a interligação rodoviária dos dois países.

<sup>16</sup> Além da perspectiva territorial no planejamento, que não foi observada, os estudos de avaliação de impactos ambientais analisados (Venezuela e Brasil) não apresentam critérios técnicos compatíveis com a abrangência do projeto. Isso fica claro, por exemplo, quando não consideraram a população residente nas análises e não compararam alternativas de localização para a proposição do futuro traçado. Observa-se, entretanto, que os processos de licenciamento cumpriram as exigências dos órgãos responsáveis e obtiveram as licenças ambientais legalmente exigidas.

do corredor de escoamento da energia venezuelana visando ao atendimento a Manaus.<sup>17</sup>

As possibilidades de articulação das escalas no posicionamento dos grupos locais - no caso o grupo étnico Pemón - frente à implantação do projeto foram analisadas sob dois enfoques distintos e complementares: o de uma negociação conduzida como compensação à interferência causada, praticada no Brasil; e o de enfrentamento entre as comunidades atingidas de um lado e Estado e empresa de outro, observado do lado venezuelano.<sup>18</sup>

A experiência de negociação no âmbito do projeto demonstra o estado da arte da gestão ambiental e da ação indigenista na implantação de um projeto, com a participação dos atores envolvidos no processo.<sup>19</sup> O encadeamento de diversos níveis de compromisso entre as partes levou à retirada dos invasores da Terra Indígena São Marcos. Tal ação pode ser considerada incomum nos programas ambientais direcionados ao licenciamento de projetos mas exemplifica bem a importância que a questão do território adquire para os grupos étnicos e a dificuldade de equacionamento dos assuntos fundiários no contexto da convivência interétnica no espaço regional e nacional.<sup>20</sup>

O processo de negociação do projeto, do lado venezuelano, levou ao conflito por vários motivos, o primeiro dos quais relacionado à celebração de um acordo não reconhecido pelas comunidades Pemón, que habitavam a região da Gran Sabana, nos locais onde o projeto foi implantado e que fora negociado com uma instância de representação indígena do estado de Bolívar quando a LT já estava em estágio adiantado de construção. Com a representação indígena que assinou o acordo questionada outras formas de protesto foram acionadas pelos

---

<sup>17</sup> A alternativa de suprimento a Manaus integra a proposta do MME para suprimento à Amazônia, datada de 1995. A previsão do relatório era de abastecimento de toda a Amazônia com gás natural da bacia do Solimões. Além da proposta IIRSA, onde a duplicação da interligação é considerada projeto âncora para o desenvolvimento do eixo Escudo Guaianês, também tem sido anunciado pelo governo a realização de estudos para um gasoduto Venezuela-Brasil-Argentina, que poderá ser planejado seguindo a mesma região, no sentido Manaus.

<sup>18</sup> Cabe o registro que nos dois casos a decisão pelo projeto não seguiu as orientações da Convenção 169 da OIT, com status de legislação internacional, que prevê a consulta aos povos indígenas na situação de interferência em seu território.

<sup>19</sup> Diretamente das negociações participaram as lideranças das comunidades atingidas, a Funai e a Eletronorte. Fizeram parte de uma comissão que discutiu o Termo de Compromisso firmado entre as partes, associações de apoio aos movimentos indígenas, a Prelazia de Boa Vista, o MPF, representantes das secretarias do estado de Roraima. O processo foi acompanhado pelas organizações de representação indígena, pela CAF e pela Eletrobrás.

<sup>20</sup> Ainda que o foco da análise não tenha sido a avaliação de programas de gestão durante a construção, observa-se que o Programa São Marcos considerou aspectos importantes para atingir os compromissos assumidos como a informação e participação das comunidades no processo e a vigilância dos limites da TI, dentre outros. Se tomado como referência para outras experiências, outros aspectos deverão ser levados em consideração, como, por exemplo, o acompanhamento das ações de manutenção após o período de construção e a passagem da gestão de um eventual Programa de Apoio de responsabilidade da empresa para a gestão das comunidades.

representantes e moradores das aldeias que se autodenominaram “afetados diretamente”. A partir desse momento, a resistência Pemón à implantação do projeto reuniu características de articulação com associações ambientalistas e apoios externos à representação constituída e oficializada frente ao estado venezuelano. As ações de protesto em território considerado próprio não cessaram durante quase dois anos e os argumentos veiculados nos pronunciamentos e manifestos eram fundamentados nos sentimentos de pertencimento, soberania e responsabilidade de guarda sobre a região, legitimados na herança cultural e no controle exercidos até aquele momento sobre seu território. Vencidos pela força da presença militar do Estado para garantir a finalização da construção da interligação elétrica, os Pemón buscaram reafirmar seu domínio territorial e anunciaram politicamente e em nível internacional seu controle sobre este território.

Entre outros aspectos analisados neste trabalho, as diferentes escalas acionadas e alcançadas pelo processo de resistência são, segundo os autores pesquisados, características dos movimentos étnicos, de ação política com base cultural e dos processos globais recentes na sociedade contemporânea.

### ***Características do Planejamento na era global***

É inegável que o planejamento vem adquirindo contornos e significados consoantes às características do desenvolvimento do capitalismo e da sociedade contemporâneos. As alterações ocorridas ao longo da década de 1990 (estudadas neste trabalho até 2002) foram forjadas no embate das forças sociais e econômicas no contexto do pensamento neoliberal, avesso a qualquer intervenção do Estado e em particular de intervenções planejadas. Não obstante, em algumas áreas o planejamento se apresenta, mesmo para essas correntes, indispensável, como é o caso da área energética.

No caso da integração energética, o delineamento da integração de mercados poderá exigir que o processo aconteça à luz e aos moldes do mercado energético, ainda em fase de sedimentação na maioria dos países. A projeção da América do Sul integrada requererá, na visão dos *global players* da infra-estrutura mundial, um modelo de planejamento compatível e orientado para os objetivos do mercado. Esta seria a característica básica de um novo estilo de planejamento, o

*market oriented planning* ou *market friendly planning*, voltado para as características e objetivos do mercado. Dessa forma, o Estado não interviria para afirmar objetivos políticos ou éticos, nem para assegurar o que julga serem interesses nacionais ou interesse público, mas apenas e sobretudo para favorecer um melhor e mais livre funcionamento das forças e da lógica do mercado – mesmo porque estas forças e esta lógica expressariam, melhor que qualquer outro ator ou dinâmica, o bem público. Entende-se pois que não se considere apropriado um planejamento elaborado com estratégias geopolíticas para atendimento de objetivos resultantes da aliança de um grupo de países se tal planejamento for, não apenas compatível, mas propiciador das estratégias globais desses atores mundiais.

Nesse contexto, passa a ser essencial que o planejamento energético propicie as condições de viabilização de projetos e de outras ações para que a cadeia de produção, transmissão e distribuição de energia aconteça nas bases lançadas durante a privatização do setor elétrico. O papel primordial do Estado, nesse sentido, continuaria restrito à regulamentação dos serviços, de modo a garantir que as forças de mercado operem sob sua lógica e conveniência.

A pesquisa realizada mostrou que ainda se encontra no “campo energético” uma tensão entre a busca pelo planejamento “ótimo” da integração (melhor relação custo-benefício para os sistemas elétricos nacionais ou do continente, na exploração dos recursos energéticos) e o planejamento que propicie a condições para uma efetiva integração de mercados energéticos.<sup>21</sup>

Difícil saber se a embrionária perspectiva continental esboçada no Plano 2015 poderia se constituir numa visão estratégica para a integração energética do Brasil, na América do Sul, uma vez que este foi o último plano de longo prazo a ser elaborado pelo planejamento setorial e sua atualização, nos planos de curto prazo, não se mostrou consistente com tais objetivos. Em caso de adoção da escala continental para o planejamento nacional, provavelmente estariam colocadas frente a frente diferentes opções ou posturas para a formulação de estratégias de expansão do setor e, conseqüentemente, de intervenção territorial, ambas buscando atender às estimativas de demandas crescentes por energia elétrica. Duas vertentes possíveis seriam: primeiro, um planejamento estratégico elaborado a partir de

---

<sup>21</sup> Essas condições seriam dadas a princípio pela infra-estrutura física que permitisse fluir contratos e energia conforme ênfase dada pela posição da Ministra no Congresso CIER.

objetivos nacionais de longo prazo<sup>22</sup> segundo, a formulação de um planejamento mais voltado para a viabilização de projetos específicos e de estratégias de investimentos das grandes empresas de infra-estrutura, construtoras e de energia elétrica.

Nos embates para os reposicionamentos e reformulação dos temas no campo energético e no planejamento, a associação dos objetivos de expansão energética e de desenvolvimento sustentável, expressos na proposta para uma política energética continental, aparece com pouca possibilidade de estruturação. As dimensões dos aspectos sociais e ambientais são, em geral, intrinsecamente relacionados apenas às políticas nacionais de meio ambiente e não internalizados adequadamente como variável de planejamento em apoio à decisão. O espaço destinado à compatibilização da sustentabilidade com a expansão dos sistemas elétricos ou energéticos, tenderia a ser visto como o da instância do local, o da implementação dos projetos que, por sua vez, ocasionariam impactos também considerados de abrangência local. Por essa perspectiva, somente nesse momento do planejamento outros atores deveriam ser considerados no processo. Esse caminho, conforme explorado no desenvolvimento desta pesquisa, estimula o surgimento de conflitos que, diferentemente do previsto na escala de decisão, podem alterar a visão linear e excludente do processo decisório concebido como um *continuum*: do global-internacional para o nacional, deste para o âmbito regional e finalmente para a esfera local.

### ***Sobre as escalas e a territorialidade***

A proposta da análise multiescalar como noção orientadora da pesquisa levou à percepção da ação política transescalar que, esta sim, pode ser vista como a forma de percepção do fenômeno da integração e das ações a ele inerentes, seja na esfera do planejamento mais geral ou da implantação de projetos.

O conceito da transescalaridade mostrou-se de grande eficácia e riqueza para a análise do objeto, antes visto como aparente e existente apenas na escala, binacional ou continental, dos governos e dos limites políticos dos países, com ocorrências de problemas de implantação que acontecem em todos os projetos. Na

---

<sup>22</sup> Os objetivos nacionais, nesse sentido, dizem respeito à implementação dos compromissos expressos nas políticas públicas referentes à energia, meio ambiente e crescimento econômico.

medida em que se buscava a “decomposição” das visões que opõem as escalas ou que conduzem a uma perspectiva a partir da qual as escalas vão se encaixando umas nas outras - do local, regional, nacional, internacional e global -, afluía, de maneira cada vez mais evidente, que o espaço que se buscava integrar também estava sendo (se assim pode se dizer) desintegrado pela intervenção. Esta percepção só se tornou possível graças ao olhar que postulava o espaço da integração como espaço de articulação de escalas, de consideração de territorialidades coletivas coexistentes e em confronto nos limites políticos-administrativos dos países e de sujeitos de direitos e de ação política diferenciados.

Da mesma forma, desvelou-se como característica da ação política desenvolvida no espaço “local”, a transnacionalidade, no caso estudado, observada tanto na constituição histórica e intercultural do território Pemón, como também no caráter binacional do projeto ou ainda das relações fronteiriças.

Acredita-se que a observação da articulação de estratégias transescalares na ação política pode subsidiar a análise de forma a não fixar as estratégias e ações dos atores em uma ou em outra instância, por exemplo, na local ou na continental. O enfoque da transescalaridade, ou a dialética interescalar permitiria ainda não excluir as demais escalas da análise, contribuindo para incorporar nesta visão o que os autores de referência desta mesma análise indicam como elemento central da contemporaneidade.

Buscou-se revelar, na análise, a transescalaridade do e no fenômeno da integração energética como a ele inerente e por ele revelado, como uma das características de um processo que é objeto de confrontos, tanto quanto é objeto de confronto a definição das escalas onde os confrontos se darão (Vainer, 2000, p. 13).

Visualizando o futuro da integração energética nos próximos anos, finaliza-se a reflexão interdisciplinar desenvolvida com inquietações diante da realidade desvelada pelo trabalho.

Será que os planejadores detêm ou poderão desenvolver instrumentos técnicos e posturas políticas capazes de adotar a necessária articulação transescalar para o planejamento da integração energética da América do Sul?

Em outro sentido, na direção da ação política de grupos sociais, estarão esses atores preparados para a constante articulação de escalas, que oferece suporte para a inserção e legitimação de seus objetivos no cenário de luta política?

Serão os atores locais, os planejadores, os decisores de outras instâncias mobilizados para serem partícipes da realidade que se projeta e é construída com base nas relações interescalares?

A mensagem final desse trabalho retoma, portanto, uma de suas proposições iniciais: a importância de incorporar à análise dos processos sociais o entendimento e a compreensão das diversas dimensões da complexidade que os conforma. O desafio seria então enfrentar as dificuldades da articulação das diferentes escalas no planejamento ao invés de ocultá-las ou desconhecê-las.

## REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. Sustentabilidade e democracia. Revista Proposta, [S.l.], n. 71, fev., 1997.
- \_\_\_\_\_. Sustentabilidade e desenvolvimento: modelos, processos e relações. Rio de Janeiro: Fase, 1999.
- \_\_\_\_\_. (Org.) Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Bööl, 2004.
- \_\_\_\_\_.; COMERFORD, J. Los múltiples sentidos de la sustentabilidad: el debate de la Comisión de Desarrollo de las Naciones Unidas. Gestión Ambiental, [S.l.], n.1, 1999.
- ALCARAZ, M. F.; MILENIO, M. T. Amazonas-Orinoco: Ríos de Energía. México, DF, jul., 2004. Disponível em <<http://www.mexicotm.com>> Acesso em: mar. 2001.
- ALMEIDA, A.W.B. Carajás: a guerra dos mapas, 1993.
- \_\_\_\_\_. Os fatores étnicos como delineadores de novos procedimentos técnicos de zoneamento ecológico-econômico na Amazônia, In: Justiça ambiental e Cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- ALVAREZ, G. O. Los límites de lo transnacional: Brasil y el Mercosur. Una aproximación antropológica a los procesos de integración. 1995. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 1995.
- \_\_\_\_\_. Mercosur ritual: políticos y diplomáticos en la política de integración del Cono Sur. 2000. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2000.
- ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. Cultura e política nos movimentos Sociais Latino-Americanos. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- ANDRELLO, G. Relatório sobre a terra indígena São Marcos: histórico e situação geral. [S.l.], 1998.
- Agência Nacional de Energia Elétrica (Brasil). Resolução nº 201, de 6 de jun. 2001.
- BALAKRISHNAN, G.; ANDERSON, B. Um mapa da questão nacional. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2000.
- BARTH, F. Grupos Étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. Teorias da Etnicidade. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- BECKER, B. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, Iná et al. (Org.) Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1995, p. 271-307.

BERMANN, C.; MARTINS, A. Sustentabilidade energética no Brasil: limites e possibilidades para uma estratégia energética sustentável e democrática. Rio de Janeiro. Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE, 2000.

BID. Plan de Acción para la Integración de la Infraestructura Regional en América del Sur. Reunión de Presidentes de América del Sur. Brasília, set. 2000.

BNDES. Integração da América do Sul: o BNDES como agente da política externa brasileira. Informe BNDES, Rio de Janeiro, n. 187, nov. 2004.

BOURDIEU, P. Contra-fogos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

\_\_\_\_\_. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: DIFEL; Bertrand, 1989. cap. 1, 5 e 6.

BRUNSTEIN, F. et al. (Comp.). Grandes inversiones públicas y espacio regional: experiencias en América Latina. Buenos Aires: Ediciones CEUR, 1989.

CABA, CPI/SP e IEE/USP. Energia na Amazônia: Conceitos e Alternativas. São Paulo, set. 1993.

CAMACHO, E. La Región Andina. Revista Latinoamericana de electricidad. [S.l.], [197-?], p. 16-19.

CAMARGO, S. A Integração do Cone Sul: 1960-1990. Série IRI-Textos. Rio de Janeiro, n. 13, set. 1992.

\_\_\_\_\_. Instituições e mercado em processos de integração regional. Grupo Andino e Mercosul. Série IRI-Textos. Rio de Janeiro, n. 20, nov. 1997.

CANO, W. América Latina: do desenvolvimento ao neoliberalismo. In: FIORI, J. L. (Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

CARDOSO, F. H. Avança Brasil: mais 4 anos de desenvolvimento para todos. Brasília, [s.n.], 1998.

CARDOSO, R. O. Identidade, etnicidade e nacionalidade no Mercosul: política comparada, Brasília, a. 1, v. 1, n. 2, maio/ago. 1997.

CARMONA MAYA, S. I. La negociación para una antropología intercultural del desarrollo sostenible. Medellín: Universidad Nacional de Colombia, 2002.

CASTRO, I. O Problema da escala. In: CASTRO, Iná et al. (Org.) Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1995, p. 117-140.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. La sostenibilidad del desarrollo en América Latina y el Caribe: desafíos y oportunidades. Santiago de Chile, set. 2002.

CICCOLELLA, P. et al. Modelos de Integración en América Latina: desafíos y alternativas en la construcción de un nuevo territorio latinoamericano. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1993.

CIER. IV Reunión de Ministros de Energía del Grupo Andino. Boletín CIER, Montevideo, n. 270, fev./mar. 1995.

\_\_\_\_\_. América Central: interconexión eléctrica será prioridad con G.3. Boletín CIER, Montevideo, n. 258, nov. 1993.

\_\_\_\_\_. Argentina/Brasil: Cooperação energética. Boletín CIER, Montevideo, n. 282, maio 1996.

\_\_\_\_\_. Argentina propuso a Uruguay la integración energética. Boletín CIER, Montevideo, n. 279, dez. 995.

\_\_\_\_\_. Boletín CIER, Montevideo, a. 35, n. 307, abr./maio 1999.

\_\_\_\_\_. Brasil. Eletrobrás desea comprar energía venezolana. Boletín CIER, Montevideo, n. 266, set. 1994.

\_\_\_\_\_. Brasil: energía venezolana abastecería el extremo norte. Boletín CIER, Montevideo, n. 260, fev./mar. 1994.

\_\_\_\_\_. Brasil e Bolívia começam a licitar gasoduto. Boletín CIER, Montevideo, n. 282, maio 1996.

\_\_\_\_\_. Congresso Internacional CIER 2004. Integração Energética Regional: utopia ou realidade?. Rio de Janeiro, nov./dez. 2004.

\_\_\_\_\_. Chile se proyecta vender energía eléctrica a Perú. Boletín CIER, Montevideo, n. 250, mar. 1993.

\_\_\_\_\_. Chile y Argentina definen marco bilateral para la interconexión eléctrica. Boletín CIER, Montevideo, n. 255, ago. 1993.

\_\_\_\_\_. Declaración de intenciones emergentes del 1º Encuentro de Energía Eléctrica en el MERCOSUR. In: Boletín CIER, Montevideo, n. 260, fev./mar. 1994.

\_\_\_\_\_. Foro Regional de Energía – Cono Sur. Informe final: conclusiones y recomendaciones sobre corredores energéticos e integración de mercados. Revista CIER, Montevideo, a. 5, n. 15, mar. 1995.

\_\_\_\_\_. Foro Regional de Energía. XXX Reunión de Altos Ejecutivos. Informe Final: Conclusiones y Recomendaciones. Arequipa, 1995.

\_\_\_\_\_. Grupo Andino: integración energética requiere más que palabras. Boletín CIER, Montevideo, n. 258, nov. 1993.

\_\_\_\_\_. Interligação Brasil-Argentina. Boletín CIER, Montevideo, n. 272, maio 1995.

\_\_\_\_\_. Marco normativo de la remuneración del negocio de distribución. Montevideo, nov. 2003.

\_\_\_\_\_. Modelos internacionales de regulación de los sectores eléctricos. Revista CIER, Montevideo, a. 5, n. 15, mar. 1995.

\_\_\_\_\_. Modelos internacionales de regulación de los sectores eléctricos. Comisión Eléctrica Regional, Montevideo, a. 5, n.15, mar. 1996.

\_\_\_\_\_. Perfil Institucional y Regulatorio del Sector Eléctrico Sudamericano. In: CIER . Informe del Grupo de Trabajo 08: regulación de los mercados eléctricos. Montevideo, 2001.

\_\_\_\_\_. Primeira interligação elétrica entre Brasil e Uruguai. Boletín CIER, Montevideo, n. 284, jul. 1996.

\_\_\_\_\_. Reestruturação do setor elétrico brasileiro. Revista CIER, Montevideo, a. 8 – n. 28, jun. 1999.

\_\_\_\_\_. Sin fronteras para la energía. Revista CIER, Montevideo, a. 12, n. 45, out./dez. 2003.

\_\_\_\_\_. Síntesis informativa eléctrica de los países de la CIER, Montevideo, 1999.

\_\_\_\_\_. Síntesis informativa energética de los países de la CIER, Montevideo, 2003.

\_\_\_\_\_. Síntesis informativa energética de los países de la CIER, Montevideo, 2004.

\_\_\_\_\_. Tarifas eléctricas en los países de la CIER 2003. Montevideo, 2003.

\_\_\_\_\_. Uruguay. Avanza la interconexión. Boletín CIER, Montevideo, n. 283, jun. 1996.

\_\_\_\_\_. Uruguay. El presidente de UTE aseguró que parece “cercana” venta de electricidad a Brasil. Boletín CIER, Montevideo, n. 263, jun. 1994.

\_\_\_\_\_. Uruguay. Gasoducto: UTE expresó su interés. Boletín CIER, Montevideo, n. 280, fev. 1996.

\_\_\_\_\_. Uruguay. Interconexión eléctrica con Brasil: definido el trazado. In: Boletín CIER, Montevideo, n. 274, jul. 1995.

\_\_\_\_\_. Uruguay. Se reafirma la voluntad de ampliar las facilidades de interconexión con Brasil. Boletín CIER, Montevideo, n. 254, jul. 1993.

\_\_\_\_\_. Uruguay. UTE iniciará en dos meses conexión física con Brasil. Boletín CIER, Montevideo, n. 271, abr. 1995.

\_\_\_\_\_. Uruguay. UTE invertirá 280 millones de dólares en la integración energética con Brasil. Boletín CIER, Montevideo, n. 282, maio 1996.

\_\_\_\_\_. Venezuela. Avanza interconexión eléctrica entre el G.3. y países de Centroamérica. Boletín CIER, Montevideo, n. 270, fev./mar. 1995.

\_\_\_\_\_. Venezuela. Burelli Rivas propuso crear un mercado energético latinoamericano. Boletín CIER, Montevideo, n. 272, maio 1995.

COBAN. Projeto conjunto Venezuela/Brasil para o zoneamento ecológico-econômico e ordenamento do territorial da região fronteira entre Pacaraima e Santa Helena de Uiarén. [S.l.], 1997.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO Parecer sobre o Relatório de Impacto Ambiental da Hidrelétrica de Cotingo. São Paulo, out. 1994.

COMITÊ COORDENADOR DO PLANEJAMENTO DA EXPANSÃO DOS SISTEMAS ELÉTRICOS (Brasil). Plano Decenal de Expansão 2001/2010, Rio de Janeiro, 2000.

\_\_\_\_\_. Plano Decenal de Expansão 2002/2011, Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. Plano Decenal de Expansão 2003/2012, Rio de Janeiro, 2002.

CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA. Roraima: energia e alternativas para o futuro. Boa Vista, 1993.

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS DE MANAUS. Zoneamento Socioeconômico do Estado de Roraima: Estudo da Socioeconomia das Populações Indígenas. Boa Vista, 2001.

DÁVALOS, V. O. Paraguay y la Integración Eléctrica en el MERCOSUR. Revista Energética. [S.l.], n. 1, 1996, p. 21-31.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA (Brasil); ELETROBRÁS – Diretrizes para Elaboração de Projetos Básicos de Sistemas de Transmissão. 1997.

ELECTRIFICACIÓN DEL CARONÍ (Caracas). La Gestión Ambiental de una Empresa Energética – el proyecto de transmisión al Sureste de Venezuela. EDELCA, set. 2000.

\_\_\_\_\_. Suministro de energía eléctrica al sureste de Venezuela. EDELCA, set. 2000.

ELECTRIFICACIÓN DEL CARONÍ (Caracas); ELETRONORTE. Contrato de servicios eléctricos entre EDELCA y Eletronorte. Boa Vista, abr. 1997.

ELETROBRÁS. Cadernos do 2015 . Rio de Janeiro, 1991.

\_\_\_\_\_. Plano 1990 - plano de atendimento dos requisitos de energia elétrica até 1990. Rio de Janeiro, 1974.

\_\_\_\_\_. Plano 2000 - plano de suprimento aos requisitos de energia elétrica até 2000. Rio de Janeiro, 1983.

\_\_\_\_\_. Suprimento à Região Norte – Interligação com a Venezuela. Brasília, [S.I.]

ELETROBRÁS. CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. Energia Elétrica e Integração na América do Sul. Rio de Janeiro, 2004.

ELETROBRÁS;ELETRONORTE. Interligação Elétrica entre Brasil eVenezuela. VII Reunião de Avaliação Técnica. Boa Vista, ago. 1999.

\_\_\_\_\_. Interligação elétrica entre Brasil e Venezuela: histórico, situação atual e perspectivas. Boa Vista, maio 1995.

\_\_\_\_\_. Interligação elétrica entre Brasil e Venezuela (UHE Guri: histórico, situação atual e perspectivas. Boa Vista, nov. 1994.

ELETROBRÁS. GRUPO COORDENADOR DO PLANEJAMENTO DOS SISTEMAS ELÉTRICOS. O planejamento da expansão do setor de energia elétrica: a atuação da Eletrobrás e do Grupo Coordenador do Planejamento dos Sistemas Elétricos. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2001.

\_\_\_\_\_. Plano 2010: Plano Nacional de Energia Elétrica. Rio de Janeiro, 1987.

\_\_\_\_\_. Plano 2015: Plano Nacional de Energia Elétrica 1993-2015. Rio de Janeiro, 1994.

\_\_\_\_\_. Plano Decenal de Expansão 1990/1999. Rio de Janeiro, 1989.

\_\_\_\_\_. Plano Decenal de Expansão 1991/2000. Rio de Janeiro, 1990.

\_\_\_\_\_. Plano Decenal de Expansão 1993/2002. Rio de Janeiro, 1992.

\_\_\_\_\_. Plano Decenal de Expansão 1994/2003, Rio de Janeiro, 1993.

\_\_\_\_\_. Plano Decenal de Expansão 1995/2004, Rio de Janeiro, 1994.

\_\_\_\_\_. Plano Decenal de Expansão 1996/2005, Rio de Janeiro, 1995.

\_\_\_\_\_. Plano Decenal de Expansão 1997/2006, Rio de Janeiro, 1996.

\_\_\_\_\_. Plano Decenal de Expansão 1998/2007, Rio de Janeiro, 1997.

\_\_\_\_\_. Plano Decenal de Expansão 1999/2008, Rio de Janeiro, 1999.

\_\_\_\_\_. Plano Decenal de Expansão 2000/2009, Rio de Janeiro, 1999.

ELETRÓBRÁS; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Energia e desenvolvimento sustentável. Relatório final. [S.l.], 1998.

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL. Atividades do Programa São Marcos. Relatório dirigido às comunidades indígenas. Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. Atividades do Programa São Marcos. Relatório executivo. Brasília, 2002.

\_\_\_\_\_. Estudo preliminar da interligação elétrica dos sistemas brasileiro e venezuelano. Brasília, out. 1997.

\_\_\_\_\_. Fornecimento de energia elétrica à Boa Vista Energia S. A. Contrato EDELCA, ELETRONORTE. Brasília, maio 1999. (Análise ex-post).

\_\_\_\_\_. Interligação elétrica entre Brasil e Venezuela. Andamento das obras no Brasil. VI Reunião de Avaliação Técnica. Caracas, maio 1995.

\_\_\_\_\_. Interligação elétrica entre Brasil e Venezuela. Apresentação a COFIEIX. Brasília, ago. 1997.

\_\_\_\_\_. Interligação elétrica entre Brasil e Venezuela. UHE Guri/Manaus. Brasília, out. 1994.

\_\_\_\_\_. Interligação elétrica Venezuela-Brasil. Nota Técnica. Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. Interligação elétrica Venezuela-Brasil. Processo de negociação com as comunidades Indígenas. Brasília, 1997.

\_\_\_\_\_. Interligação elétrica Venezuela-Brasil. Processo de negociação com as comunidades indígenas das terras indígenas São Marcos e Ponta da Serra. Brasília, 1997.

\_\_\_\_\_. Interligação elétrica Venezuela-Brasil. Programa São Marcos. Acompanhamento ambiental da construção da linha de transmissão na terra indígena São Marcos. Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. Interligação elétrica Venezuela-Brasil. Projeto básico ambiental. Brasília, 1997.

\_\_\_\_\_. Interligação elétrica Venezuela-Brasil. Relatório de acompanhamento dos estudos topográficos da interligação Venezuela-Brasil terra indígena Ponta da Serra. Brasília, 1997.

\_\_\_\_\_. Interligação elétrica Venezuela-Brasil. Relatório de acompanhamento dos estudos topográficos nas terras indígenas São Marcos e Ponta da Serra. Brasília, 1997.

\_\_\_\_\_. Interligação elétrica Venezuela-Brasil. Relatório de controle ambiental. v. 1 e 2, Brasília, 1997.

\_\_\_\_\_. LT 230 KV Venezuela-Brasil SE Boa Vista 230/69 KV. Fichas de avaliação ambiental. Torres 127-1 a 157-1. v. 4, Brasília, 1999.

\_\_\_\_\_. LT 230 KV Venezuela-Brasil SE Boa Vista 230/69 KV. Fichas de avaliação ambiental. Torres 157-2 a 183-2. v. 5, Brasília, 1999.

\_\_\_\_\_. Oficina da Terra: Essências nativas e cultura da terra indígena São Marcos. [S.I.], [2001].

\_\_\_\_\_. Relatório Final das Atividades do Programa São Marcos. Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. Sistema de Transmissão: Interligação Elétrica Venezuela-Brasil – LT 230 KV Santa Helena de Uairén (VEM).Boa Vista (BRA/RR): nota Técnica. Brasília, 2002.

\_\_\_\_\_. Sistema Roraima. Alternativas de atendimento de curto e médio prazos. Brasília, 2000.

\_\_\_\_\_. Sistema Roraima. Estudo comparativo de alternativas de atendimento ao sistema Boa Vista. Nota Técnica. Brasília, 1997.

\_\_\_\_\_. Um programa de governo: suprimento de energia elétrica na Amazônia Legal. Análise do Relatório Elaborado pela Comissão Designada pela Portaria MME n. 128/95. Brasília, 2001.

ELETRONORTE/FUNAI. Programa São Marcos. Relatório de Atividades. [S.I.], jan. 2000.

FARAGE, N. De guerreiros, escravos e súditos: O tráfico de escravos caribe-holandês no Século XVIII. Anuário Antropológico 84. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1985.

FERREIRA, L. F. A Política externa latino-americana do governo Geisel. Dissertação. (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1993.

FGV Brazil Forecast. Political-economic scenarios for business planning and risk analysis. [S.I.], mar. 2002.

FIORI, J. L. Os Moedeiros falsos. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. O Brasil no espaço. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FRANCISCO, L. C. A Globalização e a crise dos Estados Nacionais. In: DOWBOR, L.; et al. (Org.). Desafios da globalização. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

FRANK, E. H. A construção do espaço étnico roraimense, ou: os Taurepang existem mesmo? In: Revista de Antropologia. USP. São Paulo, v. 45, n. 2, 2002.

FREIRE, S. M. (Org.). Mercosul em debate: desafios da integração na América Latina. Rio de Janeiro: Ed. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2001.

GEERTZ, C. A Ideologia como sistema cultural. In: A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

\_\_\_\_\_. O Mundo em Pedacos: Cultura e política no fim de século. In: Nova luz sobre a antropologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

GIDDENS, A. As dimensões Institucionais da Modernidade. In: \_\_\_\_\_. As Conseqüências da Modernidade. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1991. p. 61-82.

GIORGIO, R. S. Globalização revitaliza Ação Sindical em Nível Internacional. In: DOWBOR, L. et al. (Org.). Desafios da Globalização. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

GOLDEMBERG, J. Meio Ambiente e Setor Elétrico. In: XXVIII Reunión de Altos Ejecutivos de la CIER. Viña del Mar, Chile, nov. 1993.

GÓMEZ, J. M. A “ordem” mundial liberal emergente e os desafios da América Latina nos anos noventa. Série IRI-Textos. Rio de Janeiro, n.12, maio 1992.

\_\_\_\_\_. Globalização da Política: mitos, realidades e dilemas. Série IRI-Textos. Rio de Janeiro, n. 19, jul. 1997.

\_\_\_\_\_. Globalização, Estado-Nação e Cidadania. Contexto Internacional. Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, jan./jun. 1998.

GOODWIN, L. M.; LOOKADOO, P. G.; JEROMINIDES, H. R. Brasil – Potencia. Revista Latinoamericana de eletricidade. [S.l.], p. 17-23.

GUSTAVO, B. Metropolização e Globalização: bosquejos históricos e sociais. In: GADELHA, R. (Org.) Globalização, Metropolização e Políticas Neoliberais. São Paulo: EDUC, 1977.

\_\_\_\_\_. Reflexões para uma integração Latino-Americana. In: GADELHA, R. (Org.) Globalização, Metropolização e Políticas Neoliberais. São Paulo: EDUC, 1977.

HAESBAERT, R. O Mito da Desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2004.

HELENA, R. S. Globalização e Meio Ambiente. In: DOWBOR, L.; IANNI O.;

RESENDE P. de et al. (Org.). Desafios da Globalização. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

HOLTZ, A. C. Integração Energética na América Latina. Oportunidades Bilaterais no Setor Elétrico. [S.l.], [198\_?].

IANNI, O. A Sociedade Global. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999.

\_\_\_\_\_. Sociologia da Globalização. In: \_\_\_\_\_. Teorias da Globalização. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY (França). Electricity Information, 2004.

IIRSA. Acuerdo de Alcance Parcial para a investigación de la infraestructura regional sudamericana. out. 2004.

\_\_\_\_\_. Atas das reuniões de Buenos Aires (2001) e Bogotá (2004)

\_\_\_\_\_. Informe da reunião de Ministros. Montevideo, dez. 2000.

\_\_\_\_\_. Planificación Territorial Indicativa – Cartera de Proyectos IIRSA 2003. IIRSA, dez. 2004.

\_\_\_\_\_. Planificación Territorial Indicativa – Cartera de Proyectos IIRSA 2004. IIRSA, dez. 2005.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Amazônia brasileira. São Paulo, 2000.

FERREIRA JUNIOR, L.P. As Américas e a globalização: alternativas e estratégias de inserção internacional da América Latina nos anos 90. 1996. Dissertação. (Mestrado em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1996.

LACOSTE, Y. A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 6. ed. Campinas: Editora Papirus, 2002.

LANNES, M. S. N. O Zoneamento ecológico-econômico como instrumento de ordenamento territorial de região de fronteira. o caso Brasil-Venezuela. 2000. Dissertação. (Mestrado em Geografia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2000.

LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (Org.). Brasil, século XXI por uma nova regionalização? processos, escalas, agentes. São Paulo: Ed. Max Limonad, 2004.

MARCANO, E. E. J. La construcción de Espacios Sociales Transfronterizos entre Santa Elena de Uairén (Venezuela) y Villa Pacaraima (Brasil). 1996. Tese. (Doutorado em Relações Internacionais) - Programa Conjunto de Doutorado sobre

América Latina e Caribe. Universidade de Brasília, Faculdade Latino-Americana de Ciências Socio, Brasília, 1996.

MAURO, F. As Américas: unidade ou neocolonialismo? Uma Introdução Histórica. In: SCARLATO, F.; et al. (Org.) Globalização e espaço Latino-Americano. São Paulo: HUCITEC- ANPUR, 1997.

MELO, F. V.; SCHLESINGER, S. Brasil, Integração Regional, Democracia, Justiça Social e Sustentabilidade. In: ALCA E MEIO AMBIENTE. Rio de Janeiro: Fase, 2000.

MILANI, C. O Meio Ambiente e a Regulação da Ordem Mundial, In: Contexto Internacional. PUC. Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, jul./dez., 1998.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA (Brasil). Estado de Roraima. Plano Indicativo do Atendimento de Energia Elétrica. Brasília, [1997].

\_\_\_\_\_. Relatório Final da Comissão Designada pela Portaria n.128/95 – Sumário Executivo, Brasília, 1995.

BRASIL. Ministério do Planejamento. A Evolução Recente do Planejamento no Governo Federal. Projeto Avança Brasil, Brasília, jan. 2000.

MOREIRA, J. R. Quadro energético da América Latina. complementaridade ou Concorrência? [S.l.]. [198\_?]

NUTI, M. R. Energia e desenvolvimento sustentável na América Latina: análise de uma política energética para o continente. Trabalho de final de curso, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, abr. 2000.

\_\_\_\_\_. Integração Energética na América do Sul: escalas, planejamento e conflitos Projeto de Tese – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, ago. 2002.

OCTAVIO, I. A Política mudou de Lugar. In: DOWBOR, L.; et al. (Org.). Desafios da globalização. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

ORGANIZACIÓN LATINOAMERICANA DE ENERGÍA. El Gas Natural en la Política Energética de América Latina y el Caribe. Quito, fev. 1998.

\_\_\_\_\_. Energy and Sustainable Development in Latin America and the Caribbean: Approaches to energy policy. Quito, 1997.

\_\_\_\_\_. Energy Interconnections and Regional Integration in Latin America and the Caribbean. Quito, 1998.

\_\_\_\_\_. Informe Del Comité de Estrategia y Programación para la XXXIII Junta de Expertos y XXXIV Reunión de Ministros de OLADE. Quito, 2003.

\_\_\_\_\_. Integración Energética en América Latina y El Caribe. Quito, 1996.

\_\_\_\_\_. Programa de Cooperación energética para países de Centro America y el Caribe. In: Boletín Energético OLADE, nº 19, mar./abr. 1981.

\_\_\_\_\_. Resultados de los procesos de modernización y perspectivas de integración energética en América Latina y el Caribe. Quito, 1998.

\_\_\_\_\_; CEPAL; GTZ. Energía y Desarrollo Sustentable en América Latina y el Caribe. [S.l.], mar. 1999.

OLIVEIRA, R. G.; TOLMASQUIN, M. T. A regulação & os Grupos Controladores das Empresas do Setor Elétrico Brasileiro. Revista Brasileira de Energia. n. 2, P. 103-118. Rio de Janeiro, 1999.

OLIVEIRA, Sonia Maria M. Carvalho. Conflitos ambientais na Região dos Lagos do Estado do Rio de Janeiro. 2001. 232 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

ORTIZ, R. Cultura, Modernidade e Identidades. In: SCARLATO, F.; SANTOS, M.; SOUZA, M. de et al. (Org.) Globalização e espaço latino-americano. São Paulo: HUCITEC - ANPUR, 1997.

PAUL. S. Globalização e desenvolvimento da América Latina. In: GADELHA, R. (Org.) Globalização, metropolização e políticas neoliberais. São Paulo: EDUC, 1977.

PEITER, P. C. Considerações sobre a organização espacial dos sistemas elétricos e o processo de privatização brasileiro. GEOSUL. Florianópolis: Editora da UFSC, v.1, n. 1, 1996.

PEIXOTO, A. C.; SORJ, B. O Brasil no Sistema Internacional. Textos. Rio de Janeiro, PUC, n. 4, 1985.

PETROBRÁS. Macrocenários para a América Latina. 1997-2006. [S.l.], 1997.

PIMENTEL, R. C. A luz da valorização espacial e a sombra do desenvolvimento desigual. Ribeirão Preto: Ed. Novo Saber, 2002.

PLAN DE ACCIÓN PARA LA INTEGRACIÓN DE LA INFRAESTRUCTURA REGIONAL EN AMÉRICA DEL SUR. In: Reunión de Ministros de Transporte, Telecomunicaciones y Energía de América del Sur. Montevideo, dez. 2000.

POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. Teorias da Etnicidade. São Paulo: Editora UNESP, 1998. (Parte I).

QUINHÕES, J. A R. C. Integração regional para o desenvolvimento sustentável da amazônia sul-americana. 2001. Tese. (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Editora Ática, 1993. (Terceira Parte, cap. 1 e 2).

RENATO, O. Mundialização, Cultura e Política. In: DOWBOR, et al. (Org.). Desafios da Globalização. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

RIBEIRO, G. L. Cultura e política no mundo contemporâneo. Brasília: Editora da UnB, 2000. (Cap. 1 - Fragmentos e paradoxos das fronteiras da cultura e 3 - Macunaíma: ser ou não ser, eis a questão).

RIVERA, M. Financiamiento de proyectos y sus aspectos sociales y ambientales. XXVIII Reunión de Altos Ejecutivos de la CIER. Viña del Mar, Chile, nov. 1993.

RODWIN, L. Ciudad Guayana: Uma cidade nova. In: Cidades: A urbanização da humanidade. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 3. ed., 1977 (1965) p. 100-115.

ROMANO, J. O. Indios proletarios en Manaus – el caso de los Sateré-Mawé citadinos. Disertación de Maestría, Universidade de Brasília, Brasília. Jun. 1982

SACHS, W. Essays on the archaeology of development. University of Pensilvania, s.d., mimeografado.

SANTILLI, P. As fronteiras da república. História e política entre os Macuxi no vale do rio Branco. Série Estudos. São Paulo. Universidade de São Paulo - Núcleo de História Indígena e do Indigenismo, 1994.

SANTOS, B. S. Pela mão de Alice. São Paulo: Editora Cortez, 1995. Cap. 1, 4 e 5.

SANTOS, M. A natureza do espaço. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. Por uma outra globalização. São Paulo: Editora Record, 2000.

SANTOS, R. O.; DINIZ, A M. Impactos sócio-ambientais na fronteira agrícola de Roraima. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2004, Minas Gerais.

SCHAPOSNIK, E. C. As teorias da integração e o Mercosul: estratégias. Florianópolis: Ed. da Universidade Federal de Santa Catarina, 1997.

SCHIRM, S. A. Globalização transnacional e cooperação regional na Europa e nas Américas. Revista Contexto Internacional. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica, v. 18, n. 2, jul./dez. 1996.

SOUSA, M. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná et al. (Org.) Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

SUDING, P. H. La Contribución de la integración energética al desarrollo sustentable: elementos de una evaluación. Revista Energética. Montevideo, CIER, n. 1-1996.

SWINGEDOUW, E. Neither global nor local, Globalization and the polices of scales. In: Kewin R. Cox (ed.) Spaces of globalization: reasserting the power of the local. New-York-London: The Guildford Press, 1997 (p. 137-166).

THE WORLD BANK. Environmental Management Plus. In: Environmental Assessment Sourcebook Update, n. 25, jan. 1999.

THOMAS, D. J. Order without government - The society of the Pemon indians of Venezuela. Illinois Studies in Anthropology, n. 13. University of Illinois Press, 1982.

TOLMASQUIM, M. T., Oliveira, R. G., Campos, A. F. As empresas do setor elétrico brasileiro: estratégias e performances. Rio de Janeiro: CENERGIA, 2002.

VAINER, C. B. As escalas de poder e o poder das escalas: o que pode o poder local. Rio de Janeiro, 2000, mimeografado.

\_\_\_\_\_. Globalização, políticas territoriais e meio ambiente: novas concepções de território e novos modelos de planejamento. Rio de Janeiro: Projeto integrado de pesquisa Etern - IPPUR, fev. 2000.

\_\_\_\_\_. Processos de Ocupação Social do Território. V Seminário sobre Universidade e Meio Ambiente. [S.l.], [199\_?].

\_\_\_\_\_. Lugar, região, nação, mundo: uma leitura histórica acerca das escalas da ação política. Rio de Janeiro: IPPUR, 2005. (Palestra proferida no concurso de professor titular).

VAINER, C. B.; ARAUJO, F. G. B. grandes projetos Hidrelétricos e Desenvolvimento Regional. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

VIANNA, A. A estratégia dos bancos multilaterais para o Brasil. [S.l.]: Rede Brasil, 1998.

WORLD BANK. The world bank environment strategy for the energy sector: an OED perspective, Washington, 1998.

ZÁITSEV, N. América Latina: cooperação regional e problemas de desenvolvimento. Moscou: Edições Progresso, 1986.

ZAPATA, F. estado, sociedade e integração regional: livre comércio e reestruturação da América Latina. Contexto Internacional. Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, jul./dez. 1995.

ZARUR, G. C. (Org.) Região e nação na América Latina. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.

## **ANEXOS**

Relação de Anexos

Anexo A

### **Cronologia da Publicação dos Planos de Expansão**

Anexo B

### **Informações sobre a LT Venezuela-Brasil**

- Cópia das licenças ambientais
- Cópia da autorização da ANEEL

Anexo C

### **Programa São Marcos**

- Cronologia do programa
- Carta convite Comissão Interinstitucional
- Folhetos para os trabalhadores
- Material Informativo sobre o Programa
- Fotos.

Anexo D

### **Território Indígena Pemón**

- Fotos
- Síntese das mensagens
- Lenda Macunaíma e Monte Roraima

## ANEXO A- CRONOLOGIA DE PUBLICAÇÃO DOS PLANOS DE EXPANSÃO DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA

Plano Decenal de Expansão 1990/1999	1989	Grupo Coordenador do Planejamento dos Sistemas Elétricos – GCPS e Eletrobrás
Plano Decenal de Expansão 1991/2000	1991	Grupo Coordenador do Planejamento dos Sistemas Elétricos – GCPS e Eletrobrás
Plano Decenal de Expansão 1993/2002	1992	Grupo Coordenador do Planejamento dos Sistemas Elétricos – GCPS e Eletrobrás
Plano Decenal de Expansão 1994/2003	1993	Grupo Coordenador do Planejamento dos Sistemas Elétricos – GCPS
Plano Decenal de Expansão 1995/2004	1994	Grupo Coordenador do Planejamento dos Sistemas Elétricos – GCPS
Plano Decenal de Expansão 1996/2005	1995	Grupo Coordenador do Planejamento dos Sistemas Elétricos – GCPS
Plano Decenal de Expansão 1997/2006	1996	Grupo Coordenador do Planejamento dos Sistemas Elétricos – GCPS
Plano Decenal de Expansão 1998/2007	1998	Grupo Coordenador do Planejamento dos Sistemas Elétricos – GCPS
Plano Decenal de Expansão 1999/2008	1999	Grupo Coordenador do Planejamento dos Sistemas Elétricos – GCPS
Plano Decenal de Expansão 2000/2009	[2000?]	Grupo Coordenador do Planejamento dos Sistemas Elétricos – GCPS
Plano Decenal de Expansão 2001/2010	[2001?]	Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos Sistemas Elétricos - CCPE
Plano Decenal de Expansão 2002/2011	2002	Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos Sistemas Elétricos - CCPE
Plano Decenal de Expansão 2003/2012	2002	Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos Sistemas Elétricos - CCPE
<b>Plano 1990</b> - Plano de Atendimento dos Requisitos de Energia Elétrica até 1990	1974	Eletrobrás
<b>Plano 1995</b> - Plano de Atendimento dos Requisitos de Energia Elétrica até 1995	[1978]	Eletrobrás
<b>Plano 2000</b> - Plano de Suprimento aos Requisitos de Energia Elétrica até 2000	1983	Eletrobrás
<b>Plano 2010</b> - Plano Nacional de Energia Elétrica	1987	Eletrobrás
<b>Plano 2015</b> - Plano Nacional de Energia Elétrica 1993/2015	1994	Eletrobrás

## **ANEXO B**

### **Informações sobre a Interligação Venezuela-Brasil**

- Cópia das licenças
- Cópia da autorização ANEEL



**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E  
DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
- IBAMA -  
DIRETORIA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO  
-DIRCOF-**

**LICENÇA PRÉVIA Nº 23 /97**

O INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 6938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto nº. 99.274, de 06 de junho de 1990, que foi alterada pela Lei nº 7.804, de 20 de julho de 1989 e, ainda, com base na Portaria IBAMA nº 486, de 29 de março de 1996, **RESOLVE:**

Expedir a presente Licença Prévia a:

**EMPRESA:** ELETRONORTE - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL  
**CGC:** 00.357.038/0001-16  
**ENDEREÇO:** AV. CAPITÃO ENE GARCEZ, 641 - CENTRO  
**CEP:** 69.301-160 **CIDADE:** BOA VISTA **UF:** RR  
**TELEFONE:** (071)340-1684 **FAX:** (071)340-1704  
**REGISTRO NO IBAMA:** Processo IBAMA/MMA nº 02001.002100/97-29

Relativa a Interligação Elétrica Brasil - Venezuela, que interligará, através da construção de uma Linha de Transmissão em 230 kV, o Complexo Hidrelétrico de Guri, na Venezuela, à cidade de BoaVista/RR.

Esta Licença Prévia é válida pelo período de 365(trezentos e sessenta e cinco) dias, a partir desta data, observadas as condições discriminadas no verso deste documento e nos demais anexos constantes do processo que, embora não transcritos, são partes integrantes desta licença.

Brasília, DF, 12 DEZ 1997

  
**Manoel Magalhães de Mello Netto**  
Diretoria de Controle e Fiscalização  
Diretor

## CONDICIONANTES DESTA LICENÇA PRÉVIA

### 1. Condições Gerais:

- 1.1 Esta Licença Prévia deverá ser publicada conforme Resolução CONAMA Nº 006/86, sendo que cópia das publicações deverá ser encaminhada ao IBAMA.
- 1.2 Qualquer alteração nas especificações do projeto deverá ser precedida de anuência do IBAMA.
- 1.3 Esta LP não autoriza a instalação do empreendimento.
- 1.4 O não cumprimento do estabelecido nas condicionantes desta Licença acarretará sua imediata suspensão.

### 2. Condições Específicas:

- 2.1 No prazo da vigência da licença o empreendedor deverá apresentar:
  - levantamento florístico;
  - dimensão das áreas que serão desmatadas;
  - quantificação e destinação da madeira nobre que será retirada.
- 2.2 No prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a ELETRONORTE deverá, com base no trabalho que vem sendo realizado pela Comissão Interinstitucional, encaminhar ao IBAMA informações/dados referentes as negociações que estão sendo realizadas com as comunidades indígenas, acompanhados dos devidos levantamentos sócio-culturais.
- 2.3 Os Programas Ambientais propostos deverão ser devidamente detalhados no Projeto Básico Ambiental (PBA), antes da concessão da Licença de Instalação-LI.
- 2.4 Deverá ser atendida a Resolução Conama nº 02/96.
- 2.5 No processo de revegetação, não deverá ser realizado plantio de gramíneas nas áreas de servidão.



MMA

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E  
DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

- IBAMA -

DIRETORIA DE INCENTIVO À PESQUISA E DIVULGAÇÃO  
DIRPED

## LICENÇA DE INSTALAÇÃO Nº 37/98

O INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 6938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto nº. 99.274, de 06 de junho de 1990, que foi alterada pela Lei nº 7.804, de 20 de julho de 1989 e, ainda, com base na Portaria IBAMA nº 64-N, de 25 de março de 1998, **RESOLVE:**

expedir a presente Licença de Instalação a:

**EMPRESA:** CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S. A - ELETRONORTE

**CGC:** 00.357.038/0001-16

**ENDEREÇO:** SCN - EDIF. VENÂNCIO 3000, BLOCO B, SALA 1.107

**CEP:** 70.718-900

**MUNICÍPIO:** BRASÍLIA **UF:** DF

**TELEFONE:** (061) 212-5421

**FAX:** (061) 212-5324

**REGISTRO NO IBAMA:** Processo IBAMA/MMA nº 02001.002100/97-29

relativa ao Sistema de Transmissão Elétrica Brasil - Venezuela, que interligará, através da construção de uma Linha de Transmissão de 230 kV, em território brasileiro, o Complexo Hidrelétrico de Guri, na Venezuela, à cidade de Boa Vista/RR, no Brasil.

Esta Licença de Instalação é válida pelo período de 730 (setecentos e trinta) dias, a partir desta data, observadas as condições discriminadas no verso deste documento e nos demais anexos constantes do processo que, embora não transcritos, são partes integrantes desta licença.

Brasília, DF,

24 JUN 1998

**Celso Martins Pinto**

Diretoria de Incentivo à Pesquisa e Divulgação  
Diretor

**CONDICIONANTES DESTA LICENÇA DE INSTALAÇÃO - LI****1. Condições Gerais:**

- 1.1 esta Licença de Instalação deverá ser publicada conforme Resolução CONAMA Nº 006/86, sendo que cópia das publicações deverá ser encaminhada ao IBAMA;
- 1.2 qualquer alteração nas especificações do projeto deverá ser precedida de anuência do IBAMA;
- 1.3 o IBAMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar esta licença, caso ocorra:
  - violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
  - omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença;
  - superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.
- 1.4 caso o prazo concedido não seja suficiente para a realização das atividades, a empresa deverá requerer renovação no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias antes da sua expiração;
- 1.5 este documento não autoriza a operação do empreendimento;
- 1.6 o não cumprimento das condicionantes acarretará na imediata suspensão desta Licença.

**2. Condições Específicas:**

- 2.1. Apresentar ao IBAMA, num prazo máximo de 30 (trinta) dias, relatórios contendo cronograma físico, contemplando:
  - a implementação do *Subprograma de Conservação da Vegetação Endêmica*, abrangendo, inclusive, o levantamento florístico, a reprodução em viveiro, os arboretos e o bancos de germoplasma;
  - a implementação do Programa de Educação Ambiental.
- 2.2. encaminhar ao IBAMA, num prazo máximo de 60 (sessenta) dias, o detalhamento do *Programa de Compensação Ambiental* já devidamente acordado pelos órgãos ambientais;
- 2.3. detalhar o programa que trata da recuperação de áreas degradadas, incluindo a faixa de domínio da linha e às áreas de apoio à construção;
- 2.4. enviar relatórios trimestrais de acompanhamento dos programas ambientais;
- 2.5. apresentar relatório referente a execução do Termo de Compromisso Nº 01/98 celebrado entre a ELETRONORTE e FUNAI, com a interveniência das Comunidades Indígenas; e
- 2.6. a implantação do empreendimento só poderá ter início após a concessão, pelo IBAMA, da Autorização de Supressão de Vegetação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS  
RENOVÁVEIS - IBAMA

**RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO nº 133/2001**

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 24 Anexo I ao Decreto 4.756, de 20 de junho de 2003, que aprovou a Estrutura Regimental do IBAMA, publicado no D.O.U. de 23 de junho de 2003, e item VI do art.95 do Regimento Interno aprovado pela Portaria GM/MMA nº 230, de 14 de maio de 2002, publicada no D.O.U., de 21 de junho de 2003, **RESOLVE:**

Expedir a presente Renovação de Licença de Operação à:

**EMPRESA:** Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A – ELETRONORTE  
**CGC/CPF:** 00.357.038/0001-16  
**ENDEREÇO:** SCN/ Quadra 6 Conjunto A, Bloco C, sala 416  
**CEP:** 70.718 -900 **CIDADE:** Brasília **UF:** DF  
**TELEFONE:** (61) 429-5320 **FAX:** (61) 327-3757  
**REGISTRO NO IBAMA:** Processo nº 02001.002100/97-29

Relativa a Linha de Transmissão 230kV que interliga o Complexo Hidrelétrico de Guri na Venezuela, à Subestação de Boa Vista, no Estado de Roraima, percorrendo 195 km.

Esta Licença de Operação é válida pelo período de 04 (quatro) anos, a partir desta data, observadas as condições discriminadas neste documento e nos demais anexos constantes do processo que, embora não transcritos, são partes integrantes deste licenciamento.

A validade desta licença está condicionada ao fiel cumprimento das condicionantes constantes no verso deste documento.

Brasília, DF **05 AGO 2005**

**MARCUS LUIZ BARROSO BARROS**  
Presidente do IBAMA

**CONDICIONANTES DA RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 133/2001****1. Condicionantes Gerais:**

- 1.1. A concessão desta Renovação da Licença de Operação deverá ser publicada em conformidade com a Resolução Conama nº 06/86, e cópias das publicações deverão ser encaminhadas ao IBAMA.
- 1.2. Quaisquer alterações no empreendimento deverão ser precedidas de anuência do IBAMA.
- 1.3. O IBAMA deverá ser comunicado, imediatamente, em caso de ocorrência de qualquer acidente que venha causar dano ambiental.
- 1.4. O IBAMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar esta licença, caso ocorra:
  - violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
  - omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença;
  - graves riscos ambientais e de saúde.
- 1.6 Perante o IBAMA, a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A – ELETRONORTE é a única responsável pela implementação dos Planos, Programas e Medidas Mitigadoras e pela integridade estrutural e ambiental decorrentes da operação do empreendimento.

**2. Condicionantes Específicas:**

- 2.1 Encaminhar relatórios semestrais com documentação fotográfica georreferenciada, contendo informações sobre o acompanhamento das ações de recuperação das áreas degradadas detalhando as adequações realizadas e o resultados obtidos no período.
- 2.2 Encaminhar num prazo máximo de 60 (sessenta) dias, um programa de poda e corte seletivo na faixa de servidão da Linha de Transmissão contendo: justificativa e descrição das atividades a serem realizadas, caracterização da área de intervenção, destinação do material vegetal gerado, equipe técnica responsável e documentação fotográfica georreferenciada.

## AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL

## RESOLUÇÃO Nº 201, DE 6 DE JUNHO DE 2001

Autoriza a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE a importar 200 MW de potência e respectiva energia elétrica associada, proveniente da República da Venezuela.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no inciso II, art. 26, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com a redação dada pela Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, o que consta do Processo nº 48100.000941/97-66, e considerando que:

o requerido pela Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE está vinculado ao Memorando de Entendimentos celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela em 29 de janeiro de 1997, objetivando o suprimento de energia elétrica ao Município de Boa Vista e a outros no Estado de Roraima;

a política de incentivo à oferta de energia, além de garantir o abastecimento do mercado e propiciar a competição entre os agentes pela ampliação da oferta, visa a modicidade tarifária; e

o Governo Brasileiro está buscando incentivar investimentos em novos empreendimentos de transmissão de energia elétrica, visando incorporar potência firme e energia associada no menor prazo possível, resolve:

Art. 1º Autorizar a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE, sediada no SCN, Quadra 6, Conjunto A, Blocos B e C, Brasília - Distrito Federal, inscrita no CGC/MF sob o nº 000.357.038/0001-16, a importar 200 MW de potência e respectiva energia elétrica associada, proveniente da República da Venezuela.

Art. 2º A energia elétrica importada destina-se à comercialização no Município de Boa Vista e em outros municípios do Estado de Roraima, nos termos da legislação específica e desta Resolução.

Parágrafo único. A comercialização da energia elétrica importada não será considerada nos montantes de compra e venda de energia previstos no art. 10 da Lei nº 9.648, de 1998.

Art. 3º Em decorrência da presente Autorização, constituem obrigações da Autorizada:

I - comunicar à ANEEL, no prazo de até 30 (trinta) dias da realização, as alterações do seu objeto social, bem como reestruturação societária da empresa que acarrete mudança do bloco de controle da Autorizada;

II - recolher a Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica nas condições e prazos estabelecidos pela ANEEL;

III - submeter-se a toda e qualquer regulamentação de caráter geral que venha a ser estabelecida, especialmente aquelas relativas à importação e comercialização de energia elétrica, respondendo por todos os prejuízos causados ao Poder Concedente, aos usuários ou a terceiros, no exercício das atividades autorizadas no art. 1º;

(Fl. 3 da Resolução nº , de de de 2001).

Art. 6º A presente Autorização vigorará pelo prazo de vinte anos, contado da publicação desta Resolução, prorrogável a pedido da interessada e a critério da ANEEL, podendo ser revogada caso a Autorizada venha a:

I - descumprir as obrigações decorrentes desta Autorização, em especial os encargos estabelecidos no art. 3º, conforme apurado em procedimento administrativo que assegure ampla defesa;

II - comercializar energia elétrica em desacordo com as prescrições da legislação, das normas específicas e desta Resolução;

III - transferir, sem prévia e expressa autorização da ANEEL, os bens e instalações implantadas em território brasileiro, vinculados diretamente à importação de energia e necessários ao cumprimento dos contratos correspondente; e

IV - descumprir o prazo fixado no artigo anterior.

Art. 7º Ao término do prazo fixado no *caput* do art. 6º, os bens e instalações que compõem o sistema de transmissão implantado em território brasileiro, dedicado à importação de energia autorizada, reverterão para a União, caso seja do interesse do sistema elétrico brasileiro para cumprimento da função de integração elétrica e energética nacional ou de intercâmbio elétrico entre Brasil e Venezuela.

Art. 8º. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência dos serviços de energia elétrica e do disposto nesta Resolução, a Autorizada ficará sujeita às penalidades estabelecidas na legislação, conforme disciplinadas pela Resolução ANEEL nº 318, de 6 de outubro de 1998.

Art. 9º Em nenhuma hipótese a revogação desta Autorização acarretará, para a ANEEL, qualquer responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela Autorizada em relação a terceiros, inclusive aquelas relativas a seus empregados.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MÁRIO MIRANDA ABDO

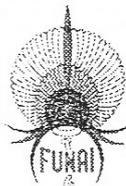
Publicado no D.O. de 07.06.2001, Seção 1, p. 96, v. 139, n. 110 - E.

Este texto não substitui o publicado no D.O. de 07.06.2001.

## **Anexo C**

### **Programa São Marcos**

- Carta convite Comissão Interinstitucional
- Folhetos para os trabalhadores
- Material Informativo distribuído
- Fotos.



Fundação Nacional do Índio  
MINISTERIO DA JUSTIÇA

PROCESSO Nº 08620-2103/98.

RD-0105/98

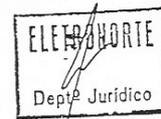
TERMO DE COMPROMISSO Nº 01/98 QUE ENTRE SI  
CELEBRAM A ELETRONORTE E A FUNDAÇÃO  
NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI COM INTERVENIÊNCIA  
DAS COMUNIDADES INDÍGENAS HABITANTES DA  
TERRA INDÍGENA SÃO MARCOS, OBJETIVANDO  
AUTORIZAR A ELETRONORTE A CONSTRUIR A LINHA  
DE TRANSMISSÃO DENOMINADA LT SANTA  
ELENA/BOA VISTA QUE COMPÕE A  
INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA VENEZUELA/BRASIL,  
ATRAVESSANDO A TERRA INDÍGENA SÃO MARCOS.

*A CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A*  
– *ELETRONORTE*, empresa controlada da ELETROBRÁS, concessionária de  
serviços públicos de energia elétrica com sede e endereço no SCN – Quadra 06,  
conjunto A Blocos B e C, Brasília-DF, com CGC nº 00.357.038/0001-16, neste ato  
representada pelo seu Diretor Presidente **Dr. José Antonio Muniz Lopes**, residente  
e domiciliado em Recife/PE, a rua Setúbal nº 860 Bloco “A” Apartamento 504, Boa  
Viagem, portador da CI nº 616.3000-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº  
005.135.394-68 e pelo seu Diretor de Planejamento e Engenharia **Dr. Caio Márcio  
Barbosa Barra**, residente e domiciliado em Brasília-DF, AOS 06 Bl. “A”  
Apartamento 506, portador da CI nº M-816.379-SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob  
o nº 261.342.846-53, e a **FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI**,  
instituída de conformidade com a Lei nº 5.371, de 05 de dezembro de 1967, CGC  
00.059.311/0001-26, neste ato representada pelo **Dr. SULIVAN SILVESTRE  
OLIVEIRA** – Presidente – conforme Decreto publicado no D.O.U. de 20/08/97,  
CI. 1217564 – SSP-GO, CPF. 282976361-00, residente a SQS 303 – BL. “F” APT.  
602, e pelo Administrador Executivo Regional de Boa Vista/RR, **WALTER  
NICANOR FONTOURA BLOS**, CPF nº 390792951-91, CI nº 636.120 –  
SSP/AM, com interveniência das Comunidades Indígenas habitantes da Terra  
Indígena São Marcos, resolvem celebrar o presente Termo de Compromisso que  
objetiva autorizar a ELETRONORTE a construir a linha de transmissão em 230  
KV, denominada LT Santa Elena/Boa Vista que compõe a Interligação Elétrica  
Venezuela/Brasil, atravessando a Terra Indígena São Marcos, representada neste ato

*[Handwritten signature]*

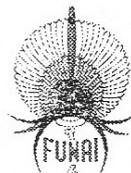
*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



*[Handwritten signature]*

TC1



Fundação Nacional do Índio  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

pelo Tuxaua Firmino Alfredo da Silva, Presidente da APIR – Associação dos Povos Indígenas de Roraima, normatizando os procedimentos para a implantação do empreendimento e das medidas mitigadoras e indenizatórias, sujeitando-se no que couber as normas contidas na Instrução Normativa nº 01/STN, de 15 de janeiro de 1997, aos termos da Lei nº 8.666/93, e demais normas legais pertinentes e as seguintes cláusulas e condições:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste Termo de Compromisso a autorização a ELETRONORTE para construir a linha de transmissão de 230 KV, denominada LT Santa Elena/Boa Vista que compõe a Interligação Elétrica Venezuela/Brasil, utilizando-se na Terra Indígena São Marcos de uma faixa de terras de 40 metros de largura e 63.250 metros de extensão, no sentido norte sul e margeando a BR 174, no estado de Roraima, normatizando os procedimentos para implantação do empreendimento e das medidas mitigadoras e indenizatórias, estabelecendo a compensação a Comunidade Indígena nos termos da proposta de negociação constantes às fls. 66, do Processo FUNAI/BSB nº 08620.2103/98, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

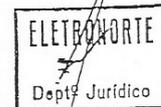
### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

#### I - Constituem obrigações da ELETRONORTE:

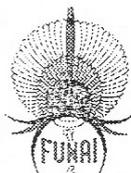
a) cumprir rigorosamente, no desenvolvimento de seu trabalho, as etapas de implantação e operação do empreendimento todas as disposições legais e normas estabelecidas, em especial a Lei nº 6001 de 19/12/1973, principalmente no que concerne a proibição do uso e da disseminação de bebida alcóolica entre os índios dentro da área indígena e a legislação ambiental vigente;

b) garantir que a legislação vigente e as normas estabelecidas sejam também rigorosamente cumpridas por todas as empresas subcontratadas para a implantação e operação do empreendimento;

*[Handwritten signature]*  
Cheula  
mitos



TC2



Fundação Nacional do Índio  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

c) na implantação do empreendimento evitar, ao máximo, a degradação das áreas utilizadas. Todas as áreas que venham a ser degradadas durante o processo de implantação do empreendimento deverão ser recuperadas;

d) indenizar todos os bens individuais dos índios como cercas, plantações, casas ou quaisquer outras benfeitorias que venham a ser danificadas pela implantação do empreendimento;

e) indenizar as árvores e culturas que venham a ser abatidas ou danificadas na faixa de servidão de 40 metros;

f) o valor das indenizações, tanto relativas aos bens individuais dos índios como das árvores e culturas, será calculados por uma comissão de avaliação composta por representantes da FUNAI e ELETRONORTE e Comunidades Indígenas;

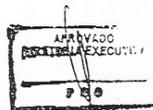
g) depositar em conta corrente especial, a ser aberta junto ao Banco do Brasil que será movimentada pela FUNAI, ELETRONORTE e Comunidade Indígena, o valor de R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais), como medida indenizatória pela instalação da linha de transmissão na Terra Indígena São Marcos, que financiará as ações de desintrusão da Terra Indígena São Marcos;

h) arcar, até o término da implantação do empreendimento, com os custos de um sistema de vigilância da Terra Indígena São Marcos, que operará com a participação de representantes das comunidades indígenas, durante o período de construção do empreendimento, visando impedir novas invasões ou retorno de invasores, conforme plano a ser acordado entre as partes. Após o término da implantação do empreendimento a continuidade do sistema de vigilância ficará sob responsabilidade da FUNAI e COMUNIDADES INDÍGENAS;

i) arcar, até o término da vigência deste Termo, com as despesas de acompanhamento e fiscalização dos serviços de implantação do empreendimento, previsto no Projeto Básico Ambiental - PBA - PCA 9 - Programa Comunidades Indígenas, inclusive no que diz respeito as despesas com transporte e diárias do pessoal da FUNAI, bem como dos representantes das **COMUNIDADES INDÍGENAS** que comporão a comissão de acompanhamento;

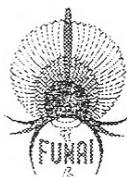
j) restringir o seu pessoal aos limites necessários a execução de objeto deste Termo de Compromisso;

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

TCS



Fundação Nacional do Índio  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

l) apresentar a relação nominal de pessoal à Administração Executiva Regional que irá executar os serviços, nas Terras Indígenas, para fins de autorização e controle;

m) responsabilizar-se por qualquer dano, por ação ou omissão dos seus prepostos nas Terras Indígenas, e/ou pela ocorrência de acidentes de qualquer natureza.

n) providenciar medidas de segurança e proteção ambiental, antes do início dos serviços de instalação da linha de transmissão.

## II - Constituem obrigações da FUNAI:

a) assegurar à **ELETRONORTE** a faculdade de praticar todos os atos de construção, operação e manutenção da mencionada linha de transmissão, assim como o acesso à área;

b) adotar providências no sentido de que a faixa de servidão seja utilizada dentro das limitações impostas por este tipo de empreendimento, visando garantir tanto a segurança das **COMUNIDADES INDÍGENAS** habitantes da região quanto da linha de transmissão;

c) estabelecer em conjunto com a **ELETRONORTE** um plano para o sistema de vigilância que será implantado na Terra Indígena São Marcos durante a construção do empreendimento, visando impedir novas invasões ou retorno de invasores;

d) disponibilizar servidores dos seus quadros para, juntamente com representantes das **COMUNIDADES INDÍGENAS** e da **ELETRONORTE**, acompanhar a construção de todo o empreendimento para garantir o cumprimento da legislação vigente e das normas estabelecidas;

e) nomear servidor para, em conjunto com a **ELETRONORTE** e Comunidades Indígenas compor a comissão que calculará o valor das indenizações, dos bens individuais e coletivos dos índios, que venham a ser atingidos pela implantação do empreendimento;

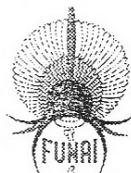
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

TC 4



Fundação Nacional do Índio  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

f) promover a extrusão dos não índios da Terra Indígena São Marcos com base no levantamento de ocupações realizado em 1994 e reavaliado conforme Portaria nº 068/PRES/FUNAI de 21/01/1998;

g) o início do processo de extrusão se dará imediatamente após o depósito, pela ELETRONORTE, da primeira parcela de R\$ 1.000.000,00 (Hum milhão de reais);

h) o processo de extrusão deverá ser concluído até outubro de 1998;

i) nomear servidor para em conjunto com a ELETRONORTE e Comunidade Indígena movimentar conta especial que financiará o processo de extrusão da Terra Indígena São Marcos.

### III - Constituem obrigações das COMUNIDADES INDÍGENAS:

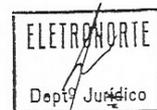
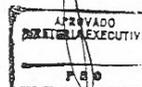
a) assegurar à ELETRONORTE a faculdade de praticar todos os atos de construção, operação e manutenção da mencionada linha de transmissão, assim como o acesso à área, tudo em consonância com a legislação que disciplina a matéria;

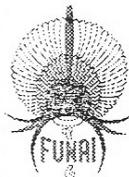
b) dar conhecimento a todos os membros da COMUNIDADE INDÍGENA dos compromissos assumidos neste Termo de compromisso, cuja aquiescência se dará por intermédio de seu representante;

c) utilizar a faixa de servidão de acordo com as normas indicadas pela ELETRONORTE de modo a garantir tanto a segurança das COMUNIDADES INDÍGENAS quanto a integridade física da linha de transmissão;

d) nomear representantes para, em conjunto com a ELETRONORTE e FUNAI compor a comissão que calculará o valor de indenização dos bens individuais e coletivos dos índios, que venham a ser atingidos pela implantação do empreendimento.

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*





Fundação Nacional do Índio  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

e) nomear representantes para, em conjunto com a **ELETRONORTE** e **FUNAI**, compor comissão que acompanhará a construção de todo o empreendimento.

f) nomear representante para, em conjunto com a **ELETRONORTE** e **FUNAI**, compor a comissão que movimentará a conta especial que financiará a extrusão dos não índios da Terra Indígena São Marcos;

### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS

Os recursos para a execução do presente Termo de Compromisso, serão desembolsados pela **ELETRONORTE** e destinados a sua execução, no valor estimado em R\$ 3.797.600,00:

- a) R\$ 3.500.000,00 para a extrusão da Terra Indígena São Marcos;
- b) R\$ 250.000,00 para o sistema de vigilância e
- c) R\$ 47.600,00 para indenização de benfeitorias.

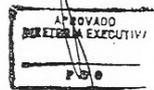
Parágrafo Primeiro - O valor previsto no item "a" será repassado à FUNAI em 3 (três) parcelas, com as seguintes condições:

- 1ª parcela no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a ser depositada no ato da assinatura do presente Termo de Compromisso em conta especial a ser aberta em nome do Processo de extrusão – Terra Indígena São Marcos, junto ao Banco do Brasil;

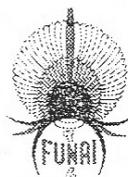
- 2ª parcela no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a ser depositada após a retirada de no mínimo 10% dos invasores relacionados no relatório da comissão constituída pela Portaria nº 068/PRES da FUNAI, de 21/01/1998, que passa a fazer parte integrante deste instrumento;

- 3ª parcela no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), a ser depositada após a retirada de no mínimo 50% dos invasores relacionados no relatório da comissão constituída pela portaria nº 068/PRES da FUNAI, de 21/01/1998;

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*



TC6



Fundação Nacional do Índio  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

**Parágrafo Segundo** – O valor previsto no item “b” será desembolsado pela **ELETRONORTE** de acordo com o plano de Vigilância a ser acordado entre as partes e passará a fazer parte integrante deste instrumento. Os bens e equipamentos adquiridos com esses recursos, serão revertidos à **COMUNIDADE INDÍGENA**, através da **FUNAI**, ao término da construção da linha de transmissão;

**Parágrafo Terceiro** – O valor previsto no item “c” será desembolsado pela **ELETRONORTE** na medida que forem sendo apresentados os laudos de avaliação da comissão instituída para este fim;

**Parágrafo Quarto** – O valor constante da Cláusula Terceira, não sendo suficiente para o cumprimento das obrigações assumidas nas letras “d”, “e”, “f”, “g” e “h”, do item I, da Cláusula Segunda, serão complementados pela **ELETRONORTE**, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, valor este que será calculado pela comissão de avaliação de que trata a Cláusula Segunda, item I.

**Parágrafo Quinto** – Havendo eventual saldo de recursos serão estes destinados à **COMUNIDADE INDÍGENA**.

**Parágrafo Sexto** – A **FUNAI** e as **COMUNIDADES INDÍGENAS**, após os cumprimentos de todas as Cláusulas financeiras deste Termo de Compromisso e a conclusão da obra a ser comunicada pela **ELETRONORTE**, darão termo de quitação total destes compromissos.

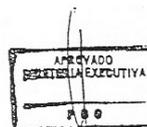
#### CLÁUSULA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos de que trata a Cláusula Terceira, deverá ser instruída de acordo com o estabelecido na IN/STN nº 01/97.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA GLOSA DAS DESPESAS

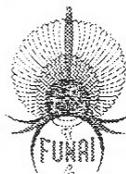
Serão glosadas as despesas porventura realizada com finalidades diversas do estabelecido neste instrumento ainda que em caráter de emergência, cabendo à **FUNAI** a apuração dos responsáveis.

*[Handwritten signature]*  
Pereira  
*[Handwritten signature]*



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

TC 7



Fundação Nacional do Índio  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

#### CLÁUSULA SEXTA – DOS SUPERVISORES

Serão nomeados, após a assinatura deste instrumento, um auditor da **FUNAI** e outro da **ELETRONORTE**, para em conjunto atuarem como Supervisores, tendo acesso a toda documentação relativa a execução do objeto deste Termo de Compromisso, cabendo-lhes ao final do repasse de cada parcela, a apresentação de relatório aprovando a aplicação dos recursos alocados, de acordo com o estabelecido no Termo de Negociação.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO INÍCIO DAS OBRAS

A partir da assinatura do presente Termo de Compromisso e com a efetivação do depósito da 1ª parcela, pela **ELETRONORTE**, fica-lhe assegurado o imediato ingresso na área para a execução dos trabalhos.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA UTILIZAÇÃO DO PESSOAL

A utilização temporária de pessoal, que se tornar necessária para a execução do objeto deste Termo de Compromisso, não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza, nem gerará qualquer tipo de obrigação trabalhista ou previdenciária para a **FUNAI**.

#### CLÁUSULA NONA – DA AÇÃO PROMOCIONAL

Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto deste instrumento será, obrigatoriamente, destacada a participação da **FUNAI** e da **ELETRONORTE**, observado o disposto no Parágrafo Único, do Art. 37, da Constituição Federal.

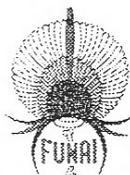
#### CLÁUSULA DÉCIMA - DOS BENS

Os bens materiais permanentes e equipamentos adquiridos, produzidos ou construídos com recursos oriundos deste Termo de Compromisso, que se destinem ao atendimento da Comunidade Indígena, serão incorporados ao patrimônio indígena.

*[Handwritten signature]*  
Paulo  
mfr



TCB



Fundação Nacional do Índio  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO

É assegurada a FUNAI, a prerrogativa de conservar a autoridade normativa e de exercer o controle e a fiscalização sobre a execução local do objeto deste instrumento.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este Termo poderá ser rescindido, automaticamente, por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou evento que o torne material ou formalmente inexecutável, assim como poderá ser denunciado pelas partes, observado o aviso prévio de 30 (trinta) dias, e particularmente quando constatada a utilização dos recursos em desacordo com o que foi pactuado.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

A publicação do presente instrumento, será efetuada em extrato no Diário Oficial da União, correndo à conta da ELETRONORTE a respectiva despesa.

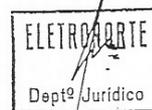
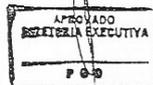
### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Compromisso vigorará na exata medida do tempo de construção da linha de transmissão.

**Parágrafo Único** - O prazo de vigência do Termo de Compromisso, não interfere com o prazo da servidão de passagem, que coexistirá enquanto fisicamente existir a linha de transmissão.

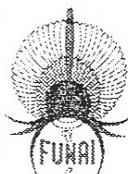
*[Handwritten signature]*  
Deputado  
Muniz

*[Handwritten mark]*



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

TC 4



Fundação Nacional do Índio  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

As partes livremente elegem o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, como o único competente para dirimir qualquer dúvida decorrente ou fundamentada no presente Termo de Compromisso.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, assinam o presente Termo, em três vias de igual teor e forma, além das partes compromissadas o representante da Comunidade Indígena, como interveniente, na presença das testemunhas abaixo.

Brasília-DF, 31 de março de 1998.

*Jose Antonio Muniz Lopes*  
JOSE ANTONIO MUNIZ LOPES  
Diretor-Presidente-ELETRONORTE

*Sulivan Silvestre Oliveira*  
SULIVAN SILVESTRE OLIVEIRA  
Presidente-FUNAI

*Caio Marcio Barbosa Barra*  
CAIO MÁRCIO BARBOSA BARRA  
Diretor de Planejamento e Engenharia

*Walter Nicanor F. Bloss*  
WALTER NICANOR F. BLOSS  
Administrador E. Regional-FUNAI

*Firmino Alfredo da Silva*  
TUXUAUA FIRMINO ALFREDO DA SILVA  
Presidente da APIR

Testemunhas:

*Heróclio P. Lillo*  
CPF: 074 855 302 - 91

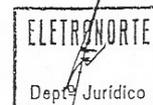
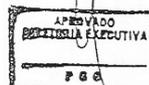
*Márcio Barbosa*  
CPF: 088 835 309-00

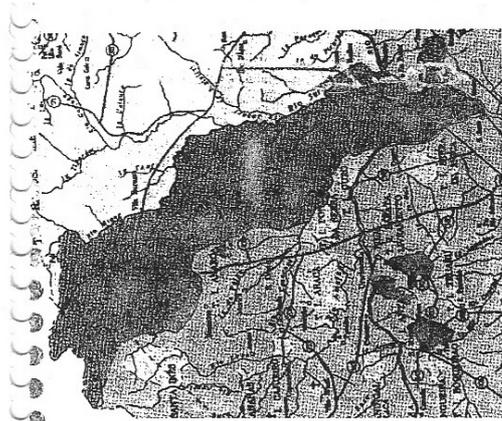
TABELIONATO DEUSDETE COELHO  
Av. Ville Roy, 456E - CENTRO  
FONE: (095) 224-3327 - FAX: (095) 623-11  
BOA VISTA - RORAIMA

RECONHECO e dou fe' por SEMELHANÇA as  
firma(s) de:  
0007365 - WALTER NICANOR FONTOURA BLOS.,  
0021516 - FIRMINO ALFREDO DA SILVA.....

Em testemunho da verdade.  
BOA VISTA, 20 de Abril de 1998

*Wesley*  
02-MARIA DE JESUS DE SOUZA ROCHA  
TABELIA SUBSTITUTA





Comunidades Indígenas:  
Macuxi, Taurepang, Wapixana

Grupos Linguísticos:  
Karib, Aruak

População Estimada:  
2.500 pessoas (FUNAI/1996)

Terras Indígenas:  
Araçá  
50.018 ha, demarcada e homologada. Registro  
Cartório de Imóveis e Patrimônio da União.  
Decreto de Homologação 86.934 de 17/02/82.

Ponta da Serra  
15.597 ha, demarcada e homologada. Registro  
Cartório de Imóveis e Patrimônio da União.  
Decreto de Homologação 86.935 de 17/02/82.

São Marcos  
654.110 ha, demarcada e homologada. Decreto  
de Homologação 312 de 29/10/91.

Localização:  
Municípios de Amajari, Boa Vista e Pacaraima  
no estado de Roraima.

Interferências:

- ✓ BR-174 - atravessa a Terra São Marcos em aproximadamente 60 km e 15 km nas Terras Araçá e Ponta da Serra;
- ✓ Invasões por criadores de gado;
- ✓ Sede do município de Pacaraima;
- ✓ Vila de Surumu;
- ✓ Quartel de Fronteira do Exército.

## NORMAS E PROCEDIMENTOS NO TRATO COM AS COMUNIDADES INDÍGENAS

MACUXI  
TAUREPANG  
WAPIXANA

Na execução de suas atividades nestas Terras Indígenas, observe as seguintes normas e procedimentos:

Vacine-se contra doenças transmissíveis.

Não caça, nem pesque:

- a alimentação básica dos índios é retirada da mata e de suas roças.
- caçar e pescar nas Terras Indígenas, portanto, além de ser proibido por lei, é tirar dos índios sua fonte de alimentação.

Não aprisione, não transporte, nem comercialize animais silvestres:

- Manter animais silvestres em cativeiro, ainda que provisório, é crime. (Lei 5.197/67)

Respeite o índio e sua família:

- A família dos índios deve ser intocada e respeitada;
- Os costumes e línguas são diferentes dos nossos, portanto, devem ser respeitados.

Se você encontrar roças, mesmo aparentemente abandonadas, não retire nada. Elas existem em vários locais da área. Circule apenas dentro dos limites da faixa de estudos de topografia e nas estradas vicinais de acesso.

Nas Terras Indígenas, não conduza, não beba e não ofereça aos índios bebidas alcoólicas. Este ato, além de ser proibido por lei, prejudica a saúde e a vida dos índios.

Não fotografe os índios nem suas aldeias.

- As comunidades Wapixana, Macuxi e Taurepang são povos independentes e têm a liberdade de não aceitarem ser fotografados.

Evite visitar a aldeia e só o faça se for convidado.

Não porte arma de fogo.

Não jogue lixo nas Terras Indígenas:

- O lixo produzido deverá ser retirado da área ou colocado em lugares previamente destinados para este fim.

Não retire nenhum material encontrado dentro das Terras Indígenas:

- Peças de culturas indígenas podem ser eventualmente encontrados na faixa de estudos topográficos. Estas peças devem ser deixadas no local encontrado e comunicar sua descoberta aos índios, técnicos da ELETRONORTE e FUNAI.

Evitar derrubada de árvores, por menores que sejam, limitando o desmatamento ao extremamente necessário ao serviço de topografia.

- A depredação da vegetação, inclusive coleta de espécimes visando diferentes usos, constitui-se em contravenção penal (Lei 4.771/65 - Código Florestal).

## **ANEXO D**

### **Território Indígena Pemón**

- Fotos
- Síntese das mensagens



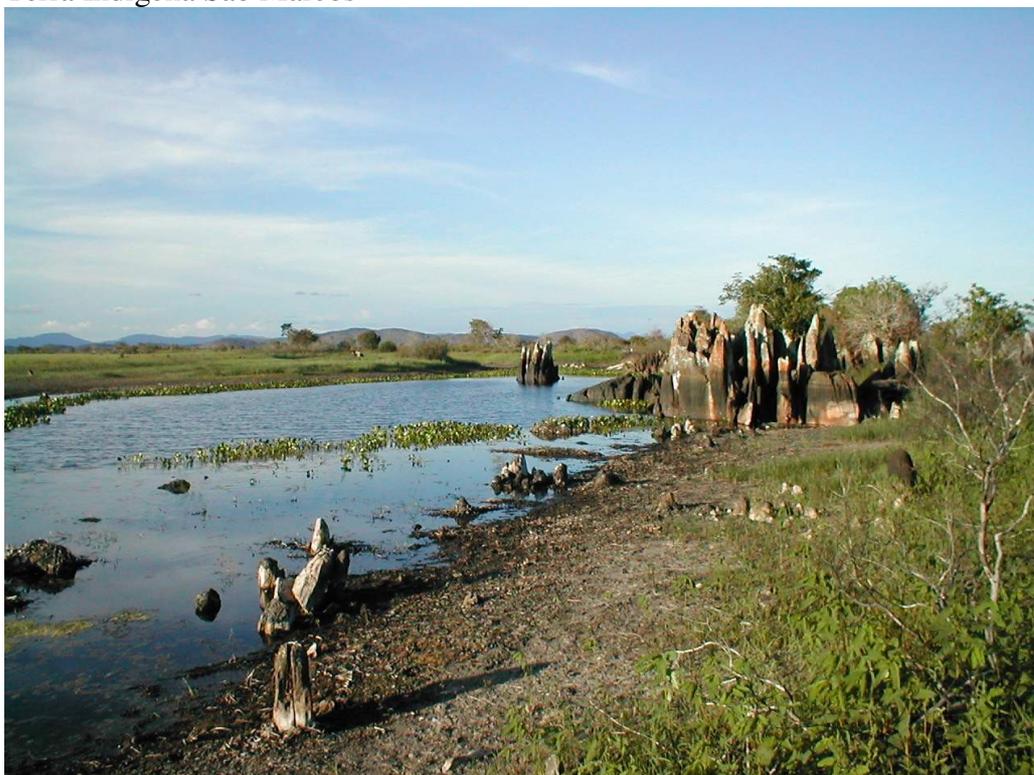
Pequena aldeia no território Pemón– Gran Sabana - Venezuela



Construção em aldeia as margens da rodovia Troncal 10 – Gran Sabana



Terra Indígena São Marcos





### **Síntese de Mensagens e notícias – 1999-2003**

A primeira mensagem circulou em 24 de setembro de 1999 enviada por José Rafael (JR) Leal à ENVIROMENTIN LATIN AMERICA NETWORK. Nesta mensagem José Rafael se refere a um protesto realizado pelos índios contrários à construção da linha de transmissão. Tal protesto evidenciaria também a posição dos índios diante de um acordo supostamente firmado entre lideranças indígenas e os representantes da CVG e do governo. Em protesto os índios fecharam a estrada que vai do KM 88 a Santa Elena do Uairén. Nesta mensagem José Rafael envia, também, um documento elaborado pela Sociedade Conservacionista Audubon da Venezuela com intuito sustentar e legitimar seus argumentos de oposição à construção da linha de transmissão. (José Rafael Leal)

08 de dezembro de 1999 – “Los territorios indigenas son reconocido en leyes vigentes”. Matéria retirada do jornal El Nacional, de 04 de dezembro de 1999, posta em circulação por amigransa. (AMIGRANSA)

---

18 de Fevereiro de 2000 – Duas mensagens de José Rafael lamentando um acordo feito entre índios e os representantes da CVG, que permite a retomada da construção da linha de transmissão. (José Rafael Leal)

27 de março de 2000 – JR faz circular um texto do Diário El Bolivariense, da mesma data, intitulado FALSAS PROMESAS DE CHAVEZ RADICALIZAN O CONFLICTO POR TENDIDO ELCTRICO, elaborado a partir de uma entrevista de Jorge Reyes. (José Rafael Leal)

04 de abril de 2000 – Pontos que justificam a não construção da linha de transmissão. (ANAPONTE)

07 de abril de 2000 – Matéria do El Nacional, de 6 de Abril de 2000, sobre o acordo firmado entre membros da Federação Indígena de Bolívar e, o governo e a CVG, no qual a CVG ofereceu apoio econômico a indígenas para aprovar a linha de transmissão para o Brasil. (José Rafael Leal)

26 de julho de 2000 – Grupos indígenas venezuelanos assinam pacto sobre o projeto de energia. (owner-irn-wcd)

27 de julho de 2000 – Nota sobre o acordo feito entre a Federação Indígena do Estado Bolívar e o governo, com os pontos do acordo. (Monti Aguirre)

07 de agosto de 2000 – JR fala do protesto dos índios em Caracas e faz circular um documento que teria sido elaborado, em 16 de julho de 2000, pelos líderes de comunidades indígenas que se opõem ao Projeto, onde eles apresentam os argumentos de oposição ao projeto. (José Rafael Leal)

12 de agosto de 2000 – Mensagem enviada pelos “Povos Indígenas da Gran Sabana em Venezuela, afetados pelo projeto, para a Amazon Alliance”, posta em circulação por JR. (José Rafael Leal)

15 de agosto de 2000 – Quatro caciques Pemón enfrentam o poder na Venezuela. Sobre o protesto dos índios em Caracas. Encontro do vice-presidente da república, Isaias Rodriguez, com os membros da Federação Indígena de Bolívar. Na tentativa de criação do acordo o governo se compromete em criar um fundo de U\$\$ 200 mil para as comunidades indígenas. (AMIGRANSA)

21 de agosto de 2000 – Sobre uma carta dos índios Pemón, que protestam em Caracas, para o presidente Hugo Chavez, 17 de agosto de 2000. (AMIGRANSA)

21 de agosto de 2000 – Carta de apoio aos índios Pemón. Coalizão contra a linha de transmissão até o Brasil. (AMIGRANSA)

24 de Agosto de 2000 – O Comandante da Guarda Nacional em Mapauri informa que os trabalhos da linha de transmissão serão paralisados até a realização de uma reunião entre os representantes das comunidades indígenas, do governo e da CVG, para a tentativa de construção de um acordo sobre a questão. Pela primeira vez se faz menção a torres que teriam sido derrubadas pelos índios. A situação fica tensa depois que um helicóptero tenta retirar as peças das torres derrubadas do depósito da CVG e é impedido pelos índios. (José Rafael Leal)

27 de agosto de 2000 – JR envia uma mensagem contendo a data da reunião entre os representantes das comunidades indígenas, do governo e da CVG, sobre o acontecimento com a torre e o helicóptero. Nesta mensagem JR envia uma entrevista do Cacique de El Paují, onde o cacique conta como foi feito o acordo, do qual se refere da mensagens dos dias 18 de Fevereiro e 07 de abril de 2000, entre governo e lideranças indígenas. (José Rafael Leal)

27 de agosto de 2000 – CVG contrata índios de outras regiões para trabalhar na construção da linha de transmissão em San Rafael e San Juan e foram recebidos pelos índios destas comunidades com arcos e flechas. (José Rafael Leal)

27 de agosto de 2000 –A AMIGRANSA faz circular um documento elaborado em 28 de abril de 2000, falando sobre uma manifestação feita por índios de ambientalistas, no dia 22 de abril, dia Mundial da Terra, em Kumarakapay (San Francisco de Yuruani). (AMIGRANSA)

18 de setembro de 2000 – Folha On-Line, 14 de setembro – Sete torres foram derrubadas por grupos indígenas na Venezuela, que alegam que elas provocam danos ecológicos na região da selva de Gran Sabana.

20 de setembro 2000 – A região da construção da linha de transmissão é militarizada. Nesta mensagem JR relata a chegada do Comandante do Exército na Gran Sabana e o primeiro contato deste com e os índios de Mapauri. Faz menção também a derrubada de sete torres. (José Rafael Leal)

21 de setembro 2000 – Notícia do primeiro poste derrubado. A justificativa para a escolha do poste seria a de que, mesmo dando mais trabalho para derrubar, este é mais caro para ser substituído. (José Rafael Leal)

03 de outubro de 2000 – Divulgação de uma matéria do jornal El Nacional, de 01 de outubro, de 2000, sobre a luta do povo Pemón pelo reconhecimento de seus direitos. (AMIGRANSA)

07 de outubro de 2000 – Carta dos índios Pemón para o presidente brasileiro, Fernando Henrique Cardoso, “Al Presidente de Brasil: No al tendido eléctrico minero”. (AMIGRANSA)

11 de outubro 2000 – A mensagem se refere ao acontecimento de 09 de outubro quando índios de Mapauri impedem escavação para a colocação de um poste, feita pelos os funcionários da CVG com a utilização de um trator. Se os trabalhadores da CVG não retornarem para fechar o buraco os índios ameaçam tocar fogo no trator. (José Rafael Leal)

11 de outubro de 2000 – Indígenas Pemón são ameaçados de morte. (José Rafael Leal)

16 de outubro de 2000 – El Nacional, 16 de outubro de 2000 – O presidente da CVG, Francisco José Rangel Gomez, afirmou que “el tendido eléctrico es un hecho irreversible”. (Julio Cesar Centeno)

20 de outubro de 2000 – A situação piora na Gran Sabana. Informação sobre a construção de acampamentos militares entorno de Mapauri. (José Rafael Leal)

23 de outubro de 2000 – Ratificação da posição da “Federación de Organizaciones e Juntas Ambientalistas da Venezuela/FORJA” contra a linha de transmissão. (José Moya)

24 de outubro de 2000 – JR põe em circulação um comunicado, de 20 de outubro de 2000, do Cacique Silviano Castro denunciando a transgressão do Tribunal Supremo de Justiça à Ação de Amparo Constitucional enviada pelos índios e aprovada pelos membros da Sala Constitucional do Tribunal Supremo de Justiça. (José Rafael Leal)

25 de outubro de 2000 – A demarcação das terras indígenas favorecendo a CVG. (José Rafael Leal)

25 de outubro de 2000 – Comunicação feita por Mery Sananes no Fórum “El Tendido Eléctrico: Tecnología para qué e para quiénes?”, realizado em biblioteca da CVG. (AMIGRANSA)

27 de outubro de 2000 – Matéria do El Nacional, 27 de outubro de 2000, sobre a Assembléia dos Povos Indígenas, dias 28 e 29 de outubro de 2000, para eleição dos seus representantes. (José Rafael Leal)

27 de outubro de 2000 – Resposta dos Pemón ao Governo da Venezuela sobre os pontos propostos pelo governo na reunião de negociação ocorrida em 21 de outubro. (José Rafael Leal)

30 de outubro de 2000 – Estudo da Universidade do Estado de Michigan demonstra que os campos eletromagnéticos podem causar efeitos biológicos no corpo humano. A partir da divulgação deste estudo, pode-se perceber que a questão “saúde” passa a compor o discurso daquelas que se identificam como opositores ao projeto da linha de transmissão. Até então as críticas estavam fundamentadas na questão social, cultural, econômica e ambiental. (José Rafael Leal)

30 de outubro de 2000 – Esta mensagem apresenta uma conexão da linha de transmissão com a construção estradal. (Carolina Azuaje)

01 de novembro de 2000 – El Nacional, 01 de novembro de 2000 – Haverá um estudo socio-cultural e de saúde para avaliar o impacto da linha de transmissão, três anos depois de iniciar o projeto e com mais de 80% dos trabalhos concluídos. (VITAE)

01 de novembro de 2000 – El Universal, 01 de novembro de 2000 – A Ministra do Meio Ambiente afirmou que o projeto possibilitará o desenvolvimento sustentável e não afetará a bacia do Caroni na Serra de Lema. (VITAE)

03 de novembro de 2000 – “Con el Tendido eléctrico para la Minería se desacata sentencia del Poder Judicial en el caso de la Reserva Forestal Imataca”. (Jorge Padrón)

06 de novembro de 2000 – Editorial Churu Meru nº 555 sobre a linha de transmissão. (Alvarez)

07 de novembro de 2000 – Carta dos Pemón em resposta à Ministra del Ambiente e a outros funcionários do governo venezuelano. (José Rafael Leal)

07 de novembro de 2000 – AMIGRANSA reenvia uma nota enviada à imprensa em 05/11/1998 e a carta enviada para Hugo Chavez para sua primeira viagem ao Brasil, ambas falando sobre a linha de transmissão. (AMIGRANSA)

08 de novembro 2000 – Boletim emitido pelos Pemon à imprensa, onde os indígenas respondem à Ministra do Meio Ambiente. ( Hector Bello)

11 de novembro de 2000 – Índios são impedidos por militares de cruzar seu território. (José Rafael Leal)

11 de novembro de 2000 – Diário El Progreso de Ciudad Bolivar, 11 de novembro de 2000, publicou a matéria “Organismos de seguridad esperan autobuses repletos de universitarios que vienen a apoyar la paralización del tendido electrico. (José Rafael Leal)

17 de novembro de 2000 – El Universal, 17 de novembro de 2000, Argumentos a favor da linha de transmissão. (VITAE)

20 de novembro de 2000 – Declaração dos Povos Indígenas sobre a mudança climática. (AMIGRANSA)

20 de novembro de 2000 – Tribunal Supremo de Justiça determinou que as empresas que estão trabalhando na construção da linha de transmissão realizarão todos os estudos pertinentes para não causar danos ao meio ambiente nem atentar contra as diferentes comunidades indígenas que vivem na área. (Fronteira – 18 de novembro de 2000) (Júlio Cesar Centeno)

21 de novembro de 2000 – Audiência sobre a Linha de transmissão no Tribunal Superior de Justiça, Venezuela. (Jorge Padrón)

24 de novembro de 2000 – Gabriela Croes, diretora de assuntos indígenas do Ministério da Educação, Cultura e Desporto, declarou que a decisão de restringir o acesso dos pesquisadores a todas as comunidades indígenas estará vigente até que se elabore uma normativa “que se adapte às determinações da nova Constituição. (**EI Nacional, 24 de novembro de 2000**) (Júlio Cesar Centeno)

27 de novembro de 2000 – Povo Ingariko, no Brasil, rejeita criação de parques e ecoturismo no Monte Roraima. (AMIGRANSA)

15 de dezembro de 2000 – Comunicação dos membros da comunidade Pemon de San Rafael de Kamoiran entregue ao “Comité de Postulaciones de la Asamblea Nacional”, em 11 de novembro de 2000. (ANAPONTE)

---

10 de janeiro de 2001 – Gran Sabana: 08 de janeiro – resistência indígena segue derrubando torres. Mais duas torres são derrubadas no setor de Mapauri. (José Rafael Leal)

10 de janeiro de 2001 – Carta de Silvano Castro, cacique da comunidade Pemon San rafael de Kamoiran, denunciando a ação dos militares em 27 de dezembro de 2000. (VITAE)

17 de janeiro de 2001 – Informe de viagem de José Rafael pela região de Kaimoran, realizada entre os dias 12 e 15 de janeiro de 2001. Dia 17, corre rumores de que indígenas derrubaram 14 torres na noite do dia 16, na área da Sierra Lema. (José Rafael Leal)

20 de janeiro de 2001 – Ação da Anistia Internacional em apoio aos índios Pemon (duas mensagens). (Héctor Bello).

23 de janeiro de 2001 – Confronto entre índios e militares em Kamoiran pode ter resultado em um indígena ferido. Os militares dominaram o hospital. (José Rafael Leal)

11 de fevereiro de 2001 – Dia 09 de fevereiro indígenas resolvem interromper efetivamente a construção da linha de transmissão. Para acalmar os ânimos uma comissão de deputados foi encaminhada para Kamoiran. (José Rafael Leal)

12 de fevereiro de 2001 – Uma comissão de militares e deputados estiveram em Kamoiran. Os indígenas mantêm indeclinável oposição ao projeto da linha de transmissão. (José Rafael Leal)

15 de fevereiro de 2001 – El Nacional, 15 de fevereiro de 2001 – “Cortocircuito legal en el tendido eléctrico” Inconstitucionalidade, perdas econômicas, violação de leis, atropelos aos direitos das comunidades indígenas. Lista de falhas do projeto da linha de transmissão na Venezuela. (VITAE)

21 de fevereiro de 2001 – Declaração de Kamoiran aos povos do mundo. (José Rafael Leal)

23 de fevereiro de 2001 – Indígenas derrubam uma torre em Kamoiran durante a visita da Ministra do Meio Ambiente. (José Rafael Leal)

26 de fevereiro de 2001 – Carta dos índios Pemon para o presidente Hugo Chavez, na qual solicitam a criação de uma comissão, formada por três representantes do poder executivo nacional, três pesquisadores com legitimidade reconhecida pelos povos indígenas e três representantes das próprias comunidades indígenas, para avaliar o impacto sociocultural, da linha de transmissão, nas comunidades indígenas. Materia retirada do El Nacional, 26 de fevereiro de 2001. (AMIGRANS) – (Repetido por Júlio Cesar Centeno)

26 de fevereiro de 2001 – DERECHOS ECONOMICOS, SOCIAIS Y CULTURALS: Novas denúncias da inconstitucionalidade do projeto. (Lorenna Miliani)

02 de março de 2001 – Carta dos indígenas para o residente Hugo Chavez. (José Rafael Leal)

05 de março de 2001 – Sub-comissão aprovou informe final: **Plan de Ordenamiento no contemplaba instalación del tendido eléctrico.** (Lorenna Miliani)

09 de março – Reunião com lideranças indígenas e o Ministério do Meio Ambiente, em Santa Elena, para apresentação da proposta de Plano de Supervisão Ambiental da linha de transmissão, teve, segundo JR, somente a presença das comunidades que apoiam o projeto. (José Rafael Leal)

19 de março de 2001 – MVR protesta contra informe da Subcomissão de Parques Nacionais da Assembléia Nacional. (José Rafael Leal)

19 de março de 2001 – Mudança na diretoria do INPARQUES piora ainda mais a situação dos índios. Indígenas organizam protestos pacíficos visando a retirada dos militares da região de Kamoiran, caso eles não sejam retirados em 24 horas. (José Rafael Leal)

23 de março de 2001 – Um indígena e um militar mortos durante confronto. O indígenas de Kamoiran decidiram tocar fogo em todas as torres da linha da transmissão e entraram em confronto com os militares que vieram para impedir a ação dos indígenas. Resultado: um morto e um ferido de cada lado. (José Rafael Leal)

23 de março de 2001 – Informação do Hospital de Santa Elena (continuação das informações sobre o confronto entre indígenas e militares) (José Rafael Leal)

23 de março de 2001 – Introdução ao conflito da linha de transmissão na Gran Sabana. (José Rafael Leal)

23 de março de 2001 – Informe nobre a detenção de Silviano Castro. (Jorge Padrón)

24 de março de 2001 – El Nacional, 24 de março de 2000 - “Indígenas atacaron puesto militar que custodiaba tendido eléctrico”. Nesta matéria o jornalista acusa os índios de terem provocado o confronto. Esta interpretação revoltou as lideranças indígenas. (Júlio Cesar Centeno)

24 de março de 2001 – Versão do cacique Silviano Castro, o líder da comunidade indígenas San Rafael de Kamoiran, sobre o incidente ocorrido entre os indígenas Pemón e os militares. (ANAPONTE)

24 de março de 2001 – Informações sobre a movimentação dos militares em Kamoiran e sobre outro confronto entre índios e militares, ocorrido em 21 de março, que resultou em três feridos, oito detidos, do lado indígena, o cacique da comunidade, Silviano Castro, está entre os detidos. (José Rafael Leal)

24 de março de 2001 – Mas datos: Amedontramiento en la Gran Sabana. Informações sobre o incêndio das torres na Gran Sabana. (Jorge Padrón)

26 de março de 2001 - Silviano Castro afirma que a agressão foi ordem do Presidente Chavez. (José Rafael Leal)

26 de março de 2001 – Versão da imprensa sobre o confronto ente indígenas e militares e a versão do cacique Silviano Castro. Posição da AMIGRANSA diante do acontecimento. (AMIGRANSA)

27 de março de 2001 – Ação urgente para paralisar a linha de transmissão Venezuela-Brasil. (AMIGRANSA)

28 de março de 2001 – Informe elaborado em agosto de 1998 pela Comissão Permanente de Ambiente y Ordenação Territorial do Senado da República sobre a Linha de Transmissão (Jorge Padron)

04 de abril de 2001 – A Comissão Permanente de Ambiente y Ordenação Territorial do Senado da República aprovou o informe relativo a linha de transmissão de energia elétrica para o Brasil. (Jorge Padrón)

08 de abril de 2001- Brasil – Acordo entre indígenas e ELETRONORTE garante construção da linha de transmissão do lado brasileiro. (José Rafael Leal)

08 de abril de 2001- Brasil – Calha Norte ao estilo FHC. (José Rafael Leal)

10 de abril de 2001 – NA legalizará a linha de transmissão de energia elétrica. (RIESTRA)

14 de abril de 2001 – A organização Survival International enviou uma carta ao Presidente Hugo Chavez “solicitan investigar maltratos a indígenas en la Gran Sabana” (El Universal, 14 de abril de 2001) (Júlio Cesar Centeno)

20 de abril de 2001 – Estudo de impacto sociocultural. Um comentário. Começou o estudo de impacto sociocultural da linha de transmissão, informa El Nacional. (José Rafael Leal)

20 de abril de 2001 – El Nacional, 20 de abril de 2001 – Estudio de impacto sociocultural da linha de transmissão. (Jorge Hinestroza)

20 de abril de 2001 – Impacto sociocultural das linhas de transmissão. Um comentário. (Domingo Medina)

20 de abril de 2001 – impacto sociocultural da linha de transmissão. (Maria Pilar Garcia Guadilla)

05 de maio de 2001 – “Impacto sociocultural del Tendido Eléctrico” – Mensagem na qual Júlio Cesar Centeno lamenta a exclusão de representantes das sociedades e culturas, atingidas pelo projeto, do estudo sócio-cultural. (Júlio Cesar Centeno)

06 de maio de 2001 – Carta dos índios Pemón para o Presidente Hugo Chavez. (José Rafael Leal)

08 de maio de 2001 – Campanha internacional contra a linha de transmissão. (Jorge Padrón)

11 de maio de 2001 – Carta dos índios Pemón para a Ministra do Ambiente. (José Rafael Leal)

11 de maio de 2001 – Carta, de 10 de maio de 2001, da Ministra do Meio Ambiente em resposta a Survival Universal. (Júlio Cesar Centeno)

27 de maio de 2001 – 3 textos: 1 Se robaron las denuncias de los indios de las oficinas de las Fiscalia en Santa Elena; 2 El mensaje a los expertos antropólogos; 3 Comisión parlamentaria recomienda modificaciones al contrato del tendido eléctrico entre Venezuela y Brasil. (José Rafael Leal)

31 de maio de 2001 – Plano Bolivar para Pemon. (José Rafael Leal)

03 de junho de 2001 – El Nacional, 03 de junho de 2001 – Concluye construcción del tendido eléctrico con un sobre costo de 85 millones de dólares. ( Domingo Medina)

09 de junho de 2001 – Intervención en la Asamblea Nacional 05 de jun. 01: El Tendido (Jorge Padrón)

14 de junho de 2001 – Presentaciones de las comunidades indígenas de Kamoirán. (Jaime E. Péfaur)

20 de junho de 2001- Chavez insiste com o Mercosul. (José Rafael Leal)

01 de julho de 2001 – Linhão vai trazer energia para o Braisl. (José Rafael Leal)

01 de julho de 2001 – Sobre o Projeto Calha Norte – Brasil. (ANNASP)

09 de julho de 2001 – CVG apresenta Plano Guayana para Hugo Chavez. (José Rafael Leal)

19 de julho de 2001 – El Nacional, 19 de julho de 2001 – Começou a fluir eletricidade pela linha de transmissão até o Brasil. (ANNASP)

24 de julho de 2001 – Gazeta Mercantil – Venezuela abastece Roraima desde domingo - 24 /02/ 2001. (ANNASP)

26 de julho de 2001 – El Nacional, 26 de julho de 2001 – Em resposta aos protestos dos indígenas a vice-presidente da República, Andina Bastidas, e o presidente de CVG, general Francisco Rangel Gómez, se reunirão com as comunidades indígenas. (Júlio Cesar Centeno)

04 de agosto de 2001 – Declaração Machu Picchu sobre a democracia, os direitos dos povos indígenas e a luta contra a pobreza. (Lorenna Miliani)

29 de agosto de 2001 – Pemón van a las computadoras. (José Rafael Leal)

12 de dezembro de 2001 – Documentos do Fórum Ambiental Venezuelano, realizado de 1-2 de novembro de 1998, na Universidade Central da Venezuela. (AMIGRANSA)

07 de novembro de 2001 – Declaração do “Fórum Internacional Indígena sobre Biodiversidade, no Grupo de Trabalho sobre acesso e distribuição de benefícios Convênio sobre a Diversidade Biológica, realizado de 22 a 26 de outubro de 2001, em Bonn, Alemanha, para o presidente Hugo Chávez. (AMIGRANSA)

---

30 de maio de 2002 – Morto índio Pemon Miguel Lanz pelo oficial do exército Jonathan Ortiz. Duas mensagens. (José Rafael Leal)

06 de junho de 2002 – Nota: Denúncia urgente sobre violação sistemática e morte dos indígenas da etnia Pemon na Gran Sabana

09 de julho de 2002 – La Razón, 09 de julho de 2002 – Peligra la represa Guri. Recentemente causou alarme no país o anúncio oficial da possibilidade de um racionamento de energia elétrica, motivado pela queda do nível da água no reservatório de Guri. (Jorge Hinestroza)

20 de novembro de 2002 – Documento jurídico sobre o homicídio do índio Pemon Miguel Lanz

25 de novembro de 2002 – Interconexión Eléctrica en Centroamérica. (Jorge Hinestroza)

05 de dezembro de 2002 – Desarrollo en la frontera Brasil – Venezuela / La frontera decreciente.../ Foto com Hugo Chavez, FHC e Fidel Castro na inauguração da interconexão elétrica internacional Venezuela-Brasil. (José Rafael Leal)

08 de dezembro de 2002 – Raposa Serra do Sol – Decisão do Superior Tribunal de Justiça a favor das comunidades indígenas. (Cabo Visão)

12 de fevereiro de 2003 – INDÍGENAS FRENAN PROYECTOS ELÉCTRICOS – GRUPOS ÉTNICOS DO BRASIL, CHILE, COLÔMBIA E VENEZUELA SE OPÕEM A

CONSTRUÇÃO DE TRÊS REPRESAS E UMA LINHA DE TRANSMISSÃO ELÉTRICA PORQUE, DIZEM, PÕEM EM RISCO SUAS TERRAS ANCESTRAIS E SUA CULTURA.

24 de fevereiro de 2003 – Conselho Indigenista de Roraima divulga dossiê sobre impunidade em Roraima – 21/02/2003, sobre a morte do índio macuxi, Aldo da Silva Mota.

24 de fevereiro de 2003 – Comissão Interamericana de Direitos Humanos realiza audiência inédita com lideranças indígenas.

25 de fevereiro de 2003 – Roraima: erro em laudo prova urgência de definição sobre terra indígena. Sobre a morte do índio macuxi, Aldo da Silva Mota.

14 de outubro de 2003 – Um gasoduto no meio da Amazônia: Petrobras entrega na próxima Terça-feira ao governo do Amazonas o EIA/RIMA do gasoduto que ligará os municípios de Coari e Manaus.

13 de novembro de 2003 – Relatório interministerial prevê a reavaliação de grandes obras na Amazônia – 12/11/2003.

## A LENDA DE MACUNAÍMA

O Sol era apaixonado pela Lua, mas nunca se encontravam. Quando o Sol ia se pondo, era hora da Lua ir nascendo...

E assim viveram por milhões e milhões de anos...

Uma enorme montanha, muito alta, repousa no meio dos imensos campos de Roraima. Em cima, um vale de cristais e um lago de águas cristalinas, os quais reservam para si os mistérios da natureza. Um belo dia, o Sol atrasou-se um pouco (eclipse) e o tão ansiado encontro aconteceu. Seus raios dourados refletiram, juntamente com os raios prateados da Lua, no lago misterioso... Nesse encontro, Macunaíma foi fecundado!

Macunaíma curumim esperto, cheio de magias, teve como berço o Monte Roraima.... Cresceu forte e tornou-se um índio guerreiro; os índios Macuxi o proclamaram herói de sua tribo.

“A bravura desse homem não se mede pelas armas que usou, mede-se pelos feitos que o tempo projetou”.

Macunaíma era justiceiro. Havia, próximo à montanha, uma árvore diferente, misteriosa. A Árvore de Todos os Frutos. Dela nasciam, a banana, o abacaxi, o buriti, o tucumã, enfim todas as frutas tropicais.

Ninguém podia pegá-las! Somente Macunaíma colhia seus frutos dividia-os entre todos, igualmente. Mas a ambição tomava conta da tribo. Assim, os índios desobedeceram, mexeram na árvore, arrancando-lhe todos os frutos e quebrando-lhes os galhos, para plantarem, pois, queriam mais árvores desse mesmo tipo.

A Árvore Sagrada perdeu a sua magia e Macunaíma ficou furioso! Num gesto de justiça, queimou toda a floresta, petrificou a árvore e, amaldiçoando a todos, ordenou que fossem embora. Da imensa floresta verde, restaram apenas cinza e carvão.

E, até hoje, em frente ao Monte Roraima, está a Árvore Sagrada, petrificada. Macunaíma, em espírito, repousa, tranqüilo, no Monte Roraima.

## A LENDA DO MONTE RORAIMA

A origem da palavra vem da língua indígena pemon (TAUREPANG), Roro-imã que significa monte verde. Outro sentido atribuído a palavra é serra do caju. Mas o nome do estado de Roraima, segundo os historiadores, é uma referencia ao Monte Roraima, uma formação da era pré-cambriana, a 2.875 metros de altitude.

Conta uma lenda dos Macuxis, referente ao imponente Monte Roraima, que no passado, não havia ali nenhuma elevação, não se encontrava nenhum planalto, as terras ali eram baixas, alagadiças, próprias para capivaras e aves aquáticas. Nas vizinhanças viviam diversas tribos indígenas, muito mais do que hoje vivem. A vida era paradisíaca. Muita caça, muita pesca, muitos frutos. O arco e flecha e a sarabatana garantiam a fartura.

Certo dia porém, sem que os pajés pudessem explicar, nasceu nesse local, uma viçosa PARURU (bananeira), planta nunca vista naquelas paragens. Em pouco tempo aquela árvore cresceu

assustadoramente dando belos e incríveis frutos. Todos ficaram estarelecidos com aquilo, mas um aviso divino aos pajés proibiu que se tocasse na árvore ou nos seus frutos, alegando que se tratava de um ser sagrado.

Se essas recomendações fossem desobedecidas, infinitas desgraças aconteceriam, a caça desapareceria, os frutos murchariam e a terra tomaria forma diferente. Ninguém, então, ousava tocá-los, eles eram sagrados e PAABA (deus) não gostaria de ver sua determinação desrespeitada.

Ao alvorecer de um belo dia, as populações indígenas foram tomadas por indescritível surpresa: Alguém, quem não se sabia o nome, havia cortado criminosamente a bananeira e roubado o cacho precioso, cujas bananas estavam amareladas qual ouro do Quinô. Em poucos instantes a natureza protestou violentamente. Trovões, relâmpagos abalaram as populações espavoridas. As caças corriam para longe, as aves voavam alto em revoada e cantavam um canto triste de despedida. Enquanto isto acontecia, desabava uma pesada chuva, e do centro da terra, tão baixo que era, começava a surgir, espetacularmente, o Majestoso Monte Roraima, alteando-se cada vez mais e mais, de modo assustador, ostentando um formoso diadema de nuvens, que até hoje lhe orna a fronde altaneira, no azul do infinito.

E através dos tempos, a natureza continua mostrando sua tristeza que é eterna e se consubstancia em perenes gotas d'água que vertem das pedras, das fissuras, das ravinas como se fossem lágrimas sentidas e quando essas águas estão próximas ao esgotamento Paaba (deus) faz baixar novas nuvens que sempre circundam o Monte Roraima. Deste monte tão imponente, foi escolhido o nome para batizar esta terra tão altaneira, que é "**RORAIMA**". Fonte: [roraimavirtual.com.br](http://roraimavirtual.com.br), acesso em 14.03.06

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)